CARTA AOS ROMANOS

COMENTÁRIO ESPERANÇA

autor

Adolf Pohl

Editora Evangélica Esperança

Título do original em alemão *"Wuppertaler Studienbibel — Ergänzungsfolge"*
Título do original em alemão *"Wuppertaler Studienbibel — Ergänzungsfolge"*
Der Brief des Paulus an die Römer
Copyright © 1998 R. Brockhaus Verlag, Wuppertal, Alemanha

Coordenação editorial
Walter Feckinghaus

T*radução*
Werner Fuchs

R*evisão de texto*
Roland Körber
Doris Körber

Capa
Luciana Marinho

Editoração eletrônica
Mánoel A. Feckinghaus

Impressão e acabamento
Imprensa da Fé

ISBN 85-86249-35-1 Brochura
ISBN 85-86249-34-3 Capa dura

O texto bíblico utilizado, com a devida autorização, é a versão Almeida Revista e Atualizada (RA) 2ª edição, da Sociedade Bíblica do Brasil, São Paulo, 1997.

1ª edição em português: 1999
Copyright © 1999, Editora Evangélica Esperança
É proibida a reprodução total ou parcial sem permissão escrita dos editores.
Publicado no Brasil com a devida autorização e com todos os direitos reservados pela:

Editora Evangélica Esperança
Rua Aviador Vicente Wolski, 353
82510-420 Curitiba-PR

Sumário

ORIENTAÇÕES PARA O USUÁRIO DA SÉRIE DE COMENTÁRIOS
ÍNDICE DE ABREVIATURAS
PREFÁCIO DO AUTOR

QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

1. O lugar da carta aos Romanos é à frente de todas as cartas paulinas
2. A igreja cristã em Roma significou para Paulo um verdadeiro desafio
3. Paulo escreveu a carta por volta dos anos 55-56, em Corinto
4. Paulo havia incluído a igreja de Roma em planos de grande alcance

COMENTÁRIO

I. O INÍCIO DA CARTA, 1.1-17

a. Remetente, destinatário e anúncio de bênção (prefácio), 1.1-7
b. Agradecimento, planos de visita e seu fundamento (proêmio), 1.8-15
c. Enunciação da tese principal: O evangelho é poder de Deus para a salvação, 1.16,17

II. A PARTE DOUTRINÁRIA DA CARTA, 1.18–11.36

UNIDADE 1, 1.18–3.20

1. Os gentios sob a ira de Deus, 1.18-32
2. Os judeus sob a ira de Deus, 2.1–3.8
   a. Nenhum tratamento especial para judeus no juízo final, 2.1-11
   b. Acaso viver sob a ressonância da lei realmente não assegura nenhum tratamento especial no juízo final?, 2.12-16
   c. Porventura a vocação para ser mestre instrutor dos povos não assegura ao judeu nenhum privilégio no juízo final?, 2.17-24
   d. Ser circuncidado porventura não assegura a redenção no juízo final?, 2.25-29
   e. Indicação provisória acerca da verdadeira preferência dos judeus e de sua problemática, 3.1-8
   f. Síntese, 3.9-20

UNIDADE 2, 3.21–4.25

1. O trecho básico da carta: Justiça pela fé, sem considerar a lei, em virtude da morte propiciatória de Jesus Cristo, 3.21-26
2. O significado da nova ordem de salvação para os judeus e a lei judaica, 3.27-31
3. O testemunho da Escritura em favor da justiça por fé: Abraão, 4.1-25
   a. Por meio de que Abraão foi justificado diante de Deus?, 4.1-8
   b. Em que condição Abraão recebeu a justiça da parte de Deus?, 4.9-12
   c. Que segurança possuía Abraão da promessa de Deus?, 4.13-17a
   d. Como se caracterizava a realização da fé em Abraão?, 4.17b-22
   e. Em que consiste a exemplaridade originária da fé de Abraão para os cristãos?, 4.23-25

UNIDADE 3, 5.1–8.39

1. O gloriar-se da comunidade de pecadores justificados, 5.1-11
2. Um por todos! – em Adão e, imensamente superior, por meio de Cristo, 5.12-21
3. O cristão e o poder do pecado (primeiro tema especial), 6.1-23
   a. Expatriados do reino do pecado – viver com Cristo para Deus, 6.1-11
   b. Instrução fundamental na condição e responsabilidade do cristão, 6.12-14
   c. Vida sob o senhorio de Jesus Cristo como presente de liberdade, 6.15-23
4. O cristão e a lei (segundo tema especial), 7.1-25
   a. A comprovação legal para ser livre da lei, 7.1-6

b. Não obstante – a lei é santa, 7.7-13
c. Não obstante – a lei é fraca, 7.14-25

5. O cristão e o Espírito (terceiro tema especial), 8.1-30
a. "Novidade do Espírito" e liberdade da lei por estar em Cristo, 8.1-4
b. Aspectos fundamentais sobre carne e Espírito e sobre a situação dos portadores do Espírito, 8.5-11
c. Andar segundo o Espírito na liberdade de filhos e filhas de Deus, 8.12-17
d. O apoio do Espírito face ao gemido em meio ao sofrimento no mundo, 8.18-25
e. A assistência do Espírito em vista de nossa fraqueza diante de Deus, 8.26-30

6. Palavra final sobre Rm 1–8, 8.31-39
a. A vitoriosa revelação da justiça de Deus em Jesus Cristo, 8.31-39

UNIDADE 4, 9.1–11.36

1. Trabalho preparatório: Os eleitos de Deus, 9.1-29
a. Preâmbulo: Israel amado!, 9.1-5
b. Eleição continua sendo pura graça de quem elege, 9.6-13
c. Elegendo ou não, Deus é cheio de compaixão, 9.14-23
d. Nova criação de Israel a partir de judeus e gentios, 9.24-29

2. Os fatos: a descrença de Israel, 9.30–10.21
a. A fé em Cristo como ponto axial, 9.30-33
b. A incompreensão de Israel sobre a história da salvação, 10.1-4
c. A salvadora justiça por fé, 10.5-13
d. Israel se fecha diante da salvação que se aproximou, 10.14-21

3. A solução: Misericórdia igual para Israel e os gentios, 11.1-36
a. Israel não repudiado, ainda que parcialmente endurecido, 11.1-10
b. A finalidade salvadora de Deus com vistas à parte endurecida de Israel, 11.11-16
c. A maneira como acontece salvação, também e primeiro para os judeus, 11.17-24
d. O mistério da salvação para "o Israel todo", 11.25-32
e. Louvor conclusivo a Deus, 11.33-36

III. A PARTE EXORTATIVA DA CARTA, 12.1–15.13

1. Convocação para cultuar a Deus com a vida, 12.1–13.14
a. Prefácio: misericórdia experimentada torna-se exortação, 12.1,2
b. Exortações para quem desempenha funções na vida da igreja, 12.3-8
c. Exortações a todos os membros da igreja, 12.9-21
d. Exortação de submeter-se à autoridade governamental, 13.1-7
e. Amor ao próximo como cumprimento da lei, 13.8-10
f. Epílogo: Organização da vida orientada para o futuro, à luz do dia vindouro, 13.11-14

2. Exortação especial de aceitação mútua no conflito na igreja, 14.1–15.13
a. Em caso de conflito, não violar o senhorio de Cristo na igreja!, 14.1-12
b. Cabe aos fortes corresponder à sua função protetora dos fracos, 14.13-23
c. Andar em concórdia o caminho de Cristo, 15.1-6
d. Judeus e gentios unificados por Cristo para o louvor escatológico de Deus, 15.7-13

IV. A CONCLUSÃO DA CARTA, 15.14–16.27

a. Explicações sobre o risco da carta aos Romanos, 15.14-21
b. As expectativas específicas dirigidas aos cristãos em Roma, 15.22-33
c. A recomendação de Febe, 16.1,2
d. Pedido de transmissão de saudações, 16.3-16
e. Advertência contra os cismáticos, 16.17-20
f. Comunicação de saudações, 16.21-23
g. Glorificação de Deus, poderoso sobre a história, 16.25-27

ÍNDICE DE LITERATURA

ORIENTAÇÕES
PARA O USUÁRIO DA SÉRIE DE COMENTÁRIOS

Com referência ao texto bíblico:

O texto de Romanos está impresso em negrito. Repetições do trecho que está sendo tratado também estão impressas em negrito. O itálico só foi usado para esclarecer dando ênfase.

Com referência aos textos paralelos:

A citação abundante de textos bíblicos paralelos é intencional. Para o seu registro foi reservada uma coluna à margem.

Com referência aos manuscritos:

Para as variantes mais importantes do texto, geralmente identificadas nas notas,foram usados os sinais abaixo, que carecem de explicação:

TM O texto hebraico do Antigo Testamento (o assim-chamado "Texto Massorético"). A transmissão exata do texto do Antigo Testamento era muito importante para os estudiosos judaicos. A partir do século II ela tornou-se uma ciência específica nas assim-chamadas "escolas massoréticas" (massora = transmissão). Originalmente o texto hebraico consistia só de consoantes; a partir do século VI os massoretas acrescentaram sinais vocálicos na forma de pontos e traços debaixo da palavra.

Manuscritos importantes do texto massorético:

Manuscrito:	redigido em:	pela escola de:
Códice do Cairo (C)	895	Moisés ben Asher
Códice da sinagoga de Aleppo (provavelmente destruído por um incêndio)	depois de 900	Moisés ben Asher
Códice de São Petersburgo	1008	Moisés ben Asher
Códice nº 3 de Erfurt	século XI	Ben Naftali
Códice de Reuchlin	1105	Ben Naftali

Qumran Os textos de Qumran. Os manuscritos encontrados em Qumran, em sua maioria, datam de antes de Cristo, portanto, são mais ou menos 1.000 anos mais antigos que os mencionados acima. Não existem entre eles textos completos do AT. Manuscritos importantes são:

- O texto de Isaías
- O comentário de Habacuque

Sam O Pentateuco samaritano. Os samaritanos preservaram os cinco livros da lei, em hebraico antigo. Seus manuscritos remontam a um texto muito antigo.

Targum A tradução oral do texto hebraico da Bíblia para o aramaico, no culto na sinagoga (dado que muitos judeus já não entendiam mais hebraico), levou no século III ao registro escrito no assim-chamado Targum (= tradução). Estas traduções são, muitas vezes, bastante livres e precisam ser usadas com cuidado.

LXX A tradução mais antiga do AT para o grego é chamada de "Septuaginta" (LXX = setenta), por causa da história tradicional da sua origem. Diz a história que ela foi traduzida por 72 estudiosos judeus por ordem do rei Ptolomeu Filadelfo, em 200 a.C., em Alexandria. A LXX é uma coletânea de traduções. Os trechos mais antigos, que incluem o Pentateuco, datam do século III a.C., provavelmente do Egito. Como esta tradução remonta a um texto hebraico anterior ao dos massoretas, ela é um auxílio importante para todos os trabalhos no texto do AT.

Outras Ocasionalmente recorre-se a outras traduções do AT. Estas têm menos valor para a pesquisa de texto, por serem ou traduções do grego (provavelmente da LXX), ou pelo menos fortemente influenciadas por ela (o que é o caso da Vulgata):

- Latina antiga por volta do ano 150
- Vulgata (tradução latina de Jerônimo) a partir do ano 390
- Copta séculos III-IV
- Etíope século IV

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

I. Abreviaturas gerais

AT Antigo Testamento
cf confira
col coluna
gr Grego
hbr Hebraico
km Quilômetros
lat Latim
LXX Septuaginta
NT Novo Testamento
opr Observações preliminares
par Texto paralelo
p. ex. por exemplo
pág. página(s)
qi Questões introdutórias
TM Texto massorético
v versículo(s)

II. Abreviaturas de livros

ATD *Altes Testament Deutsch*
AThANT *Abhandlungen zur Theologie des Alten und Neuen Testamentes*
BAT *Botschaft des Alten Testaments*
BDR *Grammatik des ntl. Griechisch, Blass/Debrunner/Rehkopf*
BHH *Biblisch-historisches Handwörterbuch*
Bill *Kommentar zum Neuen Testament aus Talmud und Midrasch,* H. L. Strack, P. Billerbeck
BKAT *Biblischer Kommentar Altes Testaments*
CE *Comentário Esperança*
EKK *Evangelisch-katolisch Kommentar zum Neuen Testament*
EWNT *Exegetisches Wörterbuch zum NT*
HThK *Herders Theologischer Kommentar*
KEK *Kritisch-exegetischer Kommentar über das Neue Testament*
KNT *Kommentar zum NT*
LzB *Lexikon zur Bibel,* organizado por Fritz Rienecker
NTD *Das Neue Testament Deutsch*
RAC *Reallexikon für Antike und Christentum*
TBLNT *Teologisches Begriffslexikon zum NT*
ThWAT *Theologisches Wörterbuch zum Alten Testament*
ThWNT *Theologisches Wörterbuch zum Neuen Testament*
TRE *Theologisches Realenzykklopädie*
WB *Griechisch-deutsches Wörterbuch zu den Schriften des Neuen Testaments und der frühchristlichen Literatur,* Walter Bauer, editado por Kurt e Barbara Aland
WStB *Wuppertaler Studienbibel*
WUNT *Wissenschaftliche Untersuchungen zum Neuen Testament*
ZNW *Zeitschrift für neutestamentliche Wissenschaft*

III. Abreviaturas das versões bíblicas usadas

O texto adotado neste comentário é a tradução de João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada no Brasil, 2ª ed. (RA), SBB, São Paulo, 1997. Quando se fez uso de outras versões, elas são assim identificadas:

RC Almeida, Revista e Corrigida, 1998.
NVI Nova Versão Internacional, 1994.
BJ Bíblia de Jerusalém, 1987.
BLH Bíblia na Linguagem de Hoje, 1998.

BV Bíblia Viva, 1981.
VFL Versão Fácil de Ler, 1999.

IV. Abreviaturas dos livros da Bíblia

ANTIGO TESTAMENTO

Gn Gênesis
Êx Êxodo
Lv Levítico
Nm Números
Dt Deuteronômio
Js Josué
Jz Juízes
Rt Rute
1Sm 1Samuel
2Sm 2Samuel
1Rs 1Reis
2Rs 2Reis
1Cr 1Crônicas
2Cr 2Crônicas
Ed Esdras
Ne Neemias
Et Ester
Jó Jó
Sl Salmos
Pv Provérbios
Ec Eclesiastes
Ct Cântico dos Cânticos
Is Isaías
Jr Jeremias
Lm Lamentações de Jeremias
Ez Ezequiel
Dn Daniel
Os Oséias
Jl Joel
Am Amós
Ob Obadias
Jn Jonas
Mq Miquéias
Na Naum
Hc Habacuque
Sf Sofonias
Ag Ageu
Zc Zacarias
Ml Malaquias

NOVO TESTAMENTO

Mt Mateus
Mc Marcos
Lc Lucas
Jo João
At Atos
Rm Romanos
1Co 1Coríntios
2Co 2Coríntios
Gl Gálatas

Ef Efésios
Fp Filipenses
Cl Colossenses
1Te 1Tessalonicenses
2Te 2Tessalonicenses
1Tm 1Timóteo
2Tm 2Timóteo
Tt Tito
Fm Filemom
Hb Hebreus
Tg Tiago
1Pe 1Pedro
2Pe 2Pedro
1Jo 1João
2Jo 2João
3Jo 3João
Jd Judas
Ap Apocalipse

PREFÁCIO DO AUTOR

Quando em 1935 Adolf Schlatter, aos 83 anos de idade e com extrema maturidade, publicou seu comentário à carta aos Romanos, deu-lhe o título de "A justiça de Deus". Tomado isoladamente, esse conceito principal da carta poderia lampejar solitário como uma estrela distante, sem atingir verdadeiramente nenhum de nós. Diferente será se for complementado no sentido de Rm 1.5: "A justiça de Deus e nossa obediência por fé". Imediatamente forma-se um suspense.

O estudo dessa carta nos deixa agitados e mudados. Diante de seu poder penetrante, todos se tornam alunos. Quem pensa ter acumulado prêmios por boa instrução na fé, depois de estudar essa carta os devolverá. Experimentados mestres da Palavra deparam-se com o vazio de sua doutrina e ficam felizes por poderem voltar a aprender.

Não é sem motivo que a carta aos Romanos se encontra à frente da coletânea de cartas do NT. O que desde logo lhe confere destaque é a sua intenção. Na ocasião, Paulo estava menos empenhado em solucionar problemas de uma igreja local. É a sua própria situação que o impele a escrever. Por assim dizer, ele estava no "intervalo do jogo". Encontrava-se diante da virada para um avanço missionário para o Oeste do Império. Planejou uma estada intermediária em Roma como apoio para seu projeto. Contudo, o empreendimento estava sendo rodeado de intermináveis dificuldades por parte das suas próprias fileiras. Foram propriamente elas que geraram a carta aos Romanos como documento clássico da responsabilidade pelo mundo de acordo com o evangelho e não há como conceber "responsabilidade pelo mundo" de forma suficientemente profunda e ampla. Tampouco podemos aplicar-lhe uma bitola estreita.

É fato, porém, que nós seres humanos não somos capazes de pensar tudo ao mesmo tempo, nem sequer tudo que seja importante. Muito menos podemos dizer tudo de uma só vez. Isso valia obviamente também para Paulo, quando se preparou para explicitar o "seu" evangelho. Como não era nenhum cabeça-de-vento, criou uma seqüência organizada. Um após o outro, dedicou-se a grandes blocos de idéias. Consciente do tema geral, e planejando no detalhe, ele escreve com admirável concentração. Essa peculiaridade desafia seus leitores a desenvolverem um senso para estruturação, nexos e articulações. Se utilizarmos esse escrito apenas como um fichário, do qual retiramos cartões com belas frases, toda a maravilhosa obra passará longe de nós. Não será diferente se já nos contentarmos com a verificação sucessiva de vocábulos centrais.

Justamente por ter um corte simples e medidas justas, essa explicação deseja explicitar a linha de pensamento pela qual o apóstolo nos conduz versículo por versículo, e também parágrafo por parágrafo. Quem por força de circunstâncias puder repassar a interpretação apenas em proporção limitada, não deveria precipitar-se logo sobre a exegese dos versículos, mas também levar consigo as introduções aos parágrafos e às seções maiores. Acima de tudo não se deveria passar por cima das questões introdutórias da carta toda: Qual foi o motivo que levou Paulo a dar o passo, seguramente incomum, de escrever a carta das cartas justamente a uma igreja que, no todo, lhe era conhecida somente à distância?

Para mim são questões óbvias examinar a história da interpretação e discutir com a pesquisa atual. No entanto, no presente livro, isto precisa permanecer quase inteiramente atrás da cortina. Contudo, quem tiver um olhar apurado, notará que a cortina se move incessantemente.

O espaço restrito para uma tarefa tão volumosa também impôs um procedimento que no geral não é usual. Apontei com relativa freqüência para minha própria explicação da carta aos Gálatas, que foi editada em [alemão] em 1995 nesta mesma série (da seguinte forma: "cf *Gálatas*, CE, pág"). As cartas aos Gálatas e aos Romanos estão

particularmente próximas em termos cronológicos e de conteúdo, explicando-se mutuamente. Estou em débito com os editores pelo excurso às pág 191-193.

Primavera de 1998
Adolf Pohl

QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

Comecemos a nos aproximar da carta aos Romanos por meio de um episódio de At 28: Paulo havia desembarcado no sul da Itália, a fim de, agora, alcançar Roma por via terrestre. Para ele, um momento grandioso! Acontecia muito mais tarde que o planejado. Tinham decorrido cerca de cinco anos desde que escrevera à igreja romana: "Estou chegando!" E vinha de maneira diferente do que havia imaginado: com um transporte de prisioneiros. Ainda a uma boa distância fora de Roma encontraram um grupo de homens que se apresentou como delegação da igreja romana. Vieram ao seu encontro nada mais nada menos que 65 km, para lhe dar um cortejo honorífico. Lucas registra: "Vendo-os Paulo e dando, por isso, graças a Deus, sentiu-se mais animado" [At 28.15]. Ou seja, no meio da rua, orou primeiro e, em seguida, agradeceu efusivamente. Qual a razão desse comportamento chocante? Seu temor havia sido que na igreja romana corressem difamações a seu respeito, mas agora sabia que era aceito ali. Em outras palavras: Sua carta aos Romanos havia cumprido seu objetivo.

A partir dessa ocorrência tentamos enfocar esse apóstolo, seus projetos e suas lutas de tal maneira que sejamos estimulados a estudar esse escrito magistral.

1. O lugar da carta aos Romanos é à frente de todas as cartas paulinas

a. A missão epistolar de Paulo

Foram-lhe concedidos três decênios de atividade, a saber, de cerca do ano 33 (vocação às portas de Damasco) até, o mais tardar, o ano 67 (martírio em Roma). As cartas que foram transmitidas de Paulo são todas da segunda metade desse período, começando por 1Ts, aproximadamente no ano 50. Quanto aos anos anteriores, ou as cartas se perderam, ou foi somente a expansão de sua obra que o direcionou para esse recurso. Por meio de escritos apostólicos para serem lidos à igreja, ele substituiu visitas apostolares necessárias, mas inviáveis no momento.

Quatro cartas posteriores, dos anos 54 até no máximo 58, passaram para a primeira posição no NT, e com isso para a ponta. São os seus chamados "escritos principais": Rm, 1Co, 2Co e Gl. Foram elas que fundamentaram a importância singular de Paulo para a igreja de Jesus Cristo de todos os tempos.

b. As quatro cartas principais contêm a decisão básica antijudaísta de Paulo

De acordo com Gl 1.13,14 Paulo viveu pessoalmente no "judaísmo" em sua fase pré-cristã. Caracterizava com esse termo seu zelo desmedido para obrigar seus irmãos convertidos a Cristo, fossem eles oriundos do mundo judaico ou gentílico, a se submeterem à lei. Um zelo similar ele encontrou mais tarde também dentro da igreja cristã (Gl 2.14). O programa era mais ou menos o seguinte: A lei de Moisés constitui a revelação central de Deus para agora e toda a eternidade. O próprio envio de Cristo era tão-somente medida auxiliar de Deus em benefício da aliança do Sinai, de modo que a fé em Cristo deve ser integrada na aliança do Sinai. É claro que esse judaísmo cristão implicava uma estrutura de características próprias. Ele não esperava que a igreja de Cristo cumprisse todo o conjunto de leis farisaicas, mas, como exigência mínima, apenas os três antigos rituais confessionais de Israel: circuncisão, sábado, e pureza nos alimentos. Contudo, até mesmo nessas três exigências havia ênfases localmente diferentes. Enquanto p. ex. na Galácia os judaístas demandavam com insistência a circuncisão (Gl 5.2,3; 6.12), esse ponto parecia não ter uma importância especial em Roma. Segundo Rm 14.2,5 eram a celebração do sábado e a pureza nos alimentos que lá ocupavam o foco das discussões.

c. A resposta de Paulo

Nenhuma pessoa, nem o próprio Paulo, teria autorização para revogar a lei de Moisés. Pois é santa, justa, boa, espiritual e bela (Rm 7.12,14). "Aprouve (a Deus) revelar seu Filho em mim", confessa ele em Gl 1.15,16, a saber, como sua revelação definitiva, como verdadeiro sol central. O Filho está muito acima de Moisés e de todos os profetas. Assim como as estrelas se esvaecem quando surge o sol, assim empalidecem diante do Cristo revelado todas as demais grandezas: a lei de Moisés, a lei da consciência, a lei do Estado, qualquer norma, qualquer sistema, qualquer poder. Senhor é Jesus! Com essa exclamação Paulo havia partido para a missão entre os gentios. Naturalmente ele não foi o único missionário aos gentios, nem sequer o primeiro (Rm 16.7; At 11.20-23). Entretanto, munido de uma visão carismática de profundidade para a "verdade do evangelho" (Gl 2.5,14), conferiu um perfil válido à missão livre da lei, de modo que podia dizer "meu evangelho" (Rm 2.16; 16.25). Em defesa dessa perspectiva ele também se

empenhava com uma aspereza que, no mais, se mostrava raramente nele (Gl 1.8). Não é de se admirar que justamente esse homem se tornasse o alvo dos ataques dos judaístas.

d. A reação dos judaístas cristãos

Nem todos os judeus ou prosélitos (gentios que aderiram à sinagoga) convertidos à fé cristã conseguiam dar o passo para se libertarem da lei. Sobretudo na igreja de Jerusalém manifestavam-se crescentes forças contrárias. Finalmente entenderam como sendo sua tarefa estabelecer um corretivo para a missão livre da lei que esse Paulo realizava entre os gentios. Onde ele tinha deixado atrás de si igrejas, apareciam também os emissários desse grupo, anunciando aos que dentre os gentios vieram a crer em Cristo: Para que tudo esteja em ordem, é preciso que vocês ainda se deixem circuncidar! Do contrário não serão de fato filhos de Abraão e, logo, tampouco filhos de Deus. O que Paulo falou a vocês foi no mínimo incompleto e precisa ser complementado. – Essas tentativas de missão revisora podem ser comprovadas em Antioquia, na Galácia, em Filipos, Tessalônica, Corinto e Roma. Na Galácia quase tiveram êxito em anular toda a obra de Paulo.

e. A luta de Paulo

Foi, pois, contra isso que Paulo travava a luta de sua vida, a luta em prol do senhorio de Jesus. Quem por um lado reverencia Cristo – isso os irmãos judaístas faziam sem sombra de dúvida – mas faz dele somente o segundo em posição, colocando, portanto, Moisés acima dele, na verdade o derruba do trono e, em conseqüência, volta a riscar do mapa o evangelho (Gl 1.7; 5.2,4). Essa luta antijudaísta tornou-se a preocupação conjunta das quatro e principais cartas paulinas. Caracteriza-a a própria freqüência com que ocorrem certos vocábulos. P. ex., os termos "circuncidar", "circuncisão" aparecem 30 vezes nas quatro cartas principais, e nas nove cartas restantes somente mais nove vezes; ou "lei" encontra-se 113 vezes nas cartas principais, ao passo que apenas seis vezes nas demais. Nas cartas anteriores e posteriores havia no centro outros perigos e temas, circunstância que se revela também numa terminologia diferente.

f. A carta aos Romanos como um caso de sorte

A atuação dos judaístas obrigou Paulo a refletir e fundamentar mais uma vez o seu evangelho de maneira nova e exaustiva. Esse trabalho intelectual culminou finalmente na carta aos Romanos, e de modo algum isso foi fortuito. Enquanto nas demais cartas o determinante eram as necessidades das igrejas, nessa oportunidade ele escrevia com um interesse pessoal. Pois há muito ele vislumbrava a tarefa de defender também em Roma abertamente a salvação independente da lei. Isso igualmente tinha de aguçar a controvérsia com os judaístas, que também em Roma pairava no ar, seja na igreja ou na sinagoga. A fim de preparar os cristãos romanos para essa questão, formulou essa carta "profilática" (Burton). Temos, pois, em mãos uma expressa e detalhada prestação de contas teológica do apóstolo dos gentios, e exatamente no auge de sua atuação, amadurecido em anos de controvérsia.

2. A igreja cristã em Roma significou para Paulo um verdadeiro desafio

a. O surgimento da igreja

Na capital do império desenvolveu-se, no século I, o maior centro judaico do mundo antigo. Calcula-se que tivesse dezenas de milhares de membros. Foi possível comprovar a existência de pelo menos treze comunidades sinagogais na cidade. Mantinham um contato intenso com Jerusalém. As pessoas viajavam para lá e para cá como comerciantes, artesãos e, não por último, como peregrinos devotos (cf At 2.10). Encaixa-se bem nesse quadro que nos cultos sinagogais em Roma aparecessem certo dia também judeus de Jerusalém que se haviam convertido a Cristo. Confessaram sua fé, dando origem a um movimento cristão muito vivo. Desse modo o cristianismo em Roma originou-se da atuação de crentes para nós anônimos. No que concerne à época, caberá evidenciar em seguida que esses inícios remontam pelo menos já aos anos quarenta, ou seja, uma década inteira antes da primeira viagem missionária de Paulo. Não foi ele o primeiro missionário na Europa; nem foi em Filipos que se constituiu a primeira igreja européia.

Quando o testemunho cristão ressoou nas sinagogas de Roma, devem ter-se desenrolado fatos similares aos que conforme At também aconteceram em Damasco, em Antioquia, na Ásia Menor, na Macedônia ou na Grécia: após inevitáveis controvérsias houve entre judeus e prosélitos decisões a favor de Cristo e, em decorrência, separações. As lutas devem ter sido tamanhas que alarmaram todo o contingente de judeus em Roma, sim, que ameaçaram até a ordem pública. Neste ponto nos é proporcionado um chão histórico firme, pois tanto o historiógrafo romano Suetônio quanto At 18.2 informam que o imperador Cláudio decretou no ano 49 que todos os judeus tinham de sair de Roma por causarem distúrbios. O texto de Suetônio evidencia que há máxima probabilidade de que se tratava, naquele conflito, dos cristãos da cidade. Aliás, os judaico-cristãos expulsos veicularam nas igrejas do leste uma imagem positiva da igreja romana (Rm 1.8; 16.19). O próprio Paulo o fazia por meio do casal altamente qualificado Áquila e Priscila (16.3,4; At 18.2).

b. A transformação do cristianismo romano

Pela expulsão dos judeus de Roma, a parte gentílico-cristã do círculo dos cristãos foi privada de seus líderes judaicos e forçosamente passou a depender de si própria. Quando, porém, o imperador Cláudio faleceu no ano 54, seu

sucessor deixou de renovar o decreto, e os judeus romanos retornaram. No entanto, no ínterim de cinco anos, o quadro da igreja modificara-se consideravelmente. Os gentílico-cristãos haviam avançado missionariamente para dentro da população gentílica, ação pela qual o seu número cresceu fortemente. É por isso que os judaico-cristãos que retornaram encontravam-se em minoria. Lamentavelmente havia surgido também uma autoconsciência gentílico-cristã que, segundo Rm 11.17-25, não deixava de correr o perigo da presunção.

c. A igreja na época da carta aos Romanos

A igreja majoritariamente gentílico-cristã se oferecia como uma aliada natural de um representante de uma missão sem circuncisão, uma vez que para homens adultos a circuncisão significava um suplício experimentado conscientemente. Mas, além disso, os romanos também haviam aderido de coração ao evangelho. A favor disso depõem as asserções de Rm 1.8,12; 6.17; 7.4; 15.14; 16.19. Em 15.1 Paulo se une a eles como os "fortes", e conforme 15.24 ele antecipava a alegria de poder reanimar-se com a fé deles.

Talvez os cristãos de Roma constituíssem a igreja mais rica em tradições fora da Palestina, pois ao que parece haviam demonstrado ímpeto missionário. Todos tinham conhecimento de que ali existia um florescente centro cristão. Tinha importância o fato de que mais tarde também Pedro escreveu precisamente a essa igreja, e que presumivelmente também Hb e Mc lhe foram dedicados. Paulo tributa alto respeito a essa igreja:

- Em Rm 16.16 ele lhe envia uma saudação curiosa: Como igreja isolada ela é saudada por todas as demais, o que comprova sua posição preferencial.
- Segundo Rm 1.13; 15.22 também não foi agora, quando dela precisava, que Paulo a descobriu (veja abaixo), mas há anos alimentava o desejo de visitá-la.
- Ele não se arroga trazer algo fundamentalmente novo a essa igreja crescida independente dele, mas, conforme Rm 15.14,15, gostaria apenas de "trazer-lhe à memória" algo conhecido. Deseja servir-lhe, porém, de acordo com Rm 1.11,12, e também usufruir dos serviços dela. No mais Paulo lhe assegura, em Rm 15.20, seu princípio de não-interferência.

3. Paulo escreveu a carta por volta dos anos 55-56, em Corinto

Ele escreveu, i. é, ditou essa carta a Tércio (Rm 16.22) imediatamente antes de sua própria partida para Jerusalém (15.25). Ocorre que de acordo com 16.23 Paulo se encontrava em Corinto na casa de seu anfitrião Gaio. Essa última permanência em Corinto antes de sua viagem a Jerusalém durou, conforme At 20.2,3, três meses e coincidiu com o inverno de 55-56. Essa fixação da data de redação é compartilhada pela pesquisa em geral com somente pequenas divergências.

4. Paulo havia incluído a igreja de Roma em planos de grande alcance

a. A importância singular do final da carta

No âmbito do intróito da carta (1.9-15) Paulo coloca no centro um único objetivo da carta: Anunciar uma visita prevista do apóstolo em Roma. Contudo, cumpre considerarmos *toda* a moldura da carta. Na Antigüidade as questões pessoais cabiam exatamente no final de uma carta (em Rm a partir de 15.14). Depois que propriamente o conteúdo da carta causou o seu efeito, o final criava mais uma vez, da parte do remetente, uma aproximação bem especial para com os destinatários. Se, portanto, tomarmos conjuntamente a introdução e a conclusão da carta, resulta que Rm visava servir a uma *dupla* preparação de viagem, uma por Roma até a Espanha, mas antes dela primeiramente uma viagem de Corinto para Jerusalém. Aproveitemos as informações pormenorizadas do final da carta.

b. A condição interior de Paulo

Paulo estava diante de um corte profundo em sua atuação. A missão na parte oriental do império estava atrás dele, e diante dele o salto para uma missão no Ocidente. Para justificá-la ele explica em 15.23: "Agora, não tendo já campo de atividade nestas regiões". Como era possível que ele se registrasse como desempregado em vista de tantos povos gentios no leste? Aqui é preciso levar em conta que Paulo não fazia missão cobrindo a área geográfica, mas em locais prioritários, i. é, considerava-se peculiarmente como missionário de cidades grandes. Como At mostra, ele permaneceu nas vias de maior trânsito e passou ao largo das aldeias, até que, às vezes após centenas de quilômetros, chegasse de novo à cidade maior mais próxima. Ali ele fundava uma igreja, que imediatamente recebia responsabilidade missionária pela região adjacente (cf 1Co 1.2; 1Ts 1.6ss). Para ele o surgimento de uma igreja numa localidade central significava que já estava conquistando a terra em redor, uma vez que estava imbuído da certeza de que o fogo se espalha por si. Na opinião dele, Filipos representava a Macedônia (Fp 4.15), Tessalônica a Macedônia e a Acaia (1Ts 1.7,8), Corinto a Acaia (1Co 16.15; 2Co 1.1), e Éfeso a Ásia (Rm 16.5; 1Co 16.19; 2Co 1.8).

São dois os aspectos que tornam compreensível essa estratégia. Primeiramente havia sua vocação de acordo com At 22.21 (cf Gl 1.16): "Eu te enviarei para longe, aos gentios". Paulo era missionário para as nações, que raciocinava no horizonte mundial, em povos e países, não em aldeias e casas. Em segundo lugar as condições lingüísticas também eram um fator de peso. É verdade que em todo lugar a que chegara a civilização compreendia-se o grego. Por

exemplo, Paulo não precisava escrever à Galácia no idioma gálata nem a Roma em latim. Nas igrejas urbanas todos podiam entender nos cultos a leitura de cartas redigidas em grego. Porém, ao lado continuavam existindo um sem-número de idiomas locais, que podiam significar um problema para o missionário, como comprova At 14.11-15. Especialmente em regiões interioranas ele necessitava de intérpretes. Essa era outra razão que remetia Paulo às cidades.

Nesse sentido, para ele o trabalho no leste estava concluído. Sentia-se impelido a alcançar novos povos e países. A Itália não entrava na sua cogitação, pois ali já existia, em Roma, um centro reconhecido por ele (cf nota *2*). Portanto, imediatamente o salto para a Espanha! Não possuía nenhum interesse missionário direto em Roma (Rm 1.12; 15.20,21), e sim dirigia-lhe expectativas de outra ordem.

c. Roma eleita como nova igreja de apoio

Os centros e pontos de apoio utilizados até então situavam-se extremamente no leste, enquanto a igreja de Roma se oferecia já por razões de tráfego para servir aos planos da Espanha. Em meros termos geográficos ela era absolutamente incontornável para quem quisesse viajar do leste para a Espanha. Pois todos os caminhos levavam a Roma e novamente para fora de Roma. No tocante à viagem sobre o mar, navegava-se na Antigüidade – mil anos antes da descoberta da bússola! – não simplesmente cruzando o Mediterrâneo, mas sempre em contato visual com a costa. Dessa maneira, pois, era inevitável passar por Roma no caminho para a Espanha. Nessa cidade o apóstolo esperava obter auxílio espiritual e prático para seguir viagem (15.24).

No entanto, a viagem para Roma (com continuação para a Espanha) constituía para Paulo nem sequer seu próximo alvo, porém o alvo seguinte. Antes impunha-se uma viagem em direção oposta.

d. A igreja romana como companheira de luta de Paulo na questão da visita a Jerusalém

Nesse ponto pode ser abordada a tarefa que para Paulo era muito mais difícil. Só no final da carta, quando Paulo podia presumir que conquistara os corações e pensamentos dos romanos pelas suas explanações, ele aborda esse assunto (15.25ss): "Mas, agora, estou de partida para Jerusalém, a serviço dos santos". Esse "serviço" consistia da entrega de uma oferta arrecadada pelas igrejas fundadas por Paulo.

Para ele essa viagem era tão problemática que ele implorou insistentemente por orações a seu favor, no v. 30: "Rogo-vos, pois, irmãos… que luteis juntamente comigo nas orações a Deus a meu favor". De acordo com o v. 31, ele temia em Jerusalém, por um lado, as perseguições das autoridades judaicas de lá, e, por outro, incompreensões por parte dos fiéis. Temia que entrementes o grupo dos judaístas pudesse ter alcançado tamanha influência na primeira igreja que os sinais de comunhão na forma da magnífica ação da coleta (Rm 15.27) seriam rejeitados. Sim, lá se faziam já os preparativos para, quando chegasse, questioná-lo, acusá-lo, subjugá-lo e, assim, levá-lo radical e definitivamente ao descrédito perante as igrejas filiais nas províncias. O objetivo dos adversários era expô-lo de todas as maneiras à "vergonha", com autoridade espiritual e teológica (cf comentário sobre 1.16a).

Que tinha a ver com isso a distante igreja em Roma? Considerando os contatos tradicionalmente intensos entre a cidade e Jerusalém, Paulo tinha de pressupor que a disputa interna dos cristãos em torno de sua pessoa não tivesse permanecido ignorada desses fiéis romanos (cf Rm 3.8). Como era pessoalmente desconhecido deles, estava preparado para reações tanto mais negativas entre eles. Será que lá ficaram felizes com o anúncio da visita de uma pessoa tão controvertida e combativa? Se as difamações ganhassem terreno em Roma, também a missão mundial iria por água abaixo. Viagem a Roma e viagem a Jerusalém, afinal, estavam imbricadas uma na outra. Sob essas condições, a solicitação de intercessões significava: "Coloquem-se do meu lado nessa grande luta diante de Deus e das pessoas!" De fato era uma intenção que para Paulo era impossível colocar no começo da carta. Cabia primeiro prestar contas daquilo que ele verdadeiramente ensinava.

e. Os efeitos sobre o formato da carta

As circunstâncias acima esclarecem a estranha situação de que, diante dessa igreja majoritariamente gentílico-cristã, Paulo se refira tão detalhada e profundamente a objeções judaicas (e com elas também judaico-cristãs!), e que além disso faz uso muito freqüente da demonstração escriturística, abordando em três longos capítulos a questão de Israel. Por isso Rm já foi chamado de carta camuflada a Jerusalém. Contudo seu público-alvo de fato eram os romanos, com os quais Paulo queria estar ligado no futuro por uma comunhão de trabalho, precisando, por isso, conquistá-los até o recôndito da consciência. Unicamente o próprio evangelho podia criar a base para essa comunhão. No entanto, porque o contato se processava dentro de uma conjuntura tensa, Paulo ao mesmo tempo tinha de capacitar seus leitores a defender a verdade reconhecida diante de objeções controvertidas.

f. O testamento de Paulo?

Atualmente é comum chamar essa carta de "testamento" de Paulo. Sem dúvida a carta *tornou-se* seu testamento teológico. Porém, será que essa perspectiva corresponde à autocompreensão do autor quando a redigiu? De um "testamento" faz parte a convicção: Minha obra está feita, com essa obra passo a outros o meu legado. Contudo, naquele tempo ainda não era essa a situação de Paulo. Ele não estava no ponto final, mas sim num ponto de virada, estava cheio de planos e esperanças. Numa hora memorável ele proporcionou a outros um documento de sua visão de estratégia missionária e da história da salvação.

g. Síntese

Apesar das duas viagens que Paulo está prestes a fazer levarem em direções geograficamente opostas, para ele estão estreitamente ligadas entre si. E, embora a Espanha fosse muito distante de Jerusalém, Paulo não conseguia simplesmente tornar-se independente dos cristãos de Jerusalém. O espírito de cisão entre os proclamadores e os crentes constituía para ele uma catástrofe (1Co 1.13). Para debelá-la, ele se decidira, contra todas as advertências, a realizar a viagem para Jerusalém, em que correria perigo de vida. Sem dúvida os cristãos de Jerusalém eram "subdesenvolvidos" na teologia da missão, carecendo de uma clareza real da verdade do evangelho. Porém eram "santos" (Rm 15.26), e seguramente muito fatigantes, porém santificados pelo sangue de Cristo e pela fé. Em consonância, não era possível, para Paulo, uma Espanha abençoada sem um empenho sincero pelos santos em Jerusalém.

COMENTÁRIO

I. O INÍCIO DA CARTA, 1.1-17

Observação preliminar

Na Antigüidade dava-se grande importância à parte inicial dos livros. Ela era estruturada com cuidado especial, como orientação para a obra toda. Rm naturalmente não deixa de ser uma carta, porém não há dúvida de que apresenta transições para a forma de um livro. Assim, também para ela vigorava aquele princípio de cuidado com o início. Também o cabeçalho dessa carta traça o roteiro de tudo o que segue e requer uma leitura cuidadosa. Neste caso, o cabeçalho de carta, que naquele tempo era breve, contendo às vezes apenas três palavras, expande-se para formar uma única frase desproporcional e extremamente plena de conteúdo. Na tradução, essa frase não foi polida nem subdividida em sentenças breves.

a. Remetente, destinatário e anúncio de bênção (prefácio), 1.1-7

1 Paulo, servo de Jesus Cristo, chamado para ser apóstolo, separado para o evangelho de Deus,
2 o qual foi por Deus, outrora, prometido por intermédio dos seus profetas nas Sagradas Escrituras,
3 com respeito a seu Filho, o qual, segundo a carne, veio da descendência de Davi
4 e foi designado Filho de Deus com poder, segundo o espírito de santidade pela ressurreição dos mortos, a saber, (o evangelho sobre) Jesus Cristo, nosso Senhor,
5 por intermédio de quem viemos a receber graça e apostolado por amor (da glorificação) do seu nome, (para conduzir pessoas) para a obediência por fé, entre todos os gentios (os povos não-judaicos),
6 de cujo número sois também vós, chamados para serdes de Jesus Cristo.
7 A todos os amados de Deus, que estais em Roma, chamados para serdes santos, graça a vós outros e paz, da parte de Deus, nosso Pai, e do Senhor Jesus Cristo.

Observação preliminar

O objetivo de Paulo é conquistar os fiéis em Roma. Por isso aponta em primeiro lugar para a base comum do "evangelho". Nesse chão os romanos, Paulo e todas as comunidades cristãs firmaram sua vida. A partir dele com certeza será possível esclarecer também questões controvertidas.

1 Sem citar os nomes de colaboradores, como costuma fazer em suas cartas a igrejas, Paulo se apresenta pessoalmente. As circunstâncias exigiam prioritariamente que desta vez entrasse em foco ele próprio: Paulo. Não porque em Roma não se soubesse nada a seu respeito. Mesmo em lugares em que não atuou como missionário, a história da sua vida era conhecida e comentada (Gl 1.22,23; At 21.21). Contudo os judaístas lhe haviam atribuído a fama de renegado. Contra isso ele se protege de três maneiras.

Primeiramente ele é um **servo de Jesus Cristo**, literalmente um "escravo". Se essa autodefinição saísse da boca de um grego, seria avaliada como um gesto de humildade exagerada, pois no helenismo o termo tinha um sentido quase exclusivamente desonroso. Mas neste texto fala um judeu,

marcado pelo AT, o qual pode designar por meio desta palavra o serviço mais sublime, a saber, ser colocado no serviço pelo próprio Deus. Foi assim que Moisés, Josué, Davi e sobretudo os profetas se chamavam "servos de Deus".

O segundo aposto vem confirmar esse sentido: um **chamado**. Assim como acerca dos servos de Deus do AT, também se conhecia acerca de Paulo uma história de vocação. Era com ela que coincidiu sua nomeação para apóstolo. Nesse ponto, como na grande maioria das passagens do NT, ocorre um uso especificamente cristão desse termo. Ele ultrapassa a acepção de "emissário", "mensageiro", incluindo uma tarefa para a vida toda e até com caráter históricosalvífico. Portadores desse título garantem pela não-deturpação do evangelho, sobre o qual está edificada a igreja de todos os tempos. Como tais, formam um círculo único de pessoas.

Uma terceira definição retrocede para bem antes do acontecimento de Damasco. Já antes de nascer, Paulo era alguém **separado** por Deus. Faz parte da separação uma atribuição: **para o evangelho de Deus**. Por intermédio do tópico "evangelho" a primeira frase da carta já aborda a visão que Is 52.7-9 tem para o mundo (cf nota referente ao v. 16a): No fim dos tempos Deus se expõe como nunca fizera e reverte vitoriosa e salutarmente o curso da humanidade a favor dele. "O teu Deus passou a reinar!", jubilam ali os mensageiros da alegria, ou seja, os "evangelistas". É assim que Paulo entende sua tarefa. Com essa definição fica claro que ele não chega a Roma como pessoa particular, não como um teólogo interessante, não como paulinista, mas exatamente nessa função de apóstolo como garantidor do evangelho.

Tudo isso, porém, ele não lança simplesmente no contexto sem que possa ser conferido. Ciente do princípio de Mt 18.16, ele cita duas testemunhas que eram dignas de confiança também para os cristãos em Roma.

2 Como primeira testemunha, é o AT que confirma o evangelho de Paulo, **o qual foi, outrora, prometido**, a saber, **por Deus**. O evangelho não constitui nenhum capricho súbito e desconexo de Deus, mas há muito estava ancorado na doutrina e na lógica das **Sagradas Escrituras**. Elas formam um livro que olha para a frente e que espera por Cristo. Seus autores eram todos considerados **profetas**. Deus permitiu que a profecia deles se tornasse Escritura, a fim de que eles estivessem à disposição como testemunhas para aqueles que experimentariam o cumprimento do anunciado. O intuito era que se pudesse colocar o cumprimento ao lado da promessa e que deste modo se ganhasse tanto maior certeza (2Pe 1.19). Por isso o AT foi escrito precisamente para cristãos, como Paulo enfatiza com toda a clareza. Justamente em conexão com suas teses decisivas ele designa passagens bíblicas como "testemunhas". Seu apostolado aos gentios não é nenhum empreendimento avesso às Escrituras.

3a Paulo define a síntese do evangelho prometido no AT: Ele trata do **seu Filho**. Não uma doutrina é evangelho, nem mesmo a doutrina da justificação, mas o Filho. Todo o cristianismo primitivo concordava nesse ponto, que o centro da Escritura é o próprio Cristo. Como Filho, ele é mais que Abraão, Moisés, Davi, Salomão ou qualquer profeta. Ele é a plenitude concreta de Deus.

No entanto, será que os judeus não tinham e não têm razão de se indignar com essa utilização cristológica de suas Escrituras, que não trazem nem mesmo o nome "Jesus Cristo"? O próprio Paulo, quando era rabino judeu, serviu de exemplo desse protesto. Contudo, recebeu o entendimento da verdadeira intenção comunicativa da Escritura graças a uma "revelação", no sentido de 2Co 3.14-16. A partir desse momento, o Senhor vivo lhe explicava a Escritura, e a Escritura lhe testificava desse Senhor.

3b,4 Como segunda testemunha, Paulo recorre a uma confissão de fé do cristianismo primitivo. Para elucidar esse procedimento, beneficiamo-nos de um resultado de pesquisa da mais recente. De forma crescente se impõe a constatação de que nessa e em tantas outras passagens Paulo não formula pessoalmente, mas cita uma antiga frase central da primeira igreja. Também Rm 6.17 e 15.15 indicam que os cristãos em Roma haviam assumido, ao se tornarem cristãos, um acervo dessas declarações de fé, o qual os ligava de modo mais ou menos firme à cristandade toda. Ao fazer uso de uma peça de domínio geral entre os cristãos, Paulo integra com seus leitores uma comunhão de fé, e precisamente esse era o objetivo da carta.

Com ajuda dessa confissão, Paulo desdobra nos v. 3,4a a história do evangelho do Filho, mais precisamente em dois trechos consecutivos. O primeiro refere-se a existência do Filho "segundo a

carne"; o outro trecho, à sua existência "segundo o Espírito da santidade". Esta seqüência de "carne" e "Espírito" na história de Cristo ocorre de modo similar em 1Pe 3.18.

Quanto ao primeiro trecho: **o qual, segundo a carne, veio da descendência de Davi**: Como em 9.3,5,8, neste ponto "carne" designa de modo neutro a realidade de criatura, na qual a vida humana tem lugar. O Filho eterno tornou-se criatura humana. Mais precisamente: Tornou-se judeu (cf 9.4,5). Pode-se até indicar sua genealogia: da semente de Davi. Contudo, ao mesmo tempo, esse termo leva adiante. Sendo da linhagem de Davi, Jesus despertava, de acordo com 2Sm 7.10-16, a mais fervorosa expectativa pelo rei messiânico dos judeus.

Falta nessa confissão a tão importante proclamação da morte de Jesus. Contudo, apesar de ouvirmos aqui apenas o tópico "nascimento", seria um contra-senso terminar a história com o Natal. Era óbvio que entre nascimento (v. 3) e ressurreição (v. 4) também se estendia a sua trajetória de vida e sofrimento até a morte. Afinal, essa confissão era proferida por pessoas que, embora vivessem antes da redação dos nossos quatro evangelhos, tinham em mente a tradição sobre Jesus, do seu nascimento até a ressurreição. Essa tradição, no entanto, informa, digna de toda a fé, que sobre a cabeça do crucificado constava exatamente: "rei dos judeus", filho de Davi! Portanto, esse primeiro trecho sobre o rei da salvação segundo a carne também abrangia o seu auto-esvaziamento, sua fraqueza, vergonha e abandono por Deus. Neste sentido, constitui o objeto da confissão de uma pessoa atingida.

Segue-se, agora, a segunda estação, conforme o v. 4a: **foi designado Filho de Deus com poder, segundo o espírito de santidade**. Uma intervenção do Deus justo transformou tudo. Ele elevou do mais profundo abismo para a esfera de Deus (cf Fp 2.6-11) o Filho manso, disposto a sofrer, aparentemente derrotado, e, segundo a lei, carregado de maldição (Gl 3.13). O final da frase acrescenta enfaticamente que se deve ter em mente a Páscoa: **pela ressurreição dos mortos**. É assim que do Filho na fraqueza se fez o Filho com poder.

Esta antiga confissão de fé escora de modo excelente a idéia condutora de Paulo: o poderoso senhorio do Filho em escala mundial. Por isso ele profere, em alto e bom som, no final do versículo: O evangelho trata de **Jesus Cristo**, **nosso Senhor**. A alternância de "Filho" para "Senhor" acontece intencionalmente. "Filho" é Jesus em relação a Deus, "Senhor" ele é em relação ao mundo e a todas as pessoas e poderes. Pois era exatamente sobre essa plenitude pascal de poder do Exaltado "sobre tudo" (Rm 9.5), da forma como se torna agora palpável na missão aos gentios, que Paulo queria falar.

5 Depois da importante inclusão dos v. 2-4, Paulo dá seguimento à sua auto-apresentação do v. 1. Agora tem condições de falar de forma mais significativa do seu apostolado. Sua vocação foi uma decisão desse "Senhor" há pouco mencionado: **por intermédio de quem viemos a receber graça e apostolado**. É evidente que ele descreve uma mesma questão com dois termos. Ele forma em muitas passagens esta dupla de conceitos "graça e apostolado". "Graça" corresponde ao grego *cháris*, do qual se origina o termo "carisma". Em decorrência, Paulo se considera como um apóstolo carismático especial num momento historicamente relevante. De acordo com Gl 2.9 também os demais apóstolos o reconheceram e admitiram como tal.

No entanto, esse Senhor não somente o proveu de dons e autoridade, mas também determinou a finalidade e o alvo da sua atuação. Ele recebeu a incumbência de conduzir os gentios **para a obediência por fé**. Pela sua posição na auto-apresentação, esta informação adquire um peso elevado, que ainda é potencializado pela repetição literal no final da carta em 16.26 (cf 15.18; 16.19). Ela emoldura todo o escrito como uma presilha. É por isso que lhe cabe uma atenção especial. Não há dúvida de que simplesmente poderia constar que Paulo quer conduzir os gentios "à fé". Então, que significa a ênfase da "obediência por fé"? Em 10.16 lemos: "nem todos obedeceram *ao evangelho*", e com maiores detalhes em 2Co 9.13: "obediência da vossa confissão quanto ao evangelho de Cristo". A obediência consiste, portanto, na sujeição voluntária ao evangelho ouvido, na primeira *invocação, como Senhor, do Cristo anunciado*.

Para a mesma direção leva também o presente contexto. O ponto de partida foi, no v. 4, o senhorio do Ressuscitado. Na missão proclama-se seu nome de Senhor, a fim de ser invocado pelos que crêem (10.9-13). Se esse for o processo central da experiência da salvação, a obediência está profundamente contida na fé. Nesse aspecto é preciso que fiquem completamente de fora experiências repulsivas com exigências humanas por obediência. Tampouco se deve pensar em renunciar ao uso da inteligência em favor de uma "fé" distorcida, por exemplo diante de textos bíblicos complicados

(*sacrificium intellectus*). Por se referir ao Senhor revelado, a fé não acontece cegamente, e sim com entendimento, e porque a mensagem ouvida é de alegria, a fé não é forçada, mas grata.

Este resultado precisa ser aplicado em três aspectos. Primeiro reside nele uma pronta resposta aos judaístas, que suspeitavam de que Paulo estivesse propugnando uma oferta barata e irresponsável. Contra isso fica evidente que o ato de crer é uma troca integral de senhorio, abrangendo o coração e os lábios (Rm 10.9,10). Quem fosse "crer" sem isso, permaneceria na escravidão do pecado (Rm 6.12,16,17).

Ao mesmo tempo essa exacerbação também constitui a única maneira eficaz de assegurar que a fé não se distorça em obra meritória. A fé não é um esforço humano direcionado para Deus, porém submissão ao processo empreendido por Deus em Cristo, da forma como nos é anunciado. Precisamente a obediência que ouve é renúncia radical à glória própria (Rm 3.27).

Finalmente, essa fórmula também aponta para a responsabilidade humana no despertamento da fé. O ouvinte do evangelho não deve ficar à espreita, vendo se a fé surge por si, se sobe por suas pernas ou se o toma de assalto. Pelo contrário, a fé lhe é ordenada. Como criatura caída, ele experimenta diante de Deus a sua própria resistência, ou seja, sua falta de fé. Com essa aflição cabe-lhe refugiar-se em Deus, sujeitando-se a ele e sua palavra: "Eu creio! Ajuda-me na minha falta de fé!" (Mc 9.24). O homem incapaz não é eximido dessa sujeição total ao Onipotente. Ainda que com a máxima deferência, o evangelho não deixa de solicitar dele uma resposta pessoal (2Co 5.20). Vigoram os termos de Ap 22.17: "Aquele que tem sede venha, e *quem quiser* receba de graça a água da vida".

Esta soberania universal de Jesus proporcionava, ainda, abrangência universal ao apostolado de Paulo: atuar **entre todos os gentios** (os povos não-judaicos) em favor da glorificação de seu nome.

6,7a Dessa tarefa Paulo deriva o direito de dirigir-se também aos romanos: **de cujo número sois também vós**. Segundo o esquema da carta, ele chega agora à indicação dos destinatários. O v. 7 os cita com todas as circunstâncias: **A todos os amados de Deus, que estais em Roma**, a saber, que assim como ele próprio (v. 1) são **chamados para serdes de Jesus Cristo**. Contudo, isso é agora aprofundado: Eles são **amados de Deus**, como Israel é incessantemente chamado no Deuteronômio, de forma clássica em Dt 7.7,8. É para formar esse povo de Deus que eles foram chamados. O amor de Deus se mostrou como purificador na morte propiciatória de Cristo. Por meio dela eles se tornam "capazes para Deus". "Santos", diz a Bíblia, ou seja, **chamados para serdes santos**.

7b Finalmente, Paulo arremata que os romanos são para ele igreja em sentido pleno, abençoando-os, da mesma maneira como costuma fazer regularmente nas aberturas das cartas às igrejas fundadas por ele próprio. Assim, tudo o que se segue é discurso de bênção: **graça a vós outros e paz, da parte de Deus, nosso Pai, e do Senhor Jesus Cristo**. Por meio dessa proclamação, eles são entregues à graça divina, num processo que vem de Deus, passa por Cristo e chega aos apóstolos. A saudação da graça se contrapõe à palavra de maldição. Enquanto esta última significa, com Mt 25.41: "Apartai-vos de mim!", a primeira tem o sentido básico de "o Senhor é contigo!", de acordo com Lc 1.28. À declaração de tal comunhão com Deus acrescenta-se de modo significativo: "e paz!" Trazendo atrás de si o termo hebraico *shalom*, um rico conteúdo reside nessa palavra. Retirados da história da maldição, desdobra-se diante deles de forma promissora um vasto campo: ser restaurado, bem-estar em todas as dimensões, plenitude exultante de vida.

b. Agradecimento, planos de visita e seu fundamento (proêmio), 1.8-15

8 **Primeiramente, dou graças a meu Deus, mediante Jesus Cristo, no tocante a todos vós, porque, em todo o mundo, é proclamada a vossa fé.**

9 **Porque Deus, a quem sirvo em meu espírito, no evangelho de seu Filho, é minha testemunha de como incessantemente faço menção de vós**

10 **em todas as minhas orações, suplicando que, nalgum tempo, pela vontade de Deus, se me ofereça boa ocasião de visitar-vos.**

11 **Porque muito desejo ver-vos, a fim de repartir convosco algum dom espiritual, para que sejais confirmados,**

12 **isto é, para que, em vossa companhia, reciprocamente nos confortemos por intermédio da (troca de) fé mútua, vossa e minha.**

13 **Porque não quero, irmãos, que ignoreis que, muitas vezes, me propus ir ter convosco (no que tenho sido, até agora, impedido), para conseguir igualmente entre vós algum fruto, como também entre os outros gentios.**
14 **Pois sou devedor tanto a gregos como a bárbaros, tanto a sábios como a ignorantes;**
15 **por isso, quanto está em mim, estou (estive) pronto a anunciar o evangelho também a vós outros, em Roma.**

Observação preliminar

Parte dos comentários sobre esta unidade quase poderia causar a impressão de que foram tomados de um vírus de desconfiança diante da insistente polidez de Paulo nesse trecho. Será que a polidez sempre precisa ser lisonja e adaptação às maneiras, sempre só formalidade oca? Será que manter o tato sempre é tática? Acaso aquele que enfatiza a fraternidade e se esforça por um clima de diálogo favorável sempre tem apenas intenções autoritárias? Será que aquele que em Rm 16.18 adverte contra os que falsamente falam suave e lisonjeiam, agiria assim ele próprio? Nem a obra da vida de Paulo nem sua personalidade dão motivo para tais preconceitos. Há máximas justificativas para que se suponha a seriedade dessas frases. Elas se caracterizam pelo desejo de construir um relacionamento pessoal antes da visita planejada, sim, antes da leitura do assunto seguinte.

8 Paulo ressalta que a obra cristã em Roma tem de causar nada mais que gratidão. **Primeiramente, dou graças a meu Deus… no tocante a todos vós**. Sem reservas ele admite: De fato a obra não é minha, mas é "meu Deus" que se glorificou entre vocês. A oração de gratidão, como toda oração cristã, é **mediante Jesus Cristo**. Cristo não somente significa a influência de Deus em direção de nós, mas também o fluxo inverso para Deus, ou seja, essa comunicação viva entre Deus e o ser humano. O objeto da gratidão consiste em que **em todo o mundo é proclamada a vossa fé**. Esse fato tornou-se interpelação, pregação em forma de sinal que colocava diante de Deus os que estavam de fora. A irradiação tinha atingido também a Paulo.

9,10 É preciso que os leitores se tornassem cientes de quanto era forte o desejo que o animava de visitá-los em Roma. **Porque Deus, a quem sirvo** (sacerdotalmente) **em meu espírito, no evangelho de seu Filho, é minha testemunha de como incessantemente faço menção de vós em todas as minhas orações.** Querendo expor algo que parece não combinar com sua atitude exterior (v. 13), Paulo tem de se reportar ao saber superior de Deus. Tal como fizeram os primeiros apóstolos (At 6.4), Paulo não apenas servia a Deus por meio de suas atividades missionárias, mas também "em meu espírito". Ao labor exterior incansável correspondiam tempos regulares de oração. Nisso ele se compara a um sacerdote (semelhante em Rm 15.16), que celebra dia e noite no templo os sacrifícios que estão na vez. Era disso que Deus tinha plena ciência sobre Paulo.

É digno de nota que agora, diferentemente das demais introduções das cartas, não acontece uma intercessão em favor da igreja, porém uma prece por si próprio: **suplicando que, nalgum tempo, pela vontade de Deus, se me ofereça boa ocasião de visitar-vos**. A frase espelha de que maneira elementar esse objetivo o move: Uma dependência indagadora ("se me ofereça") mescla-se com insistência impaciente ("nalgum tempo"). Há muitos anos, Paulo era tomado pelo desejo de "visitar-vos".

11 A finalidade da visita projetada é realizar formalmente uma visita apostólica. **Porque muito desejo ver-vos.** A simples expressão "ver-vos" depõe a favor da conclusão de que Paulo não tenciona estabelecer-se e aninhar-se lá. Em seguida, a finalidade positiva: **a fim de repartir convosco algum dom espiritual, para que sejais confirmados**. Portanto, ele vem oficialmente, no âmbito de seu envio e de sua consciência missionária, que ele mostra francamente nos v. 1-7 ou em 15.15,16,29, ou também em 1Co 15.10. Todas essas passagens, como também a frase acima, estão agrupadas em torno do tópico "graça". É a graça apostólica com que pretende vir, "para o vosso fortalecimento". A expressão não pressupõe fraquezas específicas dos cristãos em Roma, mas insere-se no linguajar geral missionário, com o significado: Firmar cristãos na fé, ou seja, como atividade que, ao lado da incumbência missionária, também faz parte do serviço apostólico (Lc 22.32).

12 Paulo precisa deixar clara a natureza de sua visita em Roma. "**Isto é**" não significa: Tenho de me corrigir. Se a frase anterior estivesse errada, Paulo nem a teria ditado. No entanto, é possível que algo diferente pairasse no ar. Na segunda carta aos Coríntios, há pouco escrita, evidencia-se como Paulo precisava defender-se de outras imagens existentes sobre apóstolos. Talvez também fossem conhecidos em Roma superapóstolos com pose de astro que "deturpavam o ministério": ávidos de

glória, senhoriais, ufanistas e exigentes (2Co 6.3; 11,12). Ali, em 2Co 1.24, Paulo contrapõe: "Não que fôssemos senhores sobre a vossa fé, mas somos cooperadores da vossa alegria; porquanto pela já estais firmados". É exatamente essa a acepção do que ele escreve aos romanos, sobre o que deseja que aconteça quando da sua visita: **para que, em vossa companhia, reciprocamente nos confortemos por intermédio da** (troca de) **fé mútua, vossa e minha**. Igualmente de acordo com 12.3-8 ele tem a visão de uma igreja cristã como sendo um organismo com dons de todos os aspectos, ainda que com medidas diferentes de fé. É daí que procedem o dar e receber recíprocos. Cada um dá o que tem e recebe o que lhe falta – inclusive o irmão apóstolo. O apostolado e a condição de irmãos se interpenetram.

13 Paulo declara de modo marcante que seu propósito de viajar a Roma já persiste há anos. **Não quero, irmãos, que ignoreis.** Por desconfiança, era possível que se falasse desse modo em Roma: Se ele realmente possui esse envio e se de fato se sente tão impelido a fazer também a nós em Roma uma visita apostólica, por que não veio há muito tempo? Por que o apóstolo dos gentios, depois de anos de aparente falta de interesse, de repente se lembra desse centro em Roma? A esse pensamento Paulo assevera: **que, muitas vezes, me propus ir ter convosco (no que tenho sido, até agora, impedido), para conseguir igualmente entre vós algum fruto, como também entre os outros gentios**. Faz muito tempo que Paulo tinha Roma como alvo. Não faltou motivação pessoal. Em 15.22,23 ele justificará com maiores detalhes por que não conseguiu realizar a visita. A metáfora do fruto é tão aberta para qualquer concretização quanto a expressão bastante genérica "algum dom espiritual" (v. 11).

14 Enfaticamente Paulo declara que se sente comprometido sem restrições com os gentios. **Sou devedor tanto a gregos como a bárbaros.** Com "gregos e bárbaros" se descrevia naquela época a humanidade toda. As etnias diferentes empalideceram em favor de uma moderna cultura unitária, independente de alguém ser partícipe dessa cultura ou não, i. é, na prática participava dela quem dominava a língua da civilização, o grego. Nesse caso recebia a designação de "grego". Os que não falavam grego eram bárbaros. Pois, faltando-lhes essa língua, careciam do "cartão de ingresso" para a cultura dominante, eram considerados como rudes e incultos. Em correspondência, Paulo esclarece esses dois conceitos com um segundo: **a sábios como a ignorantes**. Porém esta distinção não constitui para ele um critério nesse caso. Em toda parte, independentemente de barreiras lingüísticas e culturais, há miséria humana, motivo pelo qual há espaço para o evangelho. É para essas pessoas que ele lhe foi confiado, é a elas que está devendo o evangelho. Por isso a visita a Roma jamais foi uma questão da sua preferência ou não.

15 Dirimem-se, pois, mal-entendidos quanto à sua ausência até o presente. **Quanto está em mim, estou** (estive) **pronto a anunciar o evangelho também a vós outros, em Roma**. É uma frase sem verbo determinante. Porém, como desde o v. 13 Paulo está olhando para o passado, o verbo a ser acrescentado mentalmente também deveria ser formulado no pretérito ("estive"). Já ficou claro de qualquer modo, desde o v. 9, que ele estava ansioso por visitar Roma no presente. Mas mesmo nos anos anteriores, ele nunca deixou fora de sua órbita esse centro do paganismo.

Poderia causar estranheza que Paulo ainda quisesse anunciar o evangelho "a vós" da igreja de Roma, em vez de, p. ex., "entre vós". Contudo, naquele tempo o termo ainda não possuía o sentido estreito de primeira proclamação, abrangendo o envio apostólico propriamente dito, seja a fundação de igrejas com o evangelho, seja a solidificação com o evangelho (cf explicação do v. 11). O evangelho continua central mesmo no interior de uma igreja.

c. Enunciação da tese principal: O evangelho é poder de Deus para a salvação, 1.16,17

16 **Pois não me envergonho do evangelho, porque é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê, primeiro do judeu e também do grego;**

17 **visto que a justiça de Deus se revela no evangelho (anunciado), de fé em fé, como está escrito: O justo viverá por fé (Hc 2.4a).**

Observações preliminares

1. O tema da carta. Depois das explicações de cunho pessoal nos v. 1-15, Paulo passa agora à questão essencial, fornecendo em forma de frases muito bem refletidas o tema de sua carta. É preciso notar que não se trata de uma definição do evangelho propriamente dito. Para isso faltam afirmações centrais sobre Jesus

Cristo, como as trazidas, p. ex., pela frase de confissão dos v. 2-4. Antes, trata-se de conseqüências do evangelho.

Conforme expusemos na qi *1*, a trajetória da missão aos gentios trouxe consigo a grande controvérsia entre Paulo e os judaístas cristãos. Ela não se referia à cristologia. Ambos entendiam-se como porta-vozes do evangelho. Porém, conforme a opinião de Paulo, seus adversários extraíam dele deduções soteriológicas que não correspondiam à "verdade do evangelho" (Gl 2.5,14). Disso resultava, retroativamente, "outro evangelho" (Gl 1.6-9).

Pode-se anunciar o Crucificado, porém combiná-lo com uma prática missionária e comunitária tal que Cristo terá morrido quase que em vão (Gl 2.21). Pode-se venerar Jesus Cristo e não obstante já se ter alienado da esfera de seu poder e de sua bênção (Gl 5.2). É essa a problemática específica que arrasta consigo a Paulo e, por isso, toda a carta aos Romanos. Nessa controvérsia ele desde logo assume posição.

2. Balizamento decisivo. Com unanimidade, os exegetas avaliam esses dois versículos como o programa de Paulo para toda a carta. De fato, colocam-se aqui as balizas e define-se a rota, que Paulo em parte alguma modificará. Os ingredientes do texto fornecem, na raiz, as respostas a oito perguntas:

- A quem se dirige o serviço do apóstolo? "Aos judeus primeiro".
- E os demais povos? "Também ao grego", diga-se: aos não-judeus.
- Em que consiste para ambos a oferta? "Salvação".
- Qual é a causa eficiente? "O poder de Deus".
- Qual é a causa substancial? "A revelação da justiça de Deus".
- Sobre que fundamento? "O evangelho".
- Com que testemunhas? "Como está escrito".
- Por qual caminho? "A cada um que crê", "de fé em fé".

3. Necessidade de complemento. Evitamos realizar neste local um trabalho lingüístico demasiado exaustivo, pois muitos aspectos se complementam apenas no decurso dos próximos capítulos. Cumpre apontar especialmente para Rm 3.21-26. Preparado o assunto pela grande construção de entrada em 1.18–3.20, Paulo retornará, naquele texto, ao que ele antecipa aqui com brevidade, relacionando-o lá expressamente com pecado e culpa, e concatenando-o com afirmações cristológicas. Lá também será o lugar para abordarmos mais detidamente os conceitos centrais "justiça de Deus" e "fé".

16a Paulo caracteriza sua atitude na grande discussão que se incendiou em torno de sua missão livre da lei, dirigida aos gentios. **Pois não me envergonho do evangelho**. A interpretação psicológica diz que a idéia da futura visita a Roma, essa poderosíssima e gloriosa metrópole, aliada à autoconsciência dos habitantes da capital e à troça dos intelectuais, primeiramente teriam intimidado o pequeno asiático. Esses sentimentos ele teria tido necessidade de superar. Contudo, Paulo de forma alguma tem em mente o mundo da cultura pagã de Roma (ao contrário do v. 14). Na iminência de partir para Jerusalém (15.25), havia outra coisa que o preocupava. Em Jerusalém e em outros lugares começava a cumprir-se o prenúncio de Jesus, em Jo 16.2: a mais dura oposição por parte dos judeus! Ela sucedia com ímpeto teológico, com apego à Escritura e como serviço presumido a Deus. Isso o atingia profundamente. De onde tirava sua perseverança contra isso? Não de sua psique, e sim de sua teologia.

É com boas razões que lançamos agora um olhar sobre a mensagem do livro da consolação de Isaías, que traz os trechos sobre o servo de Deus. Pois, mais do que qualquer outra obra do AT, Paulo cita em suas cartas exatamente Isaías. De acordo com Is 53.1, o servo de Deus não encontra fé na comunidade de seu próprio povo. Arrastam-no ao tribunal. Cabe reparar sobretudo em Is 50.4-9: esbofetear o rosto, cuspir e arrancar os cabelos, ações mencionadas no v. 6, faziam parte, como ritual da *vergonha* pública, dos elementos do rito processual do antigo Israel. Sua função era tornar a inculpação visível também como vexame público. O servo humilhado, porém, oferece a fronte de rosto erguido (v. 6b). Ele aceita esse sofrimento como inerente à sua missão. A força para isso lhe é concedida pelo relacionamento direto com Deus (v. 5): "Perto está o meu defensor legal. Quem contenderá comigo? Vê, o Senhor me socorre. Quem há que me condene?" (v. 8,9). Por isso, pois, o v. 7: *"Eu sei que não serei envergonhado",* respectivamente *"que não terei de me envergonhar".* O servo de Deus confia em que sua demanda legal será decidida a seu favor perante a instância suprema, ou seja, perante Deus. É por isso que não se retrai diante das acusações (v. 5), mas continua imperturbável anunciando a salvação para todos os oprimidos (v. 4).

Nesse quadro Paulo registra suas próprias experiências. Pairava sobre elas a obrigatoriedade, mas também a promessa. Sofrer, como justo, a injustiça e o vexame públicos e, apesar disso, abençoar

seus inimigos – essa era, segundo aquela profecia, a prática missionária do servo de Deus. Essa perspectiva também haveria de proporcionar a Paulo os parâmetros em Jerusalém, mas igualmente já agora, ao compor esta carta, bem como na sua esperada ida a Roma. Não sendo envergonhado por Deus, de nada se envergonhava.

16b Paulo era fortalecido pela ação já comprovada do evangelho: **porque é poder de Deus para a salvação**. Diferentemente do v. 20, Paulo não fala, p. ex., do "eterno poder" de Deus na Criação, nem como no v. 4 daquele "ato de poder" de Deus na Páscoa, mas, muito semelhantemente a 1Co 1.18, fala de um acontecimento da *Palavra*. Pois "poder" se refere a "ele", mais especificamente, ao evangelho antes mencionado, à pregação missionária do primeiro cristianismo. Deus deu ao mundo não somente o Cristo, mas igualmente a pregação de Cristo carregada de poder. Cristo e pregação de Cristo relacionam-se como a dádiva e o seu acessório indispensável, pois "Como crerão naquele de quem nada ouviram? E como ouvirão, se não há quem pregue? E como pregarão se não forem enviados?" (Rm 10.14,15). A primeira igreja contemplava maravilhada os efeitos da Palavra, sua expansão para além das fronteiras.

Como em 1Co 1.18, aparece novamente a finalidade da pregação: "para redenção". "Redenção" constitui um termo bíblico central, trazendo o conceito básico de possibilitar a alguém que escape ileso de um perigo (por isso traduzido com freqüência por "salvação", cf "Salvador"). Em Paulo esse grupo semântico ocorre 63 vezes. Porém é somente uma única vez que ele usa o termo para designar salvamento de perigo terreno (2Co 1.8-10), poucas vezes para libertação da aflição do pecado, e na grande maioria das vezes aplica-o à redenção futura (!) no juízo final.

Esse evangelho tem validade universal (cf já o v. 5b): **para a salvação de todo aquele que crê**. O NT atesta com grande freqüência a combinação de salvação e fé. Enquanto o próximo versículo ressalta: Crê *somente!*, a ênfase aqui está na total ausência de restrições: Fé e, por isso, salvação para todos, sem exceção. Paulo tampouco teme a prova dos nove e aplica expressamente o "para todos!" à mais profunda diferença que perpassa a humanidade, porque esse "para todos!" está ancorado na eleição por Deus: **primeiro do judeu e também do grego**.

Em princípio, a formulação simples "judeus *e* gregos" seria um mero resumo. Porém, o "tanto – quanto" evoca polaridade, anulando-a em seguida sob determinadas condições. É essa anulação que Paulo celebra em Rm 10.12,13: "*Pois não há distinção* entre judeu e grego, uma vez que *o mesmo* é o Senhor de todos, rico para com todos os que o invocam. Porque: *Todo* aquele que invocar o nome do Senhor será salvo." Com essa afirmação forma-se já agora o arco até a última frase do bloco doutrinário da carta, em 11.32: Deus quer ter compaixão de todos, tanto de seu povo eleito quanto dos povos não eleitos!

Agora vejamos a intercalação de "primeiro" para o judeu! Apesar do universalismo de Paulo, a humanidade não era para ele uma massa uniforme. A abordagem separada dos gentios em 1.18-32 e dos judeus em 2.1–3.8 fala uma linguagem inequívoca. Estava longe dele abordar um judeu que vivia nos parâmetros da lei da mesma maneira como um gentio (1Co 9.20-22). Antes de receberem pelo evangelho a revelação da palavra, os gentios trazem em seu íntimo nada mais que uma sombra de Deus, no exterior, porém, servem a ídolos. Em contraposição, os judeus experimentaram a revelação da palavra do Deus verdadeiro muito antes que ecoasse o evangelho, de modo que tiveram uma longa e rica histórica com Deus (3.2). O "primeiro os judeus" deve ser avaliado em três dimensões:

- Em primeiro lugar essa observação valoriza a *vantagem histórica*. Os judeus já estavam preparados, motivo pelo qual chegaram imediatamente na vez (cf At 3.26; 13.46).
- Em segundo lugar eles possuem, em virtude de sua eleição, uma *prioridade objetiva* para a salvação em Cristo. A quem, se não a eles, destina-se o poder libertador do evangelho (11.14)?! Paulo não conhece um "os judeus por último", nem mesmo em Rm 11.26a. Todavia, essa prerrogativa traz consigo, de acordo com Rm 2.9,10, igualmente uma responsabilidade mais elevada.
- Finalmente resulta como terceiro ponto para esse povo também uma *preferência honorífica*. Paulo esperava, conforme Rm 15.27, que os gentílicocristãos se considerassem permanentemente em débito com os "santos em Jerusalém" (cf Jo 4.22). Para ele constituía simplesmente um absurdo se os gentílico-cristãos se portassem como superiores. Quem ama e honra a Deus, também ama e honra os caminhos que Deus enveredou ao vocacionar Abraão (11.28).

17 Por fim Paulo também define o conteúdo do evangelho redentor. **Visto que a justiça de Deus se revela no evangelho.** A Bíblia conhece maneiras múltiplas de como Deus sai de si, revelando-se por multiformes poderes e dons, palavras e prodígios. Porém nenhuma dessas revelações esgotou aquilo que Deus é, quer e pode. Sempre permanecia um resto. Desse modo todas essas manifestações ficavam devendo aquilo pelo que clama a desesperada realidade do nosso mundo, a saber, a presença definitiva e não turbada de Deus, sua divindade plena e integral. É exatamente isso que agora refulge com a justiça de Deus.

Cabe imaginar primeiramente um processo que acontece em Deus, e uma justiça que seja a dele. O paralelo em Rm 3.26, que serve de parâmetro, interpreta assim o conceito: "Deus manifestou a sua (!) justiça no tempo presente, *para ele mesmo ser justo"*. Agora, porém, é preciso ler adiante: "e ser o que *torna* justo aquele que tem fé em Jesus". O ser justo de Deus não é algo que permanece só com ele. Expande-se poderosamente sobre pessoas e, enfim, sobre a Criação toda (Is 11.9). Paulo traça de imediato a ligação com essa justiça de Deus que se comunica, ainda que o faça com extrema brevidade: É uma justiça que também é concedida a seres humanos, **de fé em fé**. O primeiro elemento, *"de* fé" retorna freqüentemente na carta. O *"em* fé", porém, parece estar a serviço de um interesse peculiar, porque assegura que a fé sempre volta a penetrar na fé e permanece na fé. Fé não é apenas estágio inicial; pelo contrário, ela caracteriza a maneira como daqui em diante se pode ser verdadeiramente um ser humano. A formulação dupla poderia ser parafraseada assim: unicamente fé, fé de A a Z, fé ininterrupta e como princípio.

Uma citação bíblica de Hc 2.4a fundamenta, com rotina de escriba, a tese enunciada: **como está escrito: O justo viverá por fé**. A frase relaciona os tópicos mencionados até agora, "justiça" e "fé", com um terceiro, com "vida". Forma-se um triângulo terminológico frutífero. Em virtude da brevidade, porém, permanece aberto para entonações diferentes:

- A cadência do pensamento dirige, a princípio, a ênfase sobre o "por fé". Desse modo a posição contrária à justiça por lei, dos judaístas, recebe um apoio conclusivo baseado da Escritura: Somente da fé origina-se vida!
- Contudo, também é possível enfatizar o "viverá". Então a idéia não se fixa mais na necessidade da fé para se obter redenção, mas progride em direção de uma declaração para o salvo. A justiça de Deus também capacita para viver, ela tem o objetivo de revelar-se como criadora de vida. A essa perspectiva Paulo dedica a parte epistolar de Rm 5–8 (cf a opr daqueles capítulos).

II. A PARTE DOUTRINÁRIA DA CARTA

Plena salvação para judeus e gentios"
por meio da fé no Senhor Jesus Cristo
1.18–11.36

UNIDADE 1

A necessidade de uma revelação da justiça de Deus:
Todas as pessoas, indesculpáveis, sob acusação, 1.18–3.20

Observação preliminar

No v. 16a, portanto, Paulo se empenha com persistência em defender o evangelho, tanto em Jerusalém quanto em Roma ou em qualquer lugar. O primeiro motivo ele já havia antecipado a partir do v. 1: pousa sobre ele a vocação divina. Agora ele fornece uma segunda justificativa: Essa mensagem simplesmente é necessária diante da miséria da humanidade. Para descrever a dimensão dela, Paulo protela por 64 versículos o desdobramento da tese recém-enunciada. Com exceção de uma menção à margem, em 2.16, não ocorre, nesse longo trecho, nenhuma vez o nome de Jesus Cristo. São os destinatários que passam para o centro. O apóstolo faz "pesquisa de mercado". Ela revela que as pessoas não apenas precisam do evangelho, mas que até necessitam dele com urgência. Não existe só uma "brecha de mercado", porém uma demanda gigantesca. Nessa carência, o evangelho é necessário assim como é. Não deveria ser nem um pouquinho diferente.

Em Rm 3.9 Paulo define retrospectivamente o trecho como um levantamento de acusações. Entre os seres humanos vigoram muitas necessidades, mas a maior de todas as carências é que têm de conduzir a vida sob a condenação de Deus. Sobre judeus e gentios paira a sentença: "Indesculpáveis!" (1.20; 2.1).

1. Os gentios sob a ira de Deus, 1.18-32

18 **A ira de Deus se revela (já agora) do céu contra toda impiedade e perversão dos homens que detêm a verdade pela injustiça;**
19 **porquanto o que de Deus se pode conhecer é manifesto entre eles, porque Deus lhes manifestou.**
20 **Porque os atributos invisíveis de Deus, assim o seu eterno poder, como também a sua própria divindade, claramente se reconhecem, desde o princípio do mundo, sendo percebidos por meio das coisas que foram criadas. Tais homens são, por isso, indesculpáveis;**
21 **porquanto, tendo conhecimento de Deus, não o glorificaram como Deus, nem lhe deram graças; antes, se tornaram nulos em seus próprios raciocínios, obscurecendo-se-lhes o coração insensato.**
22 **Inculcando-se (vangloriosamente) por sábios, tornaram-se loucos**
23 **e mudaram a glória do Deus incorruptível em semelhança da imagem de homem corruptível, bem como de aves, quadrúpedes e répteis.**
24 **Por isso, Deus entregou tais homens à imundícia, pelas concupiscências de seu próprio coração, para desonrarem o seu corpo entre si;**
25 **pois eles mudaram a verdade de Deus em mentira (da religiosidade gentílica), adorando e servindo (cultualmente) a criatura em lugar do Criador, o qual é bendito eternamente. Amém!**
26 **Por causa disso, os entregou Deus a paixões infames; porque até as mulheres mudaram o modo natural de suas relações (sexuais) íntimas por outro, contrário à natureza;**
27 **semelhantemente, os homens também, deixando o contacto natural da mulher, se inflamaram mutuamente em sua sensualidade, cometendo torpeza, homens com homens, e recebendo, em si mesmos, a merecida punição do seu erro.**
28 **E, por haverem desprezado o conhecimento de Deus, o próprio Deus os entregou a uma disposição mental reprovável, para praticarem coisas (moralmente) inconvenientes,**
29 **cheios de toda injustiça, malícia, avareza e maldade; possuídos de inveja, homicídio, contenda, dolo e malignidade; sendo difamadores,**
30 **caluniadores, aborrecidos de Deus, insolentes, soberbos, presunçosos, inventores de males, desobedientes aos pais,**
31 **insensatos, pérfidos, sem afeição natural e sem misericórdia.**
32 **Ora, conhecendo eles (muito bem) a sentença de Deus, de que são passíveis de morte os que tais coisas praticam, não somente as fazem, mas também aprovam os que assim procedem.**

Observação preliminar

A peculiaridade especial do trecho. Se hoje uma comissão neutra fosse encarregada de uma pesquisa sobre a situação do paganismo no século I, com certeza resultaria um relatório muito diferente. Se prestássemos atenção a uma pessoa sábia daquele tempo, que discorresse de forma meditativa sobre o mesmo assunto, a exposição seria novamente outra. Aliás, possuímos tal testemunho na "Sabedoria de Salomão", do século I a.C., que se assemelha ao de Paulo, a ponto de coincidirem certos termos (p. ex., Sabedoria 11.15; 12.23,24,27; 13.1-9; 14.12-14,22-31). No entanto, Paulo não exibe uma meditação rica em sensibilidade, nem fornece um relatório neutro sobre o quadro conjuntural. Sua forma de exposição faz lembrar, antes, as acusações dos profetas do AT: rigorosamente fiéis ao tema, taxativos, sumários, radicais, esteriotipantes. Se não nos sintonizarmos com esta forma singular do texto, perder-nos-emos em inúmeras "contradições" em Paulo:

- Aqui o mundo gentio é caracterizado como inteiramente homossexual (v. 26,27) e como um só antro de vícios (v. 28-32), mas de acordo com 2.10,14,15 Paulo também conhece um paganismo digno.
- Aqui a boa Criação de Deus rebrilha para dentro de cada consciência, de modo que cada um poderia ser grato (v. 20,21), enquanto segundo 8.19-22 todas as criaturas gemem sob escravidão e medo.
- Aqui a sociedade se mostra jactanciosa, até entusiasmada pelo pecado (v. 32), ao passo que 7.14-24 atesta que o indivíduo está penosamente enredado em si próprio.
- Aqui as pessoas são confrontadas unicamente com a sua própria culpa (v. 18-20), mas de acordo com 8.38,39 há toda uma hierarquia de poderes demoníacos que tenta separar de Deus.

Diversas vezes em suas cartas, Paulo expressa que ele conta com leitores compreensivos. Essa expectativa é mais que justa. Deveríamos inserir-nos na intenção de suas afirmações, poupando-o de objeções precipitadas.

18 O v. 18 resume em forma de título a realidade do mundo gentio. É claro que existiam também no judaísmo "impiedade e injustiça", bem como as maldades listadas nos v. 29-31. Os profetas já confrontaram Israel incansavelmente com esses problemas. De maneira correspondente também se encontra a fala da "injustiça" e da "ira de Deus" no trecho seguinte, sobre os judeus. Apesar disso, uma característica assinala que agora Paulo ainda não está pensando nos judeus: Nem uma única vez ele usa a palavra "lei", que porém em Rm 2 aparece nada menos de 23 vezes. Ou seja, aqui trata-se de fato dos "sem lei". Esses **homens** estão vivendo com toda a **impiedade e perversão**, impiedade e injustiça (RC, BJ, NVI). A expressão dupla visa transmitir uma impressão geral. A ênfase recai sobre a segunda palavra, pois "injustiça" é retomada no final do versículo e depois repetidas vezes: v. 29; 2.8; 3.5; 6.13. Eles **detêm a verdade,** *suprimem* a verdade (NVI), (cf sobre 2.2). Com inumeráveis maldades martelam contra esse saber (v. 20,21), não permitindo que se erga. Prendem-no no porão de sua consciência. A alegria pela injustiça (v. 32; 2Ts 2.12) reprime o amor pela verdade.

Contra essa forma de vida gentílica manifesta-se o furor de Deus, e precisamente como um processo presente, que se repete sem cessar, da mesma maneira como, segundo o v. 17, também se revela sempre de novo a justiça de Deus sob o anúncio do evangelho ("nele"). Na verdade, a ira de Deus revela-se independentemente da palavra, **desde o céu**. Em qualquer lugar debaixo do céu, mesmo aonde o evangelho ainda não chegou, ela se manifesta sobre as nações. Penetra nas camadas de seu consciente: Eles "sabem" (cf v. 19-21,32) que o "não" de Deus paira sobre eles como uma espada. De acordo com 2.15, o mundo está cheio de consciência, apenas que não lhe concede a posição cabível, por causa de uma obduração coletiva (v. 28,32).

19 Essa percepção da verdade contra a qual os gentios se rebelam precisa ser explicada. Ela existe graças a uma terceira "revelação", a saber, a revelação da bondade da Criação de Deus. Embora cuidadosa, a formulação é significativa. Entre eles não está manifesto o próprio Deus, porém meramente algo dele, ou seja, o que é perceptível em Deus. Foi Deus quem lho revelou. Desse modo, a princípio, Deus não está longe deles (At 17.27). Vivem sua existência "cercados pela sabedoria de Deus".

20 O v. 20 traz pormenores sobre esse aspecto que se pode conhecer de Deus. Embora jamais alguém tenha visto Deus pessoalmente, motivo pelo qual todas as imagens de Deus são mentirosas, **os atributos invisíveis… se reconhecem**. Isso parece ser paradoxal: visualizar algo invisível? São contemplados indiretamente no que é visível, por assim dizer "nas entrelinhas", a saber, pelas obras da natureza e da história. "Sem linguagem, sem fala" (RC), "os céus proclamam a glória de Deus", é a mensagem que as obras de Deus não param de jorrar (Sl 19.1-5; Jó 12.7-10). Essa revelação existe desde a Criação do cosmo e, desde então, continuamente. O Criador não é igual a um relojoeiro que solta sua obra depois de pronta para que ande sozinha. Pelo contrário, conserva o que criou em funcionamento, segundo após segundo. O Criador, jamais exausto, "nem se cansa, nem se fatiga" e sustenta "todas as coisas".

Paulo coloca esse acontecimento em foco. É uma força eterna que atua, superando as forças intramundanas. Dizendo-o de forma concreta: Podemos filmar o crescimento de um capim em todas as suas fases, explicar suas funções, definir sua cadeia química, podemos construir uma imitação de similaridade quase enganadora, podemos também destruí-lo. Contudo, o que com todo o nosso conhecimento não somos capazes de fazer é: criá-lo. Em conseqüência, cada pequena gramínea já nos demonstra o que não podemos e o que não somos, a saber, não somos criadores. Continuamente reflete-se, na onipotência manifesta de Deus, a nossa impotência. Ser pessoa significa experimentar incessantemente a superioridade da altura do céu e caminhar continuamente nos limites próprios. Isso também vale independentemente das clássicas experiências limítrofes como doença e morte. Já no simples dia-a-dia não somos sempre fortes, nem conseguimos nos virar sempre sozinhos. Cada pessoa necessita continuamente de misericórdia. Há também muito mais coisas que nossa ciência ignora. Cada nova descoberta faz divisa com mais terreno não desbravado. Igualmente, nossos poderosos nem são tão poderosos assim.

Em vista de tantas coisas incontroláveis para nós, é impossível que sejamos senhores. Uma **divindade** invisível reivindica o senhorio. Diante dela temos de nos responsabilizar. De nenhum coração humano pode-se apagar o dever dessa responsabilidade (2.14-16). Nessa situação, experimentamos que esse poder superior não é um poder que subjuga friamente, e sim que abençoa. Ele nos concede espaço para viver, comida e alegria de existir. É irrefutável que lhe cabe nossa gratidão (v. 21).

Nosso versículo contém mais uma cláusula importante. A revelação da Criação somente é visualizada quando ela é compreendida com a razão. A percepção combina dois processos entre si, um de receber e um de elaborar mediante reflexão.

Quanto ao primeiro ato: A "razão" ["percepção", "sensatez"] tem a ver com "perceber", e sempre começa nesse aspecto. Ela denota sentidos abertos para toda a amplitude da existência. Em segundo lugar, no entanto, ela acolhe sem prejuízos essas impressões em seu raciocínio, a fim de ponderá-las, circundá-las, movê-las, até conduzi-las para conclusões finais apropriadas. Dessa maneira chega-se a uma descoberta, no sentido de um acréscimo genuíno. Numa elaboração sensata da experiência real do mundo é muito difícil excluir Deus do raciocínio, por mais fácil que seja excluí-lo do discurso. Contudo, dificilmente há algo que esteja tão intimamente ligado, se for processado por meios corretos, como ser pessoa e honrar a Deus.

Ao longo de dois versículos, Paulo expôs que os gentios possuem conhecimento sobre Deus, sobre a reivindicação de que ele é senhor, e sobre a responsabilidade deles. A frase final patenteia qual era para ele a questão: **Tais homens são, por isso, indesculpáveis**. A ira condenatória do v. 18 é legítima. "As pessoas sem dúvida alguma tinham a possibilidade de se portarem corretamente perante Deus… o condenado não pode alegar desconhecimento. Não pode evadir-se". Mesmo depois de levadas em conta condições atenuantes, não existe em lugar algum paganismo justificado e desculpável.

21 O v. 21 elucida mais profundamente o trato culposo com a revelação de Deus na Criação. As pessoas não seguem, como exigia o v. 20, a "lei da razão" (7.23). Não tinham lucidez. Não captavam o que estava ao alcance das mãos. Ao invés disso praticavam o que era antinatural. **Tendo conhecimento de Deus, não o glorificaram como Deus, nem lhe deram graças**. A princípio, o seu pecado é pecado por omissão. Um duplo "não" os acusa ("não glorificaram", "não agradeceram"). Portanto, no começo não está o "dizer não", mas o "não dizer", desviar o olhar (v. 21), não considerar (v. 28), deixar de ouvir (*parakoé*; 5.19), esquecer-se (3.11; 10.20).

Quanto à primeira omissão: *não glorificaram a Deus como Deus*, i. é, o conhecimento de sua soberania não se transformou em reconhecimento. Em vez de honrar e louvar a Deus junto com todas as criaturas, as pessoas negam sua condição de criaturas e principiam a ascensão para ser super-humanas e para se fazer semelhantes a Deus (Gn 3.5). Um enorme ato de força! Consideremos: Diante da diuturna experiência de não ser onipotentes e imortais, ou seja, de com toda a certeza não ser deuses, as pessoas se portam, apesar disso, como um deus! É disso que a humanidade se arroga.

A segunda omissão: Nem lhe deram graças. Também em Lc 6.35 a expressão "os ingratos" serve de designação coletiva para os pecados. Enquanto a negativa de honrar se refere ao próprio doador, a ingratidão se refere ao agir de suas mãos. Quando, porém, não agradecemos a Deus pelo bem que ele nos concedeu, rapidamente o esqueceremos e seremos dominados por autocomiseração sentimental. No fim das contas, na realidade é Deus quem deveria desculpar-se conosco.

A conclusão do versículo descreve o reverso imediato, a saber, aquilo que resta quando falta a glorificação de Deus (cf par em Ef 4.17,18). Causador de toda a miséria é o coração do ser humano. Quando ele pratica o mal, o coração nunca está ausente, mas sempre junto. Não se abre mão da responsabilidade do coração. O coração foi **insensato** (cf v. 31). Sabia de Deus, mas não o queria. Odiava-o (v. 30; 5.10), porém sem motivo. Entretanto, quem odeia, não é mais capaz de pensar com clareza. **Obscurecendo-se-lhes**: Apagou para si próprio a luz, escureceu sua existência. Agora não há mais nada de bom a esperar. Eles **se tornaram nulos em seus próprios raciocínios**. Apesar de todo o derramamento das bênçãos de Deus e de sua incontestável capacidade de raciocínio, é admirável como as pessoas podem deixar de ser exigentes quanto está em jogo o essencial, a busca pelo sentido último e pela plenitude da vida. A própria expressão "nulos" aponta para a idolatria. No AT os ídolos muitas vezes são chamados de "sopro", "nadas", porque sua aparente divindade não é nada. Afinal, fazem parte da esfera do que foi criado. Dessa forma foram preparados os versículos subseqüentes.

22-23 Os v. 22-32 aportam conteúdo ao juízo da ira testemunhado no v. 18a. Para intensificar a premência, Paulo utiliza o método da repetição: Três vezes essa confusão que clama aos céus, tomando os ídolos por Deus (v. 22,23,25,28a). Três vezes o abandono por Deus às conseqüências de seu comportamento (v. 24a; 26,27a e 28b-31), e três vezes a miséria daí resultante (v. 24b,27b,32). Nessa descrição a exposição da culpa se torna passo a passo mais breve, e suas conseqüências,

sempre mais detalhadas, até que se derrama diante de nós praticamente um dilúvio de vícios, fazendo estourar toda a podridão interna da sociedade humana. Comecemos dando títulos às unidades de pensamento:

- v. 22-24: Exaltar-se acima de Deus leva à queda para a tolice indescritível da idolatria.
- v. 25-27: Desonrar a Deus conduz a deplorável amor próprio.
- v. 28-32: Falta de gratidão a Deus leva a uma sociedade que despreza as pessoas e que se destrói a si própria.

De forma sintética, abordaremos três temas desse trecho:

O agir soberano da ira de Deus. O termo "entregar", que perpassa o trecho como um refrão (v. 24,26,28), revela o que Paulo tinha em mente no título do v. 18 com "ira": uma disposição ativa de Deus. A Bíblia não testemunha um Deus que permanece imóvel diante da quantidade descomunal de injustiça e que, embora irritado, não faz nada. Ele não é o espectador que tão somente grava na memória os casos, para recuperá-los no juízo final. Pelo contrário, sua irritação interior já hoje se torna resistência ativa. O que o impulsiona, nessa ação, não é prazer de vingança, e sim paixão pelo direito. Ela se incendeia em todo lugar onde o mundo não está mais "direito". Seu objetivo foi vida, ele criou a vida, preserva-a e é um Deus da vida. Por isso ele é um Deus da ira, onde quer que a vida seja prejudicada. Portanto, ele reage à negativa de honrar a Deus e à idolatria dela decorrente. Responde ativamente com medidas legais que passam a também determinar a trajetória futura dos gentios.

No ato de entregar residem dois momentos, como também mostra At 7.42: Primeiro *largar* (a), para depois *deixar* à mercê de uma outra instância (b). Quanto ao largar judicial (a), cf a ação de Pilatos depois da condenação de Jesus, em Mc 15.15, mas igualmente o grito de abandono, de Mc 15.34. Ali são as mãos de Deus que se retraem. De acordo com nosso texto em análise, os gentios foram privados da ligação protetora com Deus, eles perdem uma parte (!) da proteção. Depois acontecem (b) o repasse e a entrega a órgãos de execução judicial. No paganismo que sempre de novo fraudou, esbanjou e desprezou os impulsos divinos da Criação, outras grandezas podem passar a desenvolver seu poder. Que grandezas são essas? Neste trecho Paulo não fala de Satanás e demônios (cf comentário sobre 16.20). Deus entrega esses "filhos da ira" (Ef 2.3) desprotegidamente a si próprios, a saber, às **concupiscências** de seus corações (v. 24), às **paixões infames** (v. 26), a **uma disposição mental reprovável** (v. 28), ou seja, à maneira que eles próprios escolheram para viver. Isto é extremamente notável para o castigo terreno de Deus. Ele não faz cair fogo do céu, não envia objetos quaisquer de espaços transmundanos, mas libera desenvolvimentos na terra. Os seres humanos experimentam as conseqüências e potências que residem em suas próprias deliberações. Degustam a sopa que cozinharam para si. Totalmente entre si, pois, começam a prejudicar-se entre si (v. 29-31). Constitui um segredo deles que a maioria considere linda e libertadora a vida "sem Deus no mundo" (Ef 2.12; cf aqui o v. 32). Paulo os vê cercados num beco sem saída: "Deus a todos encerrou na desobediência" (11.32).

Um primeiro adendo: Em geral Deus não é "rápido na irritação" (Mq 2.7), somente a contragosto dá "curso livre" à sua ira (Sl 78.49,50). Contudo pode chegar o instante em que a paciência não favorece mais o ser humano, porque poderia acostumar-se com a idéia de que pessoas más vivem muito bem. Nesse caso é preciso aplicar-lhe uma sangria, deixá-lo sofrer as conseqüências, maciçamente (Jr 2.17,19).

Em segundo lugar é preciso refletir mais uma vez sobre a declaração do v. 20: O mundo ainda não é um inferno porque a bondade criadora de Deus segue em curso enquanto a terra existir (Gn 8.22). Por isso as pessoas também continuam vivas, embora mereçam, segundo o v. 32, a morte. Os juízos dentro da história, por conseguinte, ainda não são juízos totais. Eles são aplicados como que com freios acionados, mesclados com uma profusão de paciência e longanimidade (Rm 2.4). Possuem um sentido pedagógico, como também repercute várias vezes através do Ap (chamado ao arrependimento: 9.20,21; 16.9,11). Esse é o horizonte apropriado também para a presente fase do juízo: A revelação da ira de Deus preserva o mundo para a revelação da sua justiça no evangelho (1Tm 2.4; 2Pe 3.9).

A idolatria do ser humano. Por mais tola que possa parecer, possui inversamente a sua lógica. O ser humano foi criado para dar honras a Deus. Isto seria para ele a atitude mais natural. Quando, pois, foge de Deus, ele leva consigo essa estrutura existencial, a saber, essa necessidade de venerar e

dedicar-se. A pessoa não suporta deixar de ajoelhar-se diante de algo. Não consegue simplesmente levar a vida, ela não vive só do pão. Ela tem necessidade de qualquer coisa que seja superior a ela. É preciso arranjar um "deus". Porém, a partir desse instante, a pessoa está ajoelhada no lugar errado, ou seja, onde de acordo com Gn 1.26 deveria estar de pé, como alguém chamado para dominar. Em vez disso, o ser humano toma um objeto criado, "elementos do cosmos" (Gl 4.3,8-10), elevando-os acima do natural. Estamos diante da raiz da idolatria. Ela apresenta muitas variações, porém sempre como algo criado, algo que é erguido ao nível do Criador e divinizado. Incansavelmente o ser humano gira em torno desse ídolo, dedica-lhe as melhores energias, sacrifica-lhe tudo – e quanto mais longe de Deus, melhor.

- Nas religiões primitivas muitas vezes o ídolo é talhado do tronco de uma árvore, uma **imagem de homem corruptível,** ou **de aves, quadrúpedes e répteis** (v. 23,24; fustigado com impacto especial em Is 44.9-20).
- No caso das filosofias e cosmovisões, o ser humano toma elementos do pensamento, idéias, princípios éticos ou leis intelectuais, das quais "talha" para si um sistema dominante. Nesse sistema ele se introduz como num enlatado fechado a vácuo. Quando acontece que ele sufoca, muda-se para uma nova lata. É o que se pode observar na sociedade aproximadamente de trinta em trinta anos.
- Também é possível que o "material" com que se "talham" pequenos deuses sejam outras pessoas. Enaltecem-se exageradamente artistas, cientistas, atletas, superiores seculares e eclesiásticos, construindo-se em torno deles um culto à pessoa.

De modo drástico Paulo expõe no v. 23 o extremo da degradação: Seres humanos, incumbidos de ser representantes de Deus na terra, ajoelham-se diante de répteis! Imaginemos isso de modo prático: rastejar diante de animais que rastejam! **Mudaram a glória do Deus incorruptível**! Contudo, os atores ainda se expõem à admiração geral. **Inculcando-se** (orgulhosamente) **por sábios, tornaram-se loucos** (v. 22; cf v. 32).

Quanto ao homossexualismo. Naturalmente Paulo não afirma que o relacionamento homossexual entre os gentios seja a regra; do contrário, os povos há muito teriam desaparecido. Pelo contrário, ele está reconhecendo um sinal que cai especialmente na vista, e que denuncia a enfermidade da sociedade. Também fica estabelecido que não se deve ver cada homossexual como especialmente culpado. Cada caso é diferente. Há sedutores e seduzidos, bem como situações que deixam alguém enfermo. Objetivamente trata-se do seguinte: Uma sociedade que declara que sua contraparte primária, ou seja, Deus, não lhe interessa (v. 23), obtém a quitação correspondente: ela tampouco é capaz de conviver com o "tu". Realmente possui nada mais que a si própria, não tem mais nada a amar exceto a si própria, e não pode buscar outra coisa que a si mesma e a própria espécie. Sob essa perspectiva, os homossexuais, enquanto apaixonados pelo próprio sexo e retraídos sobre a própria espécie até na esfera sexual, constituem-se nos portadores dos sintomas de uma sociedade.

Paulo, portanto, se atém ao nexo da reflexão. O assunto tampouco foi trazido à revelia, uma vez que o tema desses versículos é a revolta contra o Criador. Em nenhum lugar, porém, a Criação de Deus está tão perto de nós quanto no próprio corpo. Experimentamos nosso corpo não numa neutralidade sexual, e sim no âmbito da cópula entre macho e fêmea (Gn 1.27). Dessa maneira nossa definição sexual não reside na nossa escolha. Ela não é substituível, antes destrutível. Isso acontece no homossexualismo. Os instintos estão de pernas para o ar, a ordem original da Criação é deixada de lado, perde-se, evita-se e despreza-se a forma primária de parceria enriquecedora.

2. Os judeus sob a ira de Deus, 2.1–3.8

Observação preliminar

Paulo discorreu sobre o caso dos gentios num estilo de palestra. Impassível proferiu suas sentenças, pois até seus críticos judaístas aceitavam de coração que a ira de Deus pesa sobre o mundo gentílico. Mas, o furor de Deus pesando sobre os devotos da lei? Somente depois dessa declaração Paulo se expõe à verdadeira controvérsia. Isso já se nota na mudança de estilo. Logo de início, um diálogo intenso. No v. 1 aparece cinco vezes "tu" e depois continua ininterrupto o estilo de diálogo: Objeções e contra-argumentos até o final, intercalados apenas de breves inclusões doutrinárias. Comparemos também a extensão dos dois trechos: Somente 15 versículos sobre os gentios, mas 45 versículos sobre os judeus. Na realidade, a exposição sobre os judeus já estava completa em 2.11, mas uma tenaz resistência da parte judaísta torna necessários quatro adendos (cf o Sumário).

a. Nenhum tratamento especial para judeus no juízo final, 2.1-11

1 Portanto, és indesculpável, ó homem, quando julgas, quem quer que sejas; porque, no que julgas a outro, a ti mesmo te condenas; pois praticas as próprias coisas que condenas.
2 Bem sabemos que o juízo de Deus é segundo a verdade contra os que praticam tais coisas.
3 Tu, ó homem, que condenas os que praticam tais coisas e fazes as mesmas, pensas que te livrarás do juízo de Deus?
4 Ou desprezas a riqueza da sua bondade, e (sua) tolerância, e (sua) longanimidade, ignorando que a bondade de Deus é que te conduz ao arrependimento?
5 Mas, segundo a tua dureza e (teu) coração impenitente, acumulas contra ti mesmo ira para o dia da ira e da revelação do justo juízo de Deus,
6 que retribuirá a cada um segundo o seu procedimento:
7 (Dará) a vida eterna aos que, perseverando em fazer o bem, procuram glória, honra e incorruptibilidade;
8 mas ira e indignação (dirigem-se) aos facciosos, que desobedecem à verdade e obedecem à injustiça.
9 Tribulação e angústia virão sobre a alma de qualquer homem que faz o mal, ao judeu primeiro e também ao grego;
10 glória, porém, e honra, e paz a todo aquele que pratica o bem, ao judeu primeiro e também ao grego.
11 Porque para com Deus não há acepção de pessoas.

Observação preliminar

A atual ira de Deus contra toda injustiça dos seres humanos vigora, conforme 1.18, também para os judeus, não obstante sua história também estar inegavelmente marcada, segundo o v. 4, por uma "riqueza da sua bondade, e tolerância, e longanimidade". Nisso Paulo concorda com seus irmãos judaicos. Também ele percebe a graça especial derramada sobre o povo eleito. Contudo eles consentirão em que graça recebida não livra do juízo final, e até lhe confere um peso especial: "ao judeu, *primeiro*"? (v. 9,10). De modo conseqüente esse trecho desemboca na vigorosa exclamação de que o juízo do fim dos tempos é geral (v. 7-11). É para isso que Paulo visa despertar a consciência deles, preparando desse modo também um campo de ressonância para o evangelho da justiça redentora de Deus.

1 Diferente do discurso genérico sobre as "pessoas" a partir de 1.18, Paulo passa para o singular em 2.1: **ó homem**! Trata-se de uma pessoa peculiar, a saber: **quando julgas**. Assim, processa-se uma completa mudança de cenário. Há pouco ainda compareciam diante de nós os viciados, que não somente praticam o mal, mas também aplaudem, divertindo-se, aqueles que fazem o mesmo (1.32). Agora Paulo dirige-se ao ser humano ético, para quem o bem e o mal ainda são conceitos claros e que por isso não "se assenta na roda dos escarnecedores" (Sl 1.1). No presente contexto, "julgar" ainda não é igual a condenar, do que fala somente a próxima linha. Do contrário, aqui como muitas outras vezes na Bíblia, "julgar" significa "examinar" (12.2; 14.22), "censurar", "exortar", "educar" e "ensinar", como exemplificam os v. 18-20. Paulo dirige-se a uma pessoa especialmente abençoada (v. 4!) e vocacionada para o serviço. Dessa maneira cita-se paradigmaticamente o judeu fiel à lei. Não apresentava a frivolidade básica de 1.32. A revelação do Sinai e, depois, pelos séculos, as incansáveis manifestações de Deus por intermédio dos profetas, e finalmente a educação religiosa, que cobria todas as esferas da vida, haviam produzido em Israel uma ordem de valores intacta. Enojadas, as pessoas se afastavam da imoralidade. Diante do que era "inconveniente" (1.28) manifestava-se impreterivelmente a advertência: "Não farás!".

A experiência nos diz que o cumprimento da função moral facilmente nos distancia do chão. Involuntariamente forma-se uma elevada sensação do próprio eu quando se está constantemente exortando, educando e pregando. O juízo sobre o outro: *"Tu* pecaste!" reprime a confissão: *"*(*Eu*) pequei!" (2Sm 12.13; Lc 15.21). Também o reconhecimento por parte dos que cercam o homem da lei produz o seu efeito. E finalmente: Acaso cumprir por décadas esses serviços não significa nada? Que agradaria mais a Deus: aplaudir a prática do mal ou condená-la em consonância com a lei divina? Porventura no juízo final Deus não reconhecerá uma vida vivida como um dedo erguido, assegurando-lhe um tratamento especial?

Essa autoconsciência é abalada por Paulo. Não, "**indesculpável**", responde ele com o mesmo verbete que aplicou aos gentios em 1.20. Dessa forma, de fato equipara esses grupos morais

genericamente com os gentios. Há algo que decididamente conta perante Deus: **pois praticas as próprias coisas que condenas**. É certo que não praticas continuamente o mal, em tua vida não há dúvida de que existe muita preservação (veja acima, e v. 4), mas o praticas de vez em quando. Tampouco praticas o mal em todas as áreas (v. 10,14), porém o praticas cá e acolá. Portanto, de vez em quando, cá e acolá – isso já é o bastante. Há momentos em tua vida que, num lampejo, revelam quem tu és de verdade. No entanto, o que é verdade não pode ser verdade por um segundo apenas. Continua verdadeiro por toda a eternidade. Esta é uma característica da verdade.

Para Deus a injustiça não pode ser tolerada em circunstância alguma. Em caso algum o mal se sai bem, mas a ira de Deus se revela sobre ele (1.18). O mal não pode ser compensado estudando-se a lei dia e noite, nem empenhando-se energicamente pelos direitos de Deus em público. Pelo contrário: A lógica corre inversamente. A culpa do homem da lei até se intensifica pelo conhecimento muito mais elevado da vontade de Deus (v. 21-23). O que foi dito em 1.32 sobre os gentios: "Eles sabem" (BLH) e, mesmo assim, o fizeram, vale ainda muito mais para as pessoas que pensam e julgam moralmente.

2 Paulo fundamenta sua argumentação com um ensinamento básico do povo de Deus: **Bem sabemos que o juízo de Deus é segundo a verdade contra os que praticam tais coisas**. A arbitrariedade não tem espaço no juízo final. Lá não vigora nenhum critério além da verdade. Como em 1.18,25, a verdade é verdade de Deus, é a própria veracidade de Deus, é Deus sendo fiel a si mesmo. Deus cumpre o que ele é. Jamais Deus se desviará de Deus. A pessoa que especula que nesse juízo receberia um tratamento especial, teria de esperá-lo à revelia de toda a história da revelação de Deus.

3 O v. 3 arrasta à luz do dia a lógica questionável com que o judeu pretende escapar desse juiz: **Tu, ó homem, que condenas os que praticam tais coisas e fazes as mesmas, pensas que te livrarás do juízo de Deus?** A exegese do v. 1 já abordou esses mecanismos. Em vão se espera, como colaborador do juízo de Deus, um tratamento de "colega" por parte dele.

4 O v. 4 flagra o judeu numa segunda tentativa de fuga. Agora não se apela para a própria atividade, mas se arrola, de modo inteiramente errado, as bênçãos recebidas de Deus. **Ou desprezas a riqueza da sua bondade, e** (sua) **tolerância, e** (sua) **longanimidade, ignorando que a bondade de Deus é que te conduz ao arrependimento?** A bondade de Deus para com Israel era um fato. Ele não largou esse povo como os gentios (1.24,26,28). Sua longanimidade não permitia que sua ira se exteriorizasse. Deus sempre lhe estava dando um tratamento melhor do que merecia. Contudo, isso sucedia obviamente na intenção de conceder tempo para o juízo próprio e para um arrependimento que viesse do coração. Porém o ser humano, corrompido até em seu raciocínio, deduz: Riqueza de bondade – logo sou bom. Nenhum castigo – logo não tenho culpa. Por isso, continuo assim! Entretanto, uma dedução assim é muito superficial. Quem deseja a graça, mas uma graça que não leva ao arrependimento, despreza a graça.

As duas perguntas de autodefesa nos v. 3,4 não careciam de resposta. Tão logo que se toma consciência delas, já estão refutadas. Como argumentos teológicos, elas eram apenas peso-pena. Contudo, a rigor, o que vigora nem é a teologia e sim o coração, que não quer o que Deus quer. Quanto a isso, Paulo recapitula uma antiga palavra de crítica contra a insensibilidade de Israel durante a caminhada pelo deserto.

5 **Mas, segundo a tua dureza e** (teu) **coração impenitente.** Persistentemente o povo respondia com teimosia às incansáveis ofertas da salvação divina. Apesar disso, o apóstolo empenha-se por penetrar nas consciências. Para tanto lança mão do exemplo conhecido no judaísmo sobre o tesouro de méritos no céu, embora invertido para o negativo: **acumulas contra ti mesmo ira**. Qualquer injustiça faz com que a ira de Deus se mova, se acumule, se represe, mesmo quando ele ainda se controla exteriormente, até que **o dia da ira** estoure com sua **revelação do justo juízo de Deus**.

6 O v. 6 fornece um testemunho da Escritura referente a esse "justo juízo de Deus": Ele **retribuirá a cada um segundo o seu procedimento**. Há formulações semelhantes esparsas por toda a Bíblia. Cabe ressaltar que Deus somente julga assim, diferentemente dos tribunais terrenos. Em sentido rigoroso, os juízes humanos jamais julgam segundo as obras propriamente ditas, uma vez que nunca estiveram presentes. Têm de confiar em depoimentos, feitos pelo próprio acusado ou pelas testemunhas (com todas as suas compreensíveis fontes de erros!). Eles julgam somente pelo que ouviram dizer. Deus, porém, é aquele que estava lá e que continua lá e que estará lá, de maneira que não tem necessidade de testemunhas. Ele é sua própria testemunha. Por conseqüência, Deus pode orientar-se segundo os fatos em si, segundo as obras.

No judaísmo esse "julgamento segundo as obras" tinha grande importância, mas recebia a seguinte deturpação: Um anjo anota incessantemente o agir da pessoa em listas, sejam ações boas ou más. No juízo final instala-se uma balança e pesa-se se predominam as obras boas ou as más. Quando a balança está indefinida para um ou outro lado, Deus não será mesquinho caso se trate de um descendente de Abraão, mas inutilizará algumas cartas de débito. Portanto, salvação por meio de méritos mais a graça. Sob essa premissa, o judeu tinha de tomar cuidado durante todos os dias de sua vida, para realizar em troca de cada ação má, quando possível, outra ação boa, para assegurar pelo menos um balanço equilibrado (cf Lc 18.12).

Há dois erros nessa justiça pelas obras. *Primeiro*: Ao se concentrar em cada obra isolada, ignoram-se os seus intervalos: a história prévia, os motivos que levaram à ação, os objetivos que no fundo foram visados e buscados; além disso, as resistências que cabia superar, ou auxílios que havia à disposição. Tudo isso é altamente importante para uma avaliação justa. Deus não considera apenas a ponta do iceberg. De acordo com o v. 7 ele também vê a *perseverança* e a *busca* (NVI) sincera, e segundo o v. 16a, vê também o agir oculto. *Em segundo lugar*, perde-se na justiça das obras o nexo abrangente das obras. Não se vê a obra diante das demais obras. Paulo gosta de substituir "obras" pelo singular "obra", p. ex., em 1Co 3.13; Gl 6.4; Fp 1.6. Nós seres humanos nos fixamos em aspectos parciais e produzimos deles figuras de fantasia, com as quais passamos a viver. Porém Deus se atém, em sentido abrangente, ao inventário de nossa vida real. A realidade humana toda precisa ser confrontada com toda a realidade de Deus.

7-11 Interrompendo o estilo de diálogo, Paulo profere uma declaração de princípio sobre o julgamento de Deus. Segue-se doutrina, não profecia. Paulo nomeia os princípios do julgamento divino, porém não antecipa resultados. Dura como aço é a forma pela qual ele desenvolve o raciocínio, repetindo, com efeito especial, os v. 7,8 nos v. 9,10. O v. 11 faz a conclusão, colocando um forte traço de finalização: Deus se atém aos fatos, não importa quem é o autor da ação. De modo correspondente abre-se, então, para uns a porta para a **vida eterna**, enquanto os demais são sitiados por **tribulação e angústia**. Não se dá desconto quando se fala da ira, mas até ocorre uma intensificação, pela acumulação de ira e indignação (em Paulo somente nesse texto).

Duas vezes repete-se, nos v. 9,10, o "ao judeu primeiro" de 1.16. Portanto, a preferência deles na história da salvação vale em três sentidos, segundo Paulo: *primeiro* para a oferta de uma salvação por fé (1.16; 10.12), *segundo* para assegurar um juízo insubornável como recompensa justa (v. 10) ou, ainda, *terceiro* como castigo justo (v. 9). Nenhum desses três aspectos pode ser retirado. Para Paulo são eles que determinam a questão da missão aos judeus.

b. Acaso viver sob a ressonância da lei realmente não assegura nenhum tratamento especial no juízo final?, 2.12-16

12 **Assim, pois, todos os que pecaram sem lei também sem lei perecerão; e todos os que com (a vigência da) lei pecaram mediante lei serão julgados.**
13 **Porque os simples ouvidores da lei não são justos diante de Deus, mas os que praticam a lei hão de ser justificados.**
14 **Quando, pois, os gentios, que não têm (a) lei (de Moisés), procedem, por natureza, de conformidade com (o exigido pela) a lei, não tendo lei, servem eles de lei para si mesmos.**
15 **Estes mostram a norma da lei gravada no seu coração, testemunhando-lhes também a consciência e os seus pensamentos, mutuamente acusando-se ou defendendo-se,**
16 **(ou seja, o juízo final acontecerá) no dia em que Deus, por meio de Cristo Jesus, julgar os segredos dos homens, de conformidade com o meu evangelho.**

Observação preliminar

Os judaístas não aceitam a afirmação da imparcialidade de Deus, na qual desembocou o v. 11. Não é necessário que se credite para Israel uma "riqueza da sua bondade", que o próprio Paulo admite no v. 4? Nos trechos subseqüentes Paulo se vê forçado a abordar e examinar ponto por ponto esses privilégios, para verificar se de fato rendem argumentos contra um tratamento igualitário dos judeus no juízo. Primeiramente trata-se da posse da lei.

12 Está estabelecido que, em todos os casos, ao pecado precisa suceder a morte. **Todos os que pecaram sem lei também sem lei perecerão; e todos os que com** (a vigência da) **lei pecaram mediante lei serão julgados.** Cumpre exigir justiça para ambos os lados. Não pode haver

desvantagem para o pecador gentio por desconhecer a lei de Moisés, nem redundar vantagem para o pecador judaico por possuir a lei. Paulo enfoca cada lado isoladamente:

13 O judeu só precisa ser lembrado do que ele já sabe: **Porque os simples ouvidores da lei não são justos diante de Deus, mas os que praticam a lei hão de ser justificados.** Jamais a lei teve outra intenção. Por isso o judeu nada mais pode que silenciar, quando receber sua sentença como transgressor da lei. Mais complicado é o caso dos gentios. Onde fica o critério igual se os gentios, embora não tenham a lei, são condenados com o mesmo rigor?

14 Os gentios conhecem a lei, sem tê-la! **Quando, pois, os gentios, que não têm** (a) **lei** (de Moisés)**, procedem, por natureza, de conformidade com** (o exigido pela) **a lei.** Paulo tem ciência da realidade de que entre os povos acontecem sempre de novo ações que, sem dúvida alguma, correspondem às exigências da lei de Moisés. É evidente que a vontade de Deus não é completamente ignorada por ninguém. Naturalmente Paulo não está pensando nas prescrições rituais, mas sim em afirmações essenciais como os Dez Mandamentos, em ações de amor ao próximo. Elas sucedem sem influência artificial de religião ou ideologia. É disso que ele conclui: **não tendo lei, servem eles de lei para si mesmos**.

Entretanto, Paulo não pertence aos que nivelam diferenças na história da salvação. Não é por nada que o versículo traz duas vezes: **os gentios, que não têm lei**. Unicamente Israel recebeu a revelação do Sinai. Contudo, para preservar os gentios para a salvação em Cristo, a bondade do Criador se prolongou, de modo que mesmo a pessoa alienada de Deus ainda continua sendo um ser humano. Mesmo vivendo num sistema desumano ele não tem de forçosamente ser desumano, mas comprovadamente pode praticar ações do que é bom, verdadeiro e justo. Seria precipitado concluirmos que na sociedade humana agem somente leis econômicas, rendendo-nos a elas. Também parâmetros morais estão em vigor. Porém, como a pessoa é capaz de agir de forma humanamente digna, também tem de fazê-lo. Paulo aponta para essa circunstância. Ele não iguala o sentimento moral dos gentios à lei do Sinai, porém compara a responsabilidade de ambos os lados. Ela pode ser comparada, porque é o mesmo Deus que governa, embora em ordens diferentes, entre judeus e gentios. A cada um desses grupos Deus se dá a conhecer, ainda que para os gentios só de forma indireta, nebulosa, sem forma escrita definida (v. 20). Por mais diferente na gradação que possa ser, por isso, a responsabilidade, ela existe fundamentalmente, e com ela, também a indesculpabilidade.

15 Paulo não se restringe a essas declarações compactas, porém as recapitula com mais um esclarecimento. O que, afinal, esses gentios demonstram por meio de seu agir consciencioso? Que estão confrontados com uma norma objetiva! Boas ações entre eles **mostram a** (obra exigida da) **norma da lei gravada**, certamente não sobre tábuas de pedra, mas sobre um material bem diferente para escrever, a saber, **no seu coração**. Carregam dentro de si, por assim dizer, um pequeno Moisés. É a essa "escritura" que se refere a consciência deles, representando uma espécie de equipamento de leitura: **testemunhando-lhes também a consciência**. Portanto, a consciência não constitui ela própria essa norma objetiva, mas, movendo-se, ela permite reconhecer que ela tem conhecimento dessa norma e se compreende como advogado dela. Essa situação, porém, leva ao conflito dentro do eu humano, durante, antes, ou depois da ação. Reúne-se o tribunal do foro íntimo: **e os seus pensamentos, mutuamente acusando-se ou defendendo-se**. Pelo que se nota, os pensamentos não são tão fáceis de dirigir. Nem sempre concordam entre si e, sobretudo, com a consciência. Sentem esse companheiro crítico como um fustigante "co-sabedor" (esse é o sentido literal do vocábulo grego para consciência!). Muitas vezes as acusações dela produzem um impulso exacerbado de justificar-se.

16 Depois dessa digressão sobre a luta da consciência na pessoa, Paulo pode retornar ao tema, asseverando que o juízo final se realizará sem partidarismo, para todos. Ele acontece **no dia em que Deus… julgar os segredos dos homens**. Então tudo se iluminará, pois Deus não julga de acordo com a nossa consciência, mas de acordo com o seu saber perfeito, o qual tem por base as nossas obras. Assim, Paulo sustenta a tese levantada no v. 11: Rejeita-se qualquer nepotismo.

Paulo está convicto de que com essas exposições sobre o juízo não se desviou do evangelho. Na comunidade cristã, anunciar o juízo segundo as obras não constitui nenhum corpo estranho, mas é parte integrante da pregação da justiça por fé, **por meio de Cristo Jesus… de conformidade com o meu evangelho.** Essa verdade poderia trazer confusão a um cristianismo que espera por uma espécie de portinha dos fundos, a fim de ser redimido da sala do tribunal antes de começar a sessão. Que

ensina que em lugar das boas obras Deus teria colocado a fé. Ou até que seria anticristão advertir diante do juízo.

Consideremos brevemente a necessidade imperiosa do juízo. Não existe nenhuma transição imperceptível e gradativa da injustiça para a justiça. Poderíamos imaginar algo assim somente caso injustiça fosse falta de justiça. Então um lento preenchimento dessa lacuna seria concebível. Porém, a injustiça é inimiga da justiça (5.10; 8.7; 2Co 6.14). Entre dois opostos inconciliáveis somente pode haver, no caminho de um até o outro, um choque: neste caso, um juízo inexorável sobre a injustiça. Do contrário o final seria uma felicidade falsa e, conseqüentemente, a derrota definitiva da vida. Em contraposição, a simples idéia de que mentira e violência serão julgadas já constitui um bálsamo. Em última análise o próprio processo do juízo fará parte dos grandes benefícios. Daí encontrarmos na Bíblia o louvor eterno dos juízos de Deus (p. ex., Ap 16.5-7).

c. Porventura a vocação para ser mestre instrutor dos povos não assegura ao judeu nenhum privilégio no juízo final?, 2.17-24

17 Se, porém, tu, que tens por sobrenome judeu, e repousas na lei, e te glorias em Deus;
18 que conheces a sua vontade e aprovas as coisas excelentes (a fazer como vontade de Deus), sendo instruído na lei;
19 que (portanto) estás persuadido de que és guia dos cegos, luz dos que se encontram em trevas,
20 instrutor de ignorantes, mestre de crianças, tendo na lei a (firme) forma (escrita) da sabedoria e da verdade;
21 tu, pois, que ensinas a outrem, não te ensinas a ti mesmo? Tu, que pregas que não se deve furtar, furtas?
22 Dizes que não se deve cometer adultério e o cometes? Abominas os ídolos e lhes roubas os templos?
23 Tu, que te glorias na lei, desonras a Deus pela transgressão da lei?
24 Pois, como está escrito (Is 52.5; Ez 36.20), o nome de Deus é blasfemado entre os gentios por vossa causa.

Observação preliminar

Não apenas se poderia alegar a posse da lei contra um tratamento igual de judeus e gentios no juízo final, mas também a existência missionária de Israel em virtude dessa bênção. Israel foi convocado para ser guia, luz, instrutor e mestre das nações (v. 19,20). É uma coroa preciosa que Paulo tece para o judeu da lei e lhe coloca sobre a cabeça! De modo algum contesta essa dignidade dos judeus. Porém, com vistas ao juízo final, ele também faz desandar esse argumento, ao amarrar implacavelmente o judeu ao seu próprio agir (v. 21-23).

17a Paulo recorre à autodesignação com que os eleitos se conscientizavam de sua posição peculiar entre as nações: **Se, porém, tu, que tens por sobrenome judeu**. A despeito de serem difamados como "judeus", usavam esse nome como título honorífico. Em inscrições tumulares acontecia que, p. ex., se acrescentava a um nome próprio judaico como honraria: "judeu". Talvez se preenchesse o conceito a partir de Gn 49.8-12: "Judá, teus irmãos te louvarão", e a ti "obedecerão os povos". Amigo e inimigo te reverenciarão. Serás vencedor da história!

17b,18 Paulo descreve o que é verdadeiramente ser judeu. Segundo Dt 4.6-8 deve ser mencionada acima de tudo a lei de Moisés, que distingue Israel de todos os demais povos. "**Lei**" aparece no começo (v. 17), no meio (v. 18) e no fim (v. 20). **E repousas na lei**, assim como a pomba de Noé retornou do vôo inquieto sobre a região do dilúvio e finalmente pousou sobre um lugar seguro (Gn 8.9). Na lei o escriba afixava os espeques de sua tenda, a fim de morar de parede-meia com a lei e nela meditar dia e noite (Sl 1.2).

Na bondosa dádiva da lei o judeu ao mesmo tempo está seguro de Deus: **e te glorias em Deus**. Esse gloriar-se Paulo também confessa sobre si, pelo que no presente versículo ainda não está sendo levantada nenhuma crítica. E **conheces a sua vontade**. Pois o que o Supremo deseja ou não, o que é bom ou mau, só em raríssimos casos se encontra detalhado e separado. E nem sempre pode ser simplesmente depreendido pela leitura da Bíblia. Muitas vezes o reconhecemos somente quando o encontramos num processo de busca. Nesse processo o conhecedor da lei possui uma posição estratégica: **aprovas as coisas** (que devem ser feitas como vontade de Deus) **excelentes**, instruído a

partir da lei. Seu estudo do documento da revelação o torna imprescindível. Ele sabe manusear a "bússola".

19,20 Entretanto, também faz parte da eleição de Israel uma incumbência. Ela consistiu, desde a raiz, em servir de bênção para as nações. O judaísmo interiorizou essa missão na forma de sua erudição escriturística. **Estás persuadido** – e nisso não reside necessariamente uma presunção – **de que és guia dos cegos, luz dos que se encontram em trevas, instrutor de ignorantes, mestre de crianças**. De forma palpável Paulo projeta a figura condutora do escriba, para o que pode apoiar-se em copioso material do AT. Há pouco Paulo admitira que também os gentios possuem certos conhecimentos da lei (v. 14), agora, porém, destaca a forma especial da lei, que proporciona à sinagoga uma superioridade real: **tendo na lei a forma** (registrada por escrito) **da sabedoria e da verdade**. Também Jesus atestou a esses homens uma força propagandística em toda a região do Mediterrâneo (Mt 23.15a).

21,22 Gramaticalmente, a frase desmorona depois do v. 20. Acrescentam-se quatro perguntas retóricas. O v. 23 poderia ser entendido como uma quinta pergunta sintetizadora. É assustador ter de constatar que esse missionário não se preocupa pessoalmente com os Mandamentos, pelos quais se empenha com todos os recursos profissionais. **Tu, pois, que ensinas a outrem, não te ensinas a ti mesmo? Tu, que pregas que não se deve furtar, furtas? Dizes que não se deve cometer adultério e o cometes? Abominas os ídolos e lhes roubas os templos?** Na sinagoga empregam-se assiduamente a instrução doutrinária, a pregação e a citação exegética. Determinam o pensamento. Movem os lábios. Preenchem os cultos. – Contudo, na prática pessoal, os judeus fogem para o que não é essencial. O zeloso lá na frente não é verdadeiro judeu, apenas faz papel de judeu. O objetivo de Paulo não é, como antecipamos acima, tirar do judeu a certeza de sua eleição e missão. Porém insiste em dizer que Deus, por ser Deus verdadeiro, não permite brincadeiras consigo, mas julga "segundo a verdade" (v. 2).

Paulo está fundamentando o v. 1: "praticas as próprias coisas que condenas". No entanto, será que os rabinos eram todos tão maus assim? Eram todos notórios ladrões, adúlteros e aproveitadores? Em vez de sugerir que Paulo esteja polemizando sem base objetiva, importa desenvolver uma compreensão para essa forma de falar. Seria possível acrescentar às transgressões contra o VII, o VI e o I Mandamentos, citadas a título de exemplo, outras ocorrências semelhantes, da autocrítica judaica da época (*Bill III*, pág 105-115). Contudo os judeus as interpretavam de modo diferente, a saber, como lamentável desvio de alguns. Paulo as reconhece como sintomas e na função que exercem para o legalismo propriamente dito. Nele, o poder do pecado na verdade não foi quebrado (3.20). Nem a mais sagrada doutrina, nem o máximo conhecimento, nem o empenho mais extremo podem realizar isso. Tampouco adianta tornar-se um pouco mais legalista que até agora. Algumas boas ações não quebram o fascínio.

23 A causa das deturpações é um deslocamento do gloriar-se, de Deus (v. 17) para a lei. **Tu, que te glorias na lei, desonras a Deus pela transgressão da lei?** Em Paulo o gloriar-se muitas vezes tem um sentido específico: Declarar-se vencedor na luta pelo ser ou não ser. Levantar a mão, de certo modo para projetar-se, fazendo o sinal de vitória. Ao mesmo tempo confessar diante dos que estão em redor, louvando aquilo em que unicamente se pode encontrar salvação e sobrevivência, em contraste com outras grandezas. Acaso o ser humano pode triunfar dessa maneira com a lei? Especificamente na lei o ser humano aparece somente como quem faz. "Pratica isso e mais aquilo", diz a lei, sem acrescentar mais nada (Gl 3.12). Não concede o Espírito. Somente exige e constata incessantemente as transgressões: Não foi feito tudo! Desonras a Deus. Ou seja, não vives segundo o I Mandamento. A lei tapa a boca, expõe à acusação (3.19) e mantém detido até a condenação (Gl 3.23). É por isso que o caminho da lei como meio de salvação constitui um esplêndido equívoco (10.2,3).

24 Uma referência bíblica demonstra que Paulo não exagera. **O nome de Deus é blasfemado entre os gentios por vossa causa** (Is 52.5; Ez 36.20), como está escrito. O judaísmo levava sumamente a sério a profanação do nome de Deus. Porém, enquanto pecados cometidos às escondidas eram tratados com menos rigor, o pecado público tinha um peso grande. É nesse contexto que acontece a transgressão por um missionário que mostra e elogia a lei a todos que a querem ouvir, como sendo a sua "glória". De quem mais se espera o cumprimento da lei, se não dele?! Contudo, olhando mais de perto, os ouvintes presenciam o espetáculo de um rigor legalista encenado e, com instinto correto,

afastam-se decididamente, apenas confirmados em sua vida anterior de gentios. Tal missão é o oposto de missão.

Refutou-se, pois, o que havia para refutar: o tratamento mais brando do judeu, eleito para o serviço, por ocasião do juízo. Antes vale o contrário, cf Tg 3.1: "Meus irmãos, não vos torneis, muitos de vós, mestres (missionários, conselheiros), sabendo que havemos de receber maior juízo". A dureza inaudita de Paulo não serve a um interesse próprio. Ela está a serviço de sua preocupação do bloco de 1.18–3.20: Todas as pessoas, gentios e primeiro também os judeus, carecem do evangelho.

d. Ser circuncidado porventura não assegura a redenção no juízo final?, 2.25-29

25 **Porque a circuncisão tem valor se praticares a lei; se és, porém, transgressor da lei, a tua circuncisão já se tornou incircuncisão ("prepúcio").**
26 **Se, pois, a incircuncisão (o "prepúcio") observa os preceitos da lei, não será ela, porventura, considerada como circuncisão (no juízo final)?**
27 **E, se aquele que é incircunciso por natureza (o "prepúcio") cumpre a lei, certamente, ele te julgará a ti (no juízo final), que, não obstante a letra e a circuncisão, és transgressor da lei.**
28 **Porque não é judeu quem o é apenas exteriormente, nem é circuncisão a que é somente na carne (circuncisão efetuada).**
29 **Porém judeu é aquele que o é interiormente, e circuncisão, a que é do coração, no espírito, não segundo a letra, e cujo louvor não procede dos homens, mas de Deus.**

Observação preliminar

Não é primeiramente a observância de prescrições que separa o judeu dos gentios, mas a sua circuncisão, realizada oito dias após o nascimento. Ela era considerada como o essencial, como aquilo que torna alguém judeu, a ponto de que "circuncisão" era usada para designar o povo judeu. As demais nações, em decorrência, eram chamadas depreciativamente de "prepúcio". Desse modo a humanidade toda se agrupava para os judeus em torno desse ato. Sua valorização não tinha limites. Por causa da circuncisão se enfrentava até o martírio. A maior bênção, porém, a circuncisão derramaria no juízo final. A circuncisão "tinha propriamente o poder de livrar cada israelita (excluídas apenas poucas categorias) do fogo da geena (do inferno) e transformar em filho do mundo vindouro". "Circuncidados não descem às profundezas do inferno". Atribuía-se a esse ato um poder salvador indestrutível. Como escriba formado, Paulo conhecia muito bem esse contexto. Ele sabia que entre judeus, no tema "juízo" se impõe inevitavelmente o tópico "circuncisão", aguçando toda a discussão.

25 Paulo se preserva diante da inculpação de considerar a circuncisão como nociva. **Porque a circuncisão tem valor.** Contudo, vem seguida de um "se": **se praticares a lei; se és, porém, transgressor da lei, a tua circuncisão já se tornou incircuncisão** ("prepúcio")**.** A circuncisão eqüivale a um dedo indicador que aponta para uma vida na obediência (Gl 5.3). Quando essa vida falta, por existir um "coração não circuncidado", esse sinal perdeu a utilidade. Não aponta para nada. É "carne" que "não serve para nada" (Jo 6.63).

26 Em forma de pergunta, Paulo desafia o judeu também com o reverso dessa verdade: **Se, pois, a incircuncisão** ("prepúcio") **observa os preceitos da lei, não será ela, porventura, considerada como circuncisão** (no juízo final)**?** Já agora se apresenta, no fundo, o v. 29 com uma espécie diferente de circuncisão.

27 Paulo não pode poupar seus adversários judaístas da última conseqüência: Últimos podem tornar-se primeiros! **E, se aquele que é incircunciso** ("prepúcio") **por natureza cumpre a lei, certamente, ele te julgará a ti** (no juízo final)**, que, não obstante a letra e a circuncisão, és transgressor da lei.** No juízo final as pessoas se tornam juízes quando reluzem como exemplos positivos, constituindo dessa maneira motivo de vergonha para os desobedientes.

28 Agora Paulo está em condições de mostrar como ele próprio preenche o nome honorífico "judeu" do v. 17. Concluindo a partir dos v. 25-27, ele se protege inicialmente: **Porque não é judeu quem o é apenas exteriormente, nem é circuncisão a que é somente na carne.** Também Paulo cita num só fôlego ser judeu e ser circuncidado. Contudo, quem vive sob o nome de "judeu" por causa de uma marca física, mas não trabalha com essa dádiva, porém deixa de praticar justamente como judeu o que lhe é ordenado fazer: servir a Deus e amar o próximo como a si mesmo, esse fracassou totalmente na vida. Pois uma genealogia que remonta a Abraão e um sinal físico não são decisivos

para um verdadeiro judeu (Rm 9.6,7). Por isso, por mais salutar que a circuncisão possa ser, ela nem por isso gera salvação.

29 Agora, no v. 29a, ao visível é contraposto o invisível: **Porém judeu é aquele que o é interiormente, e circuncisão, a que é do coração, no espírito, não segundo a letra** (é circuncisão). É verdade que o mundo visível nos foi atribuído claramente por Deus como campo de atuação. Nesse campo devemos servir a ele e ao próximo – em que outro lugar o faríamos? Porém exatamente isso: O mundo visível é área de atuação do *ser humano!* Nesse sentido a circuncisão judaica acontece na esfera do visível, o que significa: É *obra humana*, "feita por mãos humanas" (NVI), como Cl 2.11 constata corretamente em relação à circuncisão judaica. É esse o ponto de vista desse versículo. A redenção não se situa na esfera do que se faz com as próprias mãos, do factível, disponível e explicável. Força humana jamais representa redenção. Isso constitui a tese fundamental de toda a carta aos Romanos. A partir dela temos de interpretar o "invisível" do v. 29. Está diante do visível assim como o Criador diante da criatura, como o misterioso governo de Deus diante da mera obra de pessoas. O verdadeiro ser judeu não se alicerça sobre uma intervenção cirúrgica numa parte do corpo, mas sim que o Onipotente interferiu no centro da existência e a criou diferente, dirigida para ele. É nesse sentido que aconteceu circuncisão do coração pelo Espírito.

Neste versículo já possuímos uma amostra do que se torna cada vez mais claro a partir de Rm 5.5, a saber, a pneumatologia da carta aos Romanos. Movido pelo profetismo do AT, Paulo dá testemunho da renovação escatológica do coração e da mão pelo Espírito messiânico. Por um lado também a lei é espiritual (7.14), mas o judaísmo "sempre resistiu ao Espírito Santo" (NVI) (At 7.51). Por assim dizer, expulsou da lei o Espírito, retendo somente a letra. O que Deus visa e preparou para nós não é esse "somente a letra", esse lançar-se apenas sobre o princípio da literalidade, desde que preservada a execução correta. O decisivo não é que a prescrição seja minuciosamente atendida, mas que a verdade aconteça com veracidade. Do contrário, a verdade foi privada de sua alma.

De modo semelhante ao v. 10, Paulo conclui novamente com a previsão de um desfecho positivo do juízo final: **cujo louvor não procede**, no juízo final, **dos homens, mas de Deus**. São pessoas que não buscavam "glória que vem dos homens", mas "a glória que vem do Deus único". Ou seja, os que nessa era apostaram no que de Deus era oculto, experimentarão como recompensa máxima a alegria pública dele a respeito deles.

e. Indicação provisória acerca da verdadeira preferência dos judeus e de sua problemática, 3.1-8

1 **Qual é, pois, a vantagem do judeu? Ou qual a utilidade da circuncisão?**
2 **Muita, sob todos os aspectos. Principalmente porque aos judeus foram confiados os oráculos de Deus.**
3 **E daí? Se alguns não creram, a incredulidade deles virá desfazer a fidelidade de Deus?**
4 **De maneira nenhuma! Seja (assim:) Deus (é) verdadeiro, e (Sl 116.11b) mentiroso (é), todo homem, segundo está escrito (Sl 51.6b): Para seres justificado nas tuas palavras e venhas a vencer quando fores julgado.**
5 **Mas, se a nossa injustiça traz a lume a justiça de Deus, que diremos? Porventura, será Deus injusto por aplicar (apesar disso) a sua ira? (Falo como homem.)**
6 **Certo que não. Do contrário, como julgará Deus o mundo?**
7 **E, se por causa da minha mentira, fica em relevo a verdade de Deus para a sua glória, por que sou eu ainda condenado como pecador?**
8 **E por que não dizemos, como alguns, caluniosamente, afirmam que o fazemos: Pratiquemos males para que (deles) venham bens? A condenação destes é justa.**

Observação preliminar

Após os dois longos trechos sobre a perdição de gentios e judeus, Paulo agora poderia fazer uma síntese. Contudo, em Rm 2 ele fez algumas afirmações que eram tão difíceis de ouvir para judeus e também para gentios sob influência judaísta (cf v. 8), que dificilmente teriam tido possibilidades de acompanhá-lo. Se para os judeus de nada adiantam no juízo final nem a posse da lei (2.12-16), nem a função de representá-la na terra (2.17-24), nem a circuncisão (2.25-29), onde ficava, então, a sua singularidade? O perigo desse bloqueio diante de seus leitores força Paulo a intercalar um trecho sobre a eleição e preferência de Israel. No entanto, uma breve palavra deve bastar (v. 2), ainda que desencadeie uma nova enxurrada de objeções (v. 3-8).

Bruscamente ele as repele, não por uma eventual incapacidade de responder, mas porque pensa em abordar essa problemática exaustivamente em Rm 9–11.

1 Paulo coloca em debate suas declarações em 2.25a,28,29 sobre a utilidade da circuncisão e de ser judeu. **Qual é, pois, a vantagem do judeu? Ou qual a utilidade da circuncisão?**

2 Com profunda gratidão ele dá a resposta: **Muita, sob todos os aspectos**. Porém, é necessário aqui limitar-se ao essencial. **Principalmente porque aos judeus foram confiados os oráculos de Deus.** Decisivos não são a qualidade ou o comportamento desse povo, e sim uma intervenção extraordinária de Deus. Esse é o mistério de Israel: Cumpre defini-lo agora e sempre a partir de fora dele próprio. O que lhe sucedeu são **oráculos de Deus!** A ausência de qualquer indicação de conteúdo pode ser um indício de que, nesse ponto, deve ser omitida qualquer definição em termos de conteúdo, recordando, como em Hb 1.1, o fato fundamental do falar de Deus. Maravilhado, exultante, Paulo constata que, ao contrário dos ídolos mudos e deuses calados, e também diferentemente da manifestação sem palavras na Criação conforme 1.19,20, Deus saiu de si perante esse povo e falou. E falou durante os milênios "de numerosas e múltiplas maneiras". Era de abalar que "um povo… tenha ouvido a voz do Deus vivo" (Dt 4.32,33 [BJ]). Os oráculos lhe foram confiados para que os guardasse, para que os protegesse contra abusos, para que os transmitisse sem deturpações, mas também para apresentá-los na hora do acerto de contas. Portanto, o termo "confiar" inclui o dever de serviço e a responsabilidade. O versículo seguinte pressupõe uma relação de fidelidade. Está presente a idéia da aliança.

3 À semelhança de Rm 9.6, Paulo atesta a perfeita confiabilidade de Deus, até diante das quebras de aliança por parte de Israel. **E daí? Se alguns não creram,** como Deus responderá? **A incredulidade deles virá desfazer a fidelidade de Deus?** A forma dessa interrogação permite como resposta unicamente um não. Deus sustenta sua promessa. Contudo, tampouco permanece passivo, mas insiste em relacionar essa fidelidade, nos textos destacados do AT, com a promessa de um acontecimento vindouro impressionante. É o que diz Os 2.19: "Desposar-te-ei comigo para sempre… em justiça, e em juízo, e em benignidade, e em misericórdias". Esta promessa entrementes chegou ao "Sim" e "Amém" por intermédio do envio de Jesus (2Co 1.20). No evento da cruz Deus permanece fiel a sua vocação (1Co 1.9; 1Ts 5.24), sua proteção (1Co 10.13) e seu perdão (2Tm 2.13; 1Jo 1.9). Em contraposição, antes de Cristo a situação de fato era desesperadora para Israel. Sem Cristo Paulo também ficaria desamparado. Visto que nesta fase da carta ainda não fez referência à nova hora mundial (3.21-26), tampouco se pode dar agora uma resposta satisfatória, como se fará em Rm 9–11.

4 No entanto, deve ser decididamente repelida a idéia de que Deus não seria capaz de cumprir suas promessas: **De maneira nenhuma!** Inconcebível que o pecado do ser humano acabe com a fidelidade de Deus, em vez de a fidelidade de Deus dar cabo do pecado (11.26). Suplicante, Paulo espera pelo momento em que o modo de Deus rebrilhará na mais luminosa luz, contrastando com o modo humana. **Seja** (assim:) **Deus** (é) **verdadeiro, e** (Sl 116.11b) **mentiroso** (é)**, todo homem**. E continua, em linguagem de oração: **segundo está escrito** (Sl 51.6b)**: Para seres justificado nas tuas palavras e venhas a vencer quando fores julgado.** Repetidas vezes o AT formula a história entre Deus e seres humanos na figura de um processo penal. As pessoas clamam com tanta veemência contra o céu que até parecem trazer dificuldades de defesa ao seu benfeitor. Porém Paulo ora colocando-se do lado de Deus e deseja que a vitória venha unicamente dele, com que também se tornará uma vitória das suas promessas.

5 Não há dúvida de que o acontecimento da fidelidade de Deus é inconcebível: **Mas, se a nossa injustiça traz a lume a justiça de Deus.** Paulo radicaliza de modo similar em 5.2b. No entanto, enquanto lá tem condições de elucidar detalhadamente a afirmação subseqüente, aqui ele precisa ser sucinto. **Que diremos** (sobre isso)**?** Ele conhece as pessoas e já sabe o argumento que trarão: **Porventura, será Deus injusto por aplicar** (apesar disso) **a sua ira?** Pode ele punir a injustiça, que proporciona oportunidade tão boa para a sua misericórdia? **(Falo como homem).**

6 Porém é preciso negar a palavra a argumentos teológicos que violam a divindade de Deus. **Certo que não.** Como se pudéssemos usar Deus contra Deus, ou seja, a favor do pecado! **Do contrário, como julgará Deus o mundo?** Nem judeu nem cristão questionam o mandato de Deus como juiz do mundo e, conseqüentemente, sua oposição ao mal.

7 Com insistência se volta à carga: O juízo do mundo poderia ser deixado fora, poderíamos pecar sem preocupação e até com méritos. **E, se por causa da minha mentira, fica em relevo a** (abundante) **verdade de Deus para a sua glória, por que sou eu ainda condenado como pecador?** Por trás desses sofismas absurdos existe simplesmente o esforço do ser humano de não ter de arcar com as conseqüências de seus atos. Em todo o segundo capítulo Paulo detectou e combateu esse esforço e todas as suas variantes. Em momento algum abandonou a concomitância da eleição de Deus e da responsabilidade humana.

8 No fim ele aponta a mira para uma agitação real contra sua pessoa, segundo a qual sua ética seria ofensiva a Deus. **E por que não dizemos, como alguns, caluniosamente, afirmam que o fazemos: Pratiquemos males para que venham bens?** Fazer o mal, causar aflição, a fim de dar oportunidade para que a outra parte produza provas de amor? Pôr em circulação uma interpretação dessas a respeito da sua proclamação constitui para Paulo extrema falta de escrúpulos. É um caso em que a inimizade interior contra o evangelho leva a desrespeitar qualquer limite. **A condenação destes é justa**.

f. Síntese, 3.9-20

9 **Que se conclui? Temos nós (judeus) qualquer vantagem? Não, de forma nenhuma; pois já temos demonstrado que todos, tanto judeus como gregos, estão debaixo do (domínio do) pecado;**
10 **como está escrito: Não há justo, nem um sequer (Ec 7.20a),**
11 **não há quem entenda, não há quem busque a Deus (de verdade);**
12 **todos se extraviaram, à uma se fizeram inúteis; não há quem faça o bem, não há nem um sequer (Sl 14.2,3).**
13 **A garganta deles é sepulcro aberto; com a língua, urdem engano (Sl 5.10), veneno de víbora está nos seus lábios (Sl 140.4),**
14 **a boca, eles a têm cheia de maldição e de amargura (Sl 10.7);**
15 **são os seus pés velozes para derramar sangue,**
16 **nos seus caminhos, há destruição e miséria;**
17 **desconheceram o caminho da paz (Is 59.7).**
18 **Não há temor de Deus diante de seus olhos (Sl 36.2).**
19 **Ora, sabemos que tudo o que a lei diz, aos que vivem na (esfera da vigência da) lei o diz para que se cale toda boca, e todo o mundo seja culpável perante Deus,**
20 **visto que ninguém será justificado diante dele por obras da lei (Sl 143.2), em razão de que pela lei vem o pleno conhecimento do pecado.**

Observação preliminar

Finalmente Paulo tem condições de concluir a controvérsia que ele travou desde o v. 24 com os judaístas. A série de citações da Escritura visa, de acordo com o v. 19, expressamente pessoas legalistas. Desse modo possuímos, nesse quadro escuro sobre os pecados dos judeus nos v. 10-18, um paralelo com o catálogo de vícios dos gentios em 1.28-30. No que se refere, portanto, ao domínio do pecado, "não há distinção" (3.22). "Todo o mundo" (v. 19) carece da nova ordem da salvação, que será proclamada no trecho seguinte.

9 Estabelecendo ligação com o v. 1, Paulo volta a enfocar a pergunta pelos privilégios judaicos, para respondê-la agora em vista do juízo final. **Que se conclui? Temos nós** (judeus) **qualquer vantagem?** Sob o ângulo mencionado, não se pode dizer outra coisa que: **Não, de forma nenhuma!** Do contrário o juízo de Deus não aconteceria mais "segundo a verdade" (2.2), e sim vigoraria o nepotismo, em discordância com 2.11. O único critério pode ser a verdadeira realidade da vida. Essa, contudo, é inequívoca: **pois já temos demonstrado que todos, tanto judeus como gregos, estão debaixo do** (domínio do) **pecado.** É necessário compreender acertadamente a maneira pela qual o pecado exerce o domínio mundial. De acordo com 2.10,14 Paulo não negou que no mundo também se realizam obras boas e que acima de tudo também se deseja praticá-las (cf 7.18b-22). Porém, diferente dos escribas, ele destrói a esperança de que seria possível contrabalançar o mal por meio de boas ações. O mal não se transforma em bem quando, além dele, também se pratica o bem. Mais ainda: Diante de eventuais boas ações, o que não é bom deve ser duplamente condenado, uma vez que elas demonstram que há uma noção acerca do bem e do mal, que a escolha do bem é possível e que desobediência não é coação do destino. Finalmente a obediência apenas esporádica demonstra

que a obediência está dividida. Obediência pela metade, porém, é desobediência por inteiro, pois até quando se diz sim, no fundo não se busca a Deus. Mesmo obedecendo, o ser humano é essencialmente inimigo de Deus (5.10). Nessa bipartição, nessa negação de "amar a Deus de todo o coração", é impossível que o ser humano combine com Deus, o qual ama de modo indiviso.

O conceito central do "pecado" causa em Paulo a impressão de um poder com características de pessoa. De acordo com a carta em estudo, o pecado "veio" para "dentro" do mundo, "engana" a pessoa, "reside" nele, ele "é morto" e "faz viver", "sai" da camuflagem "para manifestar-se", "domina" como um rei ou "escraviza" como um senhor feudal seus servos da gleba, estamos "vendidos" a ele ou também "libertados" do seu direito de propriedade, colocamos armas à sua disposição como a um comandante, que "paga salário" a seus mercenários; ele nos "mata" e "é condenado ele próprio".

10-18 Quando no versículo anterior Paulo afirmou: "já temos demonstrado", era óbvio que isso se deu unicamente por meio do amparo na Escritura. Como prova surge uma longa citação composta, oriunda primordialmente de salmos de lamentação, sobre o afastamento geral das pessoas de Deus. O apóstolo abrevia e complementa as frases, aguça-as e funde-as num bloco sólido por meio do constante: "**não há**…", o que tem o sentido de: "**Não há… nem um sequer…**".

Os v. 10-12 denunciam maciçamente a ruptura da aliança: **todos se extraviaram** (v. 12). E nisso retornam elementos da descrença gentílica. Pois a injustiça de 1.18 é citada aqui no v. 10a: **Não há justo.** A insensatez dos corações de 1.21,31 surge aqui no v. 11: **não há quem entenda.** A indiferença perante Deus, de 1.28, retorna no v. 11b: **não há quem busque** (verdadeiramente) **a Deus.** Repete-se pois no v. 12b a condenação da perversão moral da sociedade, de 1.28,32: **à uma se fizeram inúteis**.

Os v. 13-17 descrevem as decorrências concretas, no que se concentram especialmente nos pecados da língua. O mundo corrompido das palavras constitui um mal fundamental. As partes do corpo: **garganta**, **língua**, **lábios** (v. 13) e **boca** (v. 14) são os locais de onde se espalha o hálito da putrefação sobre o convívio humano (v. 13). O discurso extremamente contundente, hostil, cheio de ódio e causador de ódio, profundamente maligno das pessoas passa a guiar também seus **pés** (v. 15) e ofusca seus **olhos** (v. 18), de maneira que finalmente não reconhecem mais nenhuma saída (v. 17). Apesar da busca do saber e do cabedal de conhecimento, ficam sem saída nas questões do bem-estar e da salvação. Em consonância com Pv 1.7, o v. 18 cita a chave perdida de todo o saber e conhecimento verdadeiro: **temor de Deus** (cf 1.21).

19 Paulo recorda a convicção conjunta de que as afirmações da Escritura e, por isso, também as condenações há pouco pronunciadas são, no conteúdo, integralmente dirigidas aos judeus. **Ora, sabemos que tudo o que a lei diz, aos que vivem na** (esfera de vigência da) **lei o diz.** Os escritos de Israel no AT exercem a função de refutar Israel, **para que se cale toda boca, e todo o mundo seja culpável perante Deus**. A culpabilidade pressupõe o desmantelamento da defesa. Até esse momento, as bocas dos réus citados se moviam incessantemente. Seu objetivo era discutir para livrar-se (Lc 10.29); mantinham a verdade longe de si, aplicavam-na aos outros e às circunstâncias, embelezavam a sua própria ação e omissão, insistiam em sua inocência. Seu objetivo era transformar a sala do júri numa sala de audiências. Nesse momento acontece que Deus toma a palavra na forma da lei de Moisés, e todas as bocas são tapadas. Este silêncio dos refutados ainda não constitui salvação, mas é clareza, a saber, clareza do direito.

20a Neste momento Paulo executa o balanço final do serviço judaico à lei. Como na decisão teológica fundamental da carta aos Gálatas (Gl 2.16c), ele retorna novamente ao Sl 143.2: **visto que** (está escrito que) **ninguém será justificado diante dele por obras da lei**. O versículo transporta para o momento do juízo vindouro. Alguém que talvez tenha sido honrado por seus contemporâneos como "justo" durante a vida na terra encontra-se agora "diante dele". Ali evidencia-se que esse judeu não foi perseverante "em todas as coisas escritas" (Gl 3.10; 5.3). É fato que tinha esperança de poder compensar o que faltava no cumprimento dos Mandamentos por obras da lei, de fato existentes (cf Lc 18.12). É nesse sentido que "te glorias na lei" (Rm 2.23). Porém não acontecem o júbilo de Deus segundo 2.29 e sua sentença judicial: "És justo!". Embora seja algo positivo obedecer aqui e acolá a instruções da lei, o bem não justifica o mal. Não existem ações substitutivas, em campos suplementares, em troca da falta da entrega alegre do coração, da alma toda e de todas as forças a Deus. Se, pois, a lei não justifica, que é que ela produz?

20b Como já foi indicado no v. 19, a lei gera clareza jurídica. **Pela lei vem o pleno conhecimento do pecado.** Ela de maneira alguma torna alguém pecador, mas revela o pecador como tal. Ela viabiliza reconhecimento de si próprio. Neste versículo, como muitas vezes no AT, o conhecimento vai além de uma aquisição teórica de conhecimento. Sob o sagrado Mandamento divino, temos de nos confrontar, pela via da experiência prática, com o pecado no sentido pleno da palavra: Estou profundamente alienado de Deus e de seu reino, sou um filho da ira. Reconhecer dessa maneira a profundeza e culpabilidade do pecado, porém, constitui também um privilégio incalculável. Em todo caso isso vigora como verdade quando existe um evangelho.

UNIDADE 2

A revelação da justiça de Deus para a fé, 3.21–4.25

Observação preliminar

Após 64 versículos, Paulo restabelece o contato com a afirmação central de 1.16,17: "a justiça de Deus se revela". Numa determinada hora do cosmos, Deus agiu, empreendendo sua autojustificação. Ele fez justiça a si próprio, enquanto verdadeiro Deus redentor, e isso em escala mundial para todos os que crêem. Enquanto dois pontos permanecerem indiferentes, este falar de salvação não passará de mero ruído de palavras irritante aos nervos. *Primeiro*, que conosco, seres humanos, tudo está correto e nenhuma desgraça nos ameaça. *Segundo*, que não teria sequer havido essa ação extraordinária da parte de Deus e que nada teria se movido além da eterna rotina dele. Por meio de uma longa intercalação, Paulo evidenciou a primeira possibilidade como sendo ilusória. Em relação ao segundo ponto – sobre o que, afinal, Deus teria feito – falta uma demonstração igualmente exaustiva. Paulo não forneceu aos romanos nenhuma descrição no estilo dos evangelhos sobre as palavras e ações, o sofrimento, a morte e a ressurreição de Jesus Cristo. Não havia por que contar isto à experiente igreja em Roma. Assim como em todas as comunidades do cristianismo primitivo, cultivava-se ali a tradição sobre Jesus, além de se consolidar frases fundamentais da fé cristã. Portanto, Paulo podia pressupor esta base. Ao todo, bastaram cinco versículos ao longo dos primeiros quatro capítulos para relembrar a conhecida tradição do evangelho (1.3,4; 3.24,25; 4.25). A concordância geral tornava o assunto breve. Por isso, Paulo poderia, agora, dispor-se a completar sua tese específica de 1.16,17, que havia sido formulada ainda sem nenhuma referência a Jesus Cristo. Sobretudo, poderia aguçá-la com vistas a seus antagonistas judaístas. Formou-se o trecho básico da carta aos Romanos, a "célula-mãe do pensamento paulino" (O. Kuss, pág 26). Paulo chegou a designar esse cerne como seu legado essencial, sua "sabedoria" (1Co 1.24; 2.1,2,6,7). Se não captarmos algo deste trecho, Paulo permanecerá inexpressivo para nós em seu todo.

1. O trecho básico da carta: Justiça pela fé, sem considerar a lei, em virtude da morte propiciatória de Jesus Cristo, 3.21-26

21 **Mas agora, sem lei, se manifestou a justiça de Deus testemunhada pela lei e pelos profetas;**
22 **justiça de Deus (acessível) mediante a fé em Jesus Cristo, para todos [e sobre todos] os que crêem; porque não há distinção (entre judeus e gentios),**
23 **pois todos pecaram e carecem da glória de Deus,**
24 **sendo justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há (realizada) em Cristo Jesus,**
25 **a quem Deus propôs, no seu sangue, como (lugar de) propiciação, (acessível) mediante a fé, para manifestar a sua justiça, por ter Deus, na sua tolerância, deixado impunes os pecados anteriormente cometidos;**
26 **tendo em vista a manifestação da sua justiça (acontecida) no tempo presente, para ele mesmo ser justo e o justificador daquele que tem (ou: "vive a partir da") fé em Jesus.**

Observação preliminar

Desnudados e sob intensa luz estão aí, parados, com sua culpa, os judeus e os gentios. Esgotaram-se suas possibilidades. Não há mais como salvá-los. Resta apenas Deus para salvar de Deus. Foi o que aconteceu. Deus entrou pessoalmente em cena e inseriu-se no processo com toda a sua divindade, em benefício dos seres humanos. Neste contexto retornam também os dois conceitos básicos de 1.16,17. Contudo, o que antes aparecia entremeado na forma de fragmentos, agora aparece num conjunto orgânico: os seis versículos falam nada mais e nada menos do que sete vezes de "justiça", "justificar", "ser justo" e quatro vezes de "fé", "crer". Contudo, surgem também dificuldades para a nossa compreensão, resultantes do estilo e do ímpeto dessa declaração de princípios. A ausência de verbos e a acumulação de substantivos de grande peso, muitas vezes alinhavados sem nexo, nem sempre podem ser facilmente enquadradas no raciocínio.

21 **Justiça de Deus** – este conceito central paira como o sol sobre o texto básico. Já em 1.17 Paulo utilizou-o sem explicação. Ao que parece, podia pressupor que se tratava de um conceito familiar. A segunda parte do versículo revela por que ele o fazia: **testemunhada pela lei e pelos profetas**, i. é, pelo AT. Logo, cabe interrogar o AT. O fundo é formado sobretudo pelo livro da consolação de Isaías. Com isto, porém, esse conceito adquire uma amplitude e uma profundidade de significado incomuns para nós.

É preciso distinguir esta justiça do ser justo de Deus como qualidade eterna, por ser algo fundamentalmente novo, anunciado como singular revelação de ação num momento histórico determinado do mundo. Por meio dela, Deus produzirá a prova de que, apesar de todos os caminhos obscuros, sempre haverá com ele um acerto em todos os sentidos. Enquanto nós, de forma assustadora, não somos mais pessoas corretas (1.18–3.20), temos, por outro lado, um Deus que é inteiramente correto, que não é nenhum demônio, nenhuma luz fugaz, nenhum ídolo e nenhum fantasma.

Na revelação de sua justiça, de modo algum se trata de uma punição judicial específica e estreita. Talvez disponhamos [na língua alemã] de uma ponte para entender a acepção bíblica do termo. Quando, p. ex., uma pessoa de grandes capacidades se põe a caminho para resolver, num lugar qualquer, uma situação enguiçada, esta pessoa é acompanhada pela expectativa: "Esse vai resolver o problema!" Nesse caso [em que o alemão pode usar *richten* = "arbitrar", "endireitar", "corrigir"], o sentido é mais vivo e abrangente que no sistema jurídico: colocar tudo ordem novamente, posicionar no lugar exigido, de modo que a vida possa continuar. Assim, o livro de consolação de Isaías prometia que Deus interferiria mais uma vez de forma reparadora na história universal, em favor dos seres humanos. Não há dúvida de que essa intervenção também compreenderá a função de juiz, pressupondo que um juiz era em Israel ao mesmo tempo também uma espécie de promotor público que cuidava das distorções sociais. Por isto, a justiça escatológica de Deus constitui um ato de auxílio jurídico para os oprimidos e humilhados. "Eis aí te vem o teu rei, justo *e salvador*" (Zc 9.9). De modo marcante também 1Jo 1.9 acopla "justiça" e "fidelidade". Seríamos desencaminhados se considerássemos que nesse caso há um conflito. Os devotos do AT, por isso, tinham predileção expressa pelo termo "justiça".

É uma justiça que cria uma esfera em que toda a vida floresce. Seu centro está em Deus, mas sua periferia estende-se até as bordas da Criação. Ela abrange juízo e graça, pessoas e situações, agir e ser, presente e futuro. Por isso, desistamos de medir com uma só medida esse conceito multissegmentado da carta aos Romanos e respeitemos cada ocorrência em seu contexto.

No entanto, de que forma este ato de justiça de Deus profetizado por Isaías se concretizou? Primeiramente: Ele **se manifestou**. Com certeza há um eco de 1.17. Porém, duas pequenas divergências chamam a atenção sobre si:

- Desta vez, o apóstolo escolhe uma expressão diferente para "manifestar" (*phaneróo* em lugar de *apokalypto*), e;
- ele também o conjuga num outro tempo verbal. Lá "revelar" estava no presente e se referia ao acontecimento atual da pregação no processo da missão cristã. Contudo, é somente agora que se aborda o evento que antecedeu a esse processo e do qual trata essa pregação. Agora a forma é o pretérito perfeito: A justiça de Deus "se manifestou". Um acontecimento único do passado gerou um fato que passou a valer de uma vez por todas e que justifica a divulgação em escala mundial. Trata-se, como o v. 22 finalmente anunciará, da ação de Deus através de e em Jesus Cristo. Por meio dela sua justiça tornou-se manifesta.

Mas agora, ela foi revelada. De acordo com o v. 26, a expressão é mais enfática: "no tempo presente". Exteriorizam-se, desta forma, o senso cronológico do cristianismo primitivo e também grande exultação. Desde sempre Deus configurou o curso dos tempos, mas por meio do evento de Cristo ele chamou à existência uma época fundamentalmente nova. Deus chanfrou um entalhe no decurso dos acontecimentos. Esse entalhe é tão nítido que aquilo que vem depois não pode mais ser compreendido como continuação do que havia. É comparável com a ação de Deus na primeira manhã da Criação (novamente conforme Isaías: Is 40.26-31; 44.24; 51.9-11; 54.5).

Desafiando seus adversários judaístas, Paulo caracteriza esse ato de Deus adicionalmente por uma pequena inclusão: "**sem lei**". No coletivo, a dupla locução "lei e profetas" designa o AT. Aqui, porém, "lei" significa, como em 7.22,25; 8.7, a comunicação da vontade de Deus, palpável na forma que lhe deu Moisés, cuja sombra se projeta nos corações de todos os seres humanos. Esta lei é, em primeiro

lugar, santa (7.7-13). Em segundo lugar, possui um poder de convencimento elementar no coração de todos (7.16-22), e, não obstante, é – em terceiro lugar – frágil quando tem de lidar com pessoas subordinadas ao pecado (8.3). Paulo conhece somente o último caso (3.9). A lei tem poder de declarar livres e felizes somente as pessoas justas, no mais apenas consegue condenar, como Paulo acabou de demonstrar no versículo anterior (3.20; cf 4.15). É para fora desse beco sem saída que Deus "mas agora" conduz, da ira para a justiça.

Por mais que a nova justiça extrapole as categorias jurídicas com que estamos familiarizados, ela continua sendo sempre também, de modo profundamente benéfico, um ato jurídico. Por isto, fazem parte dela, como em todo processo israelita, duas testemunhas: **testemunhada pela lei e pelos profetas,** as duas partes mais importantes do AT. Em Rm 4 é acrescentada, p. ex., uma citação do AT, como amostra da justiça cristã mediante a fé. Por mais inegável que seja o corte na história da salvação, tampouco ocorreu um rompimento.

22a Com forte ênfase, o v. 22a cita a fé em Jesus Cristo como único acesso à esfera da salvação. **Justiça de Deus,** (porém, acessível) **mediante a fé em Jesus Cristo, para todos [e sobre todos] os que crêem**. Ao invés de "a partir da fé" ou "na fé", Paulo emprega esse "mediante a fé". A expressão pode ser entendida como metáfora de uma espécie de acesso ou corredor, através do qual é possível entrar num recinto. Ao mesmo tempo, "fé" e "Cristo" estão lingüisticamente amalgamados, formando "fé em Cristo". Sem Cristo, a fé teria valor zero. Seria igual a uma linha telefônica cuja outra extremidade está suspensa no ar. Acontece que ela não está suspensa no ar, porque Cristo ressuscitou. A invocação cheia de fé daquele que está vivo (10.12,13) afirma: nossa salvação agora está inteiramente separada da nossa atividade e condição. Não somos nós que alcançamos a justiça, porém é ela que nos alcança. Flui até nós por meio da fé, como um presente. Contudo, quando vale: "sem a lei, mediante a fé", a porta está bem aberta para todos. Cai por terra a exclusividade para judeus rigorosos na lei. Em vista da pergunta pela salvação, a distinção não é mais: judeu ou gentio (v. 22b), mas unicamente: fé ou descrença.

A pergunta pela fé, no entanto, não pode ser ignorada. A mensagem da salvação continuava sem efeito quando "não foi acompanhada de fé por aqueles que a ouviram" (Hb 4.2 [NVI]). É o momento de analisarmos mais a fundo a palavra "fé", que tem significado central no NT. Paulo dedica-se, mais que todo o NT, ao que sucede dentro da alma por ocasião da fé. Quem crê é primordialmente alguém desviado de si e direcionado para fora. Sob esse aspecto é uma pessoa extrovertida. É todo ouvidos, totalmente auscultador, concentrado na mensagem de Cristo. Quem crê, ouve o que é comunicado pela graça nesta mensagem. Ela lhe confere coisas inacreditáveis (cf Is 53.1!). Ele jamais seria capaz de dizê-las a si mesmo. Pode deixar que se lho diga. Permite que se lho diga. Seu escutar torna-se um ouvir integral, a saber um obedecer (1.5). O que ele ouve acerca da vinda, do agir, do ensino, do sofrimento, da morte e ressurreição de Jesus conquista tão intensamente seu ser que ele se compromete com isso por meio de uma confissão pública (10.9,10). Fé é, portanto, uma criação da pregação de Cristo. Quando não há nada para ouvir sobre Cristo, ou nada genuíno, tampouco haverá algo para crer (10.14b). É somente o anúncio verbal de Jesus Cristo que confere à igreja o direito de existir: "Ai de mim se não pregar o evangelho!" (1Co 9.16).

22b,23 Neste ponto, Paulo insere brevemente no seu raciocínio o resultado de 1.18–3.20. **Porque não há distinção** (entre judeus e gentios)**: pois todos pecaram e carecem da glória de Deus.** De acordo com Sl 8.5,6, o ser humano na verdade está logo abaixo de Deus. Como reflexo de Deus ele traz sobre a cabeça uma coroa de glória, com a Criação aos seus pés. Ele, porém, possui essa dignidade somente quando persevera na adoração de Deus, assim como a lua somente brilha quando está voltada para o sol. Por meio da trágica alteração de percurso mencionada em 1.21, o ser humano perdeu sua irradiação prevista por Deus. Em 1.24-32 e 3.10-18 Paulo retratou o ser humano desviado de Deus e, por isso, assustadoramente sem brilho. Segundo 2.7,10, no juízo final estará em jogo a pergunta se Deus nos conferirá esse brilho reluzente da dignidade humana original.

24 Depois que Paulo trouxe mais uma vez à presença o ser humano silenciado sob a acusação e apagado sob a ira de Deus, ele afirma, como elemento de contraste, sobre o mesmo ser humano: tão logo chega à fé em Cristo, é **justificado** por Deus. É justo para Deus, capaz para Deus e, desse modo, inteiramente capaz de viver. Paulo assevera duplamente que para isso não se abre uma contabilidade. A pessoa é declarada livre **gratuitamente**, sem custos, mas sem que a declaração por isso fosse "barata". É muito comum recebermos de graça o que não tem valor, porém de Deus recebemos

justamente o que é impagável e, por isso, impossível de adquirir por dinheiro. O "desconto" total se explica nesse caso como pura **graça**.

Ao mesmo tempo, graça acontece aqui em correlações jurídicas. Ela é concebida como um processo intrajudicial. Pois nosso pecado produziu uma situação jurídica. Transportou-nos para a condição de escravos (Rm 6; Jo 8.34). Sofremos desenvolvimentos compulsórios que não só nos vitimam injustamente, mas que também merecemos. Pois também diante de Deus é justo que o nosso mal não nos faça bem, que colhamos o que semeamos (Gl 6.7). Ou seja, o poder do pecado pode exibir uma "ordem de execução" divina. Sob esse aspecto, sofremos não apenas a infâmia satânica, mas também juízo divino. "A força do pecado é a lei (divina!)" (1Co 15.56). Em conseqüência, o que precisamos não é "só o amor". Perdão "sem mais nem menos" não conduz à liberdade. Para haver redenção verdadeira é preciso proceder de forma correta. Para isso, é necessário anular o direito do nosso pecado. A afirmação da graça de Deus tem por base legal o ato legal da morte de Cristo. Para valorizá-la, Paulo utiliza em Rm pelo menos três metáforas jurídicas: "redenção" (v. 24), do direito da família, "propiciação" (v. 25), do direito sacro, e em 5.1-11 "reconciliação" (5.11), do direito internacional.

Somos declarados livres por Deus **mediante a redenção** (que aconteceu) **em Cristo Jesus**. O resgate era originalmente uma instituição do direito israelita da família. Quando um israelita estava endividado ao extremo, seu parente mais próximo intervinha em favor dele com tudo que tinha e que podia fazer, como seu "resgatador". Essa instituição de redenção por compra serve na Bíblia também como parábola do agir redentor de Deus em Israel no Egito, depois, no cativeiro babilônico, e finalmente em Isaías, bem como no NT, como acontecimento em favor de todos os povos.

O NT apresenta 18 passagens que falam do resgate. São configuradas de maneiras diferentes, mas sua mensagem fundamental é a seguinte: o próprio Deus é esse parente mais próximo de todas as pessoas (Sl 27.10). Incondicionalmente, ele intervém em favor de suas criaturas escravizadas e deportadas. São exatamente a culpa, aflição e vergonha que o convocam como "resgatador". Em Cristo ele se fixou nessa função. Ali ele é plenamente "resgatador". Visto que compra não é roubo, e sim um ato legal, o resgate em Cristo Jesus constitui o negócio mais confiável do mundo. Ele pode tranqüilizar integralmente a consciência mais sensível e interrompe a desgastante autopunição.

Acontece que a comparação com a "redenção" do antigo Israel também tem limites. O "resgatador" oferecia algo em substituição, mas sem morrer. A morte salvadora de Jesus, portanto, pede por interpretações complementares. Para tanto, Paulo faz uso de um recurso que encontrou máxima divulgação no NT. Explicou a morte de Jesus por meio de expressões do sistema de sacrifícios do AT.

25a **A quem Deus propôs** (publicamente) **como** (lugar de) **propiciação**. Não há como enfatizar demais a segunda palavra: Foi Deus quem agiu! Nos templos pagãos os sacrifícios eram instrumentos na mão do ser humano, a fim de exercer influência sobre uma divindade impiedosa. Autopunição tinha o objetivo de comovê-la e mudar sua opinião. Contudo, já no AT a corrente básica é oposta. É Deus quem faz expiação (Dt 21.8a; Is 6.7). Ele providencia o sacrifício (Gn 22.8). Foi ele quem "deu (o sangue) sobre o altar" (Lv 17.11). Novamente o livro de Isaías aparece como testemunha, a saber, com o magistral trecho de Is 43.22-25: "Eu, eu mesmo, sou o que apago as tuas transgressões" (v. 25). Quando Israel se aproximava para prestar sacrifícios, sempre já estava pisando sobre o chão da graça, não tinha necessidade de prepará-lo para si. O mesmo acontece inequivocamente no sacrifício de Cristo: "Cristo Jesus, o qual se nos tornou, *da parte de* Deus, sabedoria, e justiça" (1Co 1.30). Nisto, porém, ele se entregou pessoalmente como sacrifício pelos nossos pecados. Ele "estava em Cristo reconciliando consigo o mundo" (2Co 5.19). Se alguém foi cruel no Gólgota, então fomos nós, e não ele.

Na Sexta-Feira da Paixão, Deus instituiu um lugar público de propiciação. Esse termo faz recordar o propiciatório dourado que, segundo Êx 25.17-22, estava sobreposto à arca da aliança no santíssimo do tabernáculo e, mais tarde, do templo. A peça servia de pedestal para duas esculturas de um ente alado (querubim), à esquerda e à direita. Elas sustentavam entre si o trono invisível de Deus. Com suas asas ocultavam esse local de sua misericordiosa presença (Êx 25.22). Ali o sumo sacerdote também realizava, no grande dia da reconciliação, a expiação anual do povo. Para tanto, aspergia diante desse propiciatório duas vezes sete vezes o sangue expiatório de animal. O objeto foi perdido quando da destruição do primeiro templo. No segundo templo o santíssimo estava vazio. Apesar disso, o rito foi celebrado por séculos no recinto vazio, até a sua destruição no ano 70. No exterior, os

judeus desde sempre celebraram o grande dia da reconciliação sem templo, a saber, nas sinagogas, observando-o ainda até hoje como a mais solene de todas as festas judaicas (*jom kippur*). O costume era familiar a cada gentio que pertencesse ao círculo de amigos da sinagoga. Também na comunidade em Roma era possível falar do assunto sem dar maiores explicações.

A referência ao rito de sangue confirma que estamos sendo conduzidos ao contexto do grande dia da reconciliação. Nele o centro predominante era ocupado por esse rito: **no seu sangue**. É verdade que, sob esse aspecto, o sacrifício de Jesus não consistiu de algo perceptível aos sentidos. A comunidade cristã sabia que Jesus não morreu literalmente num evento sacrificial. Nem havia ali um recinto sacro, um altar, um sacerdote, um golpe de punhal que fizesse sangrar completamente o corpo, nem seu sangue serviu para aspergir cultualmente o santíssimo do templo. Cristo morreu, segundo Hb 13.12 de forma declaradamente profana, fora da cidade santa. Mas o Senhor nos tempos terrenos, depois o Ressuscitado, seus apóstolos e a primeira cristandade estavam dominados pelo reconhecimento de que o sistema sacrificial do AT tinha uma característica profética que se cumpriu no sacrifício perfeito de Jesus. Contra todas as aparências, a Sexta-Feira da Paixão foi o dia universal da reconciliação. Desse modo, era possível falar metaforicamente do seu sangue e transferir traço por traço do ritual. Para a compreensão da morte de Jesus, falar do sangue sacrificial de Cristo passou a ter uma importância destacada.

A mensagem do sangue de Cristo dizia, segundo Lv 17.11: Vida inocente se interpõe em favor de vida destinada à condenação. Sacrifício propiciador e vicariato, portanto, dificilmente podem ser separados. É evidente que, para os judeus, é mais fácil compreender essa substituição existencial. Através da leitura do AT durante gerações (2Co 3.16; At 15.21), esse livro tão magnificamente realista, o povo israelita possui a vantagem (Rm 3.1,2) de um singular contato com a realidade. Em contraposição à outra, nós que vivemos e respiramos na cultura helenista, somos tangidos de uma filosofia gentílica da moda. Estamos sentados no respectivo edifício intelectual como dentro de uma estufa e não possuímos suficiente "experiência em campo aberto", i. é, contato com a realidade. É por isso que nossa sociedade padece de manifestações de carências em cada época. O individualismo da era moderna apresenta, p. ex., uma mancha cega no olho em relação ao vicariato, apesar de ele nos cercar por todos os lados. Se precisamos de alguma expansão de percepção, certamente será nesse aspecto. Não acontece nada de significativo, seja salutar ou maléfico, sem o vicariato. Pais vivem e agem incessantemente por seus filhos, o médico se empenha pelo paciente, o político ajuda a decidir pela população toda, o professor tem na mão, em boa medida, o futuro do aluno, dependendo da integridade com que trabalha, o marido assume responsabilidade pela esposa e vice-versa, ou o pastor pela comunidade. Sempre que pecamos, transgredimos também por outros; sempre que nos arrependemos, beneficiam-se o mundo que nos envolve e o mundo futuro. Representação não constitui simplesmente um fenômeno jurídico estreito (cf também exposição sobre 5.12).

Admitamos: Não há em lugar algum debaixo do céu um modelo de representação que se aproxima do vicariato do "por todos" no Gólgota. Onde, em sentido estrito, "um morreu por todos" (2Co 5.14)? Por isso, nosso texto traz duas indicações para a impossibilidade de se comparar o modelo sacrificial do AT com o cumprimento do sacrifício em Jesus. *Primeiro* Deus expôs publicamente o novo lugar de propiciação. O Santo dos Santos no templo de Jerusalém era, para pessoas comuns, um recinto escuro e impenetrável, fechado por uma densa cortina. Porém, no momento da morte de Jesus, a cortina se rompeu com a maior eficácia possível (Mc 15.38). Desse modo, o acesso ao Deus misericordioso desobstruiu-se para todo o mundo. *Segundo*, o **mediante a fé** renova mais uma vez a recordação de que está se revelando em Cristo uma salvação "sem a lei" (v. 21), ou seja, passando ao largo por Moisés e todos os modelos de sacrifícios. Podem até exercer sua função, mas depois ficam de lado.

25b,26 Nos v. 25b,26 Paulo atinge a preocupação principal de sua carta. Quatro vezes ressoa agora a raiz "justo". Finalmente Paulo pode expor o que ele até então chamou genericamente de "revelação da justiça de Deus" (1.17; 3.21). Deus agiu na morte propiciatória de Jesus Cristo **para manifestar a sua justiça**. Até agora faltava qualquer comprovação, a saber, **por ter Deus, na sua tolerância** (*anoché*)**, deixado impunes** (*páresis*) **os pecados anteriormente cometidos**, i. é, até então Deus deixou os pecadores viverem. Mesmo que ele tenha permitido que sua contrariedade com o mal fosse percebida nas consciências das pessoas e que conseqüências de juízo fossem experimentadas, as comprovações de sua bondade de Criador continuaram a acontecer antes e fora de Cristo para todos os maus. A ira manifesta de 1.18-32 evidentemente ainda não era a ira do fim. Também as

possibilidades de expiação oferecidas pelo AT não passavam de "sombras" (Hb 8.5) do que era perfeito, não sendo capazes de mitigar a sede de justiça da consciência. Esse aspecto pendente no comportamento de Deus, esse "meio" juízo e "meio" perdão tornavam passível de equívoco o ser justo de Deus. Seu deixar acontecer o expunha à suspeita de que lhe faltaria seriedade de juiz. Afinal, Deus tinha de intervir. Desde tempos antigos essa situação causava extrema aflição (p. ex., Sl 73.2-12,21,22 e o livro de Jó). A reticência de Deus atribulava os fiéis, enquanto tornava os ímpios despreocupados e indiferentes.

A Sexta-feira da Paixão trouxe o encerramento desta situação. Produziu a **manifestação** factual da justiça de Deus. Depois de acabada a sua paciência apossou-se dele **no tempo presente** a sua "impaciência": Atacou radicalmente o tema do pecado. A morte de Jesus na madeira da vergonha é juízo incontornável – crucificação do mundo inteiro (Gl 6.14).

É verdade, e com isso a história dá uma guinada imprevista, como jamais havia brotado no coração de uma ser humano: juízo sobre um inocente, ou seja, o "sujeito errado", ou melhor: o representante. Além do mais, que representante! O próprio juiz, Deus como Deus, assume por suas criaturas, que se tornaram inviáveis, a responsabilidade existencial. "Existencial" significa, nesse caso, entrega sem deixar nada de si do lado de fora. Na morte de Jesus o Deus todo se revelou totalmente – inteiramente como juiz, inteiramente como redentor. Ele julgou com o máximo rigor, porém amou seus inimigos com amor supremo (Rm 5.10), ao oferecer-lhes o manto da justiça de Cristo. Dessa maneira transpareceu, na morte expiatória de Jesus, quanto Deus é por dentro e por fora Deus e não ser humano, um Deus "correto", e precisamente para dois lados: Por um lado **para ele mesmo ser justo**, conforme exposto até aqui. Por outro lado, porém, também um juiz verdadeiramente **justificador**, acima de qualquer suspeita de corrupção. Se Deus declarasse justo o pecador, seria diante de si próprio uma abominação (Êx 23.17; 25.1; Pv 17.15). Contudo, ele pronuncia a sentença de liberdade somente para aquele, cujo direito veio à luz e que se apresenta como justo, trajado obviamente com uma justiça alheia. Cristo lhe foi feito justiça por Deus (1Co 1.30) – a partir da **fé em Jesus**. Fora dessa fé o ser humano continua vivendo depois de Cristo assim como antes de Cristo: solitário, com dúvidas e desprotegido. Porém o que crê vive num campo de força que é maravilhosamente mantido no alto por essa comprovação da justiça de Deus na morte expiatória de Jesus.

2. O significado da nova ordem de salvação para os judeus e a lei judaica, 3.27-31

27 **Onde (fica), pois, a jactância? Foi de todo excluída. Por que lei? (Acaso pela lei) Das obras? Não; pelo contrário, pela lei da fé.**
28 **Concluímos, pois, que o homem é justificado pela fé, independentemente das obras da lei.**
29 **É, porventura, Deus somente dos judeus? Não o é também dos gentios? Sim, também dos gentios,**
30 **visto que Deus é um só, o qual justificará, por fé, o circunciso (judeu) e, mediante a fé, o incircunciso ("prepúcio").**
31 **Anulamos, pois, a lei pela fé? Não, de maneira nenhuma! Antes, confirmamos a lei.**

Observação preliminar

O estilo de diálogo vivaz denota que agora Paulo está retomando a discussão com seus adversários judaístas. O que resulta, pois, da verdade de que, na morte sacrificial de Jesus Cristo, Deus criou uma nova base jurídica para a humanidade, de maneira que todo o que crê passa a obter justiça?

27,28 Primeiramente cabe esclarecer inequivocamente a pergunta pela participação própria do que foi declarado livre. **Onde** (fica)**, pois, a jactância? Foi de todo excluída.** É evidente que a circunstância de que quem crê pode desfrutar de uma justiça alheia lhe retira o pódio para qualquer pose de vencedor (cf a explicação de 2.23; 1Co 4.7).

Apesar disso Paulo aprecia mais uma vez os dois pontos de partida para adquirir glória pessoal: **Por que lei** (a jactância seria viável)**?** Não é possível que "lei" se refira, nesse caso, à lei de Moisés, pois não há duas espécies alternativas dela. Porém são imagináveis duas regras, ou princípios, ou métodos, ou caminhos, pelos quais se pode tentar afirmar-se vitoriosamente diante do juiz divino. De início, Paulo cita de maneira bem breve (só com duas palavras!) a possibilidade, já declarada

inviável: Louvor próprio (pela lei) **das obras? Não; pelo contrário,** em radical contraste a isso: **pela lei da fé.** Esse versículo e o seguinte comprovam, com uma clareza que não deixa nada a desejar, que o NT não entende o crer por parte do ser humano como uma obra, e sim como o caminho totalmente diverso nas questões de redenção e salvação: **Concluímos, pois, que o homem é justificado pela fé** em Cristo**, independentemente das obras da lei.**

O percurso do raciocínio é o seguinte: Do "somente Cristo", anunciado no trecho anterior, decorre também o "somente pela fé". Um "somente" acarreta o outro "somente". Ao inserir na sua tradução a palavrinha "somente", Martinho Lutero percebeu muito bem essa dimensão. A ordem de batalha da Reforma (em latim: *sola fide*) facilmente tornou-se, no meio evangélico, uma cadeira de preguiça, como se a fé pudesse excluir o agir. É verdade que a mão esquerda não deve querer saber o que a direita faz (Mt 6.3) – não cabe espelhar-se em si próprio! – mas isso não significa que pode ser indiferente para a mão esquerda, se a direita não realiza *nada*.

Duas vezes ouviu-se, pois, "sem lei" (v. 21), "independentemente das obras da lei" (v. 28). Esse desengate da jurisprudência da lei de Moisés e, assim, do judaísmo, tem conseqüências: ser gentio não significa mais exclusão da salvação, ser judeu não representa nenhum caminho à parte para a salvação (10.12,13). Tanto num como noutro caso vale o *sola fide*.

29 Em vista da oposição judaísta contra uma abertura universal da salvação, Paulo traz ao debate a própria doutrina bíblica sobre Deus. Ou seria, **porventura, Deus somente dos judeus? Não o é também dos gentios?** De acordo com os escribas, embora Deus seja o Criador dos povos gentílicos e no final também o seu juiz, não é o seu redentor. Em contraposição, de acordo com o AT, Deus não deu as costas aos outros povos quando escolheu Israel. Pelo contrário, a vocação de Abraão desde o início visava uma bênção de abrangência universal (Gn 12.3; Gl 3.14). Ele deveria "vir a ser herdeiro do mundo, pai de todos" (Rm 4.11,13). Foi também por isso que Deus dirigiu a história dos filisteus, arameus e abissínios, abençoou egípcios e assírios. Ele se compadece também dos gentios, profetiza-lhes salvação. **Sim,** ele é Deus redentor **também dos gentios**. No NT os impulsos do AT são validados.

30 Paulo inscreve na réplica de seus adversários a confissão principal deles próprios, de Dt 6.4: **visto que** (vale:) **Deus é *um só*!** Assim como em 1Co 1.13 o apóstolo se volta com veemência contra uma divisão de Cristo e, desse modo, da comunidade da salvação, assim ele proclama a indivisibilidade de Deus, a fim de fundamentar a posição paritária das duas partes da comunidade: Ele **justificará, por fé, o circunciso** (o judeu) **e, mediante a fé, o incircunciso** (o gentio).

31 Finalmente, Paulo aborda a acusação de que com esse discurso ele se revela como violador da lei: **Anulamos, pois, a lei pela fé?** Nesse caso "lei" volta a ser claramente, como nos v. 28,21a, a lei do Sinai. Porém Paulo, assim como Jesus em Mt 5.17 e certamente também como Estêvão, apesar de At 6.13,14, estava cônscio de ser israelita sem dolo. Por isso, ele nada mais pode dizer sobre essa suspeita além da mais radical palavra de rejeição (cf explicação de 3.6): **Não, de maneira nenhuma!** Não somos revolucionários em Israel, **antes, confirmamos a lei,** somente nós, i. é, nosso evangelho lhe possibilita plena vigência. O anúncio: "justificados… por graça!" (v. 24) combina absolutamente com a declaração de "culpado pela lei", pois só existe graça onde a culpa é certa. Ausência de culpa tornaria a graça desnecessária. É nesse sentido que a pregação genuína de Cristo confere à lei o devido peso total.

3. O testemunho da Escritura em favor da justiça por fé: Abraão, 4.1-25

Observação preliminar

O grande capítulo sobre Abraão tem uma dupla intenção:

a. Paulo não seria judeu se tivesse vivido apenas o seu momento, não se empenhando também pela *profundidade histórico-salvífica de sua doutrina da justificação*. O interesse nessa profundidade ele já demonstrou em 3.21: Por mais inauditamente nova que tenha sido a revelação de Deus em Cristo, ela não obstante já estava "testemunhada pela lei e os profetas". Paulo passa a fundamentar essa afirmação. Recorrendo a Abraão, ele não escolhe um exemplo aleatório. Sob esse aspecto, Rm 4 se distingue de Hb 11.8-19. Lá o patriarca aparece numa "nuvem de testemunhas" (12.1), como um exemplo entre muitos. Aqui, no entanto, ele está diante de nós com sua função, impossível de repetir, como figura originária. Representa o ponto em que, dentro da história de maldição da humanidade, irrompeu uma história de bênção, sendo construído para isso um povo eleito. Sua vida constitui a planta baixa que fornece as medidas para toda a construção. Ele é a raiz que sustenta a árvore (11.18). Todos os demais serão abençoados não somente *como*

ele, mas "nele" e "com ele" (Gl 3.8,9) – uma comunhão surpreendente com Abraão pelos milênios. Por isso, o que ele "alcançou" (cf aqui o v. 1) possui importância decisiva, ou seja, o resultado espiritual de sua vida. Ele se concentra em Gn 15.6, um texto-chave, que conduz por todo o presente capítulo (citado três vezes: v. 3,9,22). Aquele texto conecta firmemente "fé" e "justiça", portanto os exatos conceitos centrais de Rm desde 1.16. Ao mesmo tempo, porém, cumpre levar em conta Gl 3.8: Abraão recebeu somente um "anúncio prévio do evangelho" (*proeuangelísato*). Entre o patriarca e nós situa-se igualmente um corte de significado para a história da salvação. Abraão se esticou até o evangelho, mas ainda não sabia do Cristo ressuscitado nem do Espírito em Pentecostes. Ele "creu" na verdade "*antes* que viesse a fé" (Gl 3.23).

b. Ao mesmo tempo é impossível ignorar que esse tema não está sendo tratado aqui num tom ameno e edificante, mas *em controvérsia vivaz*. Pois, avançando até Abraão, Paulo pisou sobre um terreno muito lotado. Abraão é considerado no judaísmo como paradigma original da virtude. Supunha-se que nada de maligno tinha poder sobre ele, todos os dias de sua vida ele viveu como "o mais íntegro entre os íntegros" na obediência perfeita. Como recompensa, Deus o escolheu e o enviou para a migração, para exibir a todas as nações suas qualidades excelentes. É nesse quadro que os exegetas judaicos também inseriam Gn 15.6, a saber, como exemplo da justiça de Abraão por obras. O v. 1, introdutório, mostra nitidamente que o ex-rabino Paulo estava cônscio dessa interpretação de Abraão: "Que, pois, diremos?" Era essa uma forma freqüente de como começava quando abria espaço para uma pergunta adversária (cf exposição sobre 6.1).

a. Por meio de que Abraão foi justificado diante de Deus?, 4.1-8

1 **Que, pois, diremos ter alcançado Abraão, nosso pai segundo a carne?**
2 **Porque, se Abraão foi justificado por obras (da lei), tem (algo) de que se gloriar, porém (isso) não (vale) diante de Deus.**
3 **Pois que diz a Escritura? Abraão creu em Deus, e isso lhe foi imputado para justiça (Gn 15.6).**
4 **Ora, ao que trabalha, o salário não é considerado como favor, e sim como dívida.**
5 **Mas, ao que não trabalha, porém crê naquele que justifica o ímpio, a sua fé lhe é atribuída como justiça.**
6 **E é assim também que Davi declara ser bem-aventurado o homem a quem Deus atribui justiça, independentemente de obras (Sl 32.1,2):**
7 **Bem-aventurados aqueles cujas iniqüidades são perdoadas, e cujos pecados são cobertos;**
8 **bem-aventurado o homem a quem o Senhor jamais imputará pecado.**

1 Paulo aborda a questão controvertida entre cristãos e judeus quanto à experiência central de Abraão. **Que, pois, diremos ter alcançado Abraão, nosso pai segundo a carne?** Em todo caso encontrou graça, pois é assim que o termo "alcançar" pode ser completado a partir de uma expressão bíblica. Nisso Paulo e seus adversários eram unânimes. Porém, por meio de que ele chegou a esse estado de graça? Que o tornou correto diante de Deus, de modo que ele foi chamado "amigo de Deus" (Tg 2.23)? A deduzir da continuação no v. 2, a resposta adversária era: Cumprimento exemplar da lei rendeu-lhe o louvor de Deus! Nisso é preciso levar em conta a doutrina judaica de que Abraão já tinha conhecimento da lei do Sinai, ainda que não em forma escrita, observando-a exemplarmente ponto por ponto. Desse modo adquiriu um saldo positivo de boas obras, que reverteria em benefício de seus descendentes no juízo final. Se não forem capazes de quitar seus pecados através de méritos próprios, usufruem do tesouro de méritos dele. Sob esse aspecto, sem a justiça transbordante das obras de Abraão, sucumbia para os judeus a esperança da salvação.

2 Paulo aguça agora a interpretação judaica: **Porque, se Abraão foi justificado por obras** (da lei)**, tem** (algo) **de que se gloriar** (cf as explicações de 2.23 e 3.27). Poderia triunfar no juízo com sua própria justiça. Contra isso, porém, levanta-se um protesto exegético. **Porém** (isso) **não** (vale) **diante de Deus,** que fala por intermédio da Escritura.

3 O texto-chave de Gn 15.6 documenta a justiça de Abraão por fé. **Pois que diz a Escritura? Abraão creu em Deus, e isso lhe foi imputado para justiça.** "Texto-chave" significa nessa caso: Essa forma de imputação não estava apenas limitada àquela situação, mas formou o alicerce da relação propriamente dita entre Abraão e Deus, até o juízo final. Pelo sentido literal daquele texto, fé em Abraão não era praticar com fé as prescrições, mas submeter-se sem reservas à promessa de Deus (cf o comentário sobre 3.22; aqui, sobre os v. 20,21). Realmente é imprópria a idéia de obedecer mandamentos sobre alimentos, ordens de jejum, ritos e sacrifícios. Logo Abraão, confiante nas promessas, foi a pessoa acertada para Deus, o aliado ideal. Por isso ele lhe declarou solene aceitação

misericordiosa, renunciando ao direito de que dispunha de lhe imputar culpa (v. 6-8). É essa deliberação fundamental que sustenta Abraão e o povo que lhe foi prometido. Evidentemente esse "crer" tem uma série de relações com outras manifestações da vontade de Deus. No entanto, quem visa sempre cumprir a vontade de Deus, imperiosamente deve visar Deus pessoalmente. Em cada um dos mandamentos, o decisivo é avançar até o I Mandamento e temer e amar o próprio Deus acima de todas as coisas.

4 O texto de Gn 15.6 desconhece a idéia de creditar contraprestações humanas. **Ora, ao que trabalha, o salário não é considerado como favor** (segundo a graça)**, e sim como dívida.** Pois nessa hipótese estaria no comando a conta dos méritos, que sobe cada vez mais, até permitir a leitura do resultado, a soma da "justiça", que pode ser quitada. Para Paulo, porém, vigora a graça, muito em consonância com Rm 3.24; 11.5,6.

5 Portanto, resta apenas a justiça por fé. **Mas, ao que não trabalha, porém crê naquele que justifica o ímpio, a sua fé lhe é atribuída como justiça.** O patriarca está sendo contado, sem que seja dito expressamente, entre as pessoas sem Deus'. Talvez a intenção de Paulo também seja apontar para a descendência gentílica de Abraão. Em todo caso ele desafia incrivelmente a interpretação judaica de Abraão, sim, ele afronta inicialmente qualquer percepção tradicional de direito. Reside nisso um dilema, que será solucionado só no final do capítulo (cf também o exposto sobre 3.26), mas que agora estava sendo sentido como tal.

6-8 Outra prova dessa imputação divina procede da segunda parte da Escritura: **E é assim também que Davi declara ser bem-aventurado o homem a quem Deus atribui justiça, independentemente de obras: Bem-aventurados aqueles cujas iniqüidades são perdoadas, e cujos pecados são cobertos; bem-aventurado o homem a quem o Senhor jamais imputará pecado.** Essa citação também se alinha, por meio do termo "imputar", ao versículo de Gn, formulando em conceitos claros algo que lá já estava indicado, embora ainda não expressamente. No âmbito da linguagem juridicamente precisa da doutrina da justificação ressoa, assim, que Deus perdoa e encobre, atualizando assim a plenitude do amor pessoal (cf 5.5; 8.35,37,39). Não é uma bitola estreita que está determinando: a justiça não desloca o amor, e o amor não desloca a justiça. Deus é Pai, também quando é juiz. Com isso Paulo está novamente em consonância com os profetas do AT. Naqueles contextos, o perdão é mais que tranqüilizar consciências em casos individuais, é ajuda fundamental, é incisão histórico-salvífica, que transfere para bases totalmente novas o relacionamento com Deus por parte de um povo todo. Também a comunidade cristã constitui, como para Jesus assim também para Paulo, uma comunhão de culpa e perdão.

b. Em que condição Abraão recebeu a justiça da parte de Deus?, 4.9-12

9 **Vem, pois, esta bem-aventurança exclusivamente sobre os circuncisos ou também sobre os incircuncisos? Visto que dizemos: a fé foi imputada a Abraão para justiça.**
10 **Como, pois, lhe foi atribuída? Estando ele já circuncidado ou ainda incircunciso ("no prepúcio")? Não no regime da circuncisão, e sim quando incircunciso ("no prepúcio").**
11 **E recebeu o sinal da circuncisão como selo da justiça da fé que teve quando ainda incircunciso; para vir a ser o pai de todos os que crêem, embora não circuncidados, a fim de que lhes fosse imputada a justiça (mediante a fé),**
12 **e (igualmente) pai da circuncisão, isto é, daqueles que não são apenas circuncisos, mas também andam nas pisadas da fé que teve Abraão, nosso pai, antes de ser circuncidado (quando era "prepúcio").**

Observação preliminar

Porque Abraão e Davi tinham o mesmo Deus também experimentaram verdades comparáveis. Isso permite a Paulo dispô-los lado a lado Gn 15.6 e Sl 32.1,2. Mas será que ele podia levar essa mensagem da salvação para judeus circuncidados simplesmente aos incircuncisos, i. é, aos gentios? De acordo com a doutrina rabínica, Deus perdoa somente a circuncidados no juízo final (cf nota acerca de 2.3), de maneira que os leitores de Paulo podiam ter dificuldades extremas com esse texto. Por isso ele inicia uma nova rodada de explicações. Da sua maneira paciente, de argumentar sempre de novo, se depreende que ele tem diante de si pessoas que ainda precisam mudar o seu entendimento.

9,10 Conforme os rabinos, a bem-aventurança do salmo citado vale unicamente para Israel. Porém Paulo preserva a ligação com a passagem acerca de Abraão. **Vem, pois, esta bem-aventurança exclusivamente sobre os circuncisos ou também sobre os incircuncisos? Visto que dizemos: a fé foi imputada a Abraão para justiça.** Consideremos, pois, a biografia de Abraão: **Como, pois, lhe foi atribuída? Estando ele já circuncidado ou ainda incircunciso** ("no prepúcio")**?** Mesmo segundo cálculos rabínicos, sua circuncisão (Gn 17.11) ocorreu 29 anos após Deus tê-lo declarado justo em Gn 15.6. Apesar disso, deve ter sido difícil para os judeus, com a dogmática que tinham, ouvir como Paulo expressa esse fato laconicamente: **Não no regime da circuncisão, e sim quando incircunciso** ("no prepúcio"). Afinal, isso não significava outra coisa senão que: Deus aceitou Abraão quando ele ainda não era judeu.

11a Qual era, então, a relação da circuncisão posterior de Abraão com sua justiça mediante a fé? **E recebeu o sinal** (a saber, o) **da circuncisão como selo da justiça da fé que teve quando ainda incircunciso**. Em 3.1 a circuncisão já ocupava o pensamento de Paulo, porém só como designação substitutiva para o judaísmo. Agora, porém, Paulo aponta para a marca física em si, para essa intervenção cirúrgica no órgão sexual masculino. O que significava esse ato para Abraão, que há muito estava ligado a Deus? Por meio dele Deus lhe concedeu um sinal. É preciso enfatizar: para ele pessoalmente! Por se tratar de uma marca na esfera íntima, não se prestava para ser uma marca de confissão diante dos olhos de estranhos, mas representava a confirmação para ele próprio e sua família. A circuncisão foi para ele um selo da justiça por fé. Deus certificou-lhe dessa maneira que o tinha escolhido e que verdadeiramente o retirara da vida gentia e sem Deus (v. 5) para dentro da comunhão com ele. Dessa forma, a circuncisão não efetuou a sua justificação perante Deus, mas exatamente a pressupôs. Ou seja, o ato tem um significado, mas não de salvação.

11b,12 Deus conduziu Abraão dessa maneira, para que se torne figura originária de uma comunidade universal da salvação. Em vez de começar com "primeiro os judeus" Paulo começa dessa vez com os gentios, porque ele agora segue a ordem cronológica da vida de Abraão: **para vir a ser o pai de todos os que crêem, embora não circuncidados, a fim de que lhes fosse imputada a justiça** (mediante a fé). Abraão viveu os primeiros anos no estado de incircuncisão, mas depois também como circuncidado, de modo que (fosse igualmente) **pai da circuncisão**, e o fosse na fé: **isto é, daqueles que não são apenas circuncisos, mas também andam** (em consonância com) **nas pisadas da fé que teve Abraão, nosso pai, antes de ser circuncidado** (quando era "prepúcio"). O destaque simétrico dado à fé traz à memória 11.23: Judeus podem ser novamente enxertados na oliveira que brota da raiz Abraão, "se não permanecerem na incredulidade". Quem for tão-somente circuncidado não é o que era Abraão. Ainda não recebeu a mesma bênção que ele. Não basta ter Abraão somente como "pai segundo a carne" (4.1). O contingente natural do povo não coincide com o povo da bênção. Paulo já o indicou em 2.28,29 e o exporá amplamente em 9.6-13. Decisiva é a fé de Abraão, não sua circuncisão, muito menos o fato de ser incircunciso.

c. Que segurança possuía Abraão da promessa de Deus?, 4.13-17a

13 **Não foi por intermédio da lei que a Abraão ou a sua descendência coube a promessa de ser herdeiro do mundo, e sim mediante a justiça da fé.**
14 **Pois, se os da lei é que são os herdeiros, anula-se a fé e cancela-se a promessa,**
15 **porque a lei suscita a ira; mas onde não há lei, também não há transgressão.**
16 **Essa é a razão por que provém da fé, para que seja (válida) segundo a graça, a fim de que seja firme a promessa para toda a descendência, não somente ao que está no regime da lei, mas também ao que é da fé que teve Abraão (porque Abraão é pai de todos nós,**
17a **como está escrito (Gn 17.5): Por pai de muitas nações te constituí.),**

Observação preliminar

O capítulo sobre Abraão encaminha-se para o auge, o qual se reconhece pela utilização da palavra "promessa" (v. 13,14,16,20; no capítulo sobre Abraão em Gl 3: oito vezes). É verdade que "promessa" não é utilizado nenhuma vez nas histórias do AT sobre Abraão, porém o conteúdo ocorre, ademais, com máxima importância. A eleição de Abraão não serviu a um fim em si próprio. Pelo contrário, residia nela um dinamismo que impelia para frente. De modo correspondente, os trechos respectivos do AT estão relacionados regularmente com afirmações divinas de longo alcance. Elas situavam o eleito numa relação com o restante do mundo, a saber, com a salvação futura dele. O abençoado viria a tornar-se – através de seus descendentes ou do descendente único (Gl 3.16!) – alguém que abençoa mundialmente. Essas assertivas de Deus são

sintetizadas por Paulo no termo "promessa". Embora Cristo fosse o fim para a lei de Moisés (10.4), de modo algum o era para essa promessa a Abraão (15.8). Também o judaísmo tocava, em conexão com Abraão, na dimensão do futuro, ao falar dele como sendo o "herdeiro do mundo" (cf v. 13). Ocasião e garantia dessas promessas grandiosas de Deus teriam sido sua impecável obediência à lei. Paulo tinha de contar com essa visão distorcida também da parte dos judaístas cristãos.

13 De acordo com o texto bíblico, na verdade não é errado combinar a promessa a Abraão, de ser herdeiro do mundo, com a legislação de Moisés. **Não foi por intermédio da lei que a Abraão ou a sua descendência coube a promessa de ser herdeiro do mundo.** Acresce que o judaísmo preencheu essa "herança" à sua maneira. De acordo com ela, um dia caberia a Israel exercer a soberania sobre as nações da terra. Porém Paulo diz, p. ex., em Gl 3.14 ou 29, no que ele via a realização dessa herança ou da bênção de Abraão: no derramamento do Espírito Santo no contexto do empreendimento missionário e do surgimento de comunidades de Cristo em todos os povos. Não há outra forma pela qual é concedida essa dádiva que não seja **mediante a justiça da fé** – inteiramente no seguimento de Abraão.

14 Por um momento Paulo imagina como seria se a promessa dependesse de o ser humano cumprir prescrições legais. **Pois, se os da lei é que são os herdeiros, anula-se a fé e cancela-se a promessa**. Nesse caso a promessa seria tão fraca quanto a força do ser humano, e quem se prenderia a ela ficaria suspenso no vazio.

15 Quais são, conseqüentemente, as possibilidades da lei? Pois **a lei suscita a ira**. A prática demonstra que uma floresta de parágrafos deixa o coração do pecador na mesma condição de antes. Por mais rigorosamente que sejam colocados em vigor, o resultado real jamais é a justiça, pelo contrário, evidencia-se com maior clareza que a pessoa está entregue à culpa. O pecado, existente apesar de tudo, modifica-se visivelmente, torna-se palpável e denunciável. Por outro lado vale: **mas onde não há lei, também não há transgressão** juridicamente enquadrável. Assim, a lei não conduz ao Pai, mas ao juiz furioso.

16,17a Para que a promessa se torne eficaz, ela precisa basear-se incondicionalmente na ordem da graça, constituindo um assunto da fé, como em Abraão. **Essa é a razão por que provém da fé, para que seja** (válida) **segundo a graça.** Os dois conceitos podem ser encaixados dessa maneira um no outro, porque possuem a mesma perspectiva. Olham conjuntamente ao evento de Cristo, exposto em 3.25,26. É com esse Cristo que se relacionam, a partir do ser humano, a "fé", e, a partir de Deus, a "graça". Ao ouvirem a palavra "graça" (*charis*), os leitores do grego certamente também tinham no ouvido a origem terminológica: *chara*, o "alegrar-se". Graça é, portanto, uma experiência caracterizada pela alegria que causa. Pois, para recebê-la, não existe, por parte do receptor, nem pressuposto, nem preparo, nem expectativa. Ela sobrevém como presente puro. Ela jorra surpreendentemente do mundo de Deus sobre nós, como Criação do alto (v. 17).

Dessa maneira, tornou-se claríssimo que a graça é dada "sem a lei" (3.21), sim, que se coloca numa certa tensão em relação a ela, pois a lei trabalha expressamente no nível do dever, do querer e do agir humanos (Gl 3.12). Se existe no ser humano alguma coisa que corresponde à graça, então é o "somente por fé" de Rm 3.28. Por isso, a promessa somente desenvolve eficácia legal onde vigora a fé e governa a graça: **a fim de que seja firme a promessa para toda a descendência, não somente ao que está no regime da lei, mas também ao que é da fé que teve Abraão (porque Abraão é pai de todos nós…).** Há possibilidade de ocorrer o equívoco de que nesse versículo Paulo estaria juntando pessoas judias e gentias que crêem em Cristo, como filhos de Abraão ("da lei – da fé"). Porém, após o começo do versículo, ele pressupõe a fé em todos os que são citados a seguir. É por isso que nesse caso "da lei" caracteriza, diferente do v. 14, não a existência legalista, mas simplesmente crentes de origem judaica. Também eles se encontram agora – ultrapassando a descendência "segundo a carne" – numa relação espiritual (!) com Abraão e podem chamá-lo, unânimes com todos os gentios que crêem, "pai de todos nós". Novamente é uma comprovação da Escritura que arredonda a reflexão **… como está escrito** (Gn 17.5)**: Por pai de muitas nações te constituí**.

d. Como se caracterizava a realização da fé em Abraão?, 4.17b-22

17b **(Essa promessa ele recebeu) perante aquele no qual creu, o Deus que vivifica os mortos e chama à existência as coisas que não existem.**

18 **Abraão, esperando contra a esperança, creu, para vir a ser pai de muitas nações, segundo lhe fora dito (Gn 15.5): Assim (numerosa) será a tua descendência.**
19 **E, sem enfraquecer na fé, embora levasse em conta o seu próprio corpo amortecido, sendo já de cem anos, e a idade avançada de Sara,**
20 **não duvidou, por incredulidade, da promessa de Deus; mas, pela fé, se fortaleceu, dando glória a Deus,**
21 **estando plenamente convicto de que ele (Deus) era poderoso para cumprir o que prometera.**
22 **Pelo que isso (essa fé) lhe foi também imputado para justiça.**

Observação preliminar

Depois que Paulo empregou quase 30 vezes em sua carta o grupo semântico "fé", ele finalmente traz em formato gigante a maneira de realização dessa fé. O presente trecho tem condições de proteger essa palavra-chave cristã contra um uso meramente corriqueiro. – Leitores com conhecimentos aprofundados da Bíblia poderiam encontrar dificuldades com o v. 19, uma vez que o velho Abraão está sendo apresentado definitivamente, em Gn 16.14 e 25.1-6, como capaz de gerar filhos. Isso demonstra que nem sempre Paulo se sentia vinculado à tradição toda, mas que apenas a aproveitava sob o enfoque específico de certos interesses. Em Gl 4.21-31 ele inclui nas considerações, p. ex., a história de Ismael.

17b Paulo destaca no crente Abraão que ele fitou os olhos em Deus e não desviou o olhar em nenhum momento. (Essa promessa ele recebeu) **perante aquele no qual creu**. Com a voz da promessa no ouvido, buscou a face do que fazia a promessa. Aquilo que ele crê leva-o à pergunta por aquele em quem crê.

A impressão causada por Deus é pronunciada em duas expressões que eram familiares a Paulo por ser um judeu devoto. Israel ficou pasmo diante de Deus, **que vivifica os mortos**. O versículo depois do seguinte traz como exemplo que Deus concedeu ao casal biologicamente "morto" o filho Isaque. Hb 11.19 aborda, sob o mesmo enfoque, outro exemplo, o acontecimento de Moriá. Deus ordenou a Abraão que ofertasse Isaque em sacrifício. Como o patriarca haveria de compreender isso: sacrificar por um lado o seu filho e, com ele, também a promessa de uma descendência, e apegar-se por outro lado, apesar de tudo, na veracidade daquele que dá a promessa! Forçosamente resultou a seguinte solução: Para Deus, a morte de uma pessoa não é definitivamente mortal, sempre cabe contar com o reavivamento de mortos. Com isso Abraão entendeu algo que é típico para as conduções de Deus. "Deus não faz um *show* com aquilo que já existe" (Lutero). Sempre de novo esse jeito de Deus lampejou na história de seu povo, até que se revelou em Cristo de forma insuperável, impossível de ignorar e de perder (v. 24,25). Retornemos ao primeiro exemplo, que é atual no presente versículo. Deus já se manifesta de maneira semelhante antes da sepultura: Deus **chama à existência as coisas que não existem**. Sem levar em conta fatores existentes, Deus traz à existência aquilo que ele quer. Por mais adversas que sejam as condições, elas lhe obedecem submissamente. Predomina uma ausência de dificuldade, como na Criação. "Deus é poderoso", diz também o v. 21 ou 11.23, além de incontáveis passagens da Bíblia. Impõe-se uma linha de raciocínio. O que ele soube fazer *uma vez*, saberá fazer também duas vezes. O Criador também criará coisas novas.

18 O Abraão que creu não vivia numa disposição íntima reclusa e estática, mas mostrou-se animado intensamente por esperança. **Abraão, esperando contra a esperança, creu, para vir a ser pai de muitas nações, segundo lhe fora dito** (Gn 15.5)**: Assim será a tua descendência.** A continuação ilustra como Abraão teve de afirmar a sua fé contra sua situação realmente adversa. Ele foi esperançoso "contra a esperança", ou seja, em situação contrária. A carta aos Romanos evidencia sempre de novo que a esperança é elemento constitutivo da fé.

A história de Abraão, porém, evidencia também que pessoas que crêem vivem no estado de tribulação. **Sem enfraquecer na fé** (naquele que ressuscita mortos)**, embora levasse em conta o seu próprio corpo amortecido, sendo já de cem anos, e a idade avançada de Sara.** Dificilmente Paulo está tentando dizer que Abraão jamais sentiu fraqueza de fé, mas antes, que a superou. Contudo de que maneira? Segundo a antiga tradução de Lutero, superou-a ao "*não* atentar" para o estado senil do seu corpo e do de Sara. Para poder crer, ele teria de viver, então, de olhos fechados. Entretanto, de acordo com os manuscritos melhores de que dispomos hoje, a fé justamente não se eleva para fora da realidade, mas a encara assim como é. Somente livre de ilusões sobre sua condição dentro do mundo a fé em Deus se torna profunda e verdadeira.

Abraão não fazia parte daqueles que por princípio se sentem atraídos por uma vida de aventuras e estimulados para arriscar o impossível. Sua fé não era arbitrária, porém tinha um apoio real: **não duvidou, por incredulidade, da promessa de Deus**. A credibilidade de Deus continuou sendo para ele a realidade número um: **mas, pela fé, se fortaleceu**.

De acordo com Rm 10.17, nem mesmo o surgimento da fé principia com um ato de força humano. Não é o ser humano que lança com toda a força uma corda para o céu, até que engate firme, mas é Deus quem vem num ato de graça até o ser humano e "tece os laços" do namoro. Instado, atingido e abraçado o ser humano por Deus, surge a fé humana. Não é diferente cada vez que a fé é fortalecida na tribulação. A mão poderosa de Deus está presente! Dois particípios descrevem uma terceira característica. A fé dá **glória a Deus**. Não se associa mais ao pecado originário, a saber, ao roubo da honra de Deus em favor na glória pessoal. A fé deixa Deus ser Deus, **estando plenamente convicto de que ele** (Deus) **era poderoso para cumprir o que prometera.** Para ela, Deus é *inteiro*, i. é, inteiramente Deus, sem nenhum conflito entre o que diz e o que pode realizar. Nós seres humanos somos esfacelados, multiplamente divididos. Falar, querer e poder dissociam-se em nossa vida.

22 Paulo retorna afirmativamente ao v. 3, concluindo sua exegese de Abraão: **Pelo que isso** (essa sua fé) **lhe foi também imputado para justiça.** Quem deixa Deus ser Deus, a esse Deus também deixa ser pessoa: Tu és justo para mim – justo para a comunhão eterna e para a ação conjunta! Cabe pesarmos aqui cada palavra: tu para mim! De um lado "pó e cinza" (Gn 18.27), de outro lado, o Criador de todas as coisas. Porém quem estava distante e sem Deus (v. 5), torna-se agora capaz de Deus. A graça (v. 4) toma como matéria-prima em suas mãos as impossibilidades humanas. Ressurreição de mortos acontece.

e. Em que consiste a exemplaridade originária da fé de Abraão para os cristãos?, 4.23-25

23 **E não somente por causa dele está escrito que lhe foi levado em conta,**
24 **mas também por nossa causa, posto que a nós igualmente nos será imputado (como justiça), a saber, a nós que cremos naquele que ressuscitou dentre os mortos a Jesus, nosso Senhor,**
25 **o qual foi entregue por causa das nossas transgressões e ressuscitou por causa da nossa justificação.**

Observação preliminar

A pergunta, no trecho anterior, de como Abraão creu passou, desapercebidamente, para as perguntas em quem e o que ele creu. São essas que se tornam agora prioritárias. Paulo revela o cerne do que temos em comum com "o pai de todos os que crêem".

23,24a O verdadeiro grupo-alvo daquilo que está escrito sobre o patriarca Abraão é a comunidade cristã. Porém **não somente por causa dele está escrito que lhe foi levado em conta, mas também por nossa causa**. Já em 1.2 soubemos que o AT é literatura da promessa. O que o AT testemunha é, no fundo, "aquele que havia de vir" (5.14). Isso lhe proporciona, durante milênios, uma proximidade imediata com aqueles sobre os quais "os fins dos séculos têm chegado" (1Co 10.11). Poderíamos falar de uma parede finíssima entre aquele começo e a comunidade do tempo final. Olhando para a justiça de Abraão mediante a fé, a igreja compreende o chão em que ela própria foi plantada e do qual ela vive. A consciência dessa profundidade histórico-salvífica a torna forte e firme contra as crises. Aquela palavra da Escritura refere-se, portanto, aos cristãos, aos quais futuramente **será imputado** (como justiça)**, a saber, a nós que cremos.** Gramaticalmente Paulo está falando na forma futura, porque ele se imagina na época em que foi proferida a promessa. Porém essa justificação já faz parte do "agora".

24b Na verdade existe não apenas uma concordância entre Abraão e os cristãos que crêem, mas também um crescendo. Cristãos crêem como Abraão naquele que ressuscita mortos (v. 17b), mas – isso vai muito além do que aconteceu a Abraão – **naquele que ressuscitou dentre os mortos a Jesus, nosso Senhor**. No diálogo judaico-cristão, a verdadeira contribuição por parte dos cristãos reside no testemunho de que Deus não apenas vivificou a Jesus de Nazaré crucificado, mas também o tornou Senhor (cf exposição sobre 1.4). De acordo com 14.9 esse senhorio de Jesus constitui a síntese de tudo aquilo que Sexta-Feira da Paixão e Páscoa podem significar.

25 Um dito homogêneo, cuidadosamente formulado, sobre esse Senhor enfeixa, no final, todo o bloco da carta desde 3.21. Na forma de uma confissão que é apoiada por todas as comunidades, Paulo recoloca mais uma vez a mensagem fundamental da morte propiciatória de Jesus, de Rm 3.25: **o qual foi entregue por causa das nossas transgressões**. Essa ação de Deus está presente também como base para Paulo nas demais exposições (p. ex., 5.9,10; 6.10; 8.3,32-34). Além disso, porém, o nexo com o v. 17b direciona especificamente para a ação da Páscoa, que ainda estava ausente em 3.24,25: **e ressuscitou por causa da nossa justificação**. Para o "por causa", tanto na frase inicial quanto no período posterior desse versículo, são possíveis diferentes explicações.

- A preposição "por causa" (*diá* com o acusativo) poderia ter ambas as vezes um sentido causal (justificativo). Então teremos para ambas as ações a seguinte correlação: Cristo morreu em nosso lugar, "por causa" de nossos pecados. Desse modo ele restabeleceu a nossa justiça, p. ex., no sentido de 5.9: "sendo justificados pelo seu sangue". Sob essa premissa, ou seja, "por causa" de nossa justiça perfeita, Deus em seguida respondeu por meio de uma segunda ação, despertando Jesus da morte. Vista dessa maneira, a ressurreição constituiu o resplandecente "sim" e "Amém" de Deus à obra já consumada na cruz (Jo 19.30). Ela a qualificou como inegável. Páscoa é o quebra-dúvidas (1Co 15.17). Nenhuma experiência negativa será capaz de superá-la.
- No entanto, também se pode fazer uso da possibilidade lingüística de que esse "por causa" ocasionalmente pode especificar um sentido final (indicação da finalidade). Nesse caso mantém-se na parte inicial o sentido causal como acima, mas entende-se a continuação como finalidade e parafraseando: Cristo foi ressuscitado "com a intenção" da nossa justificação, do estabelecimento e da preservação da nossa justiça. Vista assim, a ação de Deus na Páscoa não foi somente uma confirmação retrospectiva da expiação perfeita, Deus não se limitou a uma limpeza do passado, não apenas restabeleceu o ponto zero, mas aponta, a partir da Páscoa, para um "algo mais". Páscoa é ruptura voltada para a frente, em direção da novidade de uma vida para Deus (5.2; 6.4b,10,11). Cristo foi enaltecido, a fim de salvar também os reconciliados para todo o futuro "pela sua vida" (5.10). Seu justificar contínuo (8.34; Hb 7.25) "dá vida" (5.18). Os textos paralelos aqui referidos indicam com que força esses pensamentos ocuparão o próximo bloco da carta.

É recomendável que aproveitemos o melhor de ambas as interpretações. Em última análise, a Sexta-Feira da Paixão e a Páscoa estão tão estreitamente entrelaçadas que qualquer contraposição conceitual deve acontecer com reservas.

UNIDADE 3
O justo na fé viverá!, 5.1–8.39

Observação preliminar

O trecho anterior da carta encerrava, em Rm 4.25, com as palavras: "nossa justificação". O trecho de Rm 5.1 começa: "justificados, pois". É impossível que uma conexão seja mais direta que essa. Por isto, compreendemos os exegetas que contam Rm 5 ainda como parte do bloco de Rm 3.21–4.25 (p. ex., Wilckens). Não obstante, há uma característica que, a meu ver, depõe a favor de que tenhamos de admitir uma troca de tema e o início de uma nova unidade principal. A mudança se reflete numa marcante substituição do vocabulário. Desaparecem até as palavras "fé", "crer", que antes eram centrais. Em seu lugar surgem conceitos como "paz", "graça", "esperança", "amor", "Espírito", "reconciliação", "redenção", "vida", que não ocorriam antes ou estavam quase ausentes. Deve ser dada atenção especial para "vida, viver". Até aqui, este conceito ocorrera somente uma vez, em Rm 2.7. Em contraposição, ele surge agora em Rm 5.10,17,18,21; 6.2,4,8,10,11,13,22,23; 7.1,2,3,9,10; 8.2,6,10,12,13,38. Na verdade, Paulo não está fixado apenas na justificação do pecador como acontecimento isolado. A citação de Hc 2.4 nos versículos programáticos de Rm 1.16,17: "O justo *viverá* por fé", não significou para ele um apêndice. O evangelho não proporciona apenas uma experiência concisa, mas é também plenamente criador de vida. Ele capacita a enfrentar a realidade. É precisamente isso que se espelha nos termos-chave acima arrolados. Desta forma justifica-se o título dessa nova unidade principal.

1. O gloriar-se da comunidade de pecadores justificados, 5.1-11

1 **Justificados, pois, mediante a fé, temos paz com Deus por meio de nosso Senhor Jesus Cristo;**

2 **por intermédio de quem obtivemos igualmente acesso, pela fé, a esta graça na qual estamos firmes; e gloriamo-nos na esperança da glória de Deus.**
3 **E não somente isto, mas também nos gloriamos nas próprias tribulações, sabendo que a tribulação produz perseverança;**
4 **e a perseverança, experiência; e a experiência, esperança.**
5 **Ora, a esperança não confunde, porque o amor de Deus é derramado em nosso coração pelo Espírito Santo, que nos foi outorgado.**
6 **Porque Cristo, quando nós ainda éramos fracos, morreu a seu tempo pelos ímpios.**
7 **Dificilmente, alguém morreria por um justo; pois poderá ser que pelo bom alguém se anime a morrer.**
8 **Mas Deus prova o seu próprio amor para conosco pelo fato de ter Cristo morrido por nós, sendo nós ainda pecadores.**
9 **Logo, muito mais agora, sendo justificados pelo seu sangue, seremos por ele salvos (do tribunal) da ira.**
10 **Porque, se nós, quando inimigos, fomos reconciliados com Deus mediante a morte do seu Filho, muito mais, estando já reconciliados, seremos salvos pela sua vida;**
11 **e não apenas (que somos salvos do tribunal da ira vindoura com base na nossa reconciliação na cruz) isto, mas também nos gloriamos em Deus por nosso Senhor Jesus Cristo, por intermédio de quem recebemos, agora, a reconciliação.**

Observação preliminar

O tom da controvérsia dá lugar ao estilo do nós, ou seja, a constatações comunitárias. Fala a comunidade dos que crêem. Ela está proferindo sua confissão básica, que fornecerá matéria-prima para os próximos quatro capítulos. Essa confissão não gira mais em torno do ponto da reversão libertadora, mas desdobra essa salvação para dentro da vida, e isso de forma tríplice: do estado da graça já alcançado, passando pelas aflições atuais, até chegar à esperada perfeição. A ênfase vai se transferindo visivelmente para a redenção no juízo final, pois: Tudo está bem quando acaba bem! De fato, tudo está centralizado na pergunta: Nossa vida *como um todo* será bem-sucedida? Somente a resposta a essa pergunta torna nossa vida plena de sentido, ou, inversamente, sem sentido. É o futuro que qualifica nosso presente. Portanto: podemos ter um fundamento para a esperança? Dito em termos bíblicos: podemos "gloriar-nos"? Esse conceito emoldura todo o trecho (v. 2,3,11). Antes abordou-se o gloriar-se falso (Rm 2.23; 3.23,27; 4.2). Agora cabe anunciar confiança verdadeira na vida.

1,2 A salvação desdobra-se para aquele que com fé firmou os passos no fundamento legal da morte de Cristo. **Justificados, pois, mediante a fé, temos paz com Deus.** A "paz", na acepção bíblica, sempre tem a ver com a totalidade abrangente. O Deus que nos absolve como justos não faz nada pela metade. Tudo é colocado em ordem. Nós o experimentamos não apenas através daquilo que *nós* somos e temos, mas **por meio de nosso Senhor Jesus Cristo**, enquanto espaço de **graça na qual estamos firmes**. Não se pode adentrar esse espaço facilmente de todos os lados, porém ele possui um **acesso** determinado, à semelhança, p. ex., do recinto do templo em Jerusalém. Seus portões tinham o nome de "portas da justiça" (Sl 118.19,20; Is 26.2). Somente pessoas justas podiam aproximar-se. Assim, a procissão festiva de peregrinos parava diante do portão e era submetida ao exame dos sacerdotes (Sl 15; 24). Somente quem fosse reconhecido como justo obtinha acesso ao recinto da presença divina. O cristianismo primitivo também via a sua justificação por Cristo no contexto dessa idéia. É Cristo que conduz à presença de Deus. Sim, ele em pessoa é nosso acesso para estarmos na graça. O fato de que Cristo está sendo designado como **Senhor** faz com que o olhar se volte singularmente ao Exaltado. Ele foi nossa paz não apenas na cruz, mas também se coloca atualmente e até no juízo final como nossa garantia perante Deus e preserva para nós a paz de Deus (Rm 4.25; 8.34). Isso tudo obviamente é valido **pela fé**, como Paulo insere mais uma vez como premissa impreterível nos v. 1,2.

Cada pessoa corre o risco de que sua vida seja um fracasso. Porém os que crêem são tomados de confiança: **e gloriamo-nos na esperança da glória de Deus**. Ao tratarmos de Rm 3.27, já expusemos que a Bíblia não descarta esse gloriar-se como sendo mera vanglória. Constitui uma marca necessária da existência humana. O alvo de Deus não é o ser humano sucumbido, mas radiante, que sabe vencer e um dia de fato estará coroado de vitórias (Rm 8.37). Como o ser humano se torna vencedor? Ele brilha quando Deus brilha. Um dia, quando "o reino e o poder e a glória"

forem definitivamente de Deus, isso também significará a glorificação concomitante de todos os que estão em Cristo (Rm 8.17,30; Fp 3.21).

3-5a Apesar da frase: "O justo viverá", vale também a verdade: "Muitas são as aflições do justo" (Sl 34.19). **E não somente isto, mas também nos gloriamos nas próprias tribulações.** O justo sempre será como um estilhaço na carne para um mundo de injustiças (Rm 1.18). É inconcebível que ele permaneça livre de contrariedades, ameaças e medo. "Filho, se te dedicares a servir ao Senhor, prepara-te para a prova" (Eclesiástico 2.1 [BJ]). Pressão de todos os lados tenta esmagar novamente sua fé. As "tribulações" devem ser entendidas aqui como uma síntese. Elas vêm de fora como de dentro, física, espiritual e intelectualmente, do exterior como do interior da igreja. Tanto mais admirável é que essa plêiade de males não apenas é incapaz de obscurecer o gloriar-se e a esperança daquele que crê, mas que até pode intensificá-los. Pois não se gloria, *apesar de* sofrer, mas precisamente *porque* sofre: **sabendo que a tribulação produz perseverança; e a perseverança, experiência; e a experiência, esperança**. Conjugadas com a fé (v. 1,2), as tribulações produzem uma corrente de reações positivas. Assim como é possível usar uma escada rolante descendente para subir por ela correndo, assim é possível superar em direção oposta aquilo que deprime (Rm 8.28). Subitamente descobrimos o sofrimento para Cristo como sendo um sofrimento com Cristo, como um presente da mais íntima comunhão com ele e como marca registrada da autenticidade de nosso seguimento. Isto transmite uma firmeza antes desconhecida. Provações superadas, porém, resultam em experiência, a qual por sua vez ativa a esperança pela glória de Deus. Apoiando-se em palavras de salmos como Sl 22.5; 25.3,20, o texto continua: **Ora, a esperança não confunde**. O versículo seguinte, porém, mostra que Paulo não trabalha nem um pouco com lemas de persistência obstinada.

5b De onde esses atribulados retiram sempre de novo seu vigor? **Porque o amor de Deus é derramado em nosso coração.** Se por um lado precisam conviver, como todos os demais, com perguntas não respondidas, por outro lado persistem no gloriar-se, pois encontram-se simultaneamente sob a impressão elementar de serem amados por Deus. Apesar de compreender sempre, eles sabem o que os espera junto de Deus. Uma "iluminação do conhecimento da glória de Deus, na face de Cristo" (2Co 4.6) apoderou-se de seu coração antes obscurecido (Rm 1.21): **pelo Espírito Santo**. Esse Espírito é o que preenche o próprio Deus e que também o anima em relação a nós. Quando ele **nos foi outorgado**, Deus partilha conosco sua posse mais íntima, seu amor. Esse amor, ademais, foi derramado, ou seja, foi dado ilimitadamente. Aos que o invocam, Deus não estende apenas o dedo mindinho, mas a mão toda. Ele não os aceita para um "cursinho informativo", porém para uma aliança perpétua (2Co 1.22).

6 Antes que prossiga, a partir do v. 9, o gloriar-se da comunidade abençoada com o Espírito, Paulo intercala uma explicação didática acerca desse amor de Deus. Para tanto, ultrapassa a argumentação no nível da criação, evidenciando sua profundidade cristológica, sim "estaurológica" (do grego *staurós*, "cruz").

Tomemos conhecimento primeiramente da condição daqueles por quem Cristo entregou sua vida com amor. **Porque Cristo, quando nós ainda éramos fracos, morreu a seu tempo pelos ímpios.** O "ainda", sublinhado mais uma vez por meio de uma inclusão, ressalta que a Paixão de Jesus alcançou pessoas num estado de fraqueza absoluta. "**Fracos**" refere-se, nesse contexto, à sua condição *sem Deus* (cf a nota referente a Rm 4.5) e não possui um sentido atenuante como em Rm 14.1. Nessas pessoas a força ética e a dignidade humana estavam quebradas. Rendidos catastroficamente a suas paixões (Rm 1.24,26,28), eram incapazes para uma vida com Deus.

7 Paulo procura por comparações terrenas para o "amor do Cristo" (Rm 8.35). Morrer espontaneamente por outros? **Dificilmente, alguém morreria por um justo.** Por termos somente uma vida, certamente refletiremos muito bem sobre esse passo. Será que alguém morre em favor de uma personalidade venerada como impecável? Sem tornar-se concreto, Paulo alterna para uma situação diferente, mais fácil de se imaginar: **pois poderá ser que pelo bom,** por uma boa causa, **alguém se anime a morrer.** Gregos e romanos glorificavam, p. ex., a morte do soldado: "É doce e honroso morrer pela pátria" (Horácio, século I a.C.). Entre os judeus, o martírio pela religião dos pais era considerado como de máxima honra (2Macabeus 6.18–7.42). Reconhecem-se, aqui, motivos compreensíveis, que no entanto são restringidos e postos de lado pelo **poderá ser**.

8 Em contrapartida, Paulo atesta que a entrega de Cristo por Deus constitui um genuíno milagre do amor. **Mas Deus prova o seu próprio amor para conosco pelo fato de ter Cristo morrido por**

nós, sendo nós ainda pecadores. O agir de Deus com Cristo se destaca de tudo que jamais brotou num coração humano (1Co 2.9). Na cruz não aconteceu um heroísmo na potência máxima, mas humilhação extrema, um contra-senso escandaloso (Fp 2.8; 1Co 1.18). Irrompeu o amor jamais decifrável por nós pecadores. Deus o trouxe livremente à luz e sempre de novo o traz à luz na palavra da cruz (tempo presente da imutabilidade).

A natureza de Deus desde sempre foi o amor, mesmo nos tempos do AT: "misericordioso e compassivo; longânimo e assaz benigno" (Sl 103.8). Ou seja, não carecemos do NT para obter essa imagem de Deus. A novidade do NT, porém, reside no fato de que Deus não apenas amou, mas que amou *de tal maneira* que entregou o seu Filho (Jo 3.16). Seu amor encontrou agora um caminho, o caminho das alturas, a rota do rei. Trata-se de uma auto-entrega irrevogável de Deus "por nós". O AT inteiro ansiava por ela, todo o NT surge devido a ela. Aqui, nesse "por nós" vicário (quatro vezes nos v. 6-8!) anuncia-se o eixo da Escritura ou seu "mistério" (Rm 16.25).

9 Retornando aos v. 2-4, Paulo fundamenta mais uma vez a esperança cristã pela redenção definitiva. **Logo, muito mais agora, sendo justificados pelo seu sangue, seremos por ele salvos** (do tribunal) **da ira.** Portanto, Paulo é capaz de enaltecer sem restrições o amor de Deus, não tendo o menor pensamento de suprimir a doutrina do juízo final para todos (cf Rm 2.16). Quem não estiver preparado para acompanhá-lo, terá de percorrer mais uma vez os capítulos anteriores.

10 Paulo repete o enfoque do v. 9, porém o enriquece. **Porque, se nós, quando inimigos, fomos reconciliados com Deus mediante a morte do seu Filho, muito mais, estando já reconciliados, seremos salvos pela sua vida.** O linguajar anterior, de pecadores condenados e sua sentença misericordiosa de libertação (v. 8,9) movimenta-se por concepções oriundas da sala do tribunal. Ao passar a falar de reconciliação, Paulo não deixa a lógica jurídica, porém alterna para a esfera do direito internacional: nações cancelam suas hostilidades, negociando condições de paz (Lc 14.31,32). A ênfase transfere-se, assim, para a restauração da comunhão rompida. Fomos reconciliados com Deus. Quanto aos pormenores, cabe observar 2Co 5.18-21.

A qualificação em relação ao v. 9, finalmente, evidencia-se também na circunstância de que agora, à semelhança de Rm 4.25, é colocado ao lado de "mediante a morte do seu Filho" o segundo elemento: "pela sua vida". Ambos – o poder da morte e a força da ressurreição de Jesus – atuam conjuntamente. Por sua morte conquistou-se o bem decisivo e supremo, mas justamente pela seguinte razão: quanto mais o Senhor vivo não "dará todas as coisas" (Rm 8.32), não nos salvará de uma aflição à outra e, por fim, também da aflição derradeira, o juízo final. Esse amor do Pai de nosso Senhor Jesus Cristo não inclui nenhum esfriamento, pelo contrário, inclui somente o prolongamento até o fim. Por mais nitidamente que Paulo testemunhe o juízo final, isso não cria na comunidade um clima de medo, mas de confiança, sim, de alegria.

11 Paulo sintetiza o gloriar-se da comunidade. **Não apenas isto** (que somos salvos do tribunal da ira vindoura com base na nossa reconciliação na cruz)**, mas também nos gloriamos em Deus por nosso Senhor Jesus Cristo, por intermédio de quem recebemos, agora, a reconciliação.** A confiança cristã na vida é alimentada de duas fontes: do "então" de Deus (v. 6) e do "agora" de Deus (v. 9,10). Então Deus foi muito grande *por* nós, quando ainda éramos contra ele, mas também o agora dos reconciliados não representa uma espera vazia num recinto vazio, mas está cheio de experiências espirituais da graça presente (v. 2).

2. Um por todos! – em Adão e, imensamente superior, por meio de Cristo, 5.12-21

12 **Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram.**

13 **Porque até ao regime da lei havia pecado no mundo, mas o pecado não é levado em conta quando não há lei.**

14 **Entretanto, reinou a morte desde Adão até Moisés, mesmo sobre aqueles que não pecaram à semelhança da transgressão de Adão, o qual prefigurava aquele que havia de vir.**

15 **Todavia, não é assim o dom gratuito como a ofensa; porque, se, pela ofensa de um só, morreram muitos, muito mais a graça de Deus e o dom pela graça de um só homem, Jesus Cristo, foram abundantes sobre muitos.**

16 **O dom, entretanto, não é como no caso em que somente um pecou; porque o julgamento derivou de uma só ofensa, para a condenação; mas a graça transcorre de muitas ofensas, para a justificação.**
17 **Se, pela ofensa de um e por meio de um só, reinou a morte, muito mais os que recebem a abundância da graça e o dom da justiça reinarão em vida por meio de um só, a saber, Jesus Cristo.**
18 **Pois assim como, por uma só ofensa, veio o juízo sobre todos os homens para condenação, assim também, por um só ato de justiça, veio a graça sobre todos os homens para a justificação que dá vida.**
19 **Porque, como, pela desobediência de um só homem, muitos se tornaram pecadores, assim também, por meio da obediência de um só, muitos se tornarão justos.**
20 **Sobreveio a lei para que avultasse a ofensa; mas onde abundou o pecado, superabundou a graça,**
21 **a fim de que, como o pecado reinou pela morte, assim também reinasse a graça pela justiça para a vida eterna, mediante Jesus Cristo, nosso Senhor.**

Observações preliminares

1. Quanto à continuidade do pensamento. Novamente impõe-se ao leitor a impressão de uma mudança estilística. Desapareceu o constante "nós", "nos", "nosso" dos v. 1-11 (retornará apenas na última linha do v. 21). A sublimidade da confissão visivelmente cede espaço para uma inclusão doutrinária. Não obstante, independentemente das formas diferentes, os dois trechos estão estreitamente interligados pelo conteúdo, porque através do "portanto", fortemente ressaltado no início, Paulo dá continuidade expressa ao fio condutor prévio. O novo trecho constrói declaradamente sobre o anterior. Contudo, em que sentido o faz? Geralmente afirma-se que a forma de reflexão usada até aqui, (supostamente) individual, foi para Paulo um motivo imperioso para completá-la. Afinal, pecado e morte, que o crente sabe estarem vencidos na sua vida por meio de Cristo, seriam ao mesmo tempo poderes universais, cósmicos. Se o objetivo é afirmar seriamente a sua superação, eles também carecem agora de uma comprovação universal. Por isto, Paulo teria se sentido pressionado a acrescentar um esboço da história desde a queda pecaminosa de Adão até a consumação por meio de Cristo.

Essa explicação, no entanto, já não satisfaz pelo simples fato de que o primeiro trecho (v. 1-11) está direcionado, em termos de conteúdo e tempo, para um horizonte universal. P. ex., enaltece-se na reconciliação que ela vale para todo o mundo hostil a Deus. É ela que determina vitoriosamente o passado, o presente e o futuro. Acima de tudo, os v. 12ss não descrevem nenhum processo próprio da história da salvação, e sim a condição em que o ser humano sempre se encontrou desde a queda de Adão. O que Paulo expõe também seria fragmentário demais para uma teologia da história. Faltam, p. ex., a vocação de Abraão, a libertação de Israel do Egito, a aliança com Davi, a profecia da nova aliança e tantos outros aspectos da história da salvação importantes para o NT.

Significa um auxílio nessa situação a observação de que o trecho anterior desemboca numa glorificação de Cristo em alto e bom som ("nosso Senhor Jesus Cristo", v. 11) e que a nova unidade também retorna a esse ponto ("Jesus Cristo, nosso Senhor", v. 21). Dentro desta moldura, tudo é essencialmente doutrina sobre Cristo, mais precisamente: doutrina sobre o vicariato de sua morte. Esse ponto foi tocado a partir do v. 6 e explicado à margem no v. 7. Contudo lá também transpareceu a insatisfação do apóstolo. As comparações pareciam caber somente de maneira limitada, esfacelavam-se nas suas mãos como imprestáveis. Restava, pois, a necessidade premente de explicação. "Portanto" – para preencher uma lacuna – é apresentado agora esse grandioso trecho cristológico. Paulo dirige para o fato de que o vicariato constitui uma estrutura básica da vida humana propriamente dita. De forma destacada, isto fica evidenciado em Adão. O que ele fez, valeu para toda a espécie humana, ainda que tenha se tornado uma representação no maligno. Contudo, as dez ocorrências de "um – todos" nos v. 12,15,16,17,18,19 [no texto grego], seja sob aspecto bom ou mau, mostram claramente a concentração na realidade do agir vicário. É assim que se esclarece o interesse pelo tema de Adão.

2. Todos benditos? Este é exatamente um texto que não se deve ler como quem acabou de embarcar, ou seja, sem ter percorrido os capítulos precedentes e sem conservar dentro de si os resultados deles. Quem se aproxima sem ser atingido ou movido pelo que já foi escrito, poderá encontrar aqui as mais curiosas doutrinas. P. ex., no v. 15 detectará, por força da lógica, a afirmação de que a graça de Deus em Cristo já transbordou até cada pessoa individualmente (pretérito perfeito!). No fundo cada qual é cristão, mesmo que ainda não o saiba. Ou, segundo o v. 19, todas as pessoas que por Adão se tornaram pecadoras, um dia persistirão como justos. Acontece que anteriormente Paulo dedicou Rm 2 inteiro à asseveração de que "de conformidade com o meu evangelho" (Rm 2.16) ninguém escapará do juízo final e cada pessoa precisa contar com duas possibilidades para o seu desfecho (Rm 2.7-11). Da parte de Deus também existe um não definitivo em resposta a um não definitivo (cf a nota sobre Rm 2.11). Ademais, Paulo vinculou, logo no versículo programático da carta, em

Rm 1.16,17, a salvação com a fé, de maneira incontornável. No bloco de fundamentação da carta Rm 3.21–4.25 líamos, neste sentido, cerca de 25 vezes "crer, fé, por fé, mediante a fé, por meio da fé". Quantas vezes ele ainda teria de repeti-lo, até que finalmente o entendêssemos de uma vez por todas? No início do presente capítulo, Paulo trouxe expressamente esta premissa também para dentro da nova unidade da carta ("mediante a fé", "pela fé" nos v. 1,2). É tudo isso que precisamos considerar na leitura deste trecho. Não nos cabe apagar aqueles capítulos através deste novo trecho, ou seja, não destruir a Escritura com a Escritura, e sim devemos explicar a Escritura com a Escritura.

12a Para traçar uma comparação com o agir vicário de Cristo, Paulo começa pelo grave papel de Adão para a humanidade. **Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo.** A humanidade não é um aglomerado de indivíduos isolados, mas forma um corpo. Cada um de seus membros vive em "simbiose", vive junto com os demais membros, para o benefício recíproco ou também para o prejuízo mútuo. Nesse tecido geral de relações, Adão (citado por nome no v. 14) desempenhou um papel singular. Ele não foi uma pessoa especialmente má, mas a primeira. Todas as pessoas depois dele teriam a sua "imagem". Seria uma imagem distorcida? De certo modo Adão estava posicionado na porta da história, foi ele quem abriu a porta. O que ele impediria, o que ele deixaria entrar? Por meio dele o pecado entrou no mundo!

É preciso distinguir "pecados" (no plural), usado para atos pecaminosos isolados, e "pecado" (no singular, como aqui seis vezes), para um poder atmosférico. É dele que Paulo fala sempre de novo com elevada dramaticidade como de uma pessoa (cf o exposto sobre 3.9). A respeito do ato pecaminoso de Adão Paulo falará somente a partir do v. 14. Agora trata-se do ingresso desse poder em nosso mundo. Deu-se com Adão, assim como sempre de novo acontece: quem comete pecado, a saber, quem num determinado momento cancela a comunhão com Deus, é imediatamente abandonado de todos os bons poderes. Não consegue prosseguir como antes, pois seu espaço de vida, a saber, o mundo, de imediato fica rendido a um poder negativo. O olhar é atraído diretamente para a conseqüência: **e pelo pecado, a morte**. Não é do morrer natural que se está falando, mas da morte como algo antinatural, como separação integral da vida. Pecar não somente torna alguém mortal, mas acima de tudo condenável, mesmo quando fisicamente vivo. Até sobre a mais elevada vitalidade estende-se agora o véu cinzento do que é fútil e vão.

12b Por meio de repetições sempre novas, os procedimentos no mundo adâmico se igualam aos de Adão. **Assim também a morte passou a todos os homens.** Este "atravessar até todos" lança a pergunta pelo "como". Os Pais da Igreja responderam: isto aconteceu por via natural, pela hereditariedade através da reprodução. No entanto, o texto não indica nada a respeito de uma substância pecadora em Adão, que é passada adiante por meio de reiteradas partições de células. Pelo contrário, o pecado e a morte são comparáveis a um rei em expedição conquistadora (Rm 6.23: líder de mercenários), que penetra num território, a fim de ocupar também a mais distante província e escravizá-la. O que liga todas as pessoas à queda de Adão no pecado, portanto, não são vínculos de sangue, porém a existência neste mundo e nesta história mundial. É neste sentido que elas estão "em Adão" (1Co 15.22).

À amplitude do poder do pecado e da morte soma-se sua profundidade. Nossa escravização também é nutrida *pelo próprio pecado cometido em atos:* **porque todos pecaram** (Rm 2.12; 3.23). Em última análise, a miséria da humanidade consiste em sua culpa. Sem este adendo de fundamentação, nossas condições de vida seriam entendidas como uma fatalidade compulsória. Porém, trata-se de história pessoal, na qual as condições jamais servem de desculpa para o próprio fracasso (Rm 1.21). Também fora do paraíso continua em vigor que: "a ti cumpre dominá-lo (o pecado)!" (Gn 4.7). Ainda que não tenhamos de nos responsabilizar pelo fato de estarmos no mundo, temos de fazê-lo em relação aos nossos pecados de fato. Todas as cosmovisões representam uma fuga diante desta circunstância, somente a Bíblia é irredutível nesse aspecto. Nós não somos transgredidos, mas pecamos pessoalmente, numa ação radicalmente própria. Em cada ação má, em cada palavra ou pensamento maldoso reside no mínimo uma partícula de maldade, "sem razão" dedutível das condições envolventes (Jo 15.25). Em nossa vida, a realidade corre de modo tão paralelo a Adão que gostaríamos de dizer, parafraseando uma voz judaica: Cada qual é seu próprio Adão.

13 No entanto, como judeu, Paulo sabe que o surgimento das leis de Moisés também criou diferenças. A revelação de Deus no Sinai indubitavelmente agravou em Israel a situação do pecador. **Porque até**

ao regime da lei (também já) **havia pecado no mundo, mas o pecado não é levado em conta quando não há lei.** Foi somente na esfera da lei que a culpa podia ser desmascarada muito bem como inimizade contra Deus e, assim, tornar-se algo consciente. A culpa foi formulada em termos jurídicos, i. é, o processo legal agora estava em andamento. O pecador está como que detido para investigações (Gl 3.23). Por isto, Paulo já havia estabelecido em Rm 2.12 a diferença entre pecado sem e sob a lei. Porém nesse ponto ele interrompe uma abordagem mais detalhada.

14 Diante do flagrante domínio mundial da morte, persiste também a unidade da espécie humana sob o pecado. **Entretanto, reinou a morte** (como uma rainha) **desde Adão até Moisés, mesmo sobre aqueles que não pecaram à semelhança da transgressão de Adão, o qual prefigurava aquele** (Adão) **que havia de vir.** Em Adão, assim como depois novamente em Israel, havia o mandamento expresso que estimulou ao pecado. Apesar disso, valia também para o tempo intermediário: Tudo peca, tudo morre. Assim, assegura-se o "todos – todos" do v. 12. Na escravização não há que fazer divisão entre gentios e judeus (Rm 3.9,23). Não só os gentios, mas também os judeus encontram-se "em Adão" (1Co 15.22). Acontece, porém, que, na Bíblia, Adão não é nenhum personagem sem promessa. Com a humanidade toda seguindo-o em seu sulco, ele ruma em direção a um futuro, o "último Adão" (1Co 15.45). Ele constitui o antítipo do novo representante da humanidade, que outra vez não pertence somente a Israel. Obviamente a contraposição Adão – Cristo é arriscada. Tem utilidade somente quando há percepção de uma tríplice desigualdade.

15 De forma imensurável o ato da graça suplantou o ato maléfico, porque os dois autores, em papéis comparáveis, são diferentes na posição. **Todavia, não é assim o dom gratuito como a ofensa; porque, se, pela ofensa de um só, morreram muitos, muito mais a graça de Deus e o dom pela graça de um só homem, Jesus Cristo, foram abundantes sobre muitos.** A ação de Adão e suas conseqüências, a saber, o senhorio da morte, estenderam-se, falando de maneira figurada, até o céu, uma vez que exerciam seu poder estribados em direito divino (cf a segunda nota sobre Rm 3.24). É neste ponto que residia o cerne de sua resistência: Deus diz pessoalmente um não ao pecador (Gn 2.17). Por isto, nenhuma fórmula que pessoas recitem a si mesmas ou umas às outras, ou que resulte de belas idéias, será eficaz. Quem quisesse acabar com esse poder da morte, teria de acabar com Deus. Única saída: o próprio Deus age, entra em cena a "graça de Deus num só homem, Jesus Cristo". Seu poder avança para níveis incompreensíveis para nós. Ela quebra o âmago do poder da morte.

16 Em segundo lugar, a força da ação da graça superou a força da sentença de condenação, porque teve condições de largada muito mais difíceis. **O dom, entretanto, não é como no caso em que somente um pecou; porque o julgamento derivou de uma só ofensa, para a condenação; mas a graça transcorre de muitas ofensas, para a justificação.** No caso de Adão tratava-se somente de um só indivíduo. A justificação por Cristo, porém, foi exigida de modo muito diferente, visto que encontrou duplamente a diversidade, a saber, encontrou muitas transgressões e muitos pecadores. Acender com um fósforo uma floresta toda na estiagem do verão é facílimo em comparação com a tarefa árdua de apagar o incêndio alastrado. No bem, Jesus teve de realizar incomparavelmente mais do que Adão no mal.

17 O v. 17 volta a falar desse "um", porém não mais designa Adão, mas Cristo. Neste terceiro caso são comparadas as respectivas conseqüências finais. O ato da graça de Cristo suplanta amplamente o ato do pecado de Adão, porque não apenas levou de volta à estaca zero, mas porque além disso transfere o ser humano a uma plenitude de vida antes jamais conhecida. **Se, pela ofensa de um e por meio de um só, reinou a morte** (como rainha)**, muito mais os que recebem a abundância da graça e o dom da justiça reinarão** (como reis) **em vida por meio de um só, a saber, Jesus Cristo.** Não era o suficiente para a graça de Cristo eliminar o senhorio negativo, devolver o ser humano meramente à sua posição inicial anterior, para novamente deixá-lo entregue a si próprio. Em que se evidencia a plenitude da graça e da dádiva da justiça? É digno de nota como Paulo agora evita falar, em lugar da anterior "dominação" da morte, de uma "dominação" da vida. Pelo contrário, ele ressalta: eles, ou seja, os salvos pessoalmente, "dominarão" (como reis) na vida, como reis adjuntos de Jesus Cristo! Portanto, o novo Adão de modo algum traz nova servidão (Jo 7.36), sim, ele nem sequer obriga a ser feliz. A salvação não é arremessada contra as pessoas como o reboco contra a parede, pois para o Senhor elas não são paredes. Elas são pessoas que recebem (tempo presente!), que estão em contato vivo com o Deus vivo.

Pois. Depois de ter sido aguçada a visão para perceber a extrema diferença entre Adão e Cristo, Paulo finalmente pode realizar a comparação que ele já havia encetado no v. 12. Agora não usa mais a formulação dos v. 15,16: *"não* é assim/como", mas duas vezes de forma positiva: *"assim como"*.

18 Adão e Cristo são comparáveis pelo fato de que suas ações têm resultado sobre aquela categoria humana que cada um deles representa. **Assim como, por uma só ofensa, veio** (vem/virá) **o juízo sobre todos os homens para condenação, assim também, por um só ato de justiça, veio** (vem/virá) **a graça sobre todos os homens para a justificação que dá** (por conseqüência a) **vida.** Nessa primeira comparação, Paulo deixou em aberto o tempo verbal, ao evitar o uso de qualquer verbo. Por isso colocamos entre parênteses as possíveis complementações. É evidente que ele inicialmente pretende trazer ao centro da atenção o agir em si com as conseqüências, tanto de Cristo quanto de Adão.

A exposição feita até aqui ressaltou que nenhuma das duas categorias de pessoas é uma série de bonecos. Em ambos os casos, os envolvidos estão presentes com o seu próprio agir responsável. Disto resulta que aqui são abrangidos dois grupos distintos de pessoas, cada vez que aparece "todos os homens". Na primeira vez, todos são membros da humanidade adâmica, na segunda vez, porém, refere-se a todos os membros que pela fé estão apegados a Cristo. Todas as pessoas estão "em Adão", mas não automaticamente "em Cristo".

19 Novamente Paulo se empenha, como na primeira metade de Rm 5, pela esperança cristã. É por isso que ele dá uma forma futura à comparação. **Porque, como, pela desobediência de um só homem, muitos se tornaram pecadores, assim também** (no juízo final)**, por meio da obediência de um só, muitos se tornarão justos.** Paulo permanece concentrado nas grandes linhas: duas vezes "um por muitos (todos)"! Agora ficam fora da consideração detalhes do caminho da desgraça, bem como do caminho da salvação. Contudo, diferente do v. 18, o âmago dos termos bem genéricos de lá, "ofensa" e "ato de justiça", é desnudado, a saber como desobediência e obediência.

"Obediência" constitui um termo condutor geral da Bíblia. De acordo com Gn 3.5, Adão sucumbiu à tentação de querer ser, pela desobediência, como Deus. Jesus, em contraposição, de acordo com Fp 2.8, revelou sua obediência e, por meio dela, sua verdadeira natureza de imagem de Deus (Gn 1.27). Nós levamos a vida sob a irradiação mundial desses dois modelos. No entanto, eles não estabelecem um equilíbrio entre si. Ao obediente, Deus concedeu, pela ressurreição dentre os mortos, o nome acima de todos os nomes e, em conseqüência, a vitória! É em direção desse triunfo da graça que Paulo está rumando.

20a Entrementes, Paulo formula o sentido corretamente entendido da lei. **Sobreveio a lei** (de Moisés) **para que avultasse a ofensa.** A palavra "sobreveio" não define a lei como um incidente negativo. De modo algum Paulo deprecia a lei, como será confirmado pelo trecho de Rm 7.7ss. Contudo, ela tampouco representa a revelação central de Deus de eternidade a eternidade. Deus a introduziu, antes, na história de Israel, a fim conduzir este povo à profundeza da própria existência. Pelo mandamento unívoco amadureceu a sentença sobre a inimizade contra Deus (v. 13; 4.15). Pela lei, portanto, justamente não aumentou a santidade, mas o pecado, e isto não em termos numéricos, mas em termos essenciais. Ele se expandiu até a medida máxima. A lei é um "multiplicador no lado da desgraça" (O. Kuss, pág 225).

20b Com estas palavras, Paulo reata com seu testemunho jamais compreensível do amor de Deus pelos seus inimigos, nos v. 6-10. **Mas onde abundou o pecado,** (ali) **superabundou a graça.** De forma intencional Deus seleciona o palco de sua ação: "onde – ali". Ele não intentava um triunfo barato. Por isso, ele superou o pecado ali onde ele havia se expandido ao extremo e onde se mostrava com toda a sua indesculpabilidade. Ali, nas profundezas de seu povo Israel, ele está nas alturas, revelando graça sobremaneira: mais que copiosamente.

21 É sobre essa graça super-dimensionada que se alicerça a certeza de nossa esperança. **A fim de que, como o pecado reinou** (como rei) **pela morte, assim também reinasse a graça** (como rainha) **pela justiça para a vida eterna, mediante Jesus Cristo, nosso Senhor.** O meio para essa troca de governo foi a justiça. Seu alvo foi vida verdadeira, inviolável, ou seja, eterna. A linha final, proferida em alto e bom som, "por Jesus Cristo, nosso Senhor", já ocorreu no começo (v. 1), no meio (v. 11) e retorna neste final. Ela proporciona coesão ao capítulo todo.

3. O cristão e o poder do pecado (primeiro tema especial), 6.1-23

Observações preliminares

1. Quanto à subdivisão de Rm 5–8. Foi bastante fácil perceber a estrutura dos primeiros quatro capítulos da carta aos romanos. Rm 5, em seguida, ampliou o panorama: pela fé não apenas acontece a virada salvadora, mas adicionalmente também a vida em realização plena! Porém, encontramos dificuldades para captar os pensamentos dos capítulos seguintes, Rm 6–8. "Não há como evidenciar um plano rigoroso" (U. Luz, pág 209). Possivelmente, o apóstolo está agindo de tal modo como se faz também hoje após uma palestra: quem tem uma pergunta para expor ao conferencista? Segue-se um diálogo. É desse modo que Paulo talvez esteja abordando alegações que poderiam ser levantadas por leitores que refletem sobre o texto. Através de itens selecionados, ele defende e aprofunda o exposto até aqui. Depõe a favor dessa compreensão que determinados vocábulos se acumulam, o que acontece sempre de forma súbita, mas de igual maneira cedem claramente a um novo termo-chave. Em Rm 6.1-23; 7.1-25 e 8.1-30 trata-se de temas especiais (cf as respectivas opr aos mesmos). Um resumo, que retorna ao estilo de confissão de Rm 5.1-11, conclui a unidade da carta em Rm 8.31-39.

2. Rm 6 como primeiro tema especial. A concordância terminológica revela à primeira vista que o capítulo se destaca por usar 17 vezes "pecado", "pecar". Paulo lança o alicerce para o tema "o cristão e o pecado". Expõe-se à pergunta crítica: que será da justiça por meio da fé, se ela se defrontar com a realidade de que o pecado continua existindo? Afinal, será que aquilo que Paulo expôs até o momento tem algo a ver com a vida que se vive na prática? Acaso trata-se de mera interiorização ou até de acrobacia intelectual?

a. Expatriados do reino do pecado – viver com Cristo para Deus, 6.1-11

1 Que diremos, pois? Permaneceremos no pecado, para que seja a graça mais abundante?
2 De modo nenhum! Como viveremos ainda no pecado, nós os que para ele morremos?
3 Ou, porventura, ignorais que todos nós que fomos batizados em Cristo Jesus fomos batizados na sua morte?
4 Fomos, pois, sepultados com ele na morte pelo batismo; para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim também andemos nós em novidade de vida.
5 Porque, se fomos unidos com ele na semelhança da sua morte, certamente, o seremos também na semelhança da sua ressurreição,
6 sabendo isto: que foi crucificado com ele o nosso velho homem, para que o corpo do pecado seja destruído, e não sirvamos o pecado como escravos;
7 porquanto quem morreu está justificado do pecado.
8 Ora, se já morremos com Cristo, cremos que também com ele viveremos,
9 sabedores de que, havendo Cristo ressuscitado dentre os mortos, já não morre; a morte já não tem domínio sobre ele.
10 Pois, quanto a ter morrido, de uma vez para sempre morreu para o pecado; mas, quanto a viver, vive para Deus.
11 Assim também vós considerai-vos (num julgamento de fé) mortos para o pecado, mas vivos para Deus, em Cristo Jesus.

Observação preliminar

Paulo desobstrui a dobradiça pela qual a fé movimenta vigorosamente a vida, para que aconteça de fato a melhoria do cotidiano. O caminho geralmente trilhado para isso seria a intensificação do imperativo. Exacerba-se o "deves!": ler mais a Bíblia, orar mais, confessar-se de modo mais criterioso, viver mais disciplinadamente, servir mais desinteressadamente! Acontece que em Paulo nunca estão ausentes os imperativos. Após o v. 11, p. ex., eles ocorrem em grande número. Contudo, quando está em jogo a verdadeira base de apoio para melhorar a vida, seguem-se dez versículos sem uma única exigência. Ao invés disso, começa uma *instrução jurídica.* Trata-se de uma compreensão mais abrangente da obra redentora de Cristo, a saber, de suas conseqüências legais.

1 Com a formulação "**Que diremos, pois?**" Paulo demonstra repetidas vezes que ele pressente uma objeção que paira no ar. Há pouco ele havia enaltecido em Rm 5.20b que: quanto maior o poder do pecado, tanto maior será ali o poder da graça! De imediato entra em funcionamento uma certa lógica: então, foi-nos dada uma alavanca para com nossas mãos movermos a graça, a saber, continuando a pecar. **Permaneceremos no pecado, para que seja a graça mais abundante?** No singular "pecado" Paulo não pensa em atos isolados, e sim no pecado como poder (cf Rm 5.20b). Combina com isso o

"permanecer". Assim como se pode permanecer na esfera da bondade de Deus ou na esfera da descrença (Rm 11.22,32), assim também na área de poder do pecado. Ela eqüivale a um ente político, um império: v. 12,14,16,18,22. O interesse especial na questão é: trata-se de uma estrutura jurídica. O pecado governa *legalmente* sobre nós, pois o exercício do mal não apenas feriu nossa própria consciência, mas criou também relações de direito, estruturas do mal, nas quais agora é obrigatório viver.

Quem lança essa pergunta oblíqua? Em Rm 3.7,8 Paulo é acusado de forma muito semelhante por "caluniadores" de que por sua doutrina da graça ele estaria seduzindo para a prática do pecado. Será que agora Paulo está se voltando contra as mesmas pessoas? Não, aqui a situação é completamente outra. Ele não liquida rapidamente a questão como lá, não fala em tom de reprovação, mas dirige-se, no estilo do "nós" e com minuciosos detalhes, ao próprio círculo. Também nos cristãos está latente a possibilidade de abusar da graça, de fazer do evangelho uma massa manipulável, cf Gl 5.13: "Irmãos, fostes chamados à liberdade; porém não useis da liberdade para dar ocasião à carne". Um voraz desejo egoísta pressente o ar matinal, avança para dentro do espaço de liberdade recém-recebido, e se produz nele grandiosamente. Decorrência: as condições morais numa comunidade tornam-se deploráveis. Não-cristãos às vezes pecam com mais dignidade que cristãos. A decorrência seguinte: por força das circunstâncias, a comunidade envereda pelo mais triste legalismo que existe.

Para esse "permaneceremos no pecado" o próximo versículo diz "viveremos ainda no pecado": Organizar a vida novamente segundo o espírito, a mentalidade e o bel-prazer do pecado. Sequer temos o desejo de separar-nos desta atitude mental, gostaríamos de continuar pecando e detectamos no ensino de Paulo uma possibilidade de fazê-lo sem prejuízo. Afinal, temos agora a "graça" como escapatória. Testemunhamo-la comovidos, talvez até de modo comovente para outros, os quais seduzimos. Porém, dessa maneira acabamos apenas brincando com cascas de palavras. Quem gosta de pecar, nem está mais ciente de que Jesus está presente. Acaso o Senhor falou ao curado no tanque de Betesda: E agora continua pecando tranqüilamente? (Jo 5.14). Acaso disse à mulher adúltera, depois de lhe ter anunciado o perdão: Continua pecando sem problemas, pois agora terás sempre a mim? (Jo 8.11).

2 Paulo rejeita de duas maneiras a objeção do v. 1. Primeiramente, ressoa sua palavra de repulsa mais aguda: **De modo nenhum!** A essa idéia ele de forma alguma responde com "amém". Contudo, à repulsa instintiva agrega-se seu argumento lógico: **nós os que para ele morremos.** Essa declaração perpassa todo o trecho como um fio condutor (v. 2,5,6,7,8,11). Se não compreendermos nada nesse ponto, o trecho todo não poderá causar impacto. Por isso é necessário decifrar com cuidado e detalhamento especial a metáfora recorrente em Paulo, referente a morrer espiritualmente.

É possível abordar o morrer de diversas maneiras. Para quem está morrendo e para seus familiares, o aspecto psicológico pode ocupar o primeiro plano (despedida, dor, perda, luto). Porém Paulo nem sequer está pensando em algo triste. O médico que tem a tarefa de fornecer a certidão de óbito encara a morte sob o aspecto clínico. Paulo, no entanto, tem em mente as decorrências legais de um falecimento, o que se torna especialmente evidente em Rm 7.1-6. No exato segundo em que a morte acontece, cai por terra qualquer reivindicação diante do falecido. Ninguém pode exigir mais nada dele. Autoridade financeira, credor ou executor penal podem buscar algo somente dos vivos. Os mortos escapam a todo sistema de compromissos. Em Jó 3.18,19: na morte "os presos juntamente repousam… e o servo fica livre de seu senhor" (RC). Morrer muda radicalmente a situação legal. Morrer é libertação. "Morremos para o pecado!" é um grito de liberdade.

Nos versículos subseqüentes o quadro é consideravelmente enriquecido: três das seis ocorrências enfatizam que *esse* morrer não constitui nenhum acontecimento solitário: "fomos unidos com ele na semelhança da *sua* (de Cristo!) morte" (v. 5), "foi crucificado *com ele* o nosso velho homem" (v. 6), "morremos *com* Cristo" (v. 8). Como Cristo morreu na cruz, a conseqüência para a nossa participação na sua morte é que não podemos executar esse morrer em nós próprios. Tecnicamente e também como metáfora, a autocrucificação é impossível. Ninguém pode movimentar pessoalmente o martelo para afixar as próprias mãos na cruz. Mas há muitos fiéis que se contorcem dessa maneira a fim de morrerem para o pecado. Seu objetivo é torturar-se por meio de severa autopunição, depreciando-se a si próprios, chorando, praticando ascese ou procedimentos especiais, dos quais acreditam obter efeitos mágicos. Ou se convencem amargamente que estão real e totalmente mortos para o pecado. No entanto, a questão é de mera intervenção externa. Ao aceitarmos na fé o Cristo anunciado, Deus não apenas aceitou nossa decisão, mas também fez algo. Ele nos "selou" pelo

Espírito Santo. Na Antigüidade costumava-se tatuar escravos recém-adquiridos com uma marca de propriedade (cf Rm 8.9b,14-16; 2Co 1.22; Ef 1.13; 4.30). Por meio da dádiva divina de pertencermos ao crucificado fomos legalmente expatriados do reino do pecado e transferidos para a esfera de poder e bênção de Cristo. Uma nova órbita em torno de outro sol nos liberta para uma vida alternativa. "Andemos nós em novidade de vida" ou "servimos em novidade de espírito" (v. 4b; 7.6).

No entanto: somos nós os que "morremos", o reino do pecado porém continua existindo. Suas estruturas nos cercam, como antes, de todos os lados. Mais ainda: o mal age como se fôssemos subordinados a ele. Ele se apresenta imponente diante de nós, para nos impressionar e acovardar. Ele nos assedia, a fim de extenuar a nossa fé, até que voltemos a funcionar como antigamente. Porém, cumpre oferecer resistência aqui mais do que nunca. Não temos mais nenhuma obrigação com esse sistema (Rm 8.12). Mas, reiterando: o poder do pecado ainda está aí. Ele possui tanta força que nenhum fiel a Deus deveria brincar com ele. Em 1Co 10.12 lê-se: "Portanto, aquele que pensa que está de pé", firme na fé como um abrigo antiaéreo, capaz de dar conta de qualquer tentação, p. ex., permitindo-se contemplar sorridente os quadros mais sujos, "é melhor ter cuidado para não cair" (BLH). No entanto, por maior que seja a força deste poder, ele não tem legitimidade. Suas demandas a nós são ilegais. Nosso Senhor legal é Cristo.

Retornemos agora à seqüência do pensamento. O que parecia ser a conclusão lógica no v. 1, examinado à luz do sol, desfaz-se em nada: **Como viveremos ainda no pecado**, já que ninguém pode viver duas vidas ao mesmo tempo! Paulo chegou a essa clareza quando iluminou da maneira mais completa as conseqüências legais da ação na cruz. Nos capítulos anteriores líamos: Cristo morreu *por nós*. Agora acrescenta-se: e nós morremos *com ele*.

Por se tratar do pensamento condutor de todo o trecho, conscientizamo-nos mais uma vez do lugar que este "morrer" tem na biografia de um ser humano. Paulo o martelou exaustivamente desde Rm 1.16: tudo na fé, pela fé, a partir da fé, para a fé! O texto de Rm 5.2 resumiu-o assim: ter acesso pela fé à graça integral. Quando chegamos a crer, Deus não nos dá primeiramente o dedo mindinho, a fim de conceder a totalidade somente como acréscimo, somente num tratamento especial. No momento central da experiência da salvação em Cristo, ele se doa pessoal e integralmente. Cumpre-se o que diz Jo 5.24: "Quem ouve a minha palavra e crê naquele que me enviou… passou da morte para a vida".

3 Para reforçar o afirmado, a saber, que eles estão "mortos", Paulo lhes apresenta como "certidão de óbito" (J. A. Bengel) o seu batismo. Inicialmente, ele confere o entendimento de batismo que ele pode pressupor: **Ou, porventura, ignorais que todos nós que fomos batizados em Cristo Jesus fomos batizados na sua morte?** A pergunta tem uma formulação meramente retórica. Também na distante Roma, onde ele próprio não havia atuado, isso era parte integrante do saber básico cristão. Todavia, é possível que o saber escape da consideração, a ponto de não significar mais nada para nós. Então será matéria morta que precisa ser novamente interiorizada.

Analisemos um a um os elementos do v. 3. Todos "fomos batizados", não se batizaram a si próprios. Essa forma passiva não era uma evolução natural para um movimento que surgiu do judaísmo. Um judeu fiel à lei era obrigado a tomar banhos de imersão em numerosas ocasiões, nos quais ele próprio mergulhava o corpo todo na água. Essa "lavagem" ritual restabelecia sua capacidade de prestar culto a Deus, p. ex., após contaminação com lepra, fluxos genitais, contato com cadáveres ou túmulos. O primeiro dessas longas séries de "batismos" em sua vida adquiriu naturalmente uma solenidade especial. P. ex., para gentios dispostos a passar para o judaísmo, desenvolveu-se mais tarde o chamado "batismo de prosélitos" (realizada no homem após sua circuncisão). Como se tratava simbolicamente de lavagem, resultavam três características para sua realização:

- Ao lavar-se a si própria, a pessoa batizava-se a si mesma.
- Por isso, a pessoa também o fazia despida, e
- Realizava-o não em reunião pública, mas diante de duas ou três testemunhas.

O batismo cristão se diferenciava desse rito tanto no sentido quanto na forma de execução. Ela se derivava do batismo de João. Lá vigoravam outras circunstâncias:

- *Todas* as pessoas dispostas a arrepender-se, também judeus, apesar de seus ritos de lavagens, submetiam-se a esse batismo.

- Permitiam que João o realizasse neles. Esse aspecto destacava-se de forma tão marcante que João entrou na história com o cognome "Batista".
- Como se deixou para trás a figura da lavagem, ficou eliminada também qualquer repetição.
- Da mesma forma caiu por terra a característica de uma ação em recinto restrito. João batizava publicamente no rio Jordão.

Era com essas coordenadas que também os primeiros cristãos executavam a cerimônia. A forma passiva "*ser* batizado", que é mantida consistentemente pelo NT, explica-se, portanto, a partir do contraste com os ritos de lavagem judaicos. Nessa forma verbal de modo algum reside uma indicação velada para o agir salutar de Deus no batismo (*passivum divinum*). João já tinha rejeitado com veemência a expectativa de que Deus ou Cristo fosse o verdadeiro sujeito do batismo na água, e o NT transmitiu essa frase com cuidado. Além disso, as pessoas batizadas eram extremamente ativas de outra maneira: Elas "vinham" ao batismo, "arrependiam-se", "davam razão a Deus", "confessavam seus pecados", não "desprezavam" a deliberação salvadora de Deus, mas passavam a andar espontaneamente no caminho dele.

Apesar de toda plasticidade, o batismo, como qualquer ato, é mudo e, por isso, também sujeito a equívocos. À semelhança da Santa Ceia, ele carece da palavra de interpretação. Para o batismo surge, nesse sentido, aqui e em quase todo o NT, a preposição "em direção de…" (no grego *eis*). Portanto, faz parte de cada batismo uma referência sobre a finalidade com que acontece. "Em direção do que (*eis ti*), pois, fostes batizados?" De João, de Jesus, de Moisés ou de Paulo? A referência de um batismo cristão é, com algumas variações, com toda a clareza: em relação a Cristo Jesus. Imediatamente, Paulo aguça a afirmação em vista do que é decisivo: fomos batizados sobre (*eis*) sua morte na cruz. O auge de sua vida estava, segundo a vontade de Deus, no seu morrer pelos pecados do mundo. Todos os quatro evangelhos culminam na história da Paixão. Sem essa morte expiatória ele sequer seria o Cristo, de modo que ele era proclamado essencialmente como o Crucificado (1Co 2.2). Ouvintes que aceitavam essa palavra do juízo e da graça clamavam ao Senhor na fé e deixavam-se batizar sobre ele, sobre a sua morte. Por meio desse ato tornavam pública sua relação com o Senhor. Ela, no entanto, sempre também será uma relação com a igreja dele. Não é insignificante que o batismo era realizado por um representante da comunidade. Assim, tudo está integrado nessa questão: um só Senhor, uma só fé, um só batismo, um só corpo e um só Espírito (Ef 4.4,5). A partir de agora, está descartada a devoção particular descompromissada.

4 Paulo passa a tirar proveito, para o seu raciocínio, desse consenso da igreja primitiva sobre o batismo. Ele conclui: **Fomos, pois, sepultados com ele na morte pelo batismo**. A formulação "na morte" significa naturalmente, como no versículo anterior "sobre a morte *de Cristo"*. No batismo, afinal, não fomos nós próprios mortos ou afogados. Expressamente consta: Fomos "sepultados junto com ele". O "sepultados junto com" liga-se diretamente à última palavra do v. 3. Os dois termos aparecem, dessa forma, como que encaixados um no outro: "batizados–sepultados com". Ser batizado é idêntico ao ser sepultado junto com. Batismo é sepultamento. Diante do morrer, o sepultamento tem um sentido diferente que pode muito bem ser discernido. O ato não muda mais nada no estado do falecido. Não acrescenta nada à sua condição de morto, não a intensifica. O falecido não se torna mais morto ainda. O sepultamento encontra-se num nível diferente. Ele atinge a influência do falecido. Torna incontestável a realidade de sua morte. Uma cerimônia fúnebre tem função demonstrativa perante o mundo envolvente. Transforma o falecimento num fato público impossível de ignorar, constituindo assim um processo legal. É o que ocorre aqui: o batismo atesta "oficialmente" o fato de termos morrido com Cristo. Em decorrência, essa consideração marginal do batismo carregou, com a clareza desejável, um apoio ao objetivo de Paulo expresso no v. 2.

Quanto ao estar sepultado com: na Antigüidade, eram bem conhecidas sepulturas duplas. Cônjuges, mas também pai e filho, mãe e filha ou também irmãos eram depositados numa sepultura conjunta – expressão de uma solidariedade válida ainda para além da morte. Para o que se segue, essa circunstância exerce um papel importante.

O v. 4b traz uma frase com um "para que". Ela aponta para a condução da vida depois do batismo. Sobre a condição de "estar sepultado com" paira uma intenção divina: **para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim também andemos nós em novidade de vida.** Nessa sepultura para dois governa, do mesmo modo como na sepultura de Jesus diante de Jerusalém, não a decomposição, mas sim a promessa. À comunhão na morte e na sepultura segue-se

também uma correlação na ressurreição. É verdade que Paulo encerra de forma inesperada a frase de correlação, sim, ele a dobra. Nós esperaríamos: como Cristo foi erguido da sepultura para a glória do Pai, do mesmo modo nós também seremos glorificados após o batismo. Contudo, para nós o caminho depois do batismo não é diretamente para a perfeição e verticalmente para o céu, onde está entronizado Cristo, mas nosso caminho segue para dentro do serviço nesse mundo, que ainda está marcado pela decomposição, humildade e precariedade (1Co 15.42,43). Porém, guardada esta restrição, está valendo essa equação incrível: como Cristo, nós agora podemos levar uma vida na novidade! De acordo com a singela afirmação do versículo, participa-se da experiência de forças da sua ressurreição, da Páscoa que transborda incessantemente, de ser diuturnamente renovado, para tornar a ser capaz de corresponder a Deus, de viver, de servir e de sofrer.

Nos v. 2-4 foi dito o elementar sobre a alegação do v. 1. Para consolidá-lo, Paulo passa a repeti-lo com uma amplitude marcante. Em duas retomadas, nos v. 5-7 e 8-10, ele martela incansavelmente com a lógica da fé: Se – então! Nossa exegese abordará de agora em diante tão somente detalhes que são adicionados nos versículos seguintes.

5 No v. 5, Paulo formula nossa comunhão com o Cristo morto numa nova figura, retirada do âmbito dos organismos. **Porque, se fomos unidos com ele na semelhança da sua morte, certamente, o seremos também na semelhança da sua ressurreição.** O "certamente" indica no que Paulo está pensando mais intensamente agora, em comparação com os v. 2-4. Ali seu interesse era o efeito da separação ("já morremos para o pecado" [BLH], v. 2), de agora em diante será cada vez mais o efeito positivo, culminando em "viver para Deus" (v. 10,11).

6,7 Continuamente Paulo apela para o "saber, crer, conhecer" dos cristãos em Roma, como já no v. 3, agora no v. 6, e depois novamente nos v. 8,9. Assim, ele pleiteia pela confiança deles, visando não por último o seu projeto de engajá-los em sua missão à Espanha (cf qi *4*). Não quer que se sintam como que pressionados a aceitar algo estranho. Afinal, ele "traz à memória" nada mais que assuntos conhecidos (Rm 15.15). Porém, é impressionante o que ele lhes atribui que saibam realmente! Que apreendam as conseqüências legais da morte de seu Senhor para todos os que crêem, na sua extensão, amplitude e profundidade. **Sabendo isto: que foi crucificado com ele** (Cristo) **o nosso velho homem, para que o corpo do pecado seja** (legalmente) **destruído, e não sirvamos o pecado como escravos; porquanto quem morreu está** (na forma da lei) **justificado** (livre) **do pecado.** No lugar da expressão "nosso velho homem" entra a fala do corpo do pecado. Nessa locução, corpo não designa especificamente o corpo humano, que como tal não está "destruído", mas, segundo a compreensão bíblica, refere-se ao homem todo, assim como vive e convive, com tudo o que entrementes causou e alcançou, ao que também não pode esquivar-se mais.

8-10 Uma nova repetição consolida os objetivos fundamentais da unidade. É a última linha que mostrará o ponto em que Paulo finalmente pretende chegar, a nova qualidade de vida que Cristo trouxe à luz. **Ora, se já morremos com Cristo, cremos que também com ele viveremos, sabedores de que, havendo Cristo ressuscitado dentre os mortos, já não morre; a morte já não tem domínio sobre ele. Pois, quanto a ter morrido, de uma vez para sempre morreu para o pecado; mas, quanto a viver, vive para Deus.** O marcante "morreu para o pecado de uma vez para sempre" tinha uma razão de ser. Naquele tempo fortaleciam-se tendências religiosas que propagavam experiências de redenção com vocábulos em grande parte semelhantes aos usados aqui, mas que tinham um sentido muito diferente. Elas partiam de impressionantes experiências na natureza, p. ex., o maravilhoso retorno da vida na primavera. O reiterado morrer e reviver da natureza foi potencializado, formando um mito de morte e ressurreição, e reproduzido como experiência mediante um rico ritual. Muitas pessoas em busca de apoio descobriam-se assim como sendo compreendidas nos altos e baixos de sua existência. Contudo, Paulo não queria de maneira alguma ser enquadrado nesses grupos, quando falava como eles, segundo o presente trecho, de "morrer" e "ressurgir". Sua mensagem constituía, em concordância com toda a primeira cristandade, notícia de um acontecimento axial como nunca houve antes e jamais haveria depois. Essa notícia fala do auto-sacrifício de Deus em seu Filho Jesus Cristo. Esse "de uma vez para sempre", portanto, era diametralmente oposto ao pensamento cíclico das referidas religiões e demandava ser sempre de novo enfatizado. Com a mesma vigilância nós temos de cuidar hoje da penetração de sabedorias da religiosidade natural. Podem até ser convincentes, mas não conduzem para fora do círculo vicioso de esperanças continuamente despertadas e constantemente frustradas.

À anulação, por um ato único, do poder do pecado pelo morrer de Jesus contrapõe-se agora a situação radicalmente nova de seu viver como Ressuscitado. É vida não turbada, plena de luz, transbordante, singularmente determinada pelo I Mandamento e pelas primeiras preces do Pai-Nosso: vida para Deus. Está em vigor enquanto realidade plenamente saturada. Constitui a real garantia da existência cristã nesse mundo, resistente contra tudo que se lhe opõe e que possa ser alegado: Cristo não morre mais! Por mais coisas que ainda possam faltar à comunidade – e lhe faltam muitas coisas – e por mais longe que ela possa ser levada ao retrocesso, uma verdade permanece: Cristo vive, e "seremos salvos pela *sua vida*" (Rm 5.10).

11 Depois de dez versículos com definições de posição ressoa pela primeira vez um imperativo de exortação. **Assim também vós considerai-vos** (compreendei-vos) (num julgamento de fé) **mortos para o pecado, mas vivos para Deus, em Cristo Jesus**. A conhecida tradução "considerai-vos" poderia lembrar aos leitores de hoje o treinamento auto-sugestivo: convencer-se concentradamente de ser algo que não é, até que seja. Em outras palavras: tirar proveito do poder de pensamentos positivos. O termo que aqui vertemos para "compreender", no entanto, refere-se menos a um raciocínio criativo e muito mais ao pensamento obediente. Paulo espera que sua "aula de direito" tenha sido ouvida e refletida conjuntamente, que os leitores se deixaram convencer por essa lógica em todas as suas correlações e agora a deixem vigorar, com toda a tranqüilidade e dimensão. Nosso título tenta resumi-la assim: "Expatriados do reino do pecado – viver com Cristo para Deus". Porque com Cristo, por isso também para Deus (cf v. 10b). É a essa concepção de vida que Paulo retornará em Rm 12.1,2, passando a desdobrá-la ali paradigmaticamente em suas ramificações.

b. Instrução fundamental na condição e responsabilidade do cristão, 6.12-14

12 **Não reine, portanto, o pecado em vosso corpo mortal, de maneira que obedeçais às suas paixões;**
13 **nem ofereçais cada um os membros do seu corpo ao pecado, como instrumentos de iniqüidade; mas oferecei-vos a Deus, como ressurretos dentre os mortos, e os vossos membros, a Deus, como instrumentos de justiça.**
14 **Porque o pecado não terá domínio sobre vós; pois não estais debaixo da lei, e sim da graça.**

Observação preliminar

Após dez versículos no estilo de "nós", Paulo havia iniciado em Rm 6.11 com o "vós" exortativo. Esse tom é continuado agora enfaticamente. Cabe contrapor-se a falsas conclusões: cristãos por certo "morreram para o pecado", "cresceram em comunhão com Cristo", a fim de "viver para Deus", contudo essa verdade não transforma sua existência terrena num leito celestial, mas antes num campo de luta.

12 Primeiramente cumpre dominar a mudança nas condições legais e de poder. **Não reine, portanto, o pecado.** "Não seja" possui aqui o significado de: não pode mais. Onde Cristo é Senhor, o poder do pecado tornou-se ilegal (Rm 6.7). Deus lhe deu o "cartão vermelho". O pecado, porém, retorna sorrateiramente ao "campo". Em 7.8-11, Paulo descreverá a sua insídia. É **em vosso corpo mortal** que ele quer se exercitar. O conceito "corpo" será abordado exaustivamente no texto sobre Rm 12.1b. Sem dúvida fazem parte dele nossas necessidades físicas como comer e beber, impulso sexual, proteção diante de frio ou calor, exigência de descanso ou movimentação etc. Tudo isso, porém, não pode ser dissociado de nossa atividade espiritual, intelectual, familiar, social, cultural e política. É esse corpo que Paulo caracteriza como mortal. Como todas as coisas criadas, ele é transitório, o que no entanto não o declara de antemão como pecaminoso. Ef 5.29 pressupõe que cristãos "alimentam e cuidam" de seu corpo, i. é, respeitam suas necessidades, não desejam que se afastem como algo maligno ("odiar"). O pecado se opõe ao corpo como algo visivelmente diferente dele. Mas ele visa apoderar-se do corpo, tentar intensificar seu impulso natural de vida, concedido por Deus, para torná-lo uma obsessão e algo independente. O pecado visa posicionar as carências que em si são normais e necessárias numa ordem diferente, de maneira que sua realização não sirva mais ao ser humano, mas o domine como senhor e o escravize: **de maneira que obedeçais às suas paixões**.

O termo "obedecer" deriva-se no grego [como no alemão e nas línguas latinas] de "ouvir". Disso pode formar-se a idéia de ouvir atentamente: Ou seja, obedecer é não subtrair-se ao que se ouviu, mas permanecer debaixo de seu som, enfim, confiando e seguindo a palavra. Na verdade o uso que fazemos da palavra também pode ser inexpressivo: um equipamento "obedece" ao toque de uma tecla, um animal "obedece" a seu instinto. Nesses casos, aquele que "obedece", porém, não tem nada

a ouvir, a acreditar e a querer, mas reage só a impulsos. Entretanto, o que no aparelho e no animal fica desligado, no cristão está ligado. Cristãos, p. ex., não fazem o que é correto por orientação do instinto. Não é verdade que eles não são capazes de pensar e fazer nada além do bem. São capazes de agir de maneira diferente, sim. De fato, cabe-lhes, precisamente a eles, que tenham um propósito. É justamente para cristãos que entra em campo a responsabilidade humana.

13 A idéia da responsabilidade ressalta com maior intensidade quando Paulo agora substitui a figura do serviço de escravo pela do serviço militar. Ao mesmo tempo ele não fala do corpo, e sim dos **membros**, ou seja, das diversas concretizações da vida. A Bíblia menciona nossos membros sempre quando se trata de designar o ser humano ativo, e por isso também o ser humano concreto. Por meio da mão, do pé e do olho nós nos realizamos e mostramos quem somos na realidade e o que vai dentro do nosso coração (Mc 9.43-47).

Para que o senhorio do pecado não retorne pela porta vulnerável do "corpo" e com ajuda de nossas ações, há uma dupla exigência, uma negativa e outra afirmativa. Primeiro a negativa: **nem ofereçais** ("colocar à disposição como armas") **cada um os membros do seu corpo ao pecado, como instrumentos de iniqüidade.** Não levem suas "armas" ao campo do inimigo! Continuando a ilustração: o inimigo convidou para desertarmos para o lado dele. Em todo caso, Paulo pressupõe uma situação de decisão. Se esse convite não for respondido com um não inequívoco, não haverá sucesso no sim para Deus, mas só um nefasto "sim-não". É disso que Paulo tenta prevenir seus leitores. Depois desse negar-se segue em segundo lugar (v. 13b) o igualmente concreto colocar-se à disposição de Deus. Portanto, não basta ficar à espreita para ver o que acontece por si só! Quem crê, coloca-se à disposição para a luta, pois ações representam armas. A luta é em prol da incumbência de, a partir do recebimento da justiça por fé, lutar também pela justiça da vida no cotidiano. O que Paulo tem em mente é mostrado, p. ex., pela série de "instruções de execução" em Rm 12.9-21, que Paulo resume conclusivamente assim: "Não deixem que o mal vença vocês, mas vençam o mal com o bem" (BLH). Por nosso intermédio, algo do mundo obediente a Deus e justo deve tornar-se visível. A formulação "**como ressurretos dentre os mortos**" confere à afirmação uma característica de pendência. Existe uma diferença entre a vida de ressuscitado do próprio Senhor e a vida dos seus. "Seremos semelhantes a ele", mas ainda não o somos (1Jo 3.2). Ainda precisamos esperar, gemendo pela redenção do nosso corpo (Rm 8.11,22,23). Esse "ainda não" é admitido de forma sóbria e honesta.

14 Os cristãos, tão rigorosamente chamados à obediência, estão preservados na supremacia da graça (Rm 5.20). À semelhança de Gl 5.16, segue-se uma promessa sem restrições: **Porque o pecado não terá domínio sobre vós; pois não estais debaixo da lei, e sim da graça**. Ordens à revelia dessa graça, i. é, ordens sem misericórdia, seriam absurdas. Por mais severas que viessem a ser essas ordens, tanto mais sagaz e conseqüentemente mais poderoso se revelaria o pecado. É somente sob a ordem da graça que a vida obtém êxito. É somente entre pessoas livres que o imperativo tem sentido.

c. Vida sob o senhorio de Jesus Cristo como presente de liberdade, 6.15-23

15 **E daí? Havemos de pecar porque não estamos debaixo da lei, e sim da graça? De modo nenhum!**

16 **Não sabeis que daquele a quem vos ofereceis como servos para obediência, desse mesmo a quem obedeceis sois servos, seja do pecado para a morte ou da obediência para a justiça?**

17 **Mas graças (sejam dadas) a Deus porque, outrora, escravos do pecado, contudo, viestes a obedecer de coração à forma de doutrina a que fostes entregues;**

18 **e, uma vez libertados do pecado, fostes feitos servos da justiça.**

19 **Falo como homem, por causa da fraqueza da vossa carne. Assim como oferecestes os vossos membros para a escravidão da impureza e da maldade para a maldade, assim oferecei, agora, os vossos membros para servirem à justiça para a santificação.**

20 **Porque, quando éreis escravos do pecado, estáveis isentos em relação à justiça.**

21 **Naquele tempo, que resultados colhestes? Somente as coisas de que, agora, vos envergonhais; porque o fim delas é morte.**

22 **Agora, porém, libertados do pecado, transformados em servos de Deus, tendes o vosso fruto para a santificação e, por fim, a vida eterna;**

23 **porque o salário do pecado é a morte, mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus, nosso Senhor.**

Observação preliminar

A partir do v. 15, Paulo admite pela segunda vez uma objeção contra sua doutrina da graça. Como já fez no v. 1, ele não responde a esmo, genericamente, mas fala com insistência para dentro do âmbito cristão (cf o comentário sobre aquele versículo). Enquanto no primeiro caso Paulo aduziu na argumentação a realidade da *comunhão* com Cristo, agora ele torna frutífero para o debate o que o *senhorio* do Cristo significa para nós.

15 **E daí?** Há pouco ouviu-se novamente o louvor da graça (v. 14). Que significa isso para nosso agir prático? **Havemos de pecar porque não estamos debaixo da lei, e sim da graça?** O pressuposto dessa pergunta talvez seja também uma preocupação sincera: Afinal, é viável isso, viver unicamente com a graça? Há um anseio pela lei devido ao medo diante da possibilidade de pecar. Contudo, para Paulo, é inconcebível qualquer retorno debaixo da lei (Gl 5.3,4). **De modo nenhum!** Ele passa a dar uma lição sobre o poder da graça.

Não sabeis. Os leitores conhecem o antigo sistema do escravismo. **Que daquele a quem** (cada vez) **vos ofereceis como servos** (escravos) **para obediência, desse mesmo a quem obedeceis sois servos** (escravos). O adendo "a quem obedeceis" confirma mais uma vez o que naquele tempo estava claro para todos: submissão faz parte da estrutura da instituição da escravidão. Todo o resto é teoria. Um escravo, sonhando acordado, podia esquecer por um momento esse elemento de sua constituição existencial, porém logo que abrisse os olhos, a realidade se impunha pesadamente. Também uma troca de proprietário, da qual o escravo talvez tenha esperado uma melhora de suas condições, jamais acabava com a sujeição de escravo.

Paulo passa da metáfora para o concreto. Pensa no ato de tornar-se cristão. Nele também acontece uma troca de senhores, mas também nesse caso persiste um "serviço de escravo", **seja do pecado para a morte ou da obediência para a justiça**. A alternativa, portanto, não é: servir ou não servir ao pecado, mas tão somente servir ao pecado ou servir ao novo Senhor. Não existe uma terceira opção, a saber: não pecar e tampouco servir a Cristo. Sem ingressar na constituição existencial da justiça, erigida por Cristo, e se colocar à disposição dela, pecar seria uma atividade contínua, por maior que fosse o volume de leis. Porém, quando uma pessoa pertence à justiça, a justiça também possui um poder compromissivo. "Fui conquistado por Cristo Jesus" (Fp 3.12).

17 Para os leitores essa mudança tinha se realizado. **Mas graças** (sejam dadas) **a Deus porque, outrora, escravos do pecado**. Na Europa [e no Brasil] de hoje, para muitas pessoas ser cristão não é mais um presente que experimentaram ("graças a Deus!"), mas sim uma espécie de fato óbvio. Entre os romanos, porém, Paulo pode constatar recordações vivas do começo de sua vida cristã. **Viestes a obedecer de coração à forma** (configuradora) **de doutrina a que fostes entregues.** Nessa declaração confluem dois elementos. De um lado, eles próprios participaram com o coração (cf Rm 10.9,10), sem serem forçados, de livre vontade, e de outro, eles eram receptores de um acontecimento. Como pessoas a serem instruídas num ofício, os romanos foram entregues aos cuidados da doutrina. Enquanto em Rm 16.17 Paulo fala da "doutrina que aprendestes (ativamente!)", aqui ele ressalta o que aconteceu com eles naquela mudança, que se deu no contexto do novo poder compromissivo e formativo da nova filiação. Daí também a expressão: forma (configuradora) da doutrina.

O termo grego *typos* é oriundo de *typto*, "bater": numa pedra, num metal ou em outro material são martelados ou talhados sinais. O resultado constitui um *typos*, algo gravado, que por sua vez pode ser utilizado como um carimbo, como, p. ex., uma forma configurada para cunhar moedas. É esse o motivo de traduzirmos "forma configuradora da doutrina".

Ao que parece, Paulo imagina esse ser cunhado pela doutrina como um processo extenso. Em decorrência, não é satisfatória a explicação de que se deva pensar, aqui, num ato ritual de um culto determinado, p. ex., no compromisso com um texto confessional. Dificilmente "doutrina" (*didaché*) seria um breve texto de confissão. Recitar um texto tampouco preenche o significado do verbo configurar. Antes caberia recordar Mt 28.19,20: "Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado". Jesus legou aos discípulos uma concepção integral para a vida, uma orientação determinante para uma vida alternativa. É ela, acima de tudo, que constitui a matéria de ensino, combinada com fundamentações da Escritura (AT).

Gravemos, pois: vir a crer não é apenas um ato de entusiasmo, não se esgota na condição interior. Pelo contrário, ao pregador é dirigida a pergunta: Que devemos fazer? Até agora nosso agir foi

nefastamente errado, dá-nos orientação prática a partir Cristo! Ao crer, dispomo-nos a um processo de aprendizagem. Paulo era capaz de escrever aos efésios: "aprendestes a Cristo" (Ef 4.20). Ele tinha vontade de repetir o ensino mais uma vez com os gálatas, "até ser Cristo (novamente) *formado* em vós" (Gl 4.19).

18,19 Continuando numa linguagem fortemente metafórica, Paulo fala da troca do "escravocrata": **uma vez libertados do pecado, fostes feitos servos** ("feitos escravos") **da justiça.** Na verdade, é insuportável falar de uma "escravização" pela justiça. Esse uso impróprio de alguns termos nos versículos subseqüentes foi identificado na nossa tradução por meio de aspas. Paulo pede escusas por essa forma de falar, mas também justifica seu procedimento, no v. 19a: **Falo como homem, por causa da fraqueza da vossa carne**, i. é, por causa da fraqueza humana, que com demasiada facilidade entende as coisas equivocadamente. Em última análise, o que está em jogo é: quem confessou com todas as letras que Jesus se tornou seu Senhor, agora queira também portar-se de acordo com essa realidade, não a reprimindo posteriormente, a fim de esquivar-se.

A comparação deve ser traçada com toda a nitidez e rigor: **Assim como oferecestes os vossos membros para a escravidão da impureza e da maldade para a maldade, assim oferecei, agora, os vossos membros para servirem** ("como escravos") **à justiça para a santificação.** A conversão dos romanos criou para eles um novo "agora" (cf também os v. 21,22). "Agora" é condizente com o tempo que estejam exclusivamente a serviço de Cristo.

Em Rm 14.1-9, Paulo investiga uma existência destas em todas as suas ramificações. Oito exemplos demonstram a envergadura de uma vida para Cristo: "comer, beber, ser fraco, ser forte, estar de pé, cair, viver e morrer para o Senhor". Tudo isso Paulo resume aqui e no v. 22 no conceito da santificação.

20-22 Até aqui Paulo argumentou com a "igualdade" entre serviço ao pecado e serviço à justiça. Nos versículos restantes, ele dirige a atenção para a diferença incomum entre as duas relações de serviço. Para isso, ele indaga sobre o fruto do tempo antes de os romanos serem cristãos. **Porque, quando éreis escravos do pecado, estáveis isentos** ("livres") **em relação à justiça. Naquele tempo, que resultados colhestes?** Fora da justiça só se pode falar ironicamente de "livres". Nessa condição, também o "resultado" torna-se um contra-senso. Amargamente envergonhados, contemplam, do "agora", o "naquele tempo": Apesar de toda a empáfia de liberdade (Rm 1.30: "soberbos, presunçosos"), não deixava de ser uma liberdade aterradora que produzia frutos podres. **Somente as coisas** – que enchem catálogos de vícios como em Rm 1.29-32; 3.10-17 ou 13.13 – **de que, agora, vos envergonhais; porque o fim delas** (dessas coisas) **é morte.** Jaziam diante deles como um campo de ossadas os anos que, naquele tempo, eventualmente até tinham lhes trazido alegria (Rm 1.32). **Agora, porém, libertados do pecado, transformados em servos** ("escravos") **de Deus, tendes o vosso fruto para a santificação e, por fim, a vida eterna.**

23 No resumo didático, Paulo abandona a metáfora do escravo e volta a aludir ao sistema militar, como já fizera no v. 13. O pecado aparece agora como um líder de mercenários, que paga o soldo a seus homens após a expedição. **Porque o salário** (soldo) **do pecado é a morte.** A Bíblia também conhece o morrer como condição natural de sermos humanos. Aqui, no entanto, fala-se, como em Rm 1.32; 5.12, da morte por força de julgamento. Não somente havemos de morrer, nós *merecemos* morrer. Porque o pecado destrói o relacionamento com o Deus da vida, a linha de produção dele precisa ser diretamente a morte. A morte sempre já está incluída em toda a avidez pela vida (1Co 15.32b). O pecado está grávido da morte (Tg 4.15). Contrastando com essa perspectiva sombria, o final agora é dado por uma frase plena de luz: **mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus, nosso Senhor**.

4. O cristão e a lei (segundo tema especial), 7.1-25

Observação preliminar

O novo capítulo está marcado pelas 29 ocorrências dos termos "lei", respectivamente "mandamento". Era inevitável uma instrução especial sobre a lei de Moisés, já que em Rm 3.21 Paulo havia começada sua unidade fundamental com a exclamação: "Sem a lei!" – algo difícil de aceitar para ouvidos de judeus fiéis à lei. Mais tarde, quando já levava o estigma de proclamador do evangelho livre da lei, estes judeus gritaram: "Mata-o!" (At 21.36). De acordo com At 7.54,57, ao escutarem as palavras de Estêvão, eles rangeram os dentes e em altos gritos taparam os ouvidos. Entretanto, também na igreja de então (como na de hoje!) as fórmulas de

Paulo podiam causar aflição. Diante de inegáveis transgressões entre os próprios adeptos, não poucos crentes estavam convictos de que totalmente sem lei as coisas não funcionam. Ou seja, esse tema ardia como brasa encoberta desde Rm 3.21. Referências esparsas como Rm 3.19,20; 4.15; 5.13,20 não tinham a propriedade de acalmar. Finalmente, afirmações como a recente, em Rm 6.14, segundo a qual a vida sob a lei até coincide com uma vida sob o pecado, tinham de intensificar a estranheza ao máximo. A lei procede de Deus e ainda no juízo final constitui uma norma divina (Rm 2.12). É lícito perguntar: será que Paulo ainda sustenta sua declaração de Rm 3.31, de que jamais se apresentaria como violador da lei? De forma alguma ele conquistaria a igreja de Roma como base de apoio para sua missão à Espanha, se não afastasse essa suspeita.

a. A comprovação legal para ser livre da lei, 7.1-6

1 Porventura, ignorais, irmãos (pois falo aos que conhecem a lei), que a lei tem domínio sobre o homem toda a sua vida?
2 Ora, a mulher casada está ligada pela lei ao marido, enquanto ele vive; mas, se o mesmo morrer, desobrigada ficará da lei conjugal.
3 De sorte que será considerada adúltera se, vivendo ainda o marido, unir-se com outro homem; porém, se morrer o marido, estará livre da lei e não será adúltera se contrair novas núpcias.
4 Assim, meus irmãos, também vós morrestes relativamente à lei, por meio do corpo de Cristo, para pertencerdes a outro, a saber, aquele que ressuscitou dentre os mortos, a fim de que frutifiquemos para Deus.
5 Porque, quando vivíamos segundo a carne, as paixões pecaminosas postas em realce pela lei operavam em nossos membros, a fim de frutificarem para a morte.
6 Agora, porém, libertados da lei, estamos mortos para aquilo a que estávamos sujeitos, de modo que servimos em novidade de espírito e não na caducidade da letra.

Observação preliminar

Esse trecho constitui um auxílio inestimável na pergunta de como cristãos podem considerar-se, de boa fé e consciência tranqüila, livres da lei.

1-3 A apóstrofe "**irmãos**", inserida aqui e no v. 4, confirma que esse tema tinha para Paulo e seus leitores tudo menos uma característica acadêmica. O tema atingia sensivelmente as premissas de sua comunhão. **Porventura, ignorais…?** Novamente Paulo principia com o que tinham em comum: **(pois falo aos que conhecem a lei)**. Como tais, não discordarão do seguinte princípio geral do pensamento jurídico, do qual também participa a lei de Moisés: **a lei** (somente) **tem domínio sobre o homem toda a sua vida**, "(a lei) só têm poder sobre uma pessoa enquanto essa pessoa está viva" (BLH). A frase abstrata acarreta conseqüências práticas. Os v. 2,3 trazem um exemplo. **Ora, a mulher casada está ligada pela lei ao marido, enquanto ele vive; mas, se o mesmo morrer, desobrigada ficará da lei conjugal.** A força de compromisso da lei conjugal não vigora além da morte. A morte divorcia um matrimônio (cf o exposto sobre Rm 6.2) e, assim, dissolve o estado anterior da mulher em favor de uma nova condição. Em lugar algum uma viúva continua vinculada a seu falecido marido (1Co 7.39). **De sorte que será considerada adúltera se, vivendo ainda o marido, unir-se com outro homem; porém, se morrer o marido, estará livre da lei e não será adúltera se contrair novas núpcias.** Aqui Paulo está visando única e exclusivamente um certo ponto, a dissolução legal de um vínculo por meio da morte e suas decorrências inegáveis. Como já fez em Rm 6, prescinde de considerar outros aspectos do processo da morte. A exatidão do pensamento de Paulo também deveria determinar a nossa utilização do exemplo.

4 Segue-se o ensinamento que o exemplo traz para os cristãos: **Assim, meus irmãos, também vós morrestes relativamente à lei, por meio do corpo de Cristo.** O trecho de Rm 6.1-10 incutiu esse morrer espiritual durante dez versículos. Em virtude desse procedimento legal não reside, na liberdade diante da lei, nenhum vestígio mínimo de arbitrariedade blasfema. Quem lançasse fora por iniciativa própria a sagrada lei, também não seria verdadeiramente livre da lei, mas um reles servo do pecado. Portanto, cabe diferenciar muito bem entre sem lei e livre da lei. O que o trecho de Rm 6.1-11 ensinou sobre o morrer espiritualmente com Cristo é agora enriquecido pela referência ao corpo do Cristo. Jesus foi submetido à lei em carne e osso, i. é, de forma bem terrena e judaica (Lc 2.21,22; Gl 4.4). De outro modo, não teria sido capaz de cumpri-la nem experimentar a promessa de vida feita pela lei. De acordo com Rm 10.5 ou Gl 3.12, a promessa era: quem cumprir tudo, sem o mais leve

traço de quebra da lei, viverá. Jesus completou sua vida na terra dessa maneira, na entrega total a Deus e plena doação por nós de acordo com a vontade de Deus, até a morte (Gl 2.20). Por isso seu morrer também tinha validade legal para nós e, na fé, recebemos justa participação nela. Esse morrer espiritual é mais eficaz, irrevogável e de maior alcance que a morte física. Mais "morto" é impossível. Por isso, porém, também não pode mais ser desvinculado de compromissos antigos. Nossa responsabilidade diante da lei foi completamente saldada pelo corpo de Cristo. Qual abismo profundo estende-se, pois, entre nosso outrora e nosso agora, a sepultura de Jesus. Do lado de lá dominava a lei, na margem de cá Cristo nos estende a mão: **para pertencerdes a outro, a saber, aquele que ressuscitou dentre os mortos, a fim de que frutifiquemos para Deus.** Não obstante, se desprezamos esse morrer de Jesus "por nós", também negamos esse ter morrido com ele. Então a lei também volta a ser nossa chefe.

5 O v. 5 volta mais uma vez olhar ao passado. **Porque, quando vivíamos segundo a carne,** ou seja, ainda no estado de "inimizade contra Deus" (8.7), **as paixões pecaminosas postas em realce pela lei operavam em nossos membros, a fim de frutificarem para a morte.** A lei na verdade não produziu o pecado, mas fez funcionar o pecado existente. A oposição latente no pecador foi friccionada no mandamento isolado concreto. A natureza antidivina explodiu, foi flagrada instantaneamente pela lei e, com essa característica, podia ser submetida a julgamento. Mais ainda estávamos sujeitos (à lei), "(a lei) nos mantinha prisioneiros" (v. 6 [BLH]), conforme diz Rm 11.32; Gl 3.23: como detentos numa cadeia de investigações. Sem ilustração: por sua acusação incorruptível na consciência, a lei impede as ilusões de uma justificação própria e de tornar-se feliz apesar da culpa. A lei cuida para que permaneça verdadeiro o refrão de Is 48.22; 57.21: "Para os perversos, todavia, não há paz". Finalmente, mantém viva a carência de redenção até que venha a fé (Gl 3.23) e Deus use "de misericórdia para com todos" (Rm 11.32).

6 **Agora, porém,** abriu-se a porta da fé. Nenhum pontinho da lei foi mudado (Mt 5.17-20), mas **estamos mortos para aquilo a que estávamos sujeitos** (como escravos)**… na caducidade da letra.** O olhar recai sobre o aspecto da lei de Moisés enquanto texto escrito. Por um lado, isso significa que algo está diante de nós contido em letras, preto no branco (cf Jo 19.22; 2Co 3.7). É a vantagem de ser unívoco. Por outro lado, essa qualidade torna as coisas exteriores. Banida para a superfície externa, a lei congela para a exigência pura. Enquanto palavra distante, deixa o coração humano sozinho. Paulo lhe contrapõe, em Rm 10.8-10, a "palavra próxima", que renova o coração, que o recria. **Novidade de espírito** é experimentada vivamente como algo inédito ou sequer imaginado. O tema "Espírito" já foi anunciado em Rm 2.29; 5.5 e ocupará um amplo espaço central em Rm 8.1-30.

b. Não obstante – a lei é santa, 7.7-13

7 **Que diremos, pois? É a lei (igual a) pecado? De modo nenhum! Mas eu não teria conhecido o pecado, senão por intermédio da lei; pois não teria eu conhecido a cobiça, se a lei não dissera: Não cobiçarás.**
8 **Mas o pecado, tomando ocasião pelo mandamento, despertou em mim toda sorte de concupiscência; porque, sem lei, está morto o pecado.**
9 **Outrora, sem a lei, eu vivia; mas, sobrevindo o preceito, reviveu o pecado, e eu morri.**
10 **E o mandamento que me fora (dado) para vida, verifiquei que este mesmo se me tornou para morte.**
11 **Porque o pecado, prevalecendo-se do mandamento, pelo mesmo mandamento, me enganou e me matou.**
12 **Por conseguinte, a lei é santa; e o mandamento, santo, e justo, e bom.**
13 **Acaso o bom se me tornou em morte? De modo nenhum! Pelo contrário, o pecado, para revelar-se como pecado, por meio de uma coisa boa, causou-me a morte, a fim de que, pelo mandamento, se mostrasse sobremaneira maligno.**

Observação preliminar

No v. 6 havia brilhado finalmente o conceito oposto a escravidão na lei: "novidade do Espírito", conferindo ao leitor uma expectativa tensa. Porém Paulo intercala mais uma vez uma protelação de dezenove versículos. O que o leva a isso é o objetivo de conquistar de coração também seus leitores críticos, valorizando mais uma vez com toda exaustão as mais fortes preocupações deles: Onde fica, nesse "seu evangelho" (Rm 2.12), a santidade da lei? Sobre isso segue-se uma peça doutrinária de duas partes.

Quanto ao marcante estilo em "eu" nos v 7-13 e 14-25. Há explicações diversas sobre esse "eu":

- Poderia ser feita referência ao "eu" de numerosos salmos. Contudo, esses dois trechos não formam um salmo, nem de lamentação, ainda que no v. 24 ressoe um grito de lamentação, nem salmo de penitência, ainda que no v. 25a haja indicação da existência da salvação.
- Tampouco se trata de um "eu" autobiográfico, comparável com Fp 3.4-11. A afirmação do v. 9 ("Outrora, sem a lei, eu vivia") não cabe na trajetória do próprio Paulo, visto que foi circuncidado no oitavo dia e desde jovem educado de acordo com a lei.
- Finalmente, também não cabe aqui o "eu" pedagógico, que Paulo às vezes utiliza em suas cartas, a fim de demonstrar em si próprio uma questão de forma não impositiva, convidando seus endereçados com tanto maior eficácia para que também o façam assim (p. ex., Gl 2.18). Aqui, porém, está ausente a moldura de cuidado pastoral.
- Por isso apresentamos uma quarta sugestão: o trecho mostra em toda sua extensão o eu, sem nunca aparecer o nós. Todas as relações sociais desaparecem, deixa-se totalmente de lado o próximo. Diferente da imagem do pecador, p. ex., em Rm 1.28-31, o pecado aparece como algo que praticamos contra nós mesmos. Essa concentração sobre o cerne desnudo do eu é em si algo extraordinário. Ele é moído entre a santidade da lei e o poder do pecado. Expressa-se que o eu foi autenticamente atingido por Deus. Paulo apresenta a situação dessa forma porque seu objetivo é iluminar a essência e os efeitos da lei. Não quer fazer psicologia (cf também a opr aos v. 14-25).

Entretanto, não há na vida real um ser humano totalmente desligado da sociedade. Cada pessoa vive do triângulo do eu – Deus – meu próximo. Por isso, podemos observar que pelo menos vários níveis transparecem nessa unidade:

a. No nível do judeu fiel à lei. Já o v. 6 pressupõe inequivocamente a lei do Sinai e, com isso, primordialmente a situação do judeu fiel à lei, tal como o próprio Paulo a viveu. Não é provável que ele escreva deixando totalmente de lado sua própria história. Experiências pessoais do seu tempo de fariseu imiscuíram-se no texto. Contudo, como isso pode ser combinado com Fp 3.4-10, onde ele ressalta como naquele tempo se orgulhava da lei ("quanto à justiça na lei, irrepreensível") sem o mais leve sinal de desespero da lei como aqui? Contudo orgulho e desespero não formam um oposto irredutível. Por trás de uma insistência incomum na "justiça própria" (Fp 3.9; Rm 10.3) poderia estar o fato de que ela não existe. Ainda é assim que desânimo secreto faz a pessoa se lançar com tanto maior veemência ao serviço minucioso à letra (Mt 23.23) e que a justificação própria tenta se mostrar o maior tempo possível. Também não deixemos de dar ouvidos aos testemunhos comoventes com que judeus cônscios da lei dão expressão a sua aflição pelos pecados, p. ex., 1Qs 11.9ss; 4Esdras 3.19-22; 9.36,37, além dos salmos de penitência e lamentação do AT. Fica confirmado Rm 3.20 (cf Rm 5.20 e aqui, v. 7): "Foi a lei que me fez saber o que é pecado" (BLH).

b. No nível humano em geral. Nos v. 9,10 Paulo alude nitidamente a Gn 2,3 e, por isso, à condição de qualquer ser humano. Cada pessoa encontra a lei de uma forma ou outra, mesmo fora da aliança de Moisés (Rm 1.32; 2.14,15; 7.1), de modo que podem ocorrer conflitos análogos em cada um.

c. No nível do cristão? Com certeza os cristãos não estão "vendidos à escravidão do pecado" (v. 14), ele não "habita" neles (v. 17), pelo contrário, o "Espírito de Deus habita (neles)" (Rm 8.9). Porém, podem tornar-se desanimados, experimentando assim o bafejar de situações pré ou extra-cristãs. Exortações como, p. ex., em Rm 6.11,12,13; Gl 5.16,25, são emitidas não somente para cumprir formalidades ou manter aparências. Numa recaída, Rm 7 volta a ser atual.

7 Novamente a típica forma de pergunta denota que Paulo visa reagir a uma objeção: **Que diremos, pois?** A importância que ele acabara de atribuir novamente à liberdade da lei parecia confirmar que ele considera negativamente a lei: tudo é bom, desde que a lei desapareça do mundo. Evitem a lei como se fosse pecado! Dessa maneira impõe-se, à semelhança de Gl 3.21, a pergunta: **É a lei** (igual a) **pecado?** Sem a menor hesitação, Paulo repele: **De modo nenhum!** Há, de fato, uma reciprocidade, mas de natureza muito diversa daquela que se alega. É preciso defini-la cuidadosamente. Para isso, Paulo subdivide os passos: **Mas eu não teria conhecido o pecado, senão por intermédio da lei.** Pecado não se forma por meio da lei, mas o que surge pela lei é o reconhecimento do pecado (como já foi dito em Rm 3.20). Como tantas vezes na Bíblia, também aqui o "reconhecer" abrange mais que adquirir um conhecimento teórico. O que se tem em mente é uma experiência integral, para dentro da qual a lei nos conduz. Isso é exposto melhor no que se segue. **Pois não teria eu conhecido a cobiça, se a lei não dissera: Não cobiçarás.** Ambição antidivina por vida só se torna plenamente perceptível quando, em lugar de espuma macia, encontra oposição, a saber, quando se depara com o não incondicional e divino da lei. Essa resistência, não os pecados em si, por mais numerosos que sejam, é que cria reconhecimento do pecado. O pecado em si ilude e embaça (v. 11).

8 Paulo detém-se nesse mecanismo. **Mas o pecado, tomando ocasião pelo mandamento, despertou em mim toda sorte de concupiscência.** O impulso da pessoa para impor-se necessita de algo que se contraponha a ela. Inimizade precisa de inimigo. A oposição à lei desenvolve-se quando alguém se atreve a me fazer uma proibição. Quando essa ocasião é dada ao pecado, ele se reanima e desperta em mim todos os desejos nos casos concretos do cotidiano. Disso, conclui-se: **porque, sem lei, está morto o pecado.** O pecado ainda não existe como caso legal. Em Rm 2.12, Paulo já distinguiu entre pecado sem e pecado sob a lei. Sem lei o pecado ainda não foi caracterizado juridicamente (Rm 5.13). Unicamente pelo encontro com a lei o pecado se torna passível de ação judicial.

9,10 Até o momento, Paulo evidentemente pensou na lei do Sinai. "Não cobiçarás!" recordou Êx 20.17; Dt 5.21. Agora, porém, Paulo transita para Gn 2,3. Já as seis ocorrências de "mandamento" no singular, que ele não utiliza em nenhum outro lugar, com exceção de Rm 13.9, depõem a favor da relação com o "ordenar" de Gn 2.16; 3.11,17, assim como "enganar" (v. 11) com Gn 3.13. (Aliás, também a "cobiça" dos v. 7,8 ocorre em Gn 3.6; cf Gn 4.7.) Por isso, a frase **"Outrora, sem a lei, eu vivia"** pode trazer à memória a nova situação que resultava para Adão com a decretação da proibição de Gn 2.16,17. Novamente seu nome não é citado diretamente, de maneira que a história da outorga da lei no Sinai não fica totalmente de lado, mas permanece presente. Também para nós às vezes duas histórias bíblicas confluem, porque de fato se tangenciam num ponto. Seja como for: **mas, sobrevindo o preceito** (a lei) o pecado já existente (Rm 5.14!) experimentou sua "ressurreição" (v. 8): **reviveu o pecado**.

O reviver do pecado revelou-se como mortal para "mim". Em alusão a Gn 2.17, consta: **e eu morri**. A idéia é que ocorreu a mais profunda ruptura da vida, a perda da comunhão com o Deus vivo. Pecado contra Deus e vida com Deus são inconciliáveis. É curioso, porém, que papel foi dado à lei: **E o mandamento que** (no paraíso) **me fora** (dado) **para vida** (Gn 2.17)**, verifiquei que este mesmo se me tornou para morte.**

11 Como haveremos de equacionar essa inversão? A isso Gn 3 responde com o tema da sedução. Paulo coloca o pecado no lugar da serpente. **Porque o pecado, prevalecendo-se do mandamento, pelo mesmo mandamento, me enganou** (seduziu) **e me matou.** O ser humano deixou-se enganar totalmente (Gn 3.13: "A serpente me enganou"): Primeiro ele não reconheceu o benefício de Deus (Rm 1.21a), depois começou a odiar seu Criador (Rm 1.30), depois considerou a transgressão como vida (Rm 1.21b) e, finalmente, abandonou tolamente a proteção do mandamento (Rm 1.29).

12 Em decorrência, a lei permanece maximamente isenta de crítica. **Por conseguinte** (cumpre constatar)**, a lei é santa; e o mandamento, santo, e justo, e bom.** Esse tritongo é preenchido nos v. 14,16 com "espiritual" e "belo", formando um acorde quíntuplo. Assim, a lei está totalmente separada do pecado. Jamais engana o ser humano. Diante dela, a pessoa invariavelmente tem a ver com Deus.

13 Mais uma vez, Paulo dirige-se ao ouvinte crítico. **Acaso o bom** (portanto) **se me tornou em morte? De modo nenhum! Pelo contrário,** (foi) **o pecado.** A responsabilidade pelo mal praticado era nitidamente do pecado e do pecador. Agora, porém, o objetivo de Paulo é maior. O pecado não terá a última palavra. Apesar de dirigir a água da lei para o seu moinho, não conseguiu controlá-la realmente com sua força. Ela permaneceu na mão *de Deus*. Uma dupla frase final atesta o comando superior dele: **para revelar-se** (o pecado) **como pecado, por meio de uma coisa boa, causou-me a morte.** Quando o pecado teve sucesso em fantasiar-se com o bem, com a lei de Deus, parecia que tinha triunfado plenamente. Contudo, no fim das contas, ele acabou sendo radicalmente desmascarado na sua negatividade. Um segundo "a fim de que" intensifica essa idéia: **a fim de que, pelo mandamento, se mostrasse sobremaneira maligno.** A lei empurrou de tal maneira o íntimo do pecado para fora, que ele assumiu seu verdadeiro rosto. O mal tornou-se fundamentalmente mau.

Ao contrário do trecho seguinte, Paulo escreve aqui na forma do passado. Ele refaz os traços da história. No transcurso da história foram tomadas decisões, que também o ser humano de hoje já traz em sua origem e das quais não consegue mais sair, mas sem as quais sua condição atual permaneceria inexplicável.

c. Não obstante – a lei é fraca, 7.14-25

14 **Porque bem sabemos que a lei é espiritual; eu, todavia, sou carnal, vendido à escravidão do pecado.**

15 **Porque nem mesmo compreendo o meu próprio modo de agir, pois não faço o que prefiro, e sim o que detesto.**
16 **Ora, se faço o que não quero, consinto com a lei, que é boa.**
17 **Neste caso, quem faz isto já não sou eu, mas o pecado que habita em mim.**
18 **Porque eu sei que em mim, isto é, na minha carne, não habita bem nenhum, pois o querer o bem está em mim; não, porém, o efetuá-lo.**
19 **Porque não faço o bem que prefiro, mas o mal que não quero, esse faço.**
20 **Mas, se eu faço o que não quero, já não sou eu quem o faz, e sim o pecado que habita em mim.**
21 **Então, ao querer fazer o bem, encontro a lei de que o mal reside em mim.**
22 **Porque, no tocante ao homem interior, tenho prazer na lei de Deus;**
23 **mas vejo, nos meus membros, outra lei que, guerreando contra a lei da minha mente, me faz prisioneiro da lei do pecado que está nos meus membros.**
24 **Desventurado homem que sou! Quem me livrará do corpo desta morte?**
25 **Graças (seja) a Deus por Jesus Cristo, nosso Senhor. De maneira que eu, de mim mesmo, com a mente, sou escravo da lei de Deus, mas, segundo a carne, da lei do pecado.**

Observação preliminar

Variados enfoques e repetições, assim como a mudança para o tempo presente revelam que Paulo se encaminha para um auge na sua doutrina sobre a lei. É verdade que, à primeira vista, o trecho se parece com um esboço psicológico do ser humano, dilacerado entre o bem e o mal. É difícil que um leitor não seja comovido por ele, nem se sinta flagrado, e que não fique consternado. É assim que o trecho foi acolhido na exegese e na pregação. Nessa interpretação acumulam-se termos como "sinistro", "enigmático", "trágico". Paralelos do mundo intelectual da Antigüidade à Idade Moderna reforçam eficazmente essa análise. Não obstante, esse uso preferido não deveria distorcer a intenção daquilo que o trecho visa comunicar. O tema abrangente continua sendo a lei. Eis o contexto: o argumento chegou ao louvor irrestrito da lei (sobretudo no v. 12). Esse louvor é preservado expressamente (v. 14,16), mas conectado a uma afirmação para a qual não há nenhuma comprovação nos textos do AT, e que parecia ferir uma intenção do coração da fé judaica: a lei é fraca. Não serve de maneira nenhuma para produzir a salvação do ser humano. Não se pode mais relacionar nenhuma esperança com ela, pois foi debilitada pela natureza carnal do ser humano. É precisamente nesse aspecto que se situa o verdadeiro desespero de Rm 7. Ele não reside no fato de que o ser humano pessoalmente não consegue ser vitorioso contra o pecado. É preciso penetrar numa profundidade maior: *Também a lei, oriunda tão nitidamente do recinto da santidade, não é capaz de vencê-lo!* Diante dessa verdade, serão demasiado rasas as mais inteligentes e comoventes introspeções sobre nossa própria condição que transmitirmos uns aos outros.

14 Inicialmente, Paulo estabelece ligação com o v. 12. **Porque bem sabemos que a lei é espiritual.** Nesse caso, o "nós" também inclui os judeus. A Bíblia como um todo ensina a santidade da lei a cristãos e judeus. Seguramente os judeus ainda poderão afirmar também: **eu, todavia, sou carnal.** Israel sabia muito bem que por natureza o ser humano não é Deus e que Espírito e carne estão dissociadas da maneira mais profunda (Sl 143.2). Porém Paulo revira a questão e recorre à comparação com a existência do escravo: **vendido à escravidão do pecado.** Por causa de sua história, da qual ele próprio é culpado (Rm 1.21; 5.12; 7.8-10), o ser humano não é mais senhor de si mesmo. Deus "o entregou" (Rm 1.24,26,28), desfez-se dele no mercado de escravos. Desde então, ele não é mais filho na casa do Pai. Cabe agora expor as características de sua condição escrava.

15 Um escravo não se identifica com sua ação. **Porque nem mesmo compreendo o meu próprio modo de agir, pois não faço o que prefiro, e sim o que detesto.** Dificilmente a tradução que diz, na primeira parte do versículo: "Não *compreendo* o que faço", "não entendo o que faço" (BLH) acerta o sentido da afirmação. Pode até ser que as pessoas ocasionalmente pratiquem o mal de forma inconsciente, que sejam um enigma para si mesmas, que para elas tudo corra adversamente, surpreendendo-as a elas próprias. Contudo, não deveríamos inserir tanta psicologia nessa afirmação singela. É evidente que um escravo realiza seu trabalho a contragosto. Sua liberdade de querer não é correspondida por uma liberdade de agir. Resta-lhe cumprir luto por sua verdadeira vontade, enquanto não for capaz de aceitar seu agir não desejado.

16 Pois o seu querer é a vontade do bem. **Ora, se faço o que não quero, consinto com a lei, que é boa.** No grego não encontramos aqui uma frase completa, e sim uma exclamação, em termos lingüísticos muito similar ao louvor do Criador, repetido sete vezes na primeira página da Bíblia. É

fato que não se espera esse aplauso entusiasmado do bem justamente por parte de uma pessoa que pratica o mal. Contudo, ele foi conquistado até pela lei que ele não cumpre. Não se cansa de assegurar: quero praticar o bem! Pelo que se evidencia, para Paulo nenhuma pessoa é um diabo. Por outro lado, tampouco a descreve como herói de uma tragédia inexplicável. Pelo contrário, quanto mais o pecador assevera que quer o bem, tanto maior é o grau de sua responsabilidade. Sua maldade deve ser tributada integralmente a ele. É precisamente o devoto que fracassa da forma mais impressionante.

Enquanto os v. 15,16 giravam em torno do termo "vendido" no v. 14c, os versículos subseqüentes enfocam o comprador do escravo. Seu comportamento, no entanto, antes faz lembrar um invasor da casa que um dono legal de escravos.

17 O mal-estar de não se sentir à vontade consigo mesmo explica-se pela presença de um segundo sujeito. **Neste caso** (do jeito que estão as coisas)**, quem faz isto já não sou eu, mas o pecado que habita em mim.** Sempre que Paulo usa "habitar", seja em relação ao pecado, seja também acerca do Espírito, o termo significa o exercício da dominação. Agora é o pecado que manda e desmanda sob o meu teto. O que o eu pratica, não o faz mais com liberdade. Tem de querer aquilo para o que é obrigado, não o que no fundo desejaria. Sob esse aspecto, há associações com o estado de possessão. Contudo, cabe notar também diferenças: no caso clássico de possessão, não se pode mais reconhecer a dimensão subjetiva do pecado. Um eu alheio se apossou do próprio eu de forma tão dominante que este está totalmente descartado. É por isso que Jesus não dialogou com nenhuma pessoa possessa, pelo contrário, desafiou o demônio nela residente. No nosso texto, porém, o eu está plenamente presente. Como o texto documenta, ele é capaz de querer, concordar, alegrar-se, odiar, agir, sofrer e desesperar-se. Importante para a apreciação do "eu" em Rm 7 é também Rm 8.1: "Agora, pois, já nenhuma condenação há". Retroativamente para o "eu" de Rm 7 isso significa: ele experimenta, conscientemente e sabedor da sua culpa, sua desgraça como condenação. É por isso que Rm 7 não coincide com a realidade da possessão. Paulo faz uso dessa forma de expressão apenas para estabelecer comparações, e isso dentro de limites.

18-20 Paulo aprofunda suas afirmações introduzindo o conceito "carne". **Porque eu sei que em mim, isto é, na minha carne, não habita bem nenhum.** Ele poderia ter dito: "Em mim não habita nada de bom". Por meio do "isto é", porém, ele estabelece a equação: em mim = em minha carne. Na Bíblia, muitas vezes "carne" possui um sentido neutro, quando designa a constituição do ser humano como criatura com corpo, alma e espírito. Então "viver na carne" não significa desde já "viver no pecado", como Gl 2.20 demonstra com singular clareza. De modo diferente, porém, soa Rm 7.5 no seu contexto: "estávamos na carne". Quando o ser humano não apenas tem sua constituição como criatura, mas quando ela o "tem", ou seja, quando ele se rende a ela, quando se arma contra seu Criador com auxílio da sua capacidade, suas posses e seu saber, então "estar na carne" perde a neutralidade. "Minha carne" torna-se "carne do pecado" (Rm 8.3). Enquanto o v. 16 ainda declarava que o eu louva incessantemente a lei de Deus: boa, boa!, afirma-se do mesmo eu: em mim não mora nada de bom. Os processos internos são mostrados mais uma vez com toda a clareza: **pois o querer o bem está em mim**, de modo que estou diante da escolha real de uma alternativa. **Não, porém, o efetuá-lo. Porque não faço o bem que prefiro, mas o mal que não quero, esse faço.** No caminho para a ação prática estou pecando sem cessar, contra as minhas possibilidades. Com essas palavras, o pensamento aterriza novamente no v. 17. Tornei-me refém do pecado: **Mas, se eu faço o que não quero, já não sou eu quem o faz, e sim o pecado que habita em mim.**

Depois de descrever o senhorio do pecado (v. 17-20), Paulo volta-se novamente ao tema propriamente em questão. É por isso que retorna o vocábulo "lei".

21 Como introdução, uma breve referência ao que acabou de ser exposto: **Então… encontro a lei,** i. é, uma determinação, um transcurso regular, (de que) **ao querer fazer o bem… o mal reside em mim.** Sempre de novo sucede assim: a vontade de querer o que é certo instantaneamente descamba para o agir carnal, "de maneira que nem se pode mais distinguir momentos do querer puro dos instantes do agir errado". A "carne", no sentido negativo (cf o exposto sobre o v. 18), há tempo enviou suas "metástases" cancerígenas aos meus membros, i. é, em todos os meus atos práticos, mas também de raciocínio. Não há mais o que possa funcionar. O caminho para a morte (v. 24) está traçado, como seguindo uma lei. O quadro objetivo do "paciente" é desesperado, por mais contente que ele subjetivamente possa sentir-se em determinados momentos.

22,23 A lei de Deus está assistindo como espectadora impotente. **Porque, no tocante ao homem interior, tenho prazer na lei de Deus; mas vejo, nos meus membros, outra lei que, guerreando contra a lei da minha mente,** (cada vez) **me faz prisioneiro da lei do pecado que está nos meus membros.** Paulo torna suas formulações mais vivas. Concordar objetivamente, como disse no v. 16, torna-se agora uma adesão alegre à boa lei de Deus. Em lugar do "eu" abstrato aparece agora o "homem interior", arrastado para um guerra ferrenha entre o bem e o mal.

De um lado está a "lei da minha mente", comparável à "consciência" de Rm 2.15. Ela não é idêntica à lei de Deus, mas de um modo qualquer, embora questionável, sabe do mandamento e da proibição de Deus. Em todo caso, a consciência se apresenta como advogada de Deus. A tensão da qual se trata aqui, portanto, não consiste de uma metade boa e outra má dentro de mim, mas de Deus por um lado (mediado pela razão ou pela consciência) e, por outro lado, de mim, o ser humano rebelde. Esse ser humano vive predominantemente a partir de seus membros. Certamente o pensamento refere-se às suas funções físicas, porém, além da corporalidade intensa, estão sendo abarcadas todas as ações e omissões do ser humano (cf o exposto sobre Rm 6.12,13). É ali que a outra lei, a anti-lei, a lei do pecado, fixou residência presidencial. É de lá que procedem seus argumentos, com esmagadora autoconfiança, contra a razão perceptiva (Rm 1.20). Cercam-na e pisam-na ao chão. Depois carregam consigo o ser humano como prisioneiro, para dentro de um agir irracional. Tudo acontece sem que se perceba um debater-se. Ele simplesmente é levado embora.

24 O que foi arrastado faz ressoar seu lamento: **Desventurado homem que sou!** De acordo com Rm 8.1, o trecho em análise está posto sob o título "condenação": Minha desgraça, em última análise, é culpa minha. A letra da lei foi proferida e me "executou" como com uma guilhotina: "Portanto, és indesculpável, ó homem" (Rm 2.1; 1.20). Acrescenta-se uma exclamação em forma de indagação: **Quem me livrará do corpo desta morte?** Todavia, a pergunta: "Quem?" não conta esperançoso com alguém, mas já traz em si a resposta: não há ninguém! Não sei de mais ninguém, não tenho mais futuro! A pergunta, pois, nada mais faz que gritar seu desespero. O que começa no "eu", jamais conduz à liberdade. O corpo, por Deus criado maravilhosamente para Deus, está marcado para a execução judicial (cf o exposto sobre Rm 6.23). Essa é a desgraça do ser humano: Não vive sem vontade, mas, impotente, encaminha-se para a morte sob acusação indesculpável.

25 Nesse momento brota do cristão Paulo um "graças!" a Deus: **Graças** (seja) **a Deus por Jesus Cristo, nosso Senhor**. Para ele há salvação à vista, pois Rm 8.1-4 já está em seus pensamentos.

Depois dessa exclamação interposta, continua falando o eu de Rm 7, dando o arremate na sua miséria. **De maneira que eu, de mim mesmo, com a mente, sou escravo da lei de Deus, mas, segundo a carne, da lei do pecado.** Essa sentença de lamentação encontra em Gl 2.20 um contraste de júbilo. Lá um "eu" diferente confessa: Cristo vive em mim, e eu vivo com toda a minha constituição de criatura ("na carne") para esse Cristo! Aqui, porém, ouvimos: Nada de bom vive em mim, sou dominado tenazmente pela lei do pecado. A boa lei de Deus é mera letra para mim (v. 6). Ela se estende até o meu querer, mas não até o realizar. Sua fraqueza é flagrante.

5. O cristão e o Espírito (terceiro tema especial), 8.1-30

Observação preliminar

A descrição de uma vida sob a lei, com a qual terminou Rm 7, anseia, como elemento inerente à questão, pela única contraproposta verdadeira: vida no Espírito. Tudo o mais seria expulsar o diabo com Belzebu. Sobre a amplitude e magnificência da dimensão pneumática (*pneuma* = espírito) no cristianismo primitivo, E. Schweizer expõe: "Muito antes de ser objeto da doutrina, o Espírito era, para a igreja, um fato experimentado". "Deve ser difícil imaginar a igreja palestinense como não-pneumática… A formação da igreja escatológica…, a iniciativa da pregação e a penetração no território gentio não são imagináveis sem fortes experiências pneumáticas."

Excurso: *Carne e Espírito em Paulo*

É impressionante, pela profundidade e amplitude, como Paulo amadurece doutrinariamente experiências espirituais. Como já fez em Gl 5, ele aborda também agora o tema formando o contraste da dupla de conceitos "Espírito–carne". Dessa forma consegue realizar um enquadramento na história da salvação.

a. Já quando o tempo ainda não se havia cumprido (Gl 4.4,6) e "o Espírito até aquele momento não fora dado" (Jo 7.39), ele desempenhava uma função na criação e, depois, na história de Israel.

No entanto, os profetas do AT ainda anunciavam uma ação bem diferente do Espírito, a saber, que ele entraria em cena no entardecer do mundo como força da nova criação. Recordemos Is 44.3; Ez 36.26,27; Jl 2.28 e, acima de tudo, a grande visão do reavivamento de Israel dentre os mortos, em Ez 3.1-14. Combina com isso que a primeira igreja designava a chegada do Espírito em seu meio primordialmente como o Espírito "prometido" (At 1.4; 2.33,39; Gl 3.14; Ef 1.13). Por isso o Espírito não está presente sempre e em todo lugar, mas demarca uma profunda mudança. Ele não é parte deste mundo, mas já constitui o sinal de entrada do mundo vindouro (Rm 8.23).

b. A essa essência do novo mundo Paulo opõe, com a palavra "carne", uma idéia central do velho mundo. É bom notar que a palavra carne não designa desde logo o que é material, físico e visível. Sobre a realidade visível, inclusive a corporalidade humana, alimentação, sexualidade, trabalho e cultura, pairava originalmente a alegria plena do Criador (Gn 1.4,10,12,18,21,25,31). Portanto, "carne" em contraposição a "Espírito" não significa o visível como tal, mas o mundo velho, que passa. Ele está rodeado pela morte, porque se encontra em rebelião contra o Deus da vida. Nesse mundo a pessoa não quer ser alguém criado por Deus e para Deus, mas sim um deus que cria (Gn 3.5). O ser humano atrela, pois, toda a maravilhosa criação a essa marcha contra Deus, incluindo sem dúvida o que é material, mas também as capacidades intelectuais. Todas as coisas boas tornam-se más em suas mãos. Em decorrência, ele não é mais a coroa, e sim a catástrofe da criação (3.20). Este impulso antidivino por vida, que perpassa o mundo inteiro, é "carne" (Rm 8.7). O conceito está estreitamente imbricado com o conceito do poder do pecado (Rm 8.3). Contudo, "pecado" é decorrente de pecar (Rm 5.12), ou seja, é um termo imaginado a partir de uma ação isolada, enquanto "carne" é uma constituição básica que irradia e ofusca tudo: "(Eu) sou carnal" (Rm 7.14).

a. "Novidade do Espírito" e liberdade da lei por estar em Cristo, 8.1-4

1 Agora, pois, já nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus.
2 Porque a lei do Espírito da vida, em Cristo Jesus, te livrou da lei do pecado e da morte.
3 Porquanto o que fora impossível à lei, no que estava enferma pela carne, isso fez Deus enviando o seu próprio Filho em semelhança de carne pecaminosa e no tocante ao pecado; e, com efeito, condenou Deus, na carne, o pecado,
4 a fim de que o preceito da lei se cumprisse em nós, que não andamos segundo a carne, mas segundo o Espírito.

Observação preliminar

Nesses quatro versículos o apóstolo toma a decisão fundamental para a sua doutrina do Espírito: O Espírito, que se diferencia de outros espíritos quaisquer pela a sua santidade, é experimentado "em Cristo Jesus". Essa formulação ocorre com peso nesse v. 1, é preenchida de conteúdo nos v. 2,3 e constitui, na última linha do trecho, a coroação final (v. 30). Quem aceita como dada de uma vez por todas essa doutrina cristocêntrica do Espírito faz bem à igreja e a si próprio.

1 Com o **agora**, Paulo reata com o ponto em que as coisas já haviam chegado em Rm 7.6: "Estamos livres da lei" (BLH). Dessa forma também foi silenciada a acusação da lei. O desespero que, conforme Rm 7.24, onera como chumbo o *eu* adâmico, é traspassado pela exclamação: **nenhuma condenação.** "Ressoa que a vida está justificada". Os que crêem estão aí ornados com justiça. Isto vale desde o momento de despertamento para a fé até o juízo final.

Inicialmente Paulo vincula essa afirmação ao salutar **agora** (cf o exposto sobre Rm 3.21). Fica pressuposta a mudança das eras, exposta da forma mais nítida em 2Co 3: O serviço de Moisés, que "conduz à condenação", acabou em favor do serviço apostólico, que concede o Espírito e conduz à justiça (2Co 3.7-9). Em segundo lugar, essa salvação tem uma localização definida **em Cristo Jesus**. Como primeira tentativa de entender essa expressão pode servir uma comparação com outras descrições de nosso relacionamento com o Senhor, p. ex.: Cristo junto de nós, conosco, sobre nós, diante de nós, no meio de nós ou em nós. Todas elas têm em comum a idéia da proximidade. Em contraposição, a expressão "nós em Cristo" é presidida pelo fato de pertencermos a ele. Em virtude do implante (Rm 6.5), formamos uma associação com ele, uma única aliança de vida, ou, nas palavras de Lutero: "*um* bolo". Sua morte, sepultamento e ressurreição não são meras informações que apenas ouvimos como fatos acontecidos fora de nós, mas de que nós participamos. O que sucedeu a Cristo e ainda lhe sucederá, aconteceu e acontece também a nós. A libertação por estar em

Cristo forma um contraste radical com a solidão do *eu* de Rm 7.25: Eu estou sozinho, eu quero sozinho, eu sei sozinho, eu me desespero e morro sozinho!

2 Paulo retoma outra vez esse "**em Cristo Jesus**" do v. 1, desdobrando-o como experiência do Espírito Santo. **A lei do Espírito da vida… te livrou.** Como no mais Paulo fala simplesmente do "Espírito" ou do "Espírito de Deus" ou "Espírito de Cristo", ele deve ter retirado "Espírito da vida" do seu AT grego (LXX). Lá se encontra a expressão no contexto da criação, mas acima de tudo da nova criação, a saber, na grande visão de Ez 37.1-14. Segundo ela, o Israel morto deverá "viver" novamente (seis menções) por meio do "Espírito" (lá nove vezes), precisamente por meio do "Espírito da vida", como rebrilha ali no v. 5 (LXX). O trecho excede em dramaticidade todas as visões de Ezequiel e seguramente cativava judeus e cristãos. No v. 11, Paulo tangencia mais uma vez esse capítulo, e lemos diversas vezes como fala do "Espírito que vivifica". Quando escreveu em 1Co 15.45: Cristo "é espírito vivificante", "é o Espírito que dá vida" (BLH), ou em 2Co 3.17: "O Senhor é *o* Espírito", é possível que ele tivesse na mente precisamente essa profecia. Paulo, portanto, introduz aqui o testemunho do Espírito, sem causar um afastamento de Cristo. Pelo contrário, é dessa maneira que ele atesta o poder de Jesus que pode ser experimentado hoje e aqui. A palavra de 2Co 3.17, há pouco citada, prossegue assim: "e, onde está o Espírito do Senhor, aí há liberdade". Isso confere com a afirmação sobre o Espírito feita nesse texto de Rm: o Espírito **te livrou da lei do pecado e da morte.**

No entanto, a exposição feita até aqui desconsiderou um adendo. Paulo está falando da "lei do Espírito da vida" – com certeza um adendo devido à oposição com a "lei do pecado e da morte" (sobre isso, cf Rm 7.21,23,25). Dois sistemas legais fechados em si se contrapõem. O segundo é quebrado pela supremacia do primeiro. Essa conexão de Espírito e lei evidencia que Paulo praticamente não experimenta o agir do Espírito apenas como "espasmo" ocasional. Pelo contrário, ele se sabe permanentemente carregado por um elemento confiável. O Espírito constitui, nas pequenas e grandes coisas, o construtor circunspecto da nova criação segundo os planos eternos de Deus.

Quanto às duas ocorrências de "lei" neste versículo, cabe ouvir e examinar ainda outra explicação. Ela tende a excluir qualquer uso figurado da "lei" em Paulo e a ter em mente todas as vezes lei de Moisés (no hebraico *torá*). Em concordância com essa visão, também na segunda metade do versículo a "lei do pecado e da morte" se referiria à *torá*, à semelhança do que já teria ocorrido em Rm 7.23,25. Contudo, seria a *torá* desvirtuada pelo pecador. Porque, interagindo com o pecado, ela gera a morte (Rm 7.5,11,13), seria possível designá-la de forma tão assutadora. Da mesma forma, porém, na primeira metade do versículo o "mandamento (a lei) que me devia trazer a vida" (BLH) também não seria outra coisa senão a *torá*, apenas que nesse caso Cristo teria retirado dela a capa que a cobria conforme 2Co 3.14, entregando-a novamente ao seu uso original de acordo com Rm 7.10, a saber, de proporcionar a vida.

É difícil encaixar essas idéias no quadro geral de Paulo. Em lugar algum Paulo ensina o que, nesse v. 2, traria como resultado que a lei de Moisés seria a libertadora dos fiéis da condenação. Se ele escreve em Rm 7.10 da "lei dada para a vida", isso é válido no sentido de Gl 3.12: originalmente, antes da penetração do pecado, todos os mandamentos de Deus tinham a incumbência de proteger a vida. Contudo, não se pensa numa função salvadora da lei de Moisés para o fim da história. Se Paulo tivesse pregado a *torá* como ressurreição e vida, os escribas jamais teriam tentado matá-lo. No mesmo capítulo de Gl ele afirmou (Gl 3.21b): "Se fosse promulgada uma lei que pudesse dar vida, a justiça, na verdade, seria procedente de lei". Agora ela procede "sem a lei" (Rm 3.21). A lei não deixa de ser espiritual, conforme Rm 7.14, porém ela não concede o Espírito (Gl 3.1-5). De acordo com Rm 7.12 ela é santa, justa e boa, mas não torna ninguém santo, justo e bom.

3 Paulo passa a revelar integralmente o vínculo entre Espírito e Cristo. Para isso ele retorna mais uma vez à insistente descrição de Rm 7.14-25, segundo a qual a lei de Moisés não conseguiu impor-se contra a lei do pecado. **Porquanto o que fora impossível à lei, no que estava enferma pela carne** – Nesse ponto a frase é interrompida. Paulo se poupa de repetir como e por que a lei não foi capaz de concretizar seus alvos positivos. Ele traz de imediato a nova iniciativa de Deus. Cumpre partirmos da sentença principal: **condenou Deus, na carne, o pecado.** Para anular o banimento é indispensável, segundo o v. 1, a execução do banimento. Não há salvação sem um juízo completo. Não existe uma transição imperceptível, homogênea, do mundo do pecado ao mundo de Deus (2Co 6.14); do contrário, o velho voltaria sorrateiramente a imiscuir-se no novo.

Como procedeu Deus? Isso é mostrado pela afirmação intercalada na frase principal: **enviando o seu próprio Filho**. O objetivo desse envio foi o sacrifício (veja abaixo). Entretanto, para alguém que se sacrifica, tudo depende da comunhão confiável com aqueles pelos quais deve empenhar-se. Daí a razão do destaque intencional: O Filho foi enviado **em semelhança de carne pecaminosa**. As confissões cristãs confirmam-no sempre de novo: Ele "foi manifestado na carne", "sofreu na carne", "veio em carne", "se fez carne". "Carne" é nitidamente o mundo ocupado por forças antidivinas, determinado pelo poder do pecado. O velho *éon*, cujo espírito contemporâneo sinceramente não é o Espírito Santo, avançou com sua potência abrangente sobre o enviado de Deus. "Nós, para quem a 'carne' é o elemento natural e costumeiro de vida, dificilmente podemos imaginar a estranheza e o suplício, o peso e a dor que significou para o Filho de Deus ter de viver dia após dia como membro dessa humanidade alienada de Deus na fria escuridão do desamor e do egoísmo". Essa solidariedade plena, porém, constituía a premissa para a finalidade real do envio: **no tocante** (a ser sacrifício pelo) **ao pecado**. Com essa afirmação Paulo repete, na essência, Rm 3.25. Queremos apontar para a explicação oferecida para aquele texto. Aqui retornamos à afirmação principal do versículo: No sacrifício da cruz condenou Deus o pecado na carne. No sacrifício de Cristo, desta vez Paulo não destaca o *sim* ao pecador, mas o *não* ao pecado. Esse *não* da Sexta-Feira da Paixão, que também se tornou o nosso *não* quando morremos com Cristo na fé e fomos sepultados no batismo, faz parte da libertação e do ser livre do poder do pecado. Enquanto guardarmos dentro de nós a menor fagulha de *sim* para o mal ou a deixamos retornar para nós, ferimos o Espírito que nos foi dado (Ef 4.30), e nos debilitamos a nós mesmos.

4 Como muitas vezes no NT, também aqui uma frase com "a fim de que" designa a salvação visada e realizada pela ação de Cristo. **A fim de que o preceito da lei se cumprisse em nós.** Paulo volta nossa atenção para a lei de Moisés (*torá*). Na cruz Deus não baniu a *torá*, muito antes o pecado que se encobria com a lei. A lei, porém, foi cumprida pela vida e pela morte de Cristo. Também os seguidores de Cristo não estão livres para não cumprirem a lei, mas para cumpri-la. Sob esse enfoque deve-se pensar menos no sem-número de prescrições isoladas e antes em sua característica fundamental como boa, justa e santa demanda legal (singular!) de Deus. O modo desse cumprimento será abordado em Rm 13.8-10, mas o meio é exposto aqui: **que não andamos segundo a carne mas segundo o Espírito.** Enquanto o v. 2 atestava a libertação por meio do Espírito, trata-se agora de ser e permanecer livre pelo mesmo Espírito. Esse "andar", esse estar a caminho, passo a passo, segundo o Espírito, pressupõe companheirismo de estrada com ele, seus permanentes contatos conosco, suas medidas para os passos (sempre tiradas da palavra, obra e trajetória de Jesus), bem como sua direção (v. 14). Cabe recordar novamente a "lei" do Espírito segundo o v. 2. Seu agir é experimentado como a essência da duração confiável. Ele constitui a força para uma vida agradável a Deus na "justiça excedente".

b. Aspectos fundamentais sobre carne e Espírito e sobre a situação dos portadores do Espírito, 8.5-11

5 **Porque os que se inclinam para a carne cogitam das coisas da carne; mas os que se inclinam para o Espírito, das coisas do Espírito.**
6 **Porque o pendor da carne dá para a morte, mas o do Espírito, para a vida e paz.**
7 **Por isso, o pendor da carne é inimizade contra Deus, pois não está sujeito à lei de Deus, nem mesmo pode estar.**
8 **Portanto, os que estão na carne não podem agradar a Deus.**
9 **Vós, porém, não estais na carne, mas no Espírito, se, de fato, o Espírito de Deus habita em vós. E, se alguém não tem o Espírito de Cristo, esse tal não é dele.**
10 **Se, porém, Cristo está em vós, o corpo, na verdade, está morto por causa do pecado, mas o espírito é vida, por causa da justiça.**
11 **Se habita em vós o Espírito daquele que ressuscitou a Jesus dentre os mortos, esse mesmo que ressuscitou a Cristo Jesus dentre os mortos vivificará também o vosso corpo mortal, por meio do seu Espírito, que em vós habita.**

Observação preliminar

Paulo abordará no v. 12 a questão há pouco mencionada no v. 4. Lá também retornará à primeira pessoa do plural. No v. 4, porém, também transpareceu, como pano de fundo escuro, o modo como a vontade de Deus

justamente não é realizada. Essa menção leva Paulo a intercalar primeiramente uma investigação de princípio sobre os termos opostos "Espírito" e"carne".

5,6 Pessoas orientadas pela carne ou pelo Espírito seguem consistentemente a sua respectiva linha, querendo ou não. **Porque os que se inclinam para a carne cogitam das coisas da carne; mas os que se inclinam para o Espírito, das coisas do Espírito.** Não há nenhum terceiro caminho, nenhuma mescla, nenhum cruzamento. Cada ser traz consigo irremediavelmente a sua mentalidade por meio da qual se concretiza. **Porque o pendor da carne dá para** (é para) **a morte, mas o do Espírito, para a vida e paz.** Sair verdadeiramente da natureza da carne e passar a viver no Espírito é algo imaginável unicamente como puro milagre.

7,8 Paulo fundamenta a eficácia letal da carne a partir da atitude básica dela. **Por isso, o pendor** (a mentalidade) **da carne é inimizade contra Deus.** Por trás da vontade profundamente arraigada de auto-afirmar-se, satisfazer-se e gloriar-se, por trás da prazerosa fome de sua avidez, inclusive na dimensão intelectual, reside ódio a Deus (Rm 1.30) e rebelião contra o Criador (Rm 5.10). Deus criou o ser humano para o convívio com outros e, por isso, o criou também para estar disponível para outros (Rm 13.9). De forma incipiente manifesta-se também a necessidade inata de dedicação, porém a carne continuamente visa, aberta ou veladamente, o benefício próprio. É por isso que cumprir a lei por meio da carne, qualquer que seja sua forma, é enganar-se a si próprio. **Pois não está sujeito à lei de Deus.** Da lógica dos fatos resulta que **nem mesmo pode estar.** Seu poder, por condição natural, é impotência diante do mandamento de Deus. Com isso está decretada a sentença sobre pessoas dessa espécie. **Portanto, os que estão na carne não podem agradar a Deus**, ainda que queiram.

9 Depois dessa clarificação geral, Paulo volta a dirigir-se a seus leitores que crêem, assegurando-lhes onde está o seu próprio centro de vida. **Vós, porém, não estais na carne, mas no Espírito.** O que nos v. 1,2 chamava-se *estar em Cristo*, chama-se agora *estar no Espírito* (v. 9a). Entretanto, no que se segue, Paulo modifica também essa expressão quatro vezes, sem transição. Ele fala de que "o Espírito de Deus habita em vós" (v. 9b), [parafraseando] que eles "(têm) o Espírito de Cristo" (v. 9c), que "são (propriedade) de Cristo" (v. 9d) e finalmente que "Cristo está em vós" (v. 10a). Por mais estranho que seja, é condizente com a questão. Nela não se pode espremer nada para dentro de um lastro terminológico estreito. A realidade cristã o exige, ou, falando em termos trinitários: Deus, Cristo e o Espírito se revelam em conjunto. Retornando ao v. 9b: **se, de fato,** (tão certo como) **o Espírito de Deus habita em vós.** Dessa certeza Paulo extrai as seguintes três conclusões (três vezes "se, porém" os v. 9,10,11). Inicialmente aborda o caso negativo. **E, se alguém não tem o Espírito de Cristo, esse tal não é dele.** Seguidamente o NT afirma que alguém "tem" o Espírito, ou também "tem" o Pai e "tem" o Filho. Mas essas afirmações não contêm nada sobre um poder humano de dispor sobre Deus por causa desse "ter" e sobre um orgulho de proprietário. Pelo contrário, elas expressam o que era do conhecimento geral de todas as igrejas de então, a saber, que alguém se torna cristão pela recepção do Espírito. Todos os verdadeiros cristãos são "espirituais". Por decorrência lógica, aqueles que não estão mais ambientados na esfera de Cristo, que não têm interesse de ouvi-lo, de estar à sua disposição, e que esquecem sua realidade, não são cristãos, por mais benevolentes que queiramos ser com eles.

10 O segundo "se" poderia causar espécie. Apesar da clareza do v. 9, os cristãos, nesse caso, viveriam numa tensa realidade dupla: ao mesmo tempo vivos e mortos! **Se, porém, Cristo está em vós, o corpo, na verdade, está morto por causa do pecado, mas o espírito é vida, por causa da justiça.** Por um lado, sua existência corporal está subordinada à morte espiritual com Cristo. Rm 6.6-11; 7.6; 8.3b não trata de uma situação já superada. O processo de morrer e ser crucificado com Cristo por causa do pecado prolonga-se por todo o tempo em que vivemos na terra. Constantemente corremos o risco de viver longe da fé. A resposta a esse perigo somente pode consistir em assumir "cotidianamente" a cruz, "amortecer as práticas do corpo" e desse modo morrer "diariamente". Nos v. 18-30 Paulo dedicará um longo trecho à condição, ainda não redimida dos que têm o Espírito (!) e que gemem debaixo dela. Por outro lado, porém, o Espírito, ou seja, nesse caso como também no v. 16 o espírito humano, é "vida por causa da justiça". Ressoa novamente "O justo viverá por fé!" de Rm 1.17. Os versículos 14-17 tratarão desse aspecto.

11 Por fim, o terceiro "se, porém": Graças ao Espírito que neles habita, os que crêem sabem que estão transferidos para a ante-sala do futuro. **Se habita em vós o Espírito daquele que ressuscitou a Jesus dentre os mortos, esse mesmo que ressuscitou a Cristo Jesus dentre os mortos vivificará**

também o vosso corpo mortal, por meio do seu Espírito, que em vós habita. Na Páscoa ele se identificou como o "Espírito da vida" de Ez 37.1-14 (cf o exposto sobre o v. 2). Quando Jesus Cristo voltar, ele não permitirá que sua ação vivificadora se detenha nem mesmo diante do corpo mortal dos fiéis (cf o exposto sobre Rm 6.12). Inundando-os com vida, ele os arrastará para fora da desarmonia exposta no v. 10.

c. Andar segundo o Espírito na liberdade de filhos e filhas de Deus, 8.12-17

12 Assim, pois, irmãos, somos devedores, não à carne como se constrangidos a viver segundo a carne.
13 Porque, se viverdes segundo a carne, caminhais para a morte; mas, se, pelo Espírito, mortificardes os feitos do corpo, certamente, vivereis.
14 Pois todos os que são guiados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus.
15 Porque não recebestes o espírito de escravidão, para viverdes, outra vez, atemorizados, mas recebestes o espírito de adoção, baseados no qual clamamos: Aba, Pai.
16 O próprio Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus.
17 Ora, se somos filhos, somos também herdeiros, herdeiros de Deus e co-herdeiros com Cristo; se com ele sofremos, também com ele seremos glorificados.

Observação preliminar

Depois da peça intercalada dos v. 5-11, Paulo retorna, por meio do "irmãos!", ao v. 4, ao "andar no Espírito". Ele testemunha agora esse "Espírito" como "espírito de adoção", que, conforme Gl 4.6 é até "Espírito de seu Filho". Não transformaremos este trecho em uma série de exortações, advertências e polêmicas. No capítulo inteiro Paulo não faz uso de nenhum imperativo, ao contrário da abordagem que faz do mesmo tema em Gl 5. Para nossa luta por uma vida justa é importante que nos aconcheguemos nos grandes indicativos do evangelho.

12,13 Mais uma vez Paulo coloca em primeiro plano a grande libertação de que todos os que crêem gozam em relação ao dever. **Assim, pois, irmãos, somos devedores, não à carne como se constrangidos a viver segundo a carne.** Obviamente poderíamos prosseguir positivamente: "porém somos devedores de nosso Senhor" (Lc 17.7-10), mas Paulo está enfocando aqui nossa condição de filhos, o que o leva a expressar-se de modo diferente. Antes de mais nada, duas frases com "se" expõem dois tipos de concatenações de que devemos estar cientes: a ânsia enganadora pela vida leva inevitavelmente à morte (v. 13a); unicamente o "matar" espiritual traz consigo a promessa de vida (v. 13b). **Porque, se viverdes segundo a carne, caminhais para a morte; mas, se, pelo Espírito, mortificardes os feitos do corpo, certamente, vivereis.** Digno de morte não é o próprio corpo. Segundo Rm 12.1 ele deve ser oferecido como sacrifício vivo a Deus, assim como aqui, segundo o v. 11, também está destinado à ressurreição. Contudo ele é um campo de luta entre carne e Espírito, podendo ser conquistado para práticas que acontecem flagrantemente no antiespírito de Gl 5.19-21. Quem não quiser morrer por intermédio delas, tem de matá-las. Isto significa: a partir da situação de mortos declarada em 6.11, romper incondicionalmente as relações com essas ações. Jesus falava em termos drásticos de amputar membros que nos seduzem (Mc 9.47). Com isso não visava o mundo dos sentidos, mas da ação: Acabar com essas ações e em lugar delas realizar algo por meio do Espírito (Rm 12.21). Sua presença é a verdadeira "novidade" (Rm 7.6) no campo de batalha. Ela altera as condições e, em comparação com a condição desesperada de Rm 7.14-25, também conduz a outros resultados (Gl 5.16).

14 Agora dá maior atenção à forma de ação do Espírito e a decifra como a experiência de ser filho. **Pois todos os que são guiados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus.** O Espírito guia, assim como um pastor "conduz" as suas ovelhas, e elas o seguem (Jo 10.3; cf Sl 23.2,3), ou como Deus "*conduziu* o seu povo pelo deserto" por meio de Moisés (Sl 136.16), ou como Jesus naquele tempo "ia adiante dos seus discípulos" (Mc 10.32) e como aqui um Pai "conduz" seu filho. Portanto, quem anda no Espírito não passa a caminhar, em puro enlevo, apenas na ponta dos pés. Ele não está enfeitiçado. Por outro lado tampouco está continuamente superexigido, porém é essencialmente alguém guiado. Isto significa que quem guia está nitidamente na condição superior de senhor, porém cheio de previdência. Da parte do que é guiado vigora inegavelmente a docilidade, mas cheia de obediência do coração (Rm 6.17), como de filhos de Deus.

15 De agora em diante Paulo deixa de lado o tema "andar segundo o Espírito", a fim de aprofundar a compreensão desse Espírito como "Espírito de adoção". Antes de tudo, ele se evidencia no novo modo de orar. Como fundo de contraste apresenta-se o serviço forçado do legalismo, movido pelo medo pagão diante de Deus: **Porque não recebestes o espírito de escravidão, para viverdes, outra vez, atemorizados, mas recebestes o espírito de adoção, baseados no qual clamamos: Aba, Pai.** Já no Sl 2, tão importante para o NT, o primeiro direito do filho consiste na oração desinibida (cf Sl 2.7,8), uma vez que se abriu o acesso ao Pai (Rm 5.2). Como paralelo seguinte se oferece Rm 5.5: o amor de Deus inundou nosso coração. "Para que conheçamos o que por Deus nos foi dado", pois "Deus no-lo revelou pelo Espírito" (1Co 2.10-12). O que foi que o Espírito nos revelou e concedeu? Não a si próprio. Verifica-se aqui se aprendemos a lição na entrada do capítulo (v. 2,3): O Espírito age cristocentricamente. Ele "anuncia" a Cristo, "convence" de seu juízo e de sua justiça, "dá testemunho" de Cristo e o "glorifica" como o Filho. Dessa forma, porém, "vimos o Pai", de maneira que nos nossos lábios encontra-se a interpelação do Pai. No que concerne à tradução do aramaico *Aba*, também havia à disposição o termo grego *pappas*, "papai", "paizinho". O fato de que, apesar disso, em todos os três textos do NT que trazem Aba é escolhido o grego *pater*, "pai", demonstra que *Aba* não era mais entendido como palavra carinhosa.

A palavra "clamar" não está se referindo o uso do volume da voz, e sim à intensidade, à irrupção elementar de uma exclamação em que alguém empenha suas últimas reservas. É óbvio que essa não está literalmente vinculada a gritaria. P. ex., pode-se trazer à comparação as mais de 60 ocorrências nos salmos em que "clamar" faz parte da linguagem de oração. Isso fica particularmente nítido quando o orador "clama" a Deus "dia e noite". Também o "coração" é capaz de "falar", "clamar" e "jubilar".

Ocorre, porém, que esse "clamamos: Aba" também é interpretado como um "grito de fato realizado no culto" (E. Käsemann). Segundo essa visão, a igreja inteira teria proferido, num determinado momento do transcurso litúrgico, em coro falado, este grito de *Aba* (ou, conforme outros, ela teria iniciado com um Pai-Nosso). Contudo, teria tal procedimento cumprido a finalidade citada por Paulo? Será que havia essa liturgia de forma homogênea da Galácia até Roma? Acaso não se está transportando desenvolvimentos posteriores, de igrejas de massa, de volta para o século I?

Há ainda outros exegetas que pensam em inspirações carismáticas de alguns. Porém nesse caso não se faz justiça ao *nós*, que envolve todos os que crêem e sua oração, e que não alude a portadores de dons especiais. Acaso "falam todos em outras línguas?" (1Co 12.30; cf 1Co 14.30). Além disso é uma exigência fundamental submeter essas afirmações referentes ao Espírito ao exame a partir das demais (1Co 12.10; 14.29). Não se deve dar-lhes crédito sem mais nem menos (1Jo 4.1). É por isso que elas também não cumprem o objetivo que Paulo pressupõe: trazer certeza incondicional "do amor de Deus, que está em Cristo Jesus" (Rm 8.39)! Porque a sombria ingratidão, que gera todos os demais pecados (Rm 1.21), foi afundada no mar do perdão diante dos olhos do ouvinte que crê, por isso finalmente a desconfiança gentílica original se desmonta em favor de uma confiança fundamental. Desfaz-se todo o véu de nuvem cinzenta que pairava sobre seu relacionamento com Deus. A forma verbal presente "clama" faz lembrar impulsos espirituais sempre novos.

16 O círculo se fecha. O ponto de partida foi o recebimento do Espírito de filiação. Indício de sua autenticidade foi a invocação confiante do Pai. Agora a certeza da paternidade de Deus leva por sua vez de volta à certificação da própria condição de filho. **O próprio Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos** (crianças) **de Deus.** Identifica-se agora a já mencionada atuação do Espírito: Ele exerce a função de testemunha. O Espírito está diante do nosso espírito humano como testemunha. O emprego de "espírito" como espírito humano não é incomum para Paulo. Em decorrência, o mais íntimo de Deus, o único que sabe "as coisas de Deus" e "perscruta, até mesmo as profundezas de Deus", encontra-se com o mais íntimo do ser humano, o único que sabe "sabe as coisas do homem" (1Co 2.10,11) e o incentiva: "Não temas, porque eu te remi; chamei-te pelo teu nome, tu és meu" (Is 43.1). Falando assim, o Espírito nos une com Deus – um acontecimento pleno de conseqüências. Também Jesus vinculou, em Mt 7.14-19, o fazer ao ser.

17 Da condição de filho resulta outro direito. Ora, **se somos filhos, somos também herdeiros, herdeiros de Deus.** Uma adoção altera todas as relações, não apenas com pessoas, ou seja, com o pai e seus filhos e familiares, mas também com a propriedade paterna: "Tudo o que é meu é teu" (Lc 15.31; Jo 17.10). A sucessão da partilha para quem crê vigora pela mediação do Filho primogênito.

Ele é o verdadeiro herdeiro, os cristãos **são co-herdeiros com Cristo** (v. 32). O legado, porém, não consiste apenas da glória futura (v. 18,30).

Paulo acrescenta uma lógica notável, como já apareceu em Rm 5.3. Paulo aborda lá os sofrimentos atuais dos filhos, sem percebê-los por instante algum como contradição com o estado de filhos. Pelo contrário, os sofrimentos têm força de comprovação positiva: **se** (tão certo como) **com ele sofremos**, começa ele. Os sofrimentos são o recibo que comprova aos cristãos de que estão em Cristo, neles a comunhão com Cristo torna-se palpável para eles. Pois seu Senhor se distingue de todos os demais senhores pela sua cruz. Na verdade ele já foi exaltado, mas, por enquanto, ele sozinho. Os cristãos, porém, como seus seguidores, ainda pertencem ao lugar que ele deixou. Eles concretizam em seu lugar nesta terra a missão dele, de maneira que também lhes cabe concluir os sofrimentos dele. Tornando-se "configurados pela cruz" (cf Gl 6.17), os cristãos assumem a figura dele. Com essa mudança, o assunto está em ordem para eles. E tão certo como na execução posterior se encontram na trajetória de Jesus, tão certo seu caminho também os leva ao alvo: **também com ele seremos glorificados.** É assim que os sofrimentos até se mostram como uma fonte de esperança.

d. O apoio do Espírito face ao gemido em meio ao sofrimento no mundo, 8.18-25

18 **Porque para mim tenho por certo que os sofrimentos do tempo presente não podem ser comparados com a glória a ser revelada em nós.**
19 **A ardente expectativa da criação aguarda a revelação dos filhos de Deus.**
20 **Pois a criação está sujeita à vaidade, não voluntariamente, mas por causa daquele que a sujeitou,**
21 **na esperança de que a própria criação será redimida do cativeiro da corrupção, para a liberdade da glória dos filhos de Deus.**
22 **Porque sabemos que toda a criação, a um só tempo, geme e suporta angústias até agora.**
23 **E não somente ela, mas também nós, que temos as primícias do Espírito, igualmente gememos em nosso íntimo, aguardando a adoção de filhos, a redenção do nosso corpo.**
24 **Porque, na esperança, fomos salvos. Ora, esperança que se vê não é esperança; pois o que alguém vê, como o espera?**
25 **Mas, se esperamos o que não vemos, com paciência o aguardamos.**

Observação preliminar

Para reconhecer o fio que guia o pensamento, observemos o começo do trecho subseqüente (v. 26): *"De modo idêntico, porém, também* nos assiste o Espírito…" Ao conectar dessa forma os dois trechos, Paulo, portanto, distingue no segundo um outro caso, diferente do primeiro, colocando ambos os casos em paralelo. Ambos tratam do apoio do Espírito, uma vez no segundo caso em vista da profundidade do sofrimento (v. 26-30), mas desde logo também aqui em vista da amplitude do sofrimento (v. 18-25). Ou seja, a partir do v. 18 o tema é "os sofrimentos do tempo presente". Esse tema perdura até o final do capítulo, inclusive a grande confissão de síntese em Rm 8.31-39. Disso resulta um leque abundante da experiência cristã de sofrimento:

- v. 18-25: os sofrimentos naturais;
- v. 26-30: o sofrimento da crise de oração diante de Deus;
- v. 31-34: o sofrimento da tribulação em vista de culpa pessoal;
- v. 35,36: os sofrimentos por perseguições;
- v. 37-39: finalmente os sofrimentos sob poderes intelectuais que tentam nos isolar do amor do Cristo.

Nem sempre os cristãos têm de lidar com todas as cinco formas do sofrimento. P. ex., nem sempre é tempo de perseguição para o indivíduo cristão. Contudo, completamente sem sofrimento de Cristo não seríamos co-herdeiros, nem, por conseqüência, filhos de Deus.

18 Com as palavras "**Porque para mim tenho por certo que**", "eu penso que" (BLH) segue-se mais uma peça doutrinária sobre o Espírito Santo, agora, porém, em relação aos **sofrimentos** que Paulo mencionou há pouco no v. 17. A hora mundial **do tempo presente** (cf o exposto sobre Rm 3.21) representa não apenas uma chance mundial, mas também um perigo mundial, pois o evangelho não incide numa terra de ninguém, mas encontra oposição. Por isso é preciso "através de muitas tribulações… entrar no reino de Deus" (At 14.22). Por sua presença maciça, as angústias, porém, podem obscurecer a salvação futura e, por isso, ainda invisível.

Paulo não faz parte dos que concedem à dura realidade do presente um mero sorriso (Rm 12.15; 2Co 1.8). Contudo ele põe na balança os sofrimentos atuais junto com a glória futura. Será que haverá um equilíbrio, uma compensação entre alegria e dor? Isso já seria algo considerável, mas não, **os sofrimentos do tempo presente não podem ser comparados** (não têm peso igual) **com a glória a ser revelada em nós.** O prato da balança em que foram descarregadas as aflições do tempo final sobe para o alto por ser extremamente leve em comparação com a glória futura, imensa, no prato oposto. Entretanto, a alusão à balança constitui aqui somente um breve lampejo. Ao contrário de 1Co 15.35-49, Paulo agora não prossegue: "Como será glorioso quando nas ruas douradas formos ingressar", porém expõe a pergunta: Como enfrentaremos até então o presente, para não desistirmos no caminho, antes de chegar ao alvo?

19-22 Paulo principia com um olhar lateral para a "criação". Para suas afirmações a esse respeito ele não se baseia nas capacidades sensitivas de um poeta que percebe o rumor da natureza, nem obviamente no que as ciências naturais podem captar. Com o "**porque sabemos**" (v. 22) ele aponta, antes, para tradições reconhecidas em todas as igrejas, sobretudo para o AT. Trata-se de um saber que cresce a partir da fé em Deus, registrada na Bíblia. Quem crê em ídolos, fala de maneira muito diferente sobre a natureza. Muitas vezes *não* "sabemos"! Em grande extensão as influências culturais e filosóficas nos cortaram das correlações com tudo que foi criado. Resta, para o pensamento formado pela Era Moderna, como realidade última, o indivíduo na sua escrivaninha, um lugar no qual ele faz de si a medida de todas as coisas. – Lá fora, experimenta, indefeso, sua pobreza de contato com a natureza, com o próximo, a igreja e o cosmos.

O sentido do termo "**criação**" – um vocábulo que ocorre em cada um dos quatro versículos! – abrange primeiramente tudo o que foi criado, embora tenhamos de contar com restrições em casos concretos. Em nosso caso está excluída a igreja que crê, uma vez que segundo o v. 23 ela se contrapõe nitidamente à criação. De acordo com o v. 20, porém, as pessoas como tais ficam de fora, pois ali tem-se em mente apenas aquelas criaturas que sem culpa pessoal foram desafortunadamente submetidas à vaidade (ou nulidade). Entretanto, em última análise isso não acontece com nenhuma pessoa (Rm 1.19-21; 5.12). Logo, no texto em análise, o termo não possui nenhuma característica de indefinição. Não se fala do mundo caído, e sim do mundo subjugado. Não depõe contra essa compreensão o fato de que se atribuem a essa criação extra-humana atos pessoais como esperar, perseverar e gemer. No AT isso ocorre com copiosa freqüência. É verdade que o AT se serve de uma linguagem dramática, artisticamente elaborada, mas encontra-se nesses textos mais que poesia para o nosso deleite. A capacidade que os seres humanos têm de falar sobre o que está fora da esfera humana esbarra em insuficiência, porque podem servir-se apenas de termos que obtiveram do fato de serem humanos. Tão somente é importante que tenhamos consciência dessa limitação. Os autores bíblicos jamais confundiram ser humano e animal, ou ser humano e planta. Por isso lhes era permitido falar espontaneamente da natureza de forma humana, contando também com leitores compreensivos.

Paulo atribui, portanto, à criação irracional uma "**ardente expectativa**". Não está contente com sua condição atual. Segundo Gn 1.31 ela foi, certa vez, como tudo, "boa". Para *quem* foi ela boa? Seguramente para o ser humano, mas também para Deus. Ela não somente existe por meio de Deus, mas também para ele (Rm 11.36). Foi-lhe infundida uma disposição interior para glorificação dele. Porém, foi justamente nisso que ela sofreu interrupção. Um evento singular tirou-a da trajetória e forçou-a a girar no ponto morto (v. 20). Ela busca impetuosamente sair desse distúrbio, a fim de voltar a cumprir sua determinação original. Como isso poderá acontecer? De acordo com o v. 19, pela "**revelação dos filhos de Deus**" (cf o v. 21: por meio da "gloriosa liberdade" deles). Logo, sua história está incorporada à história da humanidade.

Os v. 20,21 elucidam essa realidade. A condição atual da natureza não é decorrente de culpa ou castigo, mas é destino: não **voluntariamente, mas por causa daquele que a sujeitou.** Se essa explicação constitui uma alusão à palavra de condenação de Gn 3.17 ("maldita é a terra por tua causa"), uma referência da qual dificilmente poderemos esquivar-nos, então foi Deus quem agiu como juiz na criação extra-humana por causa do ser humano. Não se pode afirmar um ato desses a respeito de Adão. Deus havia entregue tudo fiduciariamente ao ser humano, coroara-o como rei sobre a terra. Essa atribuição do ser humano era tão válida e essencial que o fato de ele se rebelar contra Deus tinha de trazer conseqüências à esfera de sua responsabilidade. A coroa da criação tornou-se a catástrofe da criação. Agora a natureza em torno do ser humano está turbada, reprimida, atrofiada,

exaurida. Porém, se a história da natureza está tão estritamente acoplada à história humana, não é nada mais que coerente que o ser humano tenha de estar novamente em ordem se queremos que a natureza volte a estar em ordem. É justamente esse o seu clarão de **esperança** (início do v. 21). Se o ser humano caído, rebelde, não se rebelar mais, mas tornar a brilhar na verdadeira condição de filho, também céu e terra, com tudo que há entre eles, terão um novo brilho. Portanto, a doutrina da salvação na Bíblia não está orientada segundo o indivíduo isolado. Sendo Cristo a revelação do Criador de todas as coisas, a redenção vinda dele não pode permanecer restrita ao ser humano individualmente, nem à humanidade como tal.

No v. 22 Paulo solidifica seu veredicto do v. 20. **Porque sabemos que toda a criação, a um só tempo, geme e suporta angústias** ("sofre como uma mulher que está em trabalho de parto [BLH]") **até agora.** A criatura na sua totalidade entoa sua saudosa expectativa no "gemer" que clama aos céus. Suas "dores de parto" pressupõem de uma ou outra forma uma participação no "renascimento" das antigas condições do mundo (Mt 19.28). Decididamente o "gemer" tem outro conteúdo que quatro versículos adiante, onde se lê que o Espírito "geme". No presente texto o termo adquire seu perfil pelo fato de que esse clamor brota da boca de subjugados (v. 20). Norteador para a compreensão é o "gemer" de Israel sob o Faraó. Lá estava em questão mais do que rejeitar instintivamente um peso físico extremo. Pôs-se a clamar um povo que, por princípio, não queria nem devia identificar-se com seu modo de existir (cf Rm 7.15). Enquanto pessoas convocadas para a liberdade, os escravizados ajuizavam uma demanda legal por meio do seu "gemido". Foi assim que Moisés a traduziu incansavelmente em nome de Deus: "Deixa ir o meu povo, para que me sirva!" É assim que também a terra clama a Deus. Paulo traduz sua dor, seu direito divino e sua ardente expectativa de libertação.

Por razões temáticas, Paulo traz aqui somente um recorte da doutrina bíblica sobre a criação. No entanto, a sinfonia cósmica do gemido absolutamente não é tudo o que cabe dizer sobre ela. Já em Gn 3 Deus mesclou suas condenações com provas de sua fidelidade continuada. De acordo com At 14.17 ele preenche os corações humanos com "alimento… (e) alegria" (BLH). Fora do âmbito da revelação de salvação também há uma justificada alegria de existir.

23 Nessa visão da criação caída Paulo agora também insere a existência cristã. **E não somente ela, mas também nós, que temos as primícias do Espírito, igualmente gememos em nosso íntimo.** O gemido da criatura extra-humana – envolvida inocentemente em culpa – retorna na esfera humana. A expressão dupla "também nós próprios", combinada com o acréscimo "que temos as primícias do Espírito", destaca que o recebimento do Espírito não isenta de gemer como a realidade em redor. Pelo contrário, enquanto a criatura restante apenas vai sofrendo soturna e obtusamente, as pessoas com o Espírito experimentam plenamente conscientes a radical contradição entre o futuro glorioso e a atualidade inglória. Como portadoras de esperança, elas são duplamente sensíveis ao sofrimento atual. Porém, enquanto viverem no corpo mortal, permanecerão detidas na miséria deste mundo. A própria designação "primícias (penhor) do Espírito" torna cônscio de que a experiência salutar de hoje ainda não transfere para o estado definitivo. Com isso não se motiva a idéia de recebimentos posteriores do Espírito, mas sim a noção de uma série de efeitos pneumáticos até a ressurreição com um corpo espiritual (v. 23).

O trecho traz, portanto, à nossa presença os sofrimentos naturais. Pois, como concidadãos, não apenas somos mundo caído, mas como co-criaturas somos também mundo subjugado. Por isso não sofremos apenas por culpa, mas também por destino. É óbvio que os sofrimentos naturais da vida nunca se verificam isoladamente, mas que culpa e destino aparecem mescladas. A tentativa de isolar e classificar sistematicamente cada parcela da experiência de sofrimento raramente tem êxito. Contudo, pode proporcionar maior tranqüilidade quando, em algumas intempéries, pelo menos se pondera esse aspecto.

Conscientizo-me, pois, de que muitos sofrimentos meus e do meu próximo são nada mais que destino. Não tivemos escolha quanto à época em que vivemos, aos pais que temos, à nacionalidade a que pertencemos, quanto à nossa aparência, à escola que freqüentamos, aos professores que nos formam etc. Ademais estamos sujeitos, entre o berço e o caixão, aos processos naturais de formar-se e desfazer-se, do impulso para a vida e da decomposição da vida. Com vistas a esses condicionamentos, nosso convívio não é imaginável sem experiências negativas. Nessa área é preciso ter em consideração uma série de enganos, decepções, mal-entendidos, esquecimentos, limitações, bem como desvantagens, sob os quais gememos. Já em cada diálogo de duas pessoas inserem-se

continuamente falhas. Saber algo ainda não significa dizê-lo corretamente, dizer algo ainda não significa que é entendido corretamente, compreender algo ainda não significa praticá-lo com acerto. Se tudo isso está suficientemente claro diante de nós, também ficará evidente que algo que sofremos não pode ser tratado de forma míope como questão de culpa. Poderia ser enganoso e até nocivo tentar identificar imediatamente o mal e gritar "pecado!", onerando desde logo a consciência própria ou a de outros. Dessa maneira as consciências apenas se embotam e perdem sua capacidade para o uso justificado. Ao invés de culpar e acusar a cada instante, pessoas espirituais refletirão exaustivamente e permitirão que tal experiência lhes amplie o horizonte.

24 Com boa razão seguem-se observações generalizadoras sobre o estado cristão da salvação. Com a redenção abrem-se de imediato dimensões de esperança abrangente. **Porque, na** ("em direção da") **esperança, fomos salvos.** Os primeiros cristãos chamavam praticamente atenção no seu contexto pela alegria *prévia*. No entanto, essa alegria prévia podia afogar-se na alegria pelo presente. Há um "cristianismo do sorriso" que, rodeado pelo sofrimento do mundo, encontrou uma maneira de celebrar com eficácia propagandística sua prosperidade e seu bem-estar. Essa mentalidade ocupou Paulo especialmente em 2Co. **Ora, esperança que** (já) **se vê** (realizada) **não é esperança; pois o que alguém vê, como** (ainda) **o espera?**

25 Paulo retorna ao assunto da atual pressão do sofrimento, experimentada segundo os v. 18,23 exatamente pelos que têm o Espírito. Ele testemunha esperança autêntica. **Mas, se esperamos o que não vemos, com paciência o aguardamos.** A última mensagem deste trecho contém, portanto, a palavra "paciência". Ela não tem função de um final de frase que desaparece aos poucos, mas de um alvo visado pelo todo. Não ignoramos que Paulo continua de imediato: "Também o Espírito, *semelhantemente*, nos assiste…" (v. 26, cf a opr deste trecho), de modo que ele anuncia retroativamente experiências de apoio espiritual. O Espírito que nos faz gemer (v. 23) também nos dá assistência para podermos continuar sendo pessoas esperançosas. A dureza e o volume do que suportamos poderia assumir um grau tão intenso e exercer uma pressão tamanha que o presente ameaçasse obscurecer completamente o futuro. Mas, se a esperança se descolore, perde-se a paciência com a atualidade. Uma realidade presente, por sua vez, com a qual perdemos a paciência, nós a massacramos. Negamos a ela qualquer sentido, comportando-nos dentro dela de forma correspondente. Porém, por meio do Espírito "o Deus da paciência" (Rm 15.5) está presente e soergue e capacita os lamentosos: "Que a esperança que vocês têm os mantenha alegres; agüentem com paciência os sofrimentos" (Rm 12.12 [BLH]).

e. A assistência do Espírito em vista de nossa fraqueza diante de Deus, 8.26-30

26 **Também o Espírito, semelhantemente, nos assiste em nossa fraqueza; porque não sabemos orar como convém, mas o mesmo Espírito intercede por nós sobremaneira, com gemidos inexprimíveis.**
27 **E aquele que sonda os corações sabe qual é a mente do Espírito, porque segundo a vontade de Deus é que ele intercede pelos santos.**
28 **Sabemos que todas as coisas cooperam para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o seu propósito.**
29 **Porquanto aos que de antemão conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos.**
30 **E aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou.**

Observação preliminar

Depois de tratar do gemer dos fiéis em meio às aflições do mundo, Paulo passa agora a abordar a "fraqueza" deles diante de Deus. Não está pensando em ataques especiais de fraqueza. Pois não começa dizendo: *quando* não soubermos orar como convém diante de Deus, mas constata, no âmbito de uma peça doutrinária, algo de validade geral: Não sabemos orar como convém. A primeira bem-aventurança em Mt 5.3 oferece um paralelo. Ela também não se refere a momentos especiais de pobreza espiritual, às quais se contraporiam momentos de abundância espiritual. Pelo contrário, com "espiritualmente pobres" ela caracteriza o estado dos discípulos propriamente dito, se bem que também surpreenda ao felicitá-los por isso.

26a Paulo anuncia, portanto, uma segunda forma de prestação de ajuda pelo Espírito. **Também o Espírito, semelhantemente, nos assiste em nossa fraqueza.** Essa fraqueza consiste em fracassar

num ponto central: **porque não sabemos orar como convém.** O NT na verdade atesta para os primeiros cristãos uma grande riqueza de motivos, formas e conteúdos de oração, porém é justamente na execução da oração em si que se torna manifesta cada vez uma incapacidade de orar, ou seja, a incapacidade de orar como convém. Essa indicação geral é preenchida de conteúdo no próximo versículo por "segundo a vontade de Deus". No face a face da pessoa com Deus passam a vigorar os critérios dele. Por isso não há ocasião em que o ser humano se mostre mais desqualificado que justamente na oração. Nem no pensar e no querer e nem no falar ele combina com Deus. Também a dádiva produzida pelo Espírito, de orar em línguas [glossolalia], segundo 1Co 13 faz parte do que é imperfeito, por ser um falar inadequado (1Co 13.8-11). Quem está cônscio do que diz quando pronuncia "Deus", sabe também que Deus mora numa luz à qual nós seres humanos não temos acesso (1Tm 6.16). Isaías se depara com as chamas das espadas revolventes de Gn 3.24 e exclama diante do três vezes Santo: "Ai de mim! Estou perdido!" e: "Quem dentre nós habitará com chamas eternas?" (Is 6.5; 33.14). Nesse sentido, pois, é que Paulo designa a condição básica de quem ora como fraqueza. Mesmo depois de ter feito tudo que está em suas forças para dominar sua desatenção, resistência e vaidade, ele ainda assim comparece diante do Verdadeiro de joelhos frouxos. Quem ora faz algo que o ser humano deve fazer, mas que na realidade é impossível a partir dele. O fato de pertencer ao mundo passageiro (v. 23) faz efeito precisamente na hora de orar. "A carne é fraca", afirmou Jesus a esse respeito (Mc 14.38; cf 1Co 15.43).

O Espírito, no entanto, nos assiste. Este verbo composto ocorre no NT somente ainda em Lc 10.40, onde, porém, está belamente ilustrado. Marta deseja que sua irmã a "assista" no trabalho da casa. Não é uma razão para que Maria faça todo o trabalho sozinho, mas ela tampouco deve deixar Marta servir sozinha. Semelhante é a assistência no nosso texto. O que crê não interrompe a oração, mas continua orando com toda a fraqueza, sabendo, porém, que também o Espírito ora. Forma-se uma comunhão de oração desigual, mas real.

26b,27 Na segunda metade do versículo o conceito "fraqueza" ganha contornos mais nítidos. **Mas o mesmo Espírito intercede por** nós. O fato de que este verbo raro aparece em Paulo somente aqui em Rm 8, mas logo três vezes (v. 26,27,34), tem de ser importante para a exegese. No v. 34 é Cristo quem nos assiste, quem realiza intercessão à direita do Pai, de modo que também Deus está a nosso favor. Em contraposição, aqui no v. 26 trata-se do Espírito como o "outro Consolador". Seu serviço não acontece no céu, mas declaradamente na terra "junto de, com e nos" discípulos (Jo 14.16-18), em seus "corações" (v. 27; 5.5; 8.15; Gl 4.6). Ou seja, um único processo é testemunhado com uma riqueza trinitária: Deus está a favor de nós, Cristo está a favor de nós, o Espírito está a favor de nós. Além disso o terceiro texto da intercessão no v. 34 também nos fornece clareza, pelo contexto detalhado desde o v. 31, do que Paulo tem em mente quando fala dessa **fraqueza** perante Deus: Está em jogo nada menos que nossa justificação. O pecado pessoal, a culpa e a aflição de consciência tornam-se ameaças. Incansavelmente nos assediam poderes de acusação e condenação, querendo invadir o mais íntimo círculo fortificado da fé e separar-nos ali do amor de Deus. Porém Deus é Deus, Cristo vive, o Espírito não nos deixa sozinhos.

Importa captar com exatidão a idéia de Paulo sobre o papel do Espírito. **Mas o mesmo Espírito,** acentua ele, **intercede** (empenha-se) **por nós sobremaneira, com gemidos inexprimíveis.** Não devemos pensar em nossos próprios gemidos inexprimíveis do v. 23. Paulo pensa num acontecimento do qual o que ora por certo pode ter conhecimento com base no presente ensinamento, assim como sabem da intervenção de Jesus nas alturas. Esse acontecimento, porém, eles não experimentam como atividade deles próprios. A palavra "gemer" refere-se na Bíblia a múltiplas situações. Aqui o contexto dirige a atenção para Mc 7.34. Assim como o Jesus terreno assumiu sobre si sofrimento alheio, assim age hoje o Espírito em lugar dele. Seu gemido é caracterizado como inexprimível, i. é, lábios humanos não são de forma alguma apropriados para ele (cf 2Co 12.4). É de natureza divina, e por isso também tem eficácia divina, como nenhuma oração humana teria. **E aquele que sonda os corações sabe qual é a mente do Espírito, porque segundo a vontade de Deus é que ele intercede pelos santos**. Sem dúvida Deus e Espírito harmonizam plenamente (1Co 2.10,11).

Retrospectivamente pode-se perceber que Paulo não descreve procedimentos especificamente cultuais. Eles acontecem nos "corações", também fora da congregação. Da mesma forma ele não testemunha nesse caso manifestações do Espírito a indivíduos isolados em oração, como p. ex. no êxtase de 2Co 12.4 ("[ele] ouviu") ou na glossolalia de acordo com At 2.4 ou 1Co 14.2 ("passaram a falar"). Sem dar atenção destacada à sua condição, aquele que ora persiste na oração (Rm 12.12),

mesmo quando não há "nem voz nem resposta". De modo algum ele enveredará pelo caminho dos sacerdotes de Baal em 1Rs 18.26-29, nem intensificará práticas exteriores de religiosidade (duração, volume da voz, envolvimento corporal). Adequado, no entanto, é um novo ouvir do evangelho de Deus e Cristo no Espírito, que acompanha incessantemente a nossa oração de modo eficaz e condizente com Deus. No desenrolar desse acontecimento vem ao nosso encontro um saber de fé, com extrema certeza, como diz a continuação do texto.

28 A absolvição como justo da parte de Deus, mediada por Cristo e pelo Espírito, traz consigo que: **Sabemos que todas as coisas cooperam para o bem daqueles que amam a Deus.** O pressuposto do "amar a Deus" não é algo erguido diante de nós como uma alta barreira, que primeiramente teríamos de transpor com sacrifícios. No nosso amor a Deus não realizamos nada de especial. Simplesmente somos reflexo, espelho de seu amor a nós (1Co 8.3; 1Jo 4.10). Uma vida dessas, no circuito do amor, triunfa sobre tudo. Também aquilo que hoje ainda parece seguir sua lei própria, a longo prazo resulta em bem para nós, a saber, em salvação. Deus coloca "um freio no focinho" das contrariedades, encaminhando-as soberanamente para o alvo que estabeleceu (Is 30.28). O que foi dito vale para aqueles **que são chamados segundo o seu** (de Deus) **propósito** desde antes da fundação do mundo. Por meio desse adendo Paulo chama atenção para a dianteira infinita que possui a força divina de resolução e de vontade, em relação a influências posteriores.

Deus age numa concatenação indissolúvel. Quatro frases de estrutura análoga atestam admiradas como Deus procede de modo objetivo e conseqüente, longe de qualquer capricho. A primeira concatenação refere-se a dois atos antes dos tempos. **Porquanto aos que de antemão conheceu, também os predestinou** (de antemão)**.** O termo "reconhecer" não possui aqui seu sentido corrente, mas está marcado pelo AT: Descobrir alguém, reconhecendo-o para si, ou seja, separar para uma relação de confiança pessoal, em suma, eleger. Os que se acercaram uma vez, nesse sentido, do campo de visão de Deus, também chegam ao seu campo de força: São determinados por ele, ou seja, "programados" por ele.

Neste ponto Paulo interrompe a seqüência, a fim de delinear brevemente esse programa: **para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos.** As passagens do NT que falam de uma conformação com a imagem de Cristo pertencem à esfera de Gn 1.27. Giram em torno da destinação do ser humano para ser imagem e semelhança de Deus. O primeiro Adão falhou em ser essa imagem, Cristo a cumpriu. É por isso que ele também recebe a designação de Filho: O Filho espelha o Pai (Jo 14.9). Cristo é, portanto, o novo Adão (1Co 15.47), o cabeça de uma nova família humana, primogênito entre muitos irmãos. Na Bíblia a primogenitura inclui igualdade com os nascidos depois, mas igualmente superioridade no grau e na dignidade. Por conseqüência, a igreja cristã se considera incluída nesse projeto para a humanidade.

Passemos à segunda concatenação: **E aos que** (de antemão) **predestinou, a esses também chamou** (vocacionou). A atuação de Deus ultrapassa agora o limiar da história e aparece em biografias terrenas como vocação. Ela é recebida pela pregação do evangelho e na obediência da fé. A terceira concatenação: **aos que chamou** (vocacionou)**, a esses também justificou**. Por causa de Jesus, Deus os declara santos (Rm 1.7; 8.27). De acordo com Rm 4.17 trata-se de um agir criador: "(Deus) chama à existência as coisas que não existem" (Rm 4.17). Por fim, a quarta concatenação: **aos que justificou, a esses também glorificou**. Em outras unidades textuais, Paulo também fala da glória que já atua em nós no presente (2Co 3.18). Aqui, porém, a linha de pensamento desde os v. 17,18 leva a uma glorificação ainda esperada para o fim. O fato de trazer algo vindouro na forma do pretérito perfeito explica-se pelo estilo profético. Nessa forma lingüística ele expressa o grau máximo de certeza. "Diante de Deus também a última glorificação já é 'perfeita'" (Werner de Boor).

6. Palavra final sobre Rm 1–8, 8.31-39

a. A vitoriosa revelação da justiça de Deus em Jesus Cristo, 8.31-39

31 **Que diremos, pois, à vista destas coisas? Se Deus é por nós, quem será contra nós?**
32 **Aquele que não poupou o seu próprio Filho, antes, por todos nós o entregou, porventura, não nos dará graciosamente com ele todas as coisas?**
33 **Quem intentará acusação contra os eleitos de Deus? É Deus quem os justifica.**
34 **Quem os condenará? É Cristo Jesus quem morreu ou, antes, quem ressuscitou, o qual está à direita de Deus e também intercede por nós.**

35 **Quem nos separará do amor de Cristo? Será tribulação, ou angústia, ou perseguição, ou fome, ou nudez, ou perigo, ou espada?**
36 **Como está escrito (Sl 44.22): Por amor de ti, somos entregues à morte o dia todo, fomos considerados como ovelhas para o matadouro.**
37 **Em todas estas coisas, porém, somos mais que vencedores, por meio daquele que nos amou.**
38 **Porque eu estou bem certo de que nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os principados, nem as coisas do presente, nem do porvir, nem os poderes,**
39 **nem a altura, nem a profundidade, nem qualquer outra criatura poderá separar-nos do amor de Deus, que está em Cristo Jesus, nosso Senhor.**

Observação preliminar

Com uma força de expressão já enaltecida pelo Pai da Igreja Agostinho, e com uma vivacidade que se exterioriza em sete perguntas e sempre novas exclamações, os primeiros oito capítulos da carta aos Romanos culminam agora nesta confissão triunfante. O fundo imaginativo é inequívoco: Trata-se de vitória na sala do tribunal! Dessa maneira Paulo está plenamente situado no tema da carta, de Rm 1.16,17: A revelação salvadora da justiça de Deus, apresentada nos moldes de um processo entre Deus e ser humano. Nesse processo legal manifestam-se diversos acusadores. De acordo com os v. 31-34, a própria culpa atormenta. De acordo com o v. 35-37, seriam os sofrimentos em perseguições que lançam dúvidas sobre o amor de Deus por nós. De acordo com os v. 38,39 há potências intelectuais e demoníacas que trazem perigo à nossa fé. Contudo, como Isaías, tampouco Paulo é prisioneiro de suas metáforas. Ele não se fixa no tópico da absolvição daquele que estava jurado de morte, mas amplia a perspectiva para além, para a sua possibilidade de vida e de sobrevivência face a todas as adversidades no passado, presente e futuro (cf o que já expusemos sobre Rm 1.17, no final). A esse ponto Paulo já havia chegado em Rm 5. Lá ele começou a entoar o "glória" da igreja. Depois, porém, pressentiu objeções importantes a partir da realidade prática, de maneira que teve de intercalar três excursos em Rm 6.1–8.30 (temas especiais). Finalmente, após satisfazer a necessidade de explicações, abre-se definitivamente o estrondoso hino de vitória. Como em Rm 5.5, voltam a ressoar nos v. 37-39 frase culminantes do amor de Deus.

31 Paulo anuncia conclusões finais. **Que diremos, pois, à vista destas coisas?** "Nós" são os que se encontram na obediência da fé (Rm 1.5). Paulo torna-se a boca deles, lançando pergunta após pergunta, embora sua única intenção seja provocar certezas jubilosas. A primeira pergunta: **Se** (em decorrência disso) **Deus é por nós, quem** (então) **será contra nós?** O "se" enfoca a condição, da qual depende tudo, a saber, se no processo legal Deus se coloca do nosso lado ou não. Contudo, não é mais preciso aguardar temerosa ou também tensamente que essa condição se realize. Ela não tolera nenhuma pergunta: Ela foi cumprida. Porém deveríamos perceber que isso não tem nada de óbvio. Tenhamos presente que Paulo, antes de se alçar a apóstolo da certeza da salvação, apresentou-se nos primeiros capítulos da carta, de forma avassaladora, como apóstolo da certeza da desgraça: Judeus e gentios estão "indesculpáveis" sob acusação. "Toda boca se calou, e o mundo inteiro é culpado perante Deus". No entanto, para os que crêem, essa situação foi invertida totalmente: Embora indesculpável, impossível de ser acusado! "Quem (poderá, então ser) contra nós?" Acusação e condenação teriam motivos de sobra e, sob esse aspecto, não são um contra-senso, porém não têm poder, pois Deus é Deus de uma maneira jamais esperada, como mostrará o v. 32.

32 O tom inicial, do v. 31, soou como um fundamento, válido para agora e para a eternidade. Cabe gravar isso na memória, também quando agora se usará repetidas vezes apenas o tempo futuro. Ele permite tanto a aplicação ao juízo final vindouro quanto também à experiência atual dos que crêem.

A segunda pergunta assevera o fato ilimitado de que Deus é por nós. Ele **não poupou o seu próprio Filho, antes, por todos nós o entregou…** O termo "entregar" possui aqui o mesmo conteúdo que em Rm 1.24,26,28: Entrega para a execução penal. Por isso: "A frase de que Deus solta o seu Filho faz parte das afirmações mais impressionantes do NT… Sucedeu aqui o que Abraão não precisou executar com Isaque (Gn 22.16): Cristo foi intencionalmente deixado pelo Pai nas mãos do poder da morte. Deus o expulsou entre as potências da destruição…". Isso aconteceu por nós (cf o exposto sobre Rm 3.25; 4.25; 5.8), e precisamente por nós todos, por judeus e gentios. O único que realmente leva o pecado a sério, Deus, causa a transferência da culpa dos culpados ao inocente. Os seres humanos criados por ele lhe são mais caros que aquele a quem tinha de mais caro. Aqui revelam-se as "profundezas de Deus", como segundo 1Co 2.10 o Espírito Santo as ilumina e segundo Rm 5.5 as desvenda para o coração humano.

Ao feito maior segue-se, por força de lógica, tudo o que é menor. À dadiva inexprimível acrescentam-se dádivas adicionais. **Porventura, não nos dará graciosamente com ele todas as coisas?** É como se uma avalanche começasse a despencar. Sobre nossa vida derramam-se dádivas incontidas. "Dar ('presentear') todas as coisas" significa primeiramente: dar tudo o que se tem! A consciência volta a estar limpa como uma manhã de primavera. Mas, no uso bíblico, "dar" ("presentear") vai além disso. Deus não varre para fora as obras mortas sem retornar, como segundo ato, com suas atuais dádivas positivas de salvação. Como terceiro aspecto, o contexto desde Rm 8.17 também sugere a idéia de algo futuro, a saber, da "herança". Ela consiste da "redenção de nosso corpo" como "gloriosa liberdade dos filhos de Deus" (v. 18,21,23,30). Pessoas livres usufruem de direitos senhoriais. Assim os que crêem tornam-se, com Cristo, senhores sobre o universo e sobre os poderes. Herdam o senhorio de Deus. Somente assim está esgotada a palavrinha "todas". Foi restabelecida a dignidade original do ser humano conforme Gn 1.26 (os que têm "domínio sobre").

33,34 Na seqüência surge um raciocínio semelhante ao dos v. 31,32. **Quem intentará** (levantará) **acusação contra os eleitos de Deus? É Deus quem os justifica. Quem** (é que) **os condenará? É Cristo Jesus quem** (por eles) **morreu.** Em seguida, porém, Paulo aguça a questão de modo diferente: Cristo é, **antes, quem ressuscitou, o qual está à direita de Deus e também intercede por nós.** Nos v. 32,34a Cristo é aquele no qual acontece a ação, enquanto no v. 34b ele é o que age. Paulo introduz a afirmação sobre Cristo com um "antes", desenvolvendo a partir daí um duplo "não só, mas também": Ele não só morreu, mas, primeiro, também foi ressuscitado e, segundo, também atua como Exaltado. Assim o valor de sua morte de maneira alguma foi depreciado. O "antes" consiste em que a morte se mostra eficaz de forma prolongada para dentro da atualidade. Não seria bíblico um Cristo que apenas existiu e morreu no passado, que retornará numa certa ocasião mais tarde e que no ínterim está de folga. Era assunto central da fé do cristianismo primitivo o papel atual de Jesus à direita de Deus, no lugar do co-regente. A expressão é oriunda do Sl 110.1, um versículo básico para o NT, citado por ele com mais freqüência que qualquer outra palavra da Escritura. De acordo com esse salmo, o Senhor está atuando na nossa época em duas direções. Por um lado, no âmbito dos acontecimentos mundiais, ele está depositando sob seus pés um inimigo após o outro (1Co 15.25). Por outro lado, ele se interpõe como sacerdote em prol da sua igreja. De segundo em segundo ela existe graças a essa atuação de Cristo. Em nenhuma situação ela está sozinha diante de Deus, sozinha no sentido daquilo que ela é em si própria, mas sempre como aquela que ela é em Cristo.

35,36 Agora Paulo define esse morrer por nós e viver para nós como o amor do Cristo, formulando por um instante a pergunta estonteante: **Quem nos separará do amor de Cristo?** Perder a união com ele significaria verdadeiramente ser perdedor. De fato esse vínculo é abalado, p. ex., pela experiência apostólica de sofrimento. Apesar de sua dedicação em favor de seus concidadãos, as testemunhas cristãs experimentam a exclusão da sociedade civil, às vezes "mais infelizes de todos os homens" (1Co 15.19). Acaso seriam **tribulação, ou angústia**, **ou perseguição, ou fome, ou nudez**, **ou perigo, ou espada?** Será mesmo que essas experiências combinam com a convicção dos cristãos de serem "eleitos de Deus" (v. 33), prediletos declarados da história da salvação? Acaso não havia, de fato, culpa pessoal no meio e, por isso, a separação de Deus e de todos os bons poderes? Será que os perseguidores e zombadores e os que vivem em redor, tão seguros de si, estão sempre errados? Contudo, quando está abalado, o apóstolo encontra firmeza na Escritura: Por mais indefeso que esteja, exposto a todas as possíveis interpretações errôneas, a forma de sua vida explica-se de maneira bem diferente, a partir de uma instância superior. **Como está escrito** (Sl 44.22)**: Por amor de ti**, exatamente por causa da mais profunda união com o Senhor crucificado (v. 17), precisamente *porque* "o amor de Cristo nos domina" (2Co 5.14 [VFL]), **somos entregues à morte o dia todo, fomos considerados como ovelhas para o matadouro**. Nem mesmo para produção de lã nos consideram úteis.

37 No ponto mais baixo ecoa um irresistível cântico de vitória. Já em Rm 5.3-5 aflições suportadas pessoalmente foram arrastadas para dentro de um processo de esperança. **Em todas estas coisas, porém, somos mais que vencedores** (vencemos arrasadoramente)**, por meio daquele que nos amou.** Paulo antepõe [no grego] ao verbo "vencer" o prefixo "super": não apenas vencer, mas ser "supervitorioso", vencer estrondosamente.

38,39 Finalmente, também poderes intelectuais tentam isolar-nos do âmbito da bênção e do poder do amor de Deus. Em sua grandiosa exposição da culpa humana em Rm 1.18–3.20, Paulo ainda

mantivera completamente de lado esses poderes. Nada devia encobrir a responsabilidade própria do ser humano por seu agir. No entanto, logo depois que introduziu o evangelho, a partir de Rm 3.21, tinha de falar também de potências supra-individuais, como se evidencia especialmente a partir de Rm 5. Pois o evangelho, que segundo Rm 1.16 representa ele próprio um poder dinâmico (*dynamis*), não penetra num vácuo de poder, mas em sistemas inteiros que se encontram em rebelião contra Deus. Essa realidade o apóstolo encara agora, numa síntese e conclusão, a fim de erigir também nessa área a confissão da supremacia do amor de Deus. Para tanto, recorre ao peso da experiência espiritual: **Eu** fui convencido e agora **estou bem certo** (convencido).

Há paralelos da enumeração seguinte em muitas cartas, mas essa os supera em extensão e consistência. Entre as dez expressões estão contrapostos quatro vezes dois pontos angulares que, evidentemente, cada vez abrangem a plenitude daquilo que fica entre eles. **Morte** e **vida** engloba, de modo análogo a Rm 14.7 e Fp 1.20, toda a nossa existência de criaturas. Na "morte" devem ser incluídas todas as suas formas preparatórias (Ap 21.4), de maneira que surge diante dos olhos a influência de múltiplos poderes causadores de sofrimento (enfermidade, fadigas, infortúnio, pobreza, opressão, discórdia e guerra). Da mesma forma cumpre abrir o leque de "vida", a saber, segundo suas forças que rompem, impulsionam, entusiasmam, mas que também podem tornar-se sempre a desgraça do ser humano. A dupla "**anjos** – **principados**" permite que se observe a hierarquia multissegmentada de espíritos que servem e comandam. "**Coisas do presente** – **nem do porvir**" chama à consciência a terrível grandeza do "tempo". Não se deve louvar o dia antes da noite. O tempo corre, nós corremos irremediavelmente com ele, queiramos ou não. Que mais haveremos de enfrentar! "**Altura** – **profundidade**" torna real a extensão do espaço. Já naquele tempo se atribuíam essas definições de lugar a esferas de poder ameaçador, para ressaltar sua realidade elevada e abissal. Paulo fala em 2Co 10.5 dos presunçosos e "toda altivez ('altos edifícios mentais') que se levante contra o conhecimento de Deus". Nós, pessoas modernas, também falamos dos altos e baixos na alma e sabemos quanto somos dependentes deles. Já no v. 38 foi entremeado o coletivo "**poderes**". O final: **nem qualquer outra criatura** classifica retrospectivamente todas as grandezas citadas (cf Cl 1.16). Segundo Gn 1,2 Deus criou não somente objetos concretos, mas também forças que movem, classificam e governam as coisas. Mas também elas foram arrastadas com a queda do ser humano, o que agora reverte negativamente sobre ele. Em vez de servirem ao ser humano, elas são capazes de ameaçá-lo. O cosmos não funciona mais ao natural. Esses poderes também se digladiam mutuamente. Como forças caóticas, já teriam há muito transformado o cosmos em caos, se não existisse Deus que as detém (2Ts 2.6). Separadas de Deus, elas não podem nada além de separar de Deus e levar à perdição. Por isso a obra de Cristo também as alcança. Deus fez de Cristo o Senhor delas, para derrotá-las (Ef 1.10,20-22; 1Co 15.25). Nessa questão, o tema "Cristo e os poderes" não deve ser reduzido para Cristo e os poderes políticos, nem se deve, num curto-circuito, fazer da igreja um instrumento político.

Nesse ponto Paulo não entra nos detalhes. Ele foi cativado pelo "grande amor (de Deus) com que (Deus) nos amou" (Ef 2.4). Note-se bem que esse amor é uma ação, não uma qualidade imóvel. Numa data determinada, Deus interveio ativamente no mundo perturbado. O sacrifício de Cristo conferiu ao conjunto da criação a inclinação decisiva e irresistível para a salvação. De sua ressurreição, Paulo colhe a certeza que ele já delineou nos v. 28-30. Nada pode anular esse feito de Deus e essa prática do amor, nem romper nossa comunhão com Deus nele fundamentado. Um cosmos inteiro de forças de oposição não poderá separar-nos do amor de Deus, que está em Cristo Jesus, nosso Senhor. Pelo contrário: nossa fé é a vitória que venceu o mundo ("o cosmos") (1Jo 5.4).

UNIDADE 4

Acaso a incredulidade de Israel virá desfazer a fidelidade de Deus? 9.1–11.36

Observação preliminar

No capítulo anterior já se falou que, além da vitória, a fé também geme no sofrimento (Rm 8.23,26). Agora acrescenta-se que é preciso suportar dolorosamente as "decisões insondáveis e os caminhos inescrutáveis" de Deus (Rm 11.33), sendo o foco dirigido para Israel. Nessa nova temática, Paulo está prosseguindo integralmente de acordo com seu plano. De acordo com Rm 1.16,17, sua intenção era, por um lado, expor a "salvação para todos", considerando que "todos", conforme o v. 16, abrange expressamente judeus e gentios. Esse testemunho da salvação universal ocupou os primeiros oito capítulos. "Não há distinção" em Cristo! É o que ouvimos em Rm 3.22-24. Por outro lado, o apóstolo já pressupôs ali a existência de uma ordem histórica:

"*primeiro* os judeus". Simplesmente igualar esse povo com as demais nações não estaria de acordo com a fé, embora Paulo sempre tenha sido interpretado dessa maneira equivocada.

Em Rm 3.1-8 o apóstolo já se viu forçado a abordar uma dúvida na questão de Israel. Acaso o "não" dos judeus à pregação pós-pascal de Jesus como o Senhor anulou a eleição desse povo e aboliu as suas prerrogativas? Paulo reagiu naquela ocasião por meio de um duplo "De maneira nenhuma!". "A incredulidade deles virá desfazer a fidelidade de Deus?" (v. 3; é desse texto que extraímos o título para Rm 9–11). Porém naquele contexto uma abordagem mais profunda seria inviável. O desdobramento da salvação universal tinha preferência. Contudo, Paulo planejou um bloco próprio para a questão de Israel.

1. Trabalho preparatório: Os eleitos de Deus, 9.1-29

Observação preliminar

No início de seu grande bloco sobre Israel Paulo nos surpreende ao introduzir antes de mais nada um primeiro discurso maior, que ainda não menciona a culpa de Israel com palavra alguma. Em contraposição, ele começa um trabalho prévio sobre eleição de acordo com a Escritura, evidentemente por discordar da forma de fé na eleição existente em partes do judaísmo, uma fé que é para ele insustentável em termos exegéticos.

Excurso 1: *O amor geral de Deus e o seu amor eletivo*

Deus ama tudo o que criou, tem misericórdia de todas as suas obras (Sl 145.9). Entretanto, quando seu amor geral é bloqueado, ele recorre ao amor eletivo, que se concentra numa determinada pessoa ou comunidade. É semelhante a um barco fluvial que encalha, e não há como fazê-lo navegar novamente, nem puxando nem empurrando. É preciso então dragar um novo canal para a navegação. É flagrante que esse tipo de estreitamento começa na Bíblia com Gn 12: Deus convocou Abraão, sem Terá, seu pai, sem o irmão Naor, sem o sobrinho Ló. Na próxima geração escolheu Isaque, mas não seu meio-irmão Ismael. Dentre os dois netos tomou Jacó, não o irmão gêmeo Esaú. Mais tarde escolheu Moisés, mas não Faraó, firmou uma aliança com o povo de Israel, mas não com o povo egípcio. Se retirássemos essa linha da eleição, que perpassa toda a Bíblia, restaria dela somente um livreto. No entanto, esses adensamentos não refutam o amor geral de Deus? De modo algum a eleição restringe de antemão a salvação só ao eleito, porém convoca-o para servir em favor da salvação do mundo. Por sua eleição, Abraão foi de súbito transportado para um triângulo que ele jamais teria ousado sonhar: "Deus" – "Abraão" – "todas as famílias da terra". Ao elegê-lo, portanto, Deus em absoluto voltou as costas às demais nações. Pelo contrário, voltou-se para elas com novos meios. A bênção não pertencia, essencialmente, ao patriarca e a seus descendentes, mas devia expandir-se deles para a terra coberta de maldição. Os evangelhos aguçam essa verdade, descrevendo a rota de uma estonteante concentração. No final, Deus apostou sua causa nesse mundo em um único eleito: o obediente Jesus morto. Contudo, que ampliação inesperada foi revelada! Ao ressuscitá-lo, Deus pôs em movimento um processo, bem no centro do qual ainda nos encontramos. Por intermédio desse Único, Deus tem o objetivo de converter para si a humanidade toda.

Excurso 2: *Quanto às citações do AT em Paulo*

Rm 9–11 destaca-se por causa de 38 referências ao AT. Para simplificar, fala-se das "citações" escriturísticas de Paulo. De fato ele sabe citar com grande exatidão, mas também incorpora livremente peças do AT no seu contexto. Uma comparação exata não raro traria à superfície nada mais que meros fragmentos de frases, extraídos do AT, algumas vezes do texto hebraico (TM) e geralmente do texto grego (LXX), além de inclusões, transposições, mesclas e derivações. Esse modo de lidar com o AT era bem corrente no judaísmo. Hoje conhecemos a "citação" no sentido estrito, no qual a menor diferença é contada como violação. É lógico que isso pressupõe recursos técnicos modernos. No entanto, aplicar primeiramente a Paulo um critério de "citação" estranho às condições daquele tempo e, em seguida, fazer troça de que ele cita de forma grotesca é que seria propriamente grotesco.

a. Preâmbulo: Israel amado!, 9.1-5

1 **Digo a verdade em Cristo, não minto, testemunhando comigo, no Espírito Santo, a minha própria consciência:**
2 **tenho grande tristeza e incessante dor no coração;**

3 **porque eu mesmo desejaria ser anátema, separado de Cristo, por amor de meus irmãos, meus compatriotas, segundo a carne.**
4 **São israelitas. Pertence-lhes a adoção e também a glória, as alianças, a legislação, o culto e as promessas;**
5 **deles são os patriarcas, e também deles descende o Cristo, segundo a carne, o qual é sobre todos, Deus bendito para todo o sempre. Amém!**

Observação preliminar

Esse prólogo é sumamente notável. Contém lamento sem acusação. Não é verbalizada a atitude de Israel, mas unicamente o fato de ser amado, quer pelo apóstolo que ininterruptamente continua fiel a Israel, quer pelo Deus que presenteia esse povo. Aqui Paulo comprova que não há nele nenhum vestígio de hostilidade a judeus, nem mesmo quando, a seguir, tem de levantar acusações implacáveis. A dureza delas origina-se antes da mais íntima preocupação, como nos profetas do AT.

1,2 De início Paulo faz uma declaração, para a qual não economiza reforço nenhum. **Digo a verdade em Cristo, não minto, testemunhando** (afirmativamente) **comigo, no Espírito Santo, a minha própria consciência: tenho grande tristeza e incessante dor no coração.** Quatro duplicações produzem uma ênfase máxima: Paulo – Cristo; dizer a verdade – não mentir; consciência – Espírito Santo; tristeza – dor. Assim fala uma pessoa que precisa combater uma distorção que se faz acerca do seu mais íntimo desejo e da sua personalidade.

3 Paulo não é nenhum inimigo de Israel! **Porque eu mesmo desejaria** (gostaria de pedir) **ser anátema, separado de Cristo, por amor de meus irmãos.** Para ele, segundo Rm 10.1, a intercessão pela salvação de seu povo constitui intenção permanente do seu coração. Foi tomado da mentalidade do seu Senhor, que chorou sobre Jerusalém (Lc 19.41-44), orou pelos seus inimigos (Lc 23.34) e rendeu sua vida em favor deles (Mc 10.45). Assim como Moisés se empenhou por um povo infiel à aliança (Êx 32.32), assim Paulo está disposto a tornar-se ele próprio anátema. Com isso, ele entrega a sua condição a Deus, ou seja, de acordo com o contexto da afirmação, para o juízo. Em contrapartida à salvação de Israel ele oferece a perda posterior de sua própria posição na graça de Cristo, "por meus irmãos, separado de Cristo". O significado de da palavra irmãos aqui é ampliado por: **meus compatriotas, segundo a carne**. Portanto, ele não alega fraternidade espiritual, mas sua participação natural como membro desse povo. Contudo, sente também os limites de suas possibilidades humanas (Sl 49.7).

4 Agora, porém, Paulo passa da designação "judeus" para o título "Israel": (Pois, afinal,) **são israelitas.** Desse modo, ele leva àquilo que na verdade caracteriza esse povo. Ao contrário de Rm 3.2, ele fixa a característica desse povo por meio de uma diversidade de características. Em primeiro lugar, Israel possui coletivamente – não em seus membros isolados – a **adoção** (filiação). Desde o tempo do Egito Deus se apresenta como seu proprietário, comprometido a ser seu socorro na aflição, mas também no direito de esperar o serviço desse povo (Êx 4.22,23; Os 11.1). Com **glória** descreve-se a síntese das manifestações de Deus, que Israel usufruiu no decurso da história (p. ex., Êx 29.43-46). Em momentos cruciais sempre houve novas **alianças** (com Abraão, Moisés, Josué, Davi e outros), nas quais Deus se comprometeu com Israel. A **legislação** fazia parte da proteção de uma aliança. Ela não deixa de ser dádiva graciosa, mesmo que seja usada contrariamente à sua intenção (Rm 9.31; 10.2) e que desse modo se transforme em intensificação da culpa (Rm 3.20; 4.15; 5.20; 7.12,13). Os créditos de Israel incluíam ainda o **culto**, com os tópicos: Templo, sacerdotes, sacrifícios, adoração. Entretanto, o que fez com que esse povo continuasse sendo uma nação de esperança de modo singular (Ef 2.12!) e também na noite mais escura, são as **promessas** de salvação que obteve. Até aqui, as dádivas que Israel não pode perder (Rm 11.29).

5 Agora Paulo muda para uma forma de expressão pessoal. Ele traça o arco histórico desde os **patriarcas** (Rm 11.28) dos tempos originários até **o Cristo, segundo a carne** dos tempos finais. A última característica não é uma entre oito, mas o alvo de todas as realizações de Deus com seu povo (Jo 4.22). É em direção a Cristo que ele foi eleito, abençoado, incumbido, educado e preservado. Para definir Cristo inequivocamente como o auge, Paulo acrescenta: **o qual é sobre todos, Deus bendito para todo o sempre. Amém!** Com esse louvor Paulo introduz a confissão cristã plena no argumento. Entrementes, o esperado "Cristo, segundo a carne" está presente como Senhor e Deus (Rm 10.9), "segundo o Espírito" (RC) e "com poder… pela ressurreição dos mortos" (Rm 1.3,4).

b. Eleição continua sendo pura graça de quem elege, 9.6-13

6 **E não pensemos que a palavra de Deus haja falhado, porque nem todos os de Israel são, de fato, israelitas;**
7 **nem por serem descendentes de Abraão são todos seus filhos; mas: Em Isaque será chamada a tua descendência (Gn 21.12).**
8 **Isto é, estes filhos de Deus não são propriamente os da carne, mas devem ser considerados como descendência os filhos da promessa.**
9 **Porque a palavra da promessa é esta: Por esse tempo, virei, e Sara terá um filho (Gn 18.10,14).**
10 **E não ela somente, mas também Rebeca, ao conceber de um só, Isaque, nosso pai.**
11 **E ainda não eram os gêmeos nascidos, nem tinham praticado o bem ou o mal (para que o propósito de Deus, quanto à eleição, prevalecesse, não por obras [humanas], mas por aquele que chama),**
12 **já fora dito a ela: O mais velho será servo do mais moço (Gn 25.32).**
13 **Como está escrito: Amei Jacó, porém me aborreci de Esaú (Ml 1.2,3).**

Observação preliminar

Após sua confissão sobre Israel e seu papel na história da salvação, Paulo insere um trecho sobre a maneira com que acontece a eleição divina (cf a opr a Rm 9.1-29) e com isso sobre a pergunta: Quem é Israel? Deus havia prometido a Abraão que faria dele um povo na terra. Um povo é uma comunidade em que é importante, além da língua, dos costumes e da cultura, também a descendência. Contudo, no caso do povo de Israel, em momento algum de sua existência é possível esquecer o fator "Deus". É nesse ponto que reside o interesse de Paulo.

6 Primeiro ele passa para o momento anterior ao grande número de prerrogativas de Israel e enfoca, como seu fundamento último de existência, "a palavra (eletiva) de Deus" (de modo análogo em Rm 3.2). Para ele não se admitem dúvidas: **E não pensemos que a palavra de Deus haja falhado.** Não escapou à sua lembrança, nem por esquecimento nem por desatenção. Em vista do que Deus certa vez intentou, ela não foi alienada entrementes pelo fato de que Deus a tivesse entregue à administração e ao aproveitamento humanos. Pois com essa palavra ele não somente asseverou *alguma coisa* naquele tempo, mas primordial e definitivamente a si próprio, e precisamente como o Deus misericordioso. Sob esse aspecto, o relacionamento com Deus continua sendo uma grandeza viva. Jamais Deus permitirá que seja excluído dessa relação. É isso que perfaz a incomparável reserva de valor dessa promessa da eleição. Ela é e continua sendo "eleição *da graça*" (Rm 11.5). Por assim dizer, desde o começo era esse o "regimento interno" da relação entre o que convoca e os convocados, no qual mais nada é alterado posteriormente.

É nessa perspectiva que se situa a frase causal seguinte. A eleição não se tornou direito consuetudinário de poucos: **porque nem todos os** (que são apenas exterior e fisicamente) **de Israel são, de fato, israelitas** (eleitos). O Israel a que se refere a Escritura não coincide com uma aliança de sangue. Nascimento judaico não por natureza uma ligação com Deus. Nenhum poder salvífico lhe é inerente. Neste povo, procriação não significa desde já acontecimento de salvação. Deus não se deixa enquadrar como um deus nacional. Ser Israel verdadeiro continua sendo uma dádiva. Quem não fizer a devida distinção e continuar operando com um conceito rígido de Israel ainda não captou os verdadeiros acontecimentos ocorridos em e em torno de Israel. O próprio Deus sublime sempre faz parte da definição do que é Israel. Cumpre observá-lo também na explicação do "todo o Israel" em Rm 11.26.

7-9 Logo no começo, na transição para a segunda geração, de Abraão para Isaque, Deus colocou um ponto de exclamação em relação a essa eleição. Inícios são típicos para a continuação. É por isso que as histórias dos patriarcas também foram "escritas para nós" (VFL) (Rm 4.23,24; 15.4). **Nem por serem descendentes de Abraão são todos seus filhos; mas: Em Isaque será chamada** (por Deus) **a tua descendência** (Gn 21.12). Por qual caminho um dos filhos de Abraão foi convocado para ser portador da bênção, de maneira que "em Isaque" o mundo foi abençoado (Gn 26.4)? Leitores da Bíblia sabem que para isso Deus interferiu de maneira criadora nessa família. Em contrapartida, o seu meio-irmão Ismael, igualmente filho legítimo de Abraão e igualmente circuncidado (Gn 17.25), foi desmembrado do povo de Deus. Com base em eleição oculta, Deus tratou os irmãos de forma

diferente. Afinal, não permite que seja comprometido a adotar toda a descendência biológica de sua gente. Ele não se torna o deus de um clã, mas preserva-se para realizar livre escolha por pura graça. **Isto é, estes filhos de Deus não são propriamente os da carne, mas devem ser considerados como descendência os filhos da promessa. Porque a palavra da promessa é esta: Por esse tempo, virei, e Sara terá um filho.** (Gn 18.10,14).

10-13 Para o objetivo de Paulo também servia de modo especial o exemplo da terceira geração. **E não ela somente** (sucedeu assim)**, mas também** (com) **Rebeca, ao conceber** (os dois filhos) **de um só, Isaque, nosso pai.** Nesse caso, havia muito menos razões palpáveis para um tratamento diferenciado: a mesma mãe, o mesmo pai, e até o mesmo ato de fecundação! De acordo com o direito vigente, a bênção de primogênito e, com ela, o direito de proprietário, cabia a Esaú, como o mais velhos dos gêmeos. Contudo, o grau de ocultação da escolha divina é intensificado mais ainda (por ora deixamos de lado a inclusão dos v. 11b,12a): **E ainda não eram os gêmeos nascidos, nem tinham praticado o bem ou o mal… já fora dito a ela: O mais velho será servo do mais moço** (Gn 25.32). Deus decidiu independentemente do agir, da capacidade, do mérito, do saber e da expectativa humanas. Ele escolheu, sem que houvesse qualquer influência externa sobre a eleição. O v. 13 resume: **Como está escrito** (Ml 1.2,3)**: Amei Jacó, porém me aborreci** (odiei a) **de Esaú.** Os dois opostos "amar" e "odiar", tanto aqui como também em passagens análogas, não descreve estados sentimentais, mas a resolução da vontade no âmbito de um processo de seleção. Dentre dois candidatos foi encontrado um para determinada tarefa. Para isso, é dada a preferência de um sobre o outro, o preterido é deixado em segundo plano. O conceito "odiar", por decorrência, não significa nada mais que "não escolher", enquanto "amar" se aproxima muito de "escolher". Esse uso lingüístico já foi prefigurado no AT.

Deus escolheu sem um motivo compreensível, porém com uma finalidade perceptível. Ela é definida por uma frase iniciada com a expressão "para que", inserida significativamente por Paulo: **para que o propósito de Deus, quanto à eleição, prevalecesse, não por** (conforme) **obras** (humanas)**, mas por aquele que chama.** A palavrinha "por (conforme)" introduz o critério decisivo. O que é chamado não pode ser determinante, resultando de forma alguma no final em auto-salvamento, auto-afirmação e honra própria, pois a verdadeira salvação do mundo está em jogo. É por isso que o processo precisa acontecer incondicionalmente de acordo com o estabelecido por Deus. Desse modo, unicamente eleição por graça pode ser cogitada, em todos os estágios do início ao fim. Essa contraposição radical de obra humana e graça de Deus e a luta para descartar a honra própria em favor da glorificação exclusiva de Deus ainda soam claramente nos nossos ouvidos desde a primeira metade da carta. O fato de que as mesmas características retornam agora, de que a continuação trará sempre de novo a confirmação, significa que em Rm 9–11 Paulo tem o objetivo de solucionar a problemática de Israel integralmente com a mensagem de Rm 1–8: somente Cristo, somente pela fé, somente por graça. Também para a questão de Israel vale: não há outro evangelho (2Co 11.4).

c. Elegendo ou não, Deus é cheio de compaixão, 9.14-23

14 **Que diremos, pois? Há injustiça da parte de Deus? De modo nenhum!**
15 **Pois ele diz a Moisés (Gn 33.19): Terei misericórdia de quem me aprouver ter misericórdia e compadecer-me-ei de quem me aprouver ter compaixão.**
16 **Assim, pois, não depende de quem quer ou de quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia.**
17 **Porque a Escritura diz a Faraó (Êx 9.16): Para isto mesmo te levantei, para mostrar em ti o meu poder e para que o meu nome seja anunciado por toda a terra.**
18 **Logo, tem ele misericórdia de quem quer e também endurece a quem lhe apraz.**
19 **Tu, porém, me dirás: De que se queixa ele ainda? Pois quem jamais resistiu à sua vontade?**
20 **Quem és tu, ó homem, para discutires com Deus?! Porventura, pode o objeto perguntar a quem o fez: Por que me fizeste assim?**
21 **Ou não tem o oleiro direito sobre a massa, para do mesmo barro fazer um vaso para honra e outro, para desonra?**
22 **Que diremos, pois, se (por um lado) Deus, querendo mostrar a sua ira e dar a conhecer o seu poder, suportou com muita longanimidade os vasos de ira, preparados para a perdição,**

23 **a fim de que também (por outro lado) desse a conhecer as riquezas da sua glória em vasos de misericórdia, que para glória preparou de antemão (quanto mais, então, tua teimosia terá de reverter-se para glorificação?).**

Observação preliminar

Tornou-se usual falar impetuosamente, na interpretação desse texto, da "liberdade" de Deus. Isso já poderia proporcionar um enfoque distorcido. Paulo não afirma: Deus é livre! Antes ele diz: Deus é Deus, e a criatura tem de se conformar com o poder dele. Contudo, o trecho ultrapassa esse aspecto, ao dizer: Deus é o Deus misericordioso, quer ele eleja, quer não eleja. Em todo caso, Paulo não reflete sobre Deus "em si e para si", dissociado, fora do mundo, acima do tempo, de modo bem genérico. Não é válido fazer afirmações de validade geral sobre Deus, pois temos somente um Deus determinado, que há muito se decidiu, num momento histórico determinado, a favor de um povo determinado, Israel. De certo modo, Deus se envolveu numa dependência e, em sentido restrito, não é mais livre e desimpedido. Israel também o acompanhou até um certo ponto, mas depois teve problemas com a forma e o modo como, no caso específico, Deus elege e não elege (cf Rm 9.6-13). Israel foi semelhante a uma mulher que convive com o marido apenas nas aparências, mas que na prática está possuída de uma idéia fixa de marido, a qual traz consigo muito sofrimento no convívio com o homem real. Israel vivia com sua idéia fixa de Deus e se encontrava em conflito com o Deus verdadeiro. É esse conflito que Paulo passa a abordar.

14 Em seu estilo conhecido (Rm 6.1; 7.7), o apóstolo abre espaço para um novo argumento: **Que diremos, pois?** A objeção seguinte faz lembrar tão intensamente Rm 3.5-8 que também se poderia supor aqui os "difamadores" de lá: **Há** (porventura) **injustiça da parte de Deus?** Essa acusação é iluminada de maneira excelente pela parábola de Jesus acerca do patrão "injusto" em Mt 20.1-16. Pressupõe-se a revolta judaica daquele tempo com a prática de Jesus, de acordo com a qual últimos se tornavam primeiros (v. 16). Jesus justifica seu procedimento perguntando de volta em forma da parábola (Mt 20.15): "Não me é lícito fazer o que quero do que é meu? Ou são maus os teus olhos porque eu sou bom?" Essa é a "injustiça" da graça e ao mesmo tempo a "justiça excedente" de Mt 5.20, que Jesus se permite realizar regiamente como enviado de Deus. Se Deus, no entanto, se articulasse seriamente com injustiça, isto é, com algo que ocorre somente entre seres humanos, ele não seria mais Deus. Por isso: **De modo nenhum!** Se Deus não for mais Deus, tudo estará acabado com Israel, a igreja e o mundo.

15,16 Paulo aprofunda o escândalo com o eleger "injusto" de Deus. Nisso é conduzido pelo seguinte pensamento: não pode ser uma injustiça aquilo que desde sempre era constitutivo para a existência e a sobrevivência de Israel. Por isso, faz brilhar novamente as verdades simples, às quais desde o inicio se deve a existência de Israel. Aliás, já procedeu assim no trecho anterior, dos v. 6-13. Agora apenas segue folheando o AT, chegando das histórias dos patriarcas às de Moisés. **Pois ele diz a Moisés** (Gn 33.19)**: Terei misericórdia de quem me aprouver ter misericórdia e compadecer-me-ei de quem me aprouver ter compaixão. Assim, pois, não depende de quem quer ou de quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia.** Repete-se sempre a mesma coisa, de geração em geração: Deus retirou esse povo da vida que vivia em torno de si próprio e fê-lo viver de pura misericórdia. Nesse povo realmente não faltaram tentativas de auto-realização, o querer e o correr. Ele queria ser grande, forte e importante como outros povos e esperava apoio de Deus para isso. Contudo, não havia promessa nessa linha para Israel. Ainda vigorava o anúncio de Deus no início da história do povo, em Êx 3.14: "Eu sou o que sou", i. é, não aquele que vocês idealizam em suas idéias fixas.

Como, porém, combinar esse descartar de qualquer querer e correr com o fato de Jesus perguntar: "Que *quereis* que vos faça?", prometendo expressamente: "Faça-se contigo como *queres"* (Mc 10.36; Mt 15.28). Ou o mesmo Paulo incentiva: *"Corram* de tal maneira que ganhem o prêmio" (1Co 9.24 [BLH]; cf Fp 3.12,13; Hb 12.1). Sem dúvida, em todas as cartas às igrejas ele convoca os fiéis a viverem com todas as forças por Deus, a partir de Deus e para Deus. Contudo, há algo pelo que o ser humano não é responsável: que Deus o escolha, que ele, afinal, o queira ter para si, que o chame e ame. Isso ninguém de nós, por esforço algum, será capaz de transferir do céu para a terra, porém é assunto do Deus compassivo.

17 Como segunda prova do agir do Deus misericordioso(!), Paulo aduz o papel de Faraó. **Porque a Escritura diz a Faraó** (Êx 9.16)**: Para isto mesmo te levantei, para mostrar em ti o meu poder e para que o meu nome seja anunciado por toda a terra.** Essa formulação é de tamanha brevidade que uma pessoa não versada na Bíblia poderia supor que se trata da vocação de um evangelista: para

"fazer com que o meu nome seja conhecido no mundo inteiro" (BLH). Na verdade esse rei é modelo clássico de quem se opôs às intenções redentoras de Deus. Seu poder tirânico parece encobrir integralmente o poder do Deus justo. Porém Deus, embora inimigo do pecado, governou até sobre o agir pecaminoso de Faraó. Mas o sentido salutar desses eventos não podia ser deduzido a partir da superfície. Os versículos subseqüentes o destacarão melhor.

18 De início, Paulo formula o agir onipotente de Deus em Moisés e Faraó. **Logo, tem ele misericórdia de quem quer e também endurece a quem lhe apraz.** Tais contraposições (ter misericórdia – endurecer, cf v. 13: amar – aborrecer/odiar) podem provocar conceitos errados sobre a distribuição de pesos. Porém é significativo que aqui, a partir do v. 15, mencione-se seis vezes a graça, antes que o presente versículo emita uma vez algo sobre endurecer. Eleição misericordiosa por um lado e rejeição por outro não formam, aqui e em toda a Bíblia, um equilíbrio, mas são de categorias completamente incomparáveis. A palavra "compadecer-se" é o termo condutor até o versículo-alvo de Rm 11.32, porém "endurecer" ou "rejeitar" a acompanha somente como uma sombra.

Para compreendermos o sentido do endurecer é preciso avaliar o que Paulo conscientemente deixa de descrever. Ele não relata os detalhes do comportamento pecaminoso de Faraó. O rico material do AT sobre esse assunto não é aproveitado. Tampouco Paulo desenvolve a idéia para o passado, se Deus desde a eternidade já programou Faraó dessa maneira, nem para o futuro, qual seria o destino que o espera no juízo final. O que está dito de fato é: com seu endurecimento, Faraó recebeu uma determinação no tempo para uma tarefa no tempo, a saber, ser "instrumento" (v. 21,22) na mão do Deus libertador. É nesse sentido que o v. 17 já coordenou e subordinou seu papel ao evento da poderosa libertação de Israel.

19 Assim como o v. 13 provocou o protesto do v. 14, assim o v. 18, que acabamos de abordar, faz surgir uma nova alegação. **Tu, porém, me dirás: De que se queixa ele ainda** (de nós seres humanos)**? Pois quem jamais resistiu à sua vontade?** Boa pergunta! Lógica perspicaz deixa Paulo em apuros. Sua doutrina parece anular na prática a função julgadora de Deus (cf Rm 3.6), pelo que ela seria desmascarada como pouco séria. O próprio Faraó poderia ter-se evadido com o argumento da responsabilidade de Deus, a fim de continuar tranqüilamente explorando Israel. No entanto, as coisas são diferentes. A verdade é outra: o ser humano não suporta o poder de que Deus dispõe, porque quer ser o seu próprio deus (Gn 3.5). Ele esperneia contra Deus e, para desviar a atenção, pesca um tema que soa inteligente, mas que no fundo não o está preocupando quase nada, porque, independente da questão, vive a sua própria vida. Contudo, a teimosia e também esse tema se desfazem: perante o Deus misericordioso acata-se tudo, tanto sua crítica como sua palavra justificadora, tanto sua vontade como sua irritação, tanto sua eleição como sua rejeição. Diante dele, "prefiro ficar calado" (Jó 40.4 [BLH]) e toma-se o cuidado de não demandar contra ele, o Misericordioso.

20,21 Agora Paulo questiona a pergunta aparentemente perfeita, a fim de levar a pessoa crítica até si própria. **Quem és tu, ó homem, para discutires com Deus?!** Reconhecendo a própria condição de criaturas, somos conduzidos a dizer sim ao nosso Criador e à sua "lógica superior". Ficaríamos constrangidos se o colocássemos no banco dos réus. **Porventura, pode o objeto perguntar a quem o fez: Por que me fizeste assim?** A citação de Is 29.16, a que Paulo está aludindo, começa com: "Que perversidade a vossa!". **Ou não tem o oleiro direito sobre a massa, para do mesmo barro fazer um vaso** (originalmente "instrumento") **para honra e outro, para desonra?** A forma direta dessa ilustração do quadro já foi definida como "grosseria". Contudo, é preciso enfiar uma cunha grosseira numa tora grossa.

22,23 Depois de se constatar do que Deus é capaz, finalmente o que Deus quer entra em primeiro plano. Na exposição vai desaparecendo a imagem do Faraó endurecido do v. 17, surgindo no horizonte o Israel endurecido (expressão de Rm 11.7). **Que diremos, pois, se Deus** (por um lado)**, querendo mostrar a sua ira e dar a conhecer o seu poder, suportou com muita longanimidade os vasos de ira, preparados para a perdição, a fim de que** (por outro lado) **também desse a conhecer as riquezas da sua glória em vasos de misericórdia, que para glória preparou de antemão** (quanto mais, então, tua teimosia terá de reverter-se para glorificação?). Essa frase, interrompida talvez por excitação e que tentamos aqui complementar, não é fácil de apreender em toda a sua riqueza temática. Até aqui, eleição e rejeição estavam lado a lado, a serem simplesmente admitidas como duas possibilidades de Deus. Esse agir diferenciado de Deus é juntado agora. Ambas

as dimensões são iluminadas por uma vontade unitária. Essa vontade tenciona realizar a glória, como a frase finaliza duplamente, i. é, a soberania de Deus em toda sua potência e beleza. Também a ira de Deus dentro da história (Rm 1.18) está a serviço desse poder (cf o que já dizia o v. 17). A grande longanimidade mencionada no v. 22 não restringe a ira, mas significa: o mal não é aniquilado de imediato, mas de acordo com a deliberação inescrutável de Deus, ele até ganha espaço para expandir-se, tornando-se, na opinião humana, às vezes maior do que deveria: "Até quando?" No entanto: "Aqui estão a perseverança e a fidelidade dos santos" (Ap 6.10; 13.10). Deus deixa-os "crescer juntos" (Mt 13.30). Contudo, o adendo "preparados para a perdição" recorda de maneira consoladora que a seu tempo será historicamente destituído esse instrumento. A história da salvação superará a história da desgraça. Dessa maneira revela-se o Deus da misericórdia no agir que elege e que não elege, ambos interagindo entre si, na cadência rumo à salvação para o mundo.

d. Nova criação de Israel a partir de judeus e gentios, 9.24-29

24 os quais (instrumentos de justiça) somos nós, a quem também chamou, não só dentre os judeus, mas também dentre os gentios?
25 Assim como também diz em Oséias (Os 2.23; 1.10): Chamarei povo meu ao que não era meu povo; e amada, à que não era amada;
26 e no lugar em que se lhes disse: Vós não sois meu povo, ali mesmo serão chamados filhos do Deus vivo.
27 Mas, relativamente a Israel, dele clama Isaías (Is 10.22,23): Ainda que o número dos filhos de Israel seja como a areia do mar, o remanescente é que será salvo.
28 Porque o Senhor cumprirá a sua palavra sobre a terra, cabalmente e em breve;
29 como Isaías já disse (Is 1.9): Se o Senhor dos Exércitos não nos tivesse deixado descendência, ter-nos-íamos tornado como Sodoma e semelhantes a Gomorra.

Observação preliminar

Paulo encerra a primeira passagem pela história da eleição de Israel, que começou em Abraão (Rm 9.6,7) e que leva aqui até a nova criação de Israel a partir de judeus e gentios. Nessa abordagem ele ainda evita abordar a culpa de Israel, apesar de que está praticamente se impondo nesse ponto. O apóstolo ainda está olhando unicamente para Deus e sua atitude. É somente com sua orientação que ele conta. O fato de que ele está desembocando numa solene seqüência de palavras da Bíblia é um ponto alto da reflexão. Torna-se visível sua posição básica, a partir da qual ele redige o capítulo seguinte.

24 Paulo volta-se agora aos "vasos de misericórdia" do v. 23. Para ele constituem não só figuras imaginárias, mas algo que existe atualmente. **Os quais somos nós, a quem também chamou.** Estamos sobre o chão da realidade maravilhosa, a comunidade cristã. Seu surgimento e sua duração foram sentidos no primeiro século como algo extraordinariamente admirável. Todo o livro de Atos dos Apóstolos é carregado dessa admiração. Cumpriu-se a palavra de Jesus acerca das "obras maiores" dos discípulos (Jo 14.12). Tudo acontece pelo vocacionar criador de Deus: Deus "vivifica os mortos e chama à existência as coisas que não existem" (Rm 4.17). O particípio substantivado "o chamante" tornou-se no NT designação para Deus. Por intermédio da poderosa voz do que ressuscita mortos, formou-se, como de sepulturas, uma comunidade viva (cf Ez 37), **não só dentre os judeus, mas também dentre os gentios.** Em ambos os casos havia acontecido um "para fora de" do coletivo atual, do judaísmo ou do paganismo. Este é também o desafio de Pedro em At 2.40: "Salvem-se desta geração corrompida" (NVI).

25,26 O que Paulo afirmou foi tão revolucionário para o pensamento da sinagoga que Paulo, a partir de agora, faz falar somente a Escritura. Os v. 25,26 são relacionados com os gentios (como faz, aliás, também 1Pe 2.10) e os v. 27-29 com judeus. A profecia de Os 2.23 e 1.10 é dirigida originalmente ao Israel do século VIII a.C. Se Paulo a despe das circunstâncias exteriores do quando e onde, não está desrespeitando o seu sentido. Ao contrário, ele revela com percepção carismática o seu cerne duradouro, a saber, a real e reiterada possibilidade de Deus. **Assim como também diz** (Deus) **em Oséias: Chamarei povo meu ao que não era meu povo; e amada, à que não era amada; e no lugar em que se lhes disse: Vós não sois meu povo, ali mesmo serão chamados filhos do Deus vivo.** Troca de nome significa uma mudança de existência que abala seus fundamentos. Deus torna tudo novo. Esse chamar "se fez ouvir por toda a terra" (Rm 10.18 [NVI]) por meio do evangelho, criando de modo novo não apenas judeus, mas também gentios. Esse processo, contudo, não se

desviou em nada do plano original de Deus, mas resultou em linha direta da promessa a Abraão, "pai de todos nós" (Rm 4.16). O alvo dela foi desde o começo uma comunidade de povos abençoada (Gn 12.3), um objetivo que o AT jamais perdeu de vista.

Atenção especial merece a troca de nome de "Não amada" para "Amada". Como "amar" é palavra suplente para "eleger" (cf o exposto sobre Rm 9.13), "não eleitos", i. é, "rejeitados", tornam-se, assim, eleitos. A alusão ao cenário inalterado dessa mudança eleva a idéia ao ápice: "no lugar em que se lhes disse…". Somos lembrados de Rm 5.20. Deus não se retrai para cuidar de casos mais fáceis, mas exatamente ali onde predomina profunda e negra perdição é que a graça de sua eleição deve triunfar.

Abrem-se, pois, novos horizontes para pessoas rejeitadas. Ser rejeitado é uma situação aberta. Rejeitados podem tornar-se eleitos. Essa verdade já foi prefigurada no AT, Paulo é apenas exegeta dela. Mas, inversamente, também ser eleito é uma situação aberta. Eleitos podem tornar-se pessoas rejeitadas, conforme se pode ler em inúmeras passagens do AT. Contudo, também o NT atesta isso, sem excluir os cristãos. Talvez Paulo já tenha compreendido a comparação do oleiro no v. 21 no sentido do modelo de Jr 18.1-12: Antes de começar a trabalhar, o oleiro projeta seu plano, porém tem a liberdade de mudá-lo durante a execução. É equivocada a idéia de que Deus não poderia mais recuar, uma vez que tenha se decidido, e que somente poderia permanecer inativo, observando como tudo transcorre.

27,28 A Escritura também ilumina o caminho dos judeus. **Mas, relativamente a Israel, dele clama** (grita) **Isaías.** Somente no presente local Paulo cita uma passagem do AT com a expressão "gritar". A declaração seguinte foi emitida num contexto histórico determinado, mas novamente Paulo o transcende, de modo que ele também vale em outras conjunturas. Ele acompanha Israel, Is 10.22,23: **Ainda que o número dos filhos de Israel seja como a areia do mar, o remanescente é que será salvo.** Falar do remanescente é algo que continuará a merecer atenção em Rm 11.3-5. Apesar da promessa a Abraão, de que sua descendência se multiplicaria como a areia do mar (cf Gn 13.16), Israel não tinha como se alegrar, sem mais, da sua condição de povo. Sua confiança demasiado humana no fato de ser povo eleito colidia sempre de novo com a realidade de juízos gravíssimos na forma de perdas terríveis. No entanto, restava um remanescente e, com ele, a promessa: ainda há futuro, concretizado em um espantoso reviver. Paulo usa a palavra no presente contexto (v. 24!) como palavra de salvação. **Porque o Senhor cumprirá a sua palavra sobre a terra, cabalmente e em breve** (abreviando-a). Deus a colocará em prática, e o fará diante da plenária do mundo. Ele comprovará a sua divindade em dimensões universais. A expressão "abreviar" fala da rapidez da ação, mas dificilmente pensando numa aceleração no tempo, mas antes na execução decidida e irrevogável. Deus age por um "rito sumário".

29 Uma segunda palavra de Isaías responde, com profunda humildade, à recém-proferida promessa de livramento (Is 1.9). E assim já predisse Isaías (Is 1.9): **Se o Senhor dos Exércitos não nos** – Isaías pessoalmente e também Paulo se incluem – **tivesse deixado descendência, ter-nos-íamos tornado como Sodoma e semelhantes a Gomorra.** Em nada Jerusalém se distingue daquelas cidades condenadas. Contudo Deus se detém na execução e deixa a graça imerecida governar.

2. Os fatos: a descrença de Israel, 9.30–10.21

Observação preliminar

Do lamento à acusação. No primeiro ciclo de argumentação, dos v. 6-29, não se falou nenhuma palavra sobre o maior bem prometido a Israel, o Messias (v. 5). Isso muda na segunda rodada. Primeiramente aparece no v. 32 a "pedra" messiânica, depois fala-se várias vezes de "Cristo" (Rm 10.4,6,7,17), "Senhor" (Rm 10.9,12,13) ou simplesmente "Jesus" (Rm 10.9). Esse aspecto inclui o ressurgimento (após quase quatro capítulos!) de "fé, crer" (Rm 9.33; 10.4,6,8,9,10,11,14,16,17). Essa simples estatística destaca claramente que a doutrina de Rm 3,4 agora jorra como um grande rio, a fim de elucidar a questão de Israel. No entanto, nesse contexto aborda-se o fato incompreensível de que Israel se tornou maciçamente culpado precisamente em relação ao seu Messias. Esse povo não creu (Rm 9.32; 10.16), não obedeceu (Rm 10.16), negou-se a confiar e retorquiu (Rm 10.21), irou-se (Rm 10.19), não se submeteu (Rm 10.3), escandalizou-se na rocha Cristo (Rm 9.32), errou o alvo que lhe fora proposto (Rm 9.31), não quis entender (Rm 10.2), desconheceu a promoção divina da salvação (Rm 10.3). A lista pode ser prolongada em Rm 11. Assim como em Rm 2, tampouco aqui é possível abrandar a culpa de Israel, nem mesmo pela circunstância de que Deus, conforme Rm 3.5; 11.11-15 fez uso da descrença de Israel.

Excurso: *A Onipotência de Deus e a responsabilidade do ser humano*

Pode causar muita estranheza que Paulo, sem comentários, alinha lado a lado duas séries de afirmações aparentemente inconciliáveis. Na primeira rodada fala do poder exclusivo de determinação de Deus e, agora, a partir de Rm 9.30, da responsabilidade e culpa do ser humano. Por mais assistemático que isso pareça, porém, ambas são verdadeiras. Sem onipotência Deus não seria Deus, e sem responsabilidade o ser humano não seria ser humano. Se liquidássemos uma verdade com a outra, ou seja, se sacrificássemos a imagem bíblica de Deus por causa do ser humano ou se deixássemos de lado a figura bíblica do ser humano por causa de Deus, para daí confeccionar uma filosofia que nos serve, a partir de uma verdade unilateral e isolada, cairíamos em terreno estéril. Werner de Boor, que no passado editou a presente série de comentários, formulou o seguinte: "A Bíblia está tão próxima da realidade que ela é totalmente assistemática".

a. A fé em Cristo como ponto axial, 9.30-33

30 **Que diremos, pois? Que os gentios, que não buscavam a justificação, vieram a alcançá-la, todavia, a que decorre da fé;**
31 **e Israel, que buscava a lei de justiça, não chegou a atingir essa lei.**
32 **Por quê? Porque não decorreu da fé, e sim como que das obras. Tropeçaram na pedra de tropeço,**
33 **como está escrito (Is 28.16; 8.14): Eis que ponho em Sião uma pedra de tropeço e rocha de escândalo, e aquele que nela crê não será confundido.**

Observação preliminar

Aqui aparece em adensamento máximo o que os Evangelhos e Atos dos Apóstolos expõem em muitos capítulos: o Messias Jesus foi um estorvo para seu povo.

30 Por meio de sua conhecida forma de interrogação, Paulo arredonda a questão, ao mesmo tempo que a leva adiante: **Que diremos, pois?** Primeiramente ele mostra as comunidades gentílico-cristãs como fundo contrastante, diante do qual o não de Israel se destaca com tanto maior escuridão: **os gentios, que não buscavam a justificação.** Não é assim que ele nega aos gentios o esforço ético em si. Em toda parte acontece a competição moral entre seres humanos, diante de si próprios e diante de outros (Rm 2.7,14,15). Contudo, fora do foco da luz da revelação, o ser humano carece da percepção daquela justiça que Deus mantém disponível como presente. Em vista dessa realidade valia o seguinte para os gentios Ef 2.12: "E neste mundo viviam sem esperança e sem Deus" (BLH). No entanto, como ouvintes do evangelho, eles abraçaram essa justiça. Em cidade após cidade, pessoas sem preparação e sem história prévia aceitavam Jesus. Elas simplesmente o *faziam*. "Como uma criança" elas recebiam a glória toda (Mc 10.15). O medo pagão diante de Deus transformou-se em júbilo de gentios a Deus (Rm 15.9-13; Gl 4.15), Segundo os v. 25,26, "não-povo" tornou-se "povo". O equívoco moral de sua justiça é rejeitado sucintamente: **todavia, a** (justiça) **que decorre da fé.**

31 Ao inesperado ganho de salvação dos gentios contrapõe-se a dolorosa distância da salvação por parte dos eleitos. **Israel,** (porém) **que buscava a lei de justiça**. A lei de Moisés é tomada pela sua essência, motivo pelo qual é chamada com reverência de "lei de justiça". Coincide com uma série considerável de afirmações positivas por parte de Paulo sobre a lei, de que a lei é justa e visa a justiça. Assim, não há o que criticar no fato de que Israel corria atrás dessa lei. Deus o havia colocado pessoalmente nessa trilha. Contudo, Paulo apenas consegue constatar com pesar: apesar disso, Israel fracassou em alcançar o alvo. **Não chegou a atingir essa lei**, i. é, a cumprir a essência dela. Não experimentou de fato sua glória. Poderíamos esperar que Paulo, para fundamentar esta colocação, novamente alegaria as violações dos judeus contra mandamentos isolados, como já fez em Rm 2.17-24. Porém, dessa maneira ignoraríamos o papel determinante do fator tempo. Naquele texto, Paulo ainda não enfocava a mudança das eras e, por isso, apenas podia prolongar a acusação dos profetas do AT. Aqui, porém, o tema é o encontro, entrementes realizado, de Israel com o seu Messias. Agora temos de conservar nítida no ouvido a exclamação de Rm 8.34: "Cristo está aqui!" Sob essas condições, ou seja, face a face com o poder salvador de Jesus presente (Rm 10.8), o pecado decisivo, do qual ainda será falado, é a descrença. Como o povo judaico não chegou a crer em Jesus Cristo, tampouco alcançou a lei no sentido verdadeiro.

32 A interpretação se antecipou, mas vem a ser confirmada agora. Ou seja, erraram o alvo **por quê?** O erro já estava no ponto de partida (cf o exposto sobre Rm 3.27): **Porque não decorreu** (aconteceu) **da fé, e sim como que** (se fosse possível) **das obras**. Paulo se transporta para as cabeças de seus irmãos judeus. Sua ilusão é: para tornar-se partícipe da justiça de Deus, o ser humano teria de praticar "obras da lei", cumprir ritos como a circuncisão, o sábado e mandamentos de alimentação. Seria essa a base do verdadeiro relacionamento com Deus. Porém, é dessa maneira que falta precisamente o fundamento. É preciso começar do começo. Se Deus chama por graça, não cabe ao ouvinte fazer nada mais que dizer "sim" e "amém" (Rm 1.5) na obediência pela fé (Rm 1.5; 10.3). Nesse caso, nem mesmo a lei interferirá. Para alcançar a justiça diante de Deus, a fé constitui, afinal, a obra das obras.

A seqüência sem termo de ligação da frase seguinte revela que algo está esperando para ser dito, algo que para Paulo já estava atuando ocultamente ao citar o tópico "não crer": **Tropeçaram na pedra de tropeço.** Não tiveram, p. ex., um alvo errado nem seguiram um caminho errado, porém tropeçaram no trajeto, porque não contaram com a divindade de Deus. Quando chegou o Messias esperado e, apesar disso, tão inesperado, a pedra de tropeço rolada entre seus pés evidenciou-se a Israel, tirando-o da trajetória.

33 Diante deste fato arrasador, Paulo se refugia no fundamento da Escritura: **como está escrito** (Is 28.16; 8.14)**: Eis que ponho em Sião uma pedra**. A "teologia da pedra" não se encontra apenas no AT (p. ex., Sl 118.22), mas também no NT, em várias derivações, de forma muito ramificada. Os leitores em Roma, ao que parece, compreenderam imediatamente essa forma cifrada de falar de Cristo. Contudo, Paulo está abreviando. De acordo com a passagem de Isaías, a pedra não serve *somente* como tropeço. Trata-se também de "uma pedra aprovada, uma preciosa pedra angular, solidamente assentada", a saber, sobre **Sião**. Essa designação geográfica valia originalmente para a parte mais antiga de Jerusalém, depois principalmente para o lugar da arca da aliança e, por isso, para o trono de Deus, de onde ele governa Israel. Nesse lugar central também se devia aguardar a restauração histórico-salvífica de Israel. De fato Jesus se encaminhou decididamente para "Sião", o Templo de Jerusalém, quando se aproximou o momento culminante de sua obra. Nas últimas controvérsias que ocorreram lançaram-se ali os dados, decidiu-se seu caminho para o suplício. A uma distância de poucas centenas de metros do Templo, a cruz de Jesus tornou-se o novo e verdadeiro lugar do trono de Deus. Porém o componente geográfico constituiu somente ponto de engate, não a condição. Também as expectativas políticas são retiradas, cedendo a aspectos sacerdotais e cultuais. O Crucificado tornou-se, no momento seguinte, a rocha salvadora que pode ser buscada como apoio, pedra angular da nova construção prometida por Deus. **Aquele que nela crê não será confundido.**

Contudo, diferente da passagem sobre Sião em Rm 11.26b, Paulo destaca aqui, através da incorporação de Is 8.14, o papel de desgraça da pedra. A mesma pedra tornou-se **pedra de tropeço e rocha de escândalo**. Nesse Cristo encontramo-nos também diante de nosso juiz. "Quem nele crê não é julgado; o que não crê já está julgado, porquanto não crê no nome do unigênito Filho de Deus" (Jo 3.18). Podemos ser duros como porcelana, mas a porcelana se quebra. Mais cedo ou mais tarde estaremos estilhaçados diante da rocha Cristo. Naquele tempo, o Israel oficial despedaçou-se diante da pedra, sobre a qual na verdade deveria ficar de pé – da exata maneira com que os evangelhos e At o relatam. Deus insiste nessa pedra: sou eu, não o ser humano, quem a *ponho*! Enfim, não somos nós seres humanos que determinamos os fundamentos últimos da vida e da sobrevivência. É Deus quem os determina. Sl 2.6-12 contradiz a rebeldia humana: "Eu, porém, constituí o meu Rei sobre o meu santo monte Sião. Beijai o Filho para que se não irrite. Bem-aventurados todos os que nele se refugiam" (v. 6,12). Ninguém de nós está destinado à descrença.

b. A incompreensão de Israel sobre a história da salvação, 10.1-4

1 **Irmãos, a boa vontade do meu coração e a minha súplica a Deus a favor deles são para que sejam salvos.**
2 **Porque lhes dou testemunho de que eles têm zelo por Deus, porém não com entendimento (correto).**
3 **Porquanto, desconhecendo a justiça de Deus e procurando estabelecer a sua própria, não se sujeitaram à que vem de Deus.**
4 **Porque o fim da lei é Cristo, para justiça de todo aquele que crê.**

Observação preliminar

O trecho anterior culminou na expressiva metáfora de que Israel, enquanto gentios passavam por ele, foi tirado da trajetória por uma pedra de tropeço. Antecipamo-nos e já falamos, com clareza plena, da rocha Cristo. Somente agora Paulo decifra a figura. Qual é a última causa da perdição de Israel, da qual Paulo suplica que seja salvo?

1 Como em Rm 11.25, Paulo se volta enfaticamente aos cristãos gentílicos por meio da interpelação **irmãos**. Devem acolher agora o seu "testemunho" (v. 2) em favor de Israel. Na verdade, **a boa vontade do meu coração e a minha súplica a Deus a favor deles são para que sejam salvos.** Como já vimos em Rm 9.2,3, combinam-se "coração" e "oração", de modo que Paulo reitera a insistência de sua súplica. Novamente ela vem coligada também com rendição irrestrita à vontade de Deus. O "na verdade" [inclusão do autor], ao que não se segue um "mas", como se esperaria, tem o sentido de: "quanto depende do meu desejo". O conteúdo é o grande tema "salvação" de Rm 1.16. Paulo o coloca no começo do capítulo.

2 Em primeiro lugar, é possível afirmar, e Paulo o faz, a respeito de Israel que: **Porque lhes dou testemunho de que eles têm zelo por Deus.** Com essa declaração aprofunda-se a expressão de Rm 9.31 "buscava a lei". "Zelo", nesses contextos, sempre é termo técnico para "zelo pela lei". O zelo por Deus é transformado no zelo de observar a lei de Moisés até nas ramificações todas do cotidiano e até o último suspiro. O termo, portanto, caracteriza a linha severa dos fariseus, um dos grandes movimentos de penitência da história das religiões.

Toda essa atividade febril, no entanto, está mal-encaminhada: **porém não com entendimento** (correto). Será que lhes faltavam informações sobre Jesus? A breve nota em 2Co 11.4, de que Paulo suportou cinco vezes a terrível pena da sinagoga, as 39 chibatadas, já comprova seu empenho cheio de sacrifícios para manter o diálogo com seus compatriotas. Em todo caso, não era o desconhecimento que podia servir de atenuante para eles, como é exposto também nos v. 18-21. Sua falta de entendimento tinha motivos que desciam às profundezas de sua consciência. Estêvão arriscou o veredicto: "Vós sempre resistis ao Espírito Santo" (At 7.51; cf Mc 3.28,29).

3 Eram obtusos de pensamento, **desconhecendo a justiça de Deus.** Não há como exagerar na insistência de chamar atenção à forma genitiva "de Deus": Realmente trata-se de uma justiça alheia a nós, seres humanos, e que, expressamente, *não* é a nossa própria. Por meio do Cristo propiciador Deus demonstrou primeiramente que ele próprio é justo, mas em segundo lugar também que ele *torna* justo, ao declarar, puramente com base na fé, pessoas como receptoras dessa justiça alheia. Isso foi dito como fundamento em Rm 3.25,26 e recentemente ainda em Rm 9.30.

No entanto, a busca ("procurando") deles tinha o pertinaz objetivo de, no juízo final, **estabelecer** diante do trono do juiz divino **a sua própria** (justiça), adquirida com o zelo pela lei, para que Deus a reconhecesse. Paulo havia pessoalmente vivido, como fariseu, nessa obsessão (Fp 3.9: "não tendo justiça própria, que procede de lei"). Por causa dela passou longe de Cristo, mas correu contra ele (Rm 9.32). Por causa dela, perseguiu a igreja de Deus (Gl 1.13). Desequilibrou-se, a ponto de raivosamente desejar matar (At 9.1). Aqui ele interpreta essa atitude como produto de uma profunda rebelião contra a divindade de Deus: **não se sujeitaram à** (justiça) **que vem de Deus.** A criatura, que anseia por ter razão, rebela-se contra o Deus que tem razão.

4 Finalmente, Paulo estabelece uma relação com o contraste entre lei e Cristo, surgido Rm 9.30. **Porque o fim** (o alvo) **da lei é Cristo.** Desde os dias dos Pais da Igreja arde debaixo da superfície uma questão de tradução. Nossa reprodução do termo grego *télos* pelo conceito duplo "fim/alvo" constitui uma tentativa. Sua intenção é indicar que ambas as possibilidades de tradução não constituem, nesse caso, alternativas, mas devem ser ambas englobadas. Permitamos que a exposição da verdade de cada uma delas (A e B) atue sobre nós.

Referente ao A (sentido temporal, inserido no tempo): Cristo é o fim da lei. Na linha da salvação de Abraão até Cristo Deus intercalou-se o tempo da lei do Sinai. Ela ensinou a vontade de Deus, mas com outra finalidade que antes da queda. Antes da queda pecaminosa, o mandamento serviu diretamente à vida. Israel sempre se lembrou desse sentido original dos mandamentos. Por isso encontramos também a grande exaltação da lei no AT. Contudo, depois disso, o poder do pecado penetrou no mundo. Sob essas condições os horizontes se anuviaram. O que até então era característica de vida, tornou-se marca de uma existência sob o pecado. Cada "não farás!" significava: Deus continuava se preocupando comigo, mas agora na ira. A lei tornou-se poder de maldição (Gl 3.10), exercia o "ministério da condenação" (2Co 3.9). Por intermédio da lei Deus

agora colocou os pecadores "atrás das grades" (Rm 11.32). Talvez o procedimento do juiz criminal sirva como comparação moderna. Para evitar a fuga do acusado, ele o coloca em detenção preventiva, até que as investigações tenham reunido material suficiente para a acusação. Em Rm Paulo oferece uma série de afirmações sobre a lei que podem ser interpretadas nesse quadro. Em Gl, ele escolheu prisão, guardiã e tutora como figuras para a lei. Lá ele também elabora com máxima clareza o prazo delimitado no tempo para essa função da lei. Uma incomparável virada dos tempos traz à luz um agir divino inteiramente diferente, expressamente caracterizado como "sem lei" (Rm 3.21). O envio do Filho ao mundo e do Espírito aos corações dos que crêem muda tudo (Gl 4.4-6). Acabou o senhorio da lei. "(Cristo) aboliu, na sua carne, a lei" (Ef 2.15). Por isso Paulo separa e diferencia as épocas com rigor. Elas constituem alternativas, excluem-se mutuamente.

Referente ao B (sentido final, relativo ao alvo): o alvo da lei é Cristo. Sob outro aspecto, o mesmo Paulo, no entanto, não tratava a lei como um modelo de ponta de estoque. Com a maior naturalidade ele recorre a ela para exortar as igrejas. Na verdade, a lei não tinha força para efetivar o que exigia, mas estava certa nas suas exigências (Rm 8.3,4). Agora, enquadrada na esfera espiritual de poder do Cristo, ela deve e também pode ser cumprida. Nem o Espírito nem o amor são o fim da lei, porém a realizam.

Essa realização tem raízes na obediência do segundo Adão. Como novo cabeça da humanidade, Jesus suspendeu em nosso favor aquela detenção preventiva, através do seu viver e morrer fiéis à lei, e ao mesmo tempo liberou novamente a lei para sua tarefa originária. Ela não assinala mais a ira de Deus, mas seu amor para conosco. Ela auxilia na concretização de uma vida com Deus nessa terra. Livre da lei de qualquer espécie, a comunidade sob o Senhor Jesus Cristo está livre para o "novo mandamento". Ele o cumpriu de modo fundamental, ele o explicou de forma normativa e ele próprio está entre nós de forma determinante como o verdadeiro procurador da vontade de Deus.

Em geral a tradução A é defendida de maneira predominante e unilateral (RA, RC, BLH, VFL, NVI). Ela seria um resultado imperioso do contexto. Porém, não é bem essa a realidade. O contexto de forma alguma apresenta a lei e Cristo num quadro em preto e branco. Sigamos a linha do pensamento desde o v. 2: o judaísmo da sinagoga é zeloso de Deus, mas não tem percepção para o alvo histórico-salvífico que lhe é apresentado em Cristo. Contra esse entendimento errôneo Paulo constrói seu versículo-chave, no qual ele coloca *télos* claramente no começo da frase: "Alvo da lei, pois, é Cristo", que cumpriu toda a justiça e, assim, a lei. Também o final da frase demonstra que Paulo não está andando pela trilha do mero contraste. Pois tenta aproximar também seus irmãos judeus exatamente da nova **justiça**, ao enfatizar: para **todo aquele que crê.** Essa intenção o leva nitidamente até os v. 12,13. A polêmica contra o serviço farisaico à lei está obrigatoriamente presente em cada momento ("Cristo é o *fim* da lei"), no entanto não tem o mesmo peso que a intenção de conquistar para a justiça por fé ("*alvo* da lei é Cristo").

c. A salvadora justiça por fé, 10.5-13

5 Ora, Moisés escreveu que (Lv 18.5) o homem que praticar a justiça decorrente da lei viverá por ela.
6 Mas a justiça decorrente da fé assim diz (Dt 9.4; 30.12; Sl 107.26): Não perguntes em teu coração: Quem subirá ao céu?, isto é, para trazer do alto a Cristo;
7 ou: Quem descerá ao abismo?, isto é, para levantar Cristo dentre os mortos.
8 Porém que se diz? A palavra está perto de ti, na tua boca e no teu coração (Dt 30.14); isto é, a palavra da fé que pregamos.
9 Se, com a tua boca, confessares Jesus como Senhor e, em teu coração, creres que Deus o ressuscitou dentre os mortos, serás salvo.
10 Porque com o coração se crê para justiça e com a boca se confessa a respeito da salvação.
11 Porquanto a Escritura diz (Is 28.16): Todo aquele que nele crê não será confundido.
12 Pois (nesse aspecto) não há distinção entre judeu e grego, uma vez que o mesmo é o Senhor de todos, rico para com todos os que o invocam.
13 Porque: Todo aquele que invocar o nome do Senhor será salvo (Jl 2.32).

Observação preliminar

Até o final do capítulo, a redenção de Israel, pela qual Paulo suplicou no v. 1, foi pensada fundamentalmente da forma descrita pelas últimas palavras do v. 4: pela fé. A inclusão a seguir preenche, pois, esse quadro. Trata-se da mais detalhada descrição nos escritos de Paulo sobre como surge a fé. Nela,

porém, o apóstolo não podia ignorar a doutrina da salvação diferente defendida pelos fariseus. Por isso, ele traça os contornos da justiça por fé diante do pano de fundo da justiça pela lei. Do início ao fim recorre à Escritura como sua testemunha principal (cf o excurso 2 sobre Rm 9.1-29: Quanto às citações do AT em Paulo). No final desse trabalho exegético ele retorna claramente à posição de partida no v. 1 (três vezes: "salvação, ser salvo" nos v. 9,10,13).

5 Pelo que se evidencia, Lv 18.5 constituiu para Paulo uma importante porta de entrada para desenvolver sua mensagem sobre a fé. **Ora, Moisés escreveu que o homem que praticar a justiça decorrente da lei viverá por ela.** Conduzidos pela nossa tradição protestante, questionamos de imediato o vínculo que aparece aqui com o agir humano e o denegrimos. Pensamos que já é esse o mal, que a devoção à lei e a fé se contrapõem como praticar algo e não praticar nada. Contudo, as pessoas e também os cristãos estão agindo sem cessar, e de acordo com Paulo cabe-lhes realizar boas obras, porque um dia a totalidade de suas ações comparecerá perante o tribunal de Deus. Nisso, pois, concorda com o AT e com os judaístas. Ao contrário do judaísmo, porém, Paulo insiste no sentido pleno da palavra, na reivindicação totalitária da lei: estas coisas, todas elas, e não só essa ou aquela, de vez em quando! Ele cita enfaticamente Gl 3.10: "permanecer em *todas* as coisas (RC)". Deus não está exigindo algo impossível, mas ele exige exatamente aquilo que o ser humano, que está sob a soberania do pecado, não quer. Não quer pertencer integralmente a Deus. É esse o nosso caso. Sob essas condições, a lei depois de Moisés não foi dada para a vida, mas entra em vigor como força de maldição – mesmo que haja uma quantidade de boas obras! Disso, porém, não se deve concluir que a promessa: "esse viverá por ela!" não tenha sido séria. No entanto, agora a lei é uma grandeza não cumprida, que aponta para longe de si e que espera. Seu objetivo é Cristo!

6-8 A continuação pressupõe que o Cristo veio. **Mas a justiça decorrente da fé**, imaginada de forma concreta como pessoa, **assim diz.** Ela não precisa mais escrever, pois escrita ela já foi há muito. Porém ela reformula o que está escrito, a saber, aplicada à nova situação. Paulo por um lado adere ao Moisés escrito, por outro lado distancia-se dele ao mesmo tempo. Para isso usa também a mescla de palavras da Escritura (Dt 30.11-14; 9.4; Sl 107.26): **Não perguntes em teu coração: Quem subirá ao céu?, isto é, para trazer do alto a Cristo; ou: Quem descerá ao abismo?, isto é, para levantar Cristo dentre os mortos. Porém que se diz? A palavra** (de Deus) **está perto de ti, na tua boca e no teu coração.** Paulo traz uma interpretação peculiar da expressão "a palavra está perto de ti". Com essa frase, Moisés apontou para a circunstância de que as exigências de Deus em relação a Israel representavam uma propriedade sólida, transmitidas de pessoa para pessoa e enraizadas em seus corações pelo uso constante. Não eram necessários nem vôos às alturas nem dragagens profundas para localizá-la, motivo pelo qual não havia como desculpar-se. Nada impedia que fosse simplesmente cumprida. Paulo, no entanto, não está se empenhando pelo aspecto do menor esforço (Fp 2.15!), antes seu objetivo é cortar o que é absolutamente desnecessário e extemporâneo. Um **isto é**, repetido três vezes, introduz a explicação, segundo a qual a justiça demandada por Deus já se aproximou e está perto de maneira avassaladora. No milagre da pessoa individual de Cristo, Deus superou por sua iniciativa o abismo entre céu e terra (aqui no v. 6). Cristo está presente como vitorioso sobre o mundo da perdição (v. 7). Seu senhorio, i. é, a soberania de sua justiça, é anunciado agora no mundo todo (v. 8). Essa proclamação chama-se **palavra da fé**, na qual, porém, a fé não está anteposta no sentido rigoroso como condição prévia, pois as condições prévias para essa salvação já foram produzidas no passado. Antes, a fé é a permissão de passar imediatamente para o senhorio da justiça de Cristo. É isso **que pregamos** como arautos. A pregação missionária cristã traz a salvação realmente ao alcance da mão.

9 Como continua? Todavia, entre o ouvir e ser salvo insere-se um "se". **Se, com a tua boca, confessares Jesus como Senhor.** Quando o senhorio de Jesus ocupa o recinto de forma plena, o ouvinte não pode apenas ficar pensando algo para si, caladamente. Torna-se imprescindível emitir uma confissão, seja um não ou até mesmo uma blasfêmia, em caso negativo, seja a confissão de reverência: "Senhor é Jesus" – entrego-me a ele como seu escravo (Rm 6.16)! Na confissão, portanto, não estamos apoiando opiniões religiosas, mas reconhecemos a nova condição da humanidade e do cosmos, que obviamente também reprogramará a própria vida. Uma confissão é uma declaração pública que desloca o relacionamento com esse Senhor das turbulências da oscilação de sentimentos particulares e o organiza com poderes legais. É no âmbito desse processo legal que se requer a confissão, devendo ser pronunciada com a boca e ouvida pelos ouvidos das testemunhas,

pessoas e anjos. Por isso, pode surgir mais tarde também a advertência de que devemos nos ater à nossa confissão e assumir as conseqüências. Por sua vez, ela não pode ser prestada ritualmente, ao tagarelar "Senhor, Senhor", mas: **em teu coração, creres**. A palavra havia quebrado a casca exterior e preenchia agora o coração com a obra de Deus: **Deus o ressuscitou dentre os mortos**. Sem esse saber, a fé e a confissão seriam vazias (1Co 15.14,17). Quem, no entanto, se submete dessa maneira à soberania de Cristo, será **salvo**. Pertencer a Cristo salva da aflição (cf o exposto sobre Rm 1.16b) – aflição após aflição, e com toda a certeza um dia salvará também da *última* aflição no juízo final.

10 Por causa da importância do que falou, Paulo formula uma sentença doutrinária formal. Agora, os processos são apresentados em sua seqüência dogmática. **Porque com o coração se crê para justiça e com a boca se confessa a respeito da salvação** (redenção). Três tipos de unidades são marteladas nessa frase. Primeiro, os bens da salvação formam uma unidade: justiça e redenção. Uma liberta da acusação de culpa, a outra da morte como penalidade. Se tudo funciona corretamente, também coração e boca estão unidas. Finalmente, também não há divisão entre crer e confessar. A confissão pelo falar faz parte, segundo 2Co 4.13, do "espírito da fé". Nem a fé se oculta, nem a confissão é encenada, independentemente da condição do coração.

11,12 A repetição da citação do AT de Rm 9.33b sublinha que a redenção se comprova até o juízo final: **Porquanto a Escritura diz: Todo aquele que nele crê não será confundido**. Estabelecendo conexão com o v. 4, Paulo dá ênfase máxima à afirmação de que *cada qual* pode ter esperança. **Pois** (sob esse aspecto) **não há distinção entre judeu e grego, uma vez que o mesmo é o Senhor de todos,** (mostrando-se) **rico para com todos os que o invocam**. O que Paulo está reunindo nesse resultado desdobra Ef 2.14-18: a lei tinha de causar um efeito divisor como "cerca" e "inimizade" entre Israel e as nações. Quando, porém, o Crucificado cumpriu a lei e se tornou Senhor de todos, caiu por terra também aquela diferença entre judeus e gregos (cf Rm 3.22,29). Todos têm acesso "*num só* Espírito" ao Pai, no presente texto: em "um mesmo Senhor". É impossível imaginar que sua riqueza, que Paulo gosta tanto de glorificar, alguma vez deixará de mãos vazias os que o invocarem.

13 A idéia específica é a riqueza da misericórdia no juízo. Para tanto, Paulo volta a citar a Escritura (Jl 2.32): **Porque: Todo aquele que invocar o nome do Senhor será salvo.** Diferente do v. 12, o verbo "invocar" não se encontra mais numa forma de ação contínua, mas designa o ato isolado. Portanto, nesse momento Paulo tem em vista menos o "ser" cristão e mais o "tornar-se" cristão, que começa com a primeira vez que se invoca a Deus. Na invocação o confessar dos v. 9,10 concretiza-se de forma bem prática.

d. Israel se fecha diante da salvação que se aproximou, 10.14-21

14 **Como, porém, invocarão aquele em quem não creram? E como crerão naquele de quem nada ouviram? E como ouvirão, se não há quem pregue?**
15 **E como pregarão, se não forem enviados? Como está escrito: Quão formosos são os pés dos que anunciam coisas boas!**
16 **Mas nem todos obedeceram ao evangelho; pois Isaías diz: Senhor, quem acreditou na nossa pregação?**
17 **E, assim, a fé vem pela pregação, e a pregação, pela palavra de Cristo.**
18 **Mas pergunto: Porventura, não ouviram? Sim, por certo: Por toda a terra se fez ouvir a sua voz, e as suas palavras, até aos confins do mundo.**
19 **Pergunto mais: Porventura, não terá chegado isso ao conhecimento de Israel? Moisés já dizia: Eu vos porei em ciúmes com um povo que não é nação, com gente insensata eu vos provocarei à ira.**
20 **E Isaías a mais se atreve e diz: Fui achado pelos que não me procuravam, revelei-me aos que não perguntavam por mim.**
21 **Quanto a Israel, porém, diz: Todo o dia estendi as mãos a um povo rebelde e contradizente.**

Observação preliminar

Paulo especifica agora a verdade exposta da "palavra próxima" (v. 6-8) a Israel, retomando ao mesmo tempo o tema da culpa e perdição desse povo. Inicialmente deixa claro que seus irmãos *poderiam* crer. Foi primeiro diante deles que a presença da salvação foi proclamada, e para o Espírito Santo o maior endurecimento de um ser humano continua sendo poroso. Contudo, no momento em que Deus estava muito

próximo do seu povo, Israel disse não. Nessas afirmações altamente sensíveis, o apóstolo se refugia novamente, frase por frase, na Escritura.

14,15 Na forma de quatro perguntas, semelhantes a elos firmemente entrelaçados de uma corrente, Paulo expõe tudo o que Deus fez para que a fé também pudesse realmente acontecer. Tudo foi providenciado, Deus não deixou faltar nada: envio – serviço de mensageiro – ouvir – possibilidade de crer – invocar. No entanto, Paulo passa por essa seqüência de modo inverso. Dessa maneira encontram-se no final os portadores cristãos da boa notícia diante de Israel, requestando-o. Ao mesmo tempo, porém, também é bom que cristãos gentílicos considerem com o coração as conclusões em cadeia de Deus e não as destruam. **Como, porém, invocarão aquele em quem não creram?** Seria um absurdo misturar-se entre os adoradores de Cristo sem ter fé verdadeira. **E como crerão naquele de quem nada ouviram?** Um absurdo, convidar para a fé sem delinear Cristo claramente diante dos olhos da pessoa (Gl 3.1). Igualmente seria um absurdo, tentar crer sem o coração que ouve e que se coloca espontaneamente sob a pregação cristã. Ninguém na Bíblia crê por si, por decisão e risco próprios ou como um ato de força humana. "Ouve!" constitui um termo-chave no AT e NT. **E como ouvirão, se não há quem pregue?** Um absurdo, "arranjarão para si mesmas uma porção de mestres, que vão dizer a elas o que elas querem ouvir" (2Tm 4.3 [BLH]). **E como** (os pregadores) **pregarão** (cf o exposto sobre o v. 8)**, se não forem enviados?** Um absurdo, querer substituir o envio pelo estudo e levantar a voz em nome de Deus sem ser vocacionado. Contudo, Deus providencia verdadeiros mensageiros de alegria (Ef 4.11,12). **Como está escrito** (Is 52.7)**: Quão formosos são os pés dos que anunciam coisas boas!** Ao assentar seu pé na terra, Deus fez acomodados saltar e pôs em movimento os pés de mensageiros, fê-los ágeis e capacitou-os a vencerem montanhas de obstáculos e vales de trevas. Quando chegam, o Senhor está presente (Lc 10.16) e fala de forma libertadora, animadora e redentora. Israel não deveria recebê-los de braços abertos? Apesar da forma genérica de falar em "eles", já agora nos v. 14-18 Paulo tem o comportamento de Israel na mira (cf v. 19).

16 Com certeza Paulo formula a frase seguinte com profundo pesar, mas não com ira ou assombro. Pois trabalha sua experiência na extensão e profundidade da Escritura. **Mas nem todos obedeceram ao evangelho; pois Isaías diz** (Is 53.1; cf Jo 12.38)**: Senhor, quem acreditou na nossa pregação** (trazida ao ouvido)**?** O evangelho não constrange seus ouvintes a uma decisão obrigatória, mas os deixa numa situação aberta. Uma vez que sua a condição de ignorância foi eliminada, são capazes, agora, de crer e sair dela. Em caso algum a palavra "retorna vazia" (Is 55.11). Ela é eficaz – seja produzindo graça, seja juízo.

17 Depois de refutar a idéia de um automatismo da fé sob a pregação, Paulo tem condições de afirmar duas coisas sobre o surgimento da fé: **E, assim, a fé vem pela pregação**. Antes que venha a fé, vem a mensagem (cf nota sobre o v. 16): a fé é aceitação da mensagem. Mas **a pregação, pela palavra de Cristo**. Por trás da boca do mensageiro está a boca do Cristo ressuscitado.

18 Seria possível, ainda, contornar a sentença de condenação de Israel? **Mas pergunto: Porventura, não ouviram?** Na abordagem do v. 2 já constatamos que a pregação missionária cristã tinha alcançado muito bem o cerne do judaísmo. Aqui, porém, Paulo parece estar respondendo num outro nível. **Sim, por certo: Por toda a terra se fez ouvir a sua voz, e as suas palavras, até aos confins do mundo** (habitado) (Sl 19.4). A palavra do salmo tem ciência de uma mensagem de alcance mundial, vinda do céu, diferente da lei que veio do Sinai. Esta mensagem consiste do louvor da glória do Deus Criador, identificada singularmente no esplendor da esfera do sol. Ela alcança incessantemente todos os que vivem sob o sol (Mt 5.45; Rm 1.19,20). A partir dessa perspectiva Paulo traça uma comparação: a redenção tem o mesmo alcance universal que a Criação. É por isso que o poder do evangelho também transcende os esforços missionários em particular, de cujas limitações Paulo em geral fala com realismo (Rm 1.10,13; 15.19-24). Contudo, além de iluminar o pequeno número de convertidos, Cristo é "a verdadeira luz, que, vinda ao mundo, ilumina a todo homem" (Jo 1.4,9). Antes que brilhe para eles, quando ainda estão de olhos fechados, atinge-os o esplendor do seu poder. Isso também vale para os judeus. Assim como o sol brilha o dia todo, assim as mãos estendidas e o chamado de Deus valem para eles "o dia todo". O apóstolo está confiando numa conjuntura que vigora com a ressurreição de Jesus Cristo (Mt 28.18). Ela é para Paulo uma realidade inegável, à qual ele se abre. Se os primeiros discípulos tivessem seguido unicamente

pesquisas, estatísticas, notícias sobre tendências, cálculos e prognósticos, hoje não haveria Bíblias nem comunidades cristãs em nenhum lugar.

19 **Pergunto mais**. Paulo é atormentado pela ansiedade de buscar as causas profundas do comportamento de Israel. Sem querer, Israel poderia ter deixado de ouvir algo, motivo pelo qual não teria entendido a mensagem. **Porventura, não terá chegado isso ao conhecimento de Israel?** No sentido do v. 18 cumpre responder: "Certamente que sim!" Por ter entendido muito bem, ignorou e caiu numa incompreensão culposa (v. 2,3; 1.21c). Contudo, em sua misericórdia, Deus tem como enfrentar essa carência, que é comum a todas as pessoas. É para essa verdade que conduz a continuação. Como primeira testemunha, diz o porta-voz de Deus, **Moisés**, em quem os escribas se fundamentavam com tanta predileção (Dt 32.21): **Eu vos porei em ciúmes com um povo que não é nação, com gente insensata eu vos provocarei à ira**. Em Rm 9.25,26 Paulo já havia enaltecido o despertar de gentios para a compreensão, apesar de ser notório que eles são tidos como definitivamente incompreensíveis. Porém tornaram-se amostra exemplar daquilo que a misericórdia de Deus é capaz. Dessa maneira desaparece a última desculpa de Israel, mas também brota a sua mais bela esperança. Pois quanto mais possível será que o mesmo aconteça com o povo eleito há milênios (cf a exposição sobre Rm 11.11).

20 Uma segunda testemunha também argumentou perante Israel com a promessa de que gentios se converterão. **E Isaías a mais se atreve e diz** (a Israel; Is 65.1)**: Fui achado pelos que não me procuravam, revelei-me aos que não perguntavam por mim.** Deixar de buscar a Deus e de perguntar por ele (Rm 1.28; 3.11), virar as costas sem se voltar mais para localizá-lo, são atitudes que revelam o ser humano afastado não apenas exteriormente de Deus. Visualizar tais pessoas em perfeita comunhão com Deus apesar disso é uma profecia ousada, inaudita e extremamente consoladora.

21 O capítulo da culpa de Israel foi animado pela certeza dos esforços incessantes de Deus por seu povo renegado. É com essa certeza que ele também encerra. **Quanto a Israel, porém, diz** (na continuação, Is 65.2)**: Todo o dia estendi as mãos a um povo rebelde e contradizente.** (cf o exposto sobre o v. 18). Em vista de que para o apóstolo a autoridade da Escritura é decisiva e suficiente, ele não retoma a palavra no final dessa rica cadência de citações, como já não fez após Rm 9.25-29, para apresentar um resumo próprio.

Excurso: *Missão aos judeus?*

Missão é passar adiante a Boa Notícia. Tal mensagem, porém, não pode formar somente o conteúdo, mas também visa determinar a forma prática da missão. É por isso que o missionário irá ao encontro de todas as pessoas com respeito e, em conformidade com 2Co 5.20, com verdadeira cordialidade, "rogará", solicitará e convidará para que aceitem a candidatura para a realidade maravilhosamente grande e nova. Qualquer forma e maneira diferente seria uma contradição em si, deixaria de ser missão. Povos que receberam o evangelho assim como se recebe chibatadas não podem ser considerados como cristãos.

a. No que se refere a dois milênios de missão cristã aos judeus deve-se falar, em boa extensão, de uma missão questionável. De forma violenta, sob o emprego de pressão social, judeus foram convertidos à força, sobretudo no tempo da Inquisição, por ordem governamental.

b. Com base nessas experiências, a missão entre judeus é radicalmente rejeitada por judeus. Eles a suportaram como aniquilamento de seu povo, sim, eles a experimentam hoje como "continuação do holocausto com outros métodos". Contudo, a rejeição não se volta apenas contra os métodos da missão cristã, mas já contra o testemunho do próprio NT. Ainda que reverenciem profundamente o Jesus histórico, pesquisadores judaicos recusam qualquer qualidade de Messias que ele possa ter como sendo uma falsificação cristã. Por isso: "Encontros ou diálogos entre judeus e cristãos estão geralmente ligados à exigência judaica de que seja prestada uma declaração de renúncia à missão entre judeus". A situação em que tais diálogos funcionam melhor é quando o lado cristão assume as posições da teologia liberal protestante, pois ela declara por iniciativa própria que Jesus na verdade viveu de modo extraordinário, morreu, foi sepultado e se decompôs, mas sem nenhuma característica messiânica. Essa circunstância é reprimida ou não é percebida por muitos cristãos.

c. Em amplos círculos eclesiásticos paga-se hoje de fato o preço exigido para os diálogos: "Rejeição da missão aos judeus em qualquer forma". Contudo, nem sempre a base de tal atitude é a teologia liberal. Muitas vezes trata-se de cristãos que tentam ouvir com fé o que diz a Escritura.

Segundo ela, apesar de parcialmente empedernido, Israel é o povo de Deus e continua sendo detentor das mais elevadas dádivas e vocações (Rm 9.4,5; 11.29). Israel é semelhante ao filho mais velho na parábola de Lc 15.11-32. Ele sempre ficou na casa do Pai e viveu sob as suas ordens. Apesar da discordância com ele, o Pai lhe dá a confirmação: "Meu filho, tu sempre estás comigo; tudo o que é meu é teu" (v. 31). Uma conclusão precipitada leva à seguinte dedução da parábola: israelitas não precisam dar meia-volta. Desde sempre creram nesse Deus único, possuem no AT a mesma Sagrada Escritura que nós e são, por isso, nossos "irmãos" espirituais. O projeto de convertê-los seria, sob essas premissas, um grave equívoco. Por essa razão, não foi outro teólogo que o famoso Karl Barth que rejeitou a missão entre os judeus. Depois de apresentar a nós "pobres gentios" o "judeu extraordinariamente agraciado", ele indaga: "Que razão há para fazer missão?" "Que teríamos a ensinar-lhe que ele já não soubesse, e que não caberia antes a nós aprender dele?" (*KD IV.3* [1959], pág 1006). A resposta à questão não é tão simples como Karl Barth parece sugerir. Faz diferença se "o judeu" é, p. ex., o próprio Jesus ou, p. ex., Paulo antes da sua conversão. Fixemo-nos nesse momento no judeu que a carta aos Romanos pressupõe. Ele "se gloria da lei" e "tem zelo por Deus, porém não com entendimento" (Rm 2.17-23; 10.2,3). É por isso que ele também não se deixa conduzir até Jesus Cristo por suas Sagradas Escrituras. Para ele, um véu encobre o AT e o seu coração (2Co 3.14-16). Que poderia ele - com essa coberta! – ensinar, então, a nós? Em diálogos informativos, ele é capaz de nos esclarecer perguntas objetivas sobre a língua, a mentalidade e o cerimonial do judaísmo, mas não de prestar o verdadeiro serviço para o qual Deus escolheu Israel: ele não é testemunha de Deus (Is 43.10; 44.8; At 1.8) e não saberá engrandecer o Cristo "segundo as Escrituras" (1Co 15.3-5).

d. Retornando à situação atual. Será que os cristãos também são devedores do evangelho aos judeus em palavra e ação? Ou será que nesse lugar entra "a solidariedade fraterna e o diálogo ecumênico" com os judeus? Diálogo é bom, mas sobre o quê? Como é a visão bíblica? Em virtude de toda a história da revelação desde Abraão, o evangelho de Jesus Cristo como Senhor presente de todas as pessoas pertence permanentemente aos judeus. Por isso, os missionários do primeiro cristianismo não deixaram de lado nem Jerusalém, território originalmente judaico, nem as regiões semi-judaicas da Judéia e Samaria. Também para a doutrina e prática de Paulo foi um fundamento permanente: "primeiro os judeus" (Rm 1.16 [BLH]). Nunca ele ensinou a tese inversa: os judeus por último. Onde passava e ficava, dava tudo de si, "a fim de ganhar os judeus", i. é, salvá-los (1Co 9.20-22). Bem entendida, a missão aos judeus é até condição prévia da missão aos gentios, pois como poderia ser bom para os gentios algo que não é bom sequer para os amados de Deus?

3. A solução: Misericórdia igual para Israel e os gentios, 11.1-36

Observação preliminar

Depois do trabalho preparatório no item 1 e da exposição da realidade deprimente no item 2, Paulo tem agora condições de voltar-se à solução do assunto anunciado em Rm 9.6a: A fidelidade inabalável de Deus em suas promessas para com Israel. Nessa fidelidade Deus segue por caminhos inesperados e misteriosos, porém chega ao alvo. É por isso que uma série de definições da finalidade emoldura o raciocínio (frases com "para que/a fim de" nos v. 11,19,25,31,32). No final tudo desemboca na frase conclusiva: "a fim de usar de misericórdia para com todos (a saber, de judeus e gentios)" (v. 32). Com "misericórdia, compadecer-se" Paulo sintetiza a ação consumada da salvação divina (Rm 9.15,18,23; 11.30,31,32; 15.9).

a. Israel não repudiado, ainda que parcialmente endurecido, 11.1-10

1 **Pergunto, pois: terá Deus, porventura, rejeitado o seu povo? De modo nenhum! Porque eu também sou israelita da descendência de Abraão, da tribo de Benjamim.**
2 **Deus não rejeitou o seu povo (1Sm 12.23), a quem de antemão conheceu. Ou não sabeis o que a Escritura refere a respeito de Elias, como insta perante Deus contra Israel, dizendo:**
3 **Senhor, mataram os teus profetas, arrasaram os teus altares, e só eu fiquei, e procuram tirar-me a vida (1Rs 19.10,14,18).**
4 **Que lhe disse, porém, a resposta divina? Reservei para mim sete mil homens, que não dobraram os joelhos diante de Baal (1Rs 19.18).**
5 **Assim, pois, também agora, no tempo de hoje, sobrevive um remanescente segundo a eleição da graça.**
6 **E, se é pela graça, já não é pelas obras; do contrário, a graça já não é graça.**

7 **Que diremos, pois? O que Israel busca, isso não conseguiu; mas a eleição o alcançou; e os mais foram endurecidos,**
8 **como está escrito: Deus lhes deu espírito de entorpecimento, olhos para não ver e ouvidos para não ouvir, até ao dia de hoje (Dt 29.4; Is 29.10).**
9 **E diz Davi: Torne-se-lhes a mesa em laço e armadilha, em tropeço e punição;**
10 **escureçam-se-lhes os olhos, para que não vejam, e fiquem para sempre encurvadas as suas costas (Sl 69.22,23).**

Observação preliminar

Nem por um instante Paulo pode aceitar a imagem de um Deus que afasta de si Israel com ambos os braços. Para seu povo Deus é, como o último versículo de Rm 10 acaba de revelar, um Deus de braços estendidos, abertos. Por outro lado, o "não" da sinagoga a Cristo constituía fato conhecido em Roma, de maneira que era fácil para os leitores gentílico-cristãos de lá recorrer à explicação de que Deus evidentemente teria excluído esse povo da história da salvação (cf v. 17-22). Afinal, de que maneira ele poderia concretizar seu objetivo de Gn 12.3, de abençoar o mundo, com inimigos do evangelho (v. 28)!? É nesse ponto que Paulo interfere.

1 **Pergunto, pois: terá Deus, porventura, rejeitado o seu povo?** Para quem vem da Escritura, p. ex. orando com o Sl 94.14, existe somente uma resposta: **De modo nenhum!** O próprio Paulo era um contra-argumento vivo: Deus o tinha aceito! Ele traz à consciência de seus leitores quem está diante deles: **Porque eu também sou israelita da descendência de Abraão, da tribo de Benjamim**. Ou seja, quem fala de Israel, por favor saiba distinguir. A referência à origem genealógica não tem nada em comum com o tolo orgulho de eleito de antigamente (Fp 3.5; 2Co 11.22), mas serve tão somente como lembrete: Eu não era, eu *sou* judeu e israelita no sentido pleno! Porém o que realmente é importante nessa questão não depende de uma pessoa isolada.

2-4 Voltemos primeiro àquele "De modo nenhum!" do v. 1: **Deus não rejeitou o seu povo** (1Sm 12.23)**, a quem de antemão conheceu**, ou seja, escolheu (cf o exposto sobre Rm 8.29). Nem mesmo o fato de que a maioria de Israel tenha expulsado o evangelho de Jesus Cristo e seus mensageiros é capaz de impor-se contra essa certeza. Ela é nutrida por uma palavra que, em vista de uma infidelidade anterior de Israel, iluminou como um relâmpago a fidelidade de Deus para com a aliança. **Ou não sabeis o que a Escritura refere a respeito** (do texto) **de Elias, como insta perante Deus contra Israel, dizendo: Senhor, mataram os teus profetas, arrasaram os teus altares, e só eu fiquei, e procuram tirar-me a vida** (1Rs 19.10,14,18). O v. 4 expõe o sentido em que esse exemplo da Escritura é norteador: **Que lhe disse, porém, a resposta divina? Reservei para mim sete mil homens, que não dobraram os joelhos diante** (do ídolo) **de Baal** (1Rs 19.18). O começo da frase: "Reservei!", "Eu guardei" (BLH) coloca na ponta uma ação de Deus. Porque Deus está atuando no meio de seu povo, é necessário fazer distinção em Israel. Existe o grupo de pessoas retidas, independentemente da coragem e fidelidade humanas, assim como do grau de sua familiaridade, pois o próprio Elias não suspeitava de nada. Pelo mero fato de existirem, elas significavam profecia a caminho. Por existirem, e porque de agora em diante Elias podia pensar nelas, elas transmitiam força de esperança. Neles já havia algo do Israel completo, pois seu número, sete mil, não é número de contagem, e sim número de sentido, número de uma plenitude intentada por Deus. Era assim que Deus levava avante a sua causa com Israel, até mesmo atravessando a apostasia.

5,6 O texto da Escritura permite uma aplicação à situação atual de salvação porque Deus é hoje o mesmo que naquele tempo. **Assim, pois, também agora, no tempo de hoje, sobrevive um remanescente.** Novamente aparece o conceito profético central do "remanescente" (cf o exposto sobre Rm 9.27). No judaísmo, que igualmente preservou essa doutrina, era considerado como resto todo aquele que, em meio à secularização geral, se mantinha firme na sua devoção. Contrariamente, Isaías transferiu a ênfase de remanescente "devoto" para remanescente convertido por Deus (Rm 9.28!), um remanescente que, em função desse anúncio, também carecia de conversão. "Um remanescente se converte!" (duas vezes em Is 10.21,22). É nessa linha de pensamento que encontramos Paulo: É um remanescente **segundo a eleição da graça**, são pecadores agraciados dentre os judeus, uma circunstância destacada com força: **E, se é** (se aconteceu) **pela graça, já não é pelas obras; do contrário, a graça já não é graça.** Essa menção do contraste entre graça e obras da lei traz novamente para dentro da reflexão Rm 1–8 (cf o já exposto sobre Rm 9.11b,12a). O que no

tempo de Elias eram aqueles sete mil, são, portanto, no tempo de Paulo, os judeus convertidos a Cristo.

7-10 Isso, no entanto, não significa que Deus cai na passividade diante do "não" da maioria dos judeus. Deus sempre é Deus, motivo pelo qual não há pecado sem conseqüências. **Que diremos, pois? O que Israel busca, isso não conseguiu; mas a eleição o alcançou; e os mais foram endurecidos.** Embora esses últimos, diferentemente dos desconhecidos sete mil, representem o Israel oficial, fala-se deles como à margem, como os "demais". Porque à vista do evangelho se encaminharam para a justiça própria (Rm 10.2,3), não alcançaram sua justificação; sim, eles colheram um endurecimento temporário da sua vontade tal como estava. Cabe no contexto dessa questão também a afirmação de que Deus os "entrega", segundo Rm 1.24,26,28. Porque eles "estão sempre resistindo ao Espírito Santo" (At 7.51 [VFL]), Deus os deixou por conta de um espírito maléfico. **Como está escrito: Deus lhes deu espírito de entorpecimento** ou, conforme Is 29.10, de profundo sono, **olhos para não ver e ouvidos para não ouvir, até ao dia de hoje** (Dt 29.4). Numa determinada fase, Deus é capaz de bloquear o arrependimento, a fim de impedir uma conversão superficial. Ele se nos presenteia somente por intermédio do juízo.

Ainda um segundo testemunho da Escritura retoma a situação de não poder ver, sublinhando o tema com um impacto imenso: **E diz Davi: Torne-se-lhes a mesa em laço e armadilha, em tropeço e punição; escureçam-se-lhes os olhos, para que não vejam, e fiquem para sempre encurvadas as suas costas** (Sl 69.22,23). Paulo usa a palavra "mesa" em 1Co 10.21 para designar a mesa do altar nos cultos gentios. Esse móvel era rodeado pelos sacerdotes gentílicos na celebração litúrgica, que lhe faziam incontáveis reverências (cf 1Rs 18.26). Por isso consta aqui no final, com relação simbólica ao serviço judaico à lei, que seus adeptos continuem a entregar-se a ela intensamente, ou seja, que se endureçam e encalhem em sua religiosidade!

Para não escorregarmos na interpretação dessas afirmações, recordemos mais uma vez os esperançosos v. 4-6. Não era opinião de Paulo que essa ação judicial de Deus pudesse tornar impossíveis por princípio conversões de judeus. Endurecimento não é rejeição, mas uma situação que ainda está em aberto (cf o exposto sobre Rm 9.26, no final). Em Rm 2 Paulo confronta seus irmãos resistentes ao arrependimento com a "riqueza da sua bondade" (v. 4), que os rodeia poderosamente em plenitude (v. 4).

b. A finalidade salvadora de Deus com vistas à parte endurecida de Israel, 11.11-16

11 **Pergunto, pois: porventura, tropeçaram para que caíssem? De modo nenhum! Mas, pela sua transgressão (até), veio a salvação aos gentios, para pô-los em ciúmes (para imitá-los).**
12 **Ora, se a transgressão deles redundou em riqueza para o mundo, e o seu abatimento, em riqueza para os gentios, quanto mais a sua plenitude!**
13 **Dirijo-me a vós outros, que sois gentios! Visto, pois, que eu sou apóstolo dos gentios, glorifico o meu ministério,**
14 **para ver se, de algum modo, posso incitar à emulação os do meu povo e salvar alguns deles.**
15 **Porque, se o fato de terem sido eles rejeitados trouxe reconciliação ao mundo, que será o seu restabelecimento, senão vida dentre os mortos?**
16 **E, se forem santas as primícias da massa, igualmente o será a sua totalidade; se for santa a raiz, também os ramos o serão.**

Observação preliminar

A parcela convertida do povo de Israel constituiu um primeiro sinal de esperança (Rm 11.1-6). Contudo, não apenas isso. Deus igualmente incorpora o "não" dos endurecidos ao seu agir resoluto, fazendo com que esse povo, convertido ou não, desempenhe permanentemente um papel da história da salvação. Entretanto, para que a interpretação não ultrapasse o alvo, observemos que este trecho é governado pela palavrinha "se" (v. 12,15,16). De acordo com ela trata-se de informações apenas relativas. Sob tais e tais condições vale isso e aquilo, sem uma análise sobre se, ou quando, ou como se cumpre a condição. Em segundo lugar trata-se, nos v. 12,15, de frases nominativas, determinadas apenas por substantivos, faltando os verbos. Nossa tradução abrirá mão de completar o que falta e, ao invés disso, assinalará as frases com pontos de exclamação. Pelo sentido literal, Paulo exatamente não descreve uma ação, não anuncia acontecimentos, mas observa, admirado, as situações e suas relações entre si. Embora possuísse o dom da profecia, mantinha-o sob controle (1Co

14.32). Quando a profecia terminava, Paulo não continuava especulando. Antes, seguia em atitude de oração. De acordo com Rm 10.1, precisamente esse capítulo foi escrito em oração. Paulo se rende com seus desejos e suas esperanças integralmente à vontade de Deus.

11 A pergunta do v. 1 continua martelando. Qual é, portanto, a situação da parte endurecida de Israel, sobre a qual Paulo teve de falar de maneira tão deprimente nos v. 7-10, os quais terminaram com a expressão "para sempre"? Ou seja, rejeição como estado permanente? **Pergunto, pois: porventura, tropeçaram** (cf Rm 9.32,33) **para que caíssem?** Como em Rm 14.4, "cair" é aqui metáfora para banimento no juízo final, ao contrário de "estar de pé". Contudo, esse "cair" de Israel jamais é a intenção de Deus: **De modo nenhum,** pois nesse caso também sua palavra "falharia" (Rm 9.6). Ele não entregou seu povo cambaleante à queda livre, **mas** segurou-o na mão como seu instrumento. Ele continua agindo com bênçãos por intermédio desses endurecidos, porém eleitos, sim por intermédio desses inimigos, mas amados (v. 28)! Como haveremos de entender isso? Já em Rm 9.23 Paulo testemunhou de forma genérica que Deus é capaz de manifestar sua glória em pessoas perdidas. Agora isso chega ao nível prático.

O "não" de Israel causou uma grande bênção: **pela sua transgressão, veio a salvação aos gentios.** Numa ilustração: A água de um rio represado corre para um leito diferente, irrigando dessa maneira outras áreas de terra. Ou, conforme Mc 7.28: As migalhas que caem da mesa das criancinhas beneficiam os cachorrinhos debaixo da mesa. A passagem do evangelho para os gentios, depois que foi dirigido primeiramente só a Israel (At 11.19), sendo, porém, barrado por esse povo, constituiu repetidamente uma experiência prática dos missionários cristãos no primeiro século e finalmente convenceu-os por sua regularidade como sendo desígnio superior. O fracasso dos judeus trouxe salvação aos gentios. Este, porém, não foi somente uma experiência histórica inicial há mil e novecentos anos, mas ainda hoje é palpável, p. ex. em cada exemplar do AT que temos em mãos. Se o víssemos com olhos abertos, ficaríamos sumamente maravilhados pelo fato de essa coletânea de Escrituras judaicas estar entre nós. A literatura de outros povos da Antigüidade pode ser achada apenas nas bibliotecas especializadas dos eruditos, mas essa Bíblia judaica nos abençoa no cotidiano, preserva o caráter cristão de nossas igrejas. Nela volta todos os dias à nossa presença o papel de Israel, mesmo empedernido, para a história da salvação. Em relação ao seu conteúdo, K. Haacker escreve com razão: "Conhecemos o Deus vivo e verdadeiro somente a partir das experiências que pessoas do povo de Israel tiveram com ele… O reconhecimento de Deus em Israel constitui também a base do nosso reconhecimento de Deus. Precisamente por isso as Escrituras Sagradas de Israel tornaram-se Bíblia da igreja, apenas complementadas – não substituídas! – pelo NT. O Deus no qual nós cristãos cremos distingue-se dos deuses gentílicos, assim como das concepções de Deus na filosofia, como 'o Deus de Israel'".

Contudo, este é apenas um lado. Missão aos gentios não se esgota na conquista de gentios. Na verdade, Deus usou inicialmente a desobediência de Israel para canalizar o evangelho às nações, porém agiu assim **para pô-los** (também os próprios judeus) **em ciúmes** (impelindo-os a imitá-las). Esse aspecto provocativo, que conforme Rm 10.19 Paulo deduziu do cântico de Moisés de Dt 32.21 e que ele repete aqui e no v. 14, tornou-se norteador para ele. Ele entende essa provocação pelo lado positivo, como um esforço ansioso de conquistar emulação: "Provai e vede que o Senhor é bom" (Sl 34.8)! Essa atração também se concretiza em Rm 10.21, em que Deus estende as mãos ao seu povo "todo o dia". Sem dúvida a redenção dos gentios também provoca os judeus à irritação e à raiva. Um exemplo é Jonas, quando experimentou a misericórdia de Deus pela Nínive gentílica: "Com isso, desgostou-se Jonas extremamente e ficou irado" (Jn 4.1). De forma similar, o irmão mais velho se enraiveceu contra seu pai na parábola, quando este teve compaixão do irmão perdido (Lc 15.28). Contudo, ambas as passagens da Bíblia terminam com um esforço enorme de conquistar o irado e envolvê-lo na compaixão e no compartilhamento da misericórdia de Deus. Entretanto, é significativo como isso se deu. Deus não confrontou Jonas, p. ex., com o estado gratificante da devoção dos ninivitas, assim como o pai em Lc 15 tampouco tentou de forma alguma convidar à festa o filho mais velho com base no novo bom comportamento do filho que retornou. Da mesma forma Paulo não destacou diante de seus compatriotas as qualidades morais das igrejas gentílico-cristãs. Muito antes enalteceu a graça que se empenha pelos descrentes (Rm 5.6). É a partir dela que ele tentou conduzir seus irmãos para fora da resignação que se arraigou profundamente neles (Rm 7.24; Mt 11.28), uma resignação que certamente impede mais que qualquer outra coisa a conversão: Se Deus aceitou essas pessoas, também o povo infiel de Israel pode ter esperança. Sob esse aspecto Paulo reconheceu uma

maravilhosa interação entre missão aos gentios e missão a Israel, "para que concordemente e a uma voz glorifiqueis ao Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo" (Rm 15.6). Essa esperança também comprova que Paulo, quando fala do endurecimento de seu povo por Deus, não está prestando tributo à doutrina mecanicista da predestinação. Israel não foi transferido para um estado imutável de imobilidade, mas é rodeado por uma abundância de bondade, paciência e longanimidade de Deus, à qual é capaz de responder.

Os versículos subseqüentes comunicam uma idéia a respeito de como Deus procura atrair. Paulo deixa transparecer como ele engrandeceria a graça diante de seus irmãos judaicos. **Ora, se a transgressão deles redundou em riqueza para o mundo, e o seu abatimento, em riqueza para os gentios…** Inicialmente ele retoma mais uma vez a expressão "transgressão" do v. 11, qualificando-a, porém, num acréscimo, como seu fracasso. Afastando-se do Messias, Israel prejudicou sua própria natureza messiânica, o que foi quitado, conforme o v. 15, com a "rejeição" desse povo. Apesar disso, Deus fez o fracasso resultar em riqueza espiritual dos gentios. Disso se conclui: Se Deus já provoca tamanha riqueza por meio do Israel que fracassou, então ele com certeza não se mostrará pobre diante de um Israel que reencontra a sua verdadeira substância. É preciso concluir o contrário: **quanto mais a sua** (i. é, de Israel) **plenitude!** Um "Israel plenificado", nesse contexto, obviamente não é um Israel completado numericamente, uma vez que a palavra "plenitude", que em si abriga muitos sentidos, obtém um perfil claro no presente versículo pelo seu oposto, a saber, sendo o contrário de "fracasso". Paulo vislumbra um Israel que se encontra na plenitude de seu envio messiânico. Como tal, esse povo será portador de bênçãos para o mundo em proporção muito maior do que quando estava endurecido.

13,14 A última frase não foi formulada até o final. Por isso não se podia captar bem o que o apóstolo estava pensando. Nos versículos seguintes seus leitores recebem a idéia passada a limpo: **Dirijo-me a vós outros, que sois gentios! Visto, pois, que eu sou apóstolo dos gentios, glorifico o meu ministério** (também com vistas a Israel)**, para ver se, de algum modo, posso incitar à emulação os do meu povo.** Nessa provocação dirigida a Israel, portanto, não se trata de um evento a partir do céu, mas de desenvolvimentos dentro do processo histórico de missão. Deus concretiza o anúncio em Dt 32.21: "eu os provocarei" por meio de pessoas, aqui primordialmente pelo apóstolo dos gentios Paulo. Portanto, Paulo não desejaria ser mal-interpretado: Os gentílico-cristãos, que são interpelados até o v. 32, não deviam apossar-se da ardente dedicação dele à obra entre eles como sendo algo hostil aos judeus. Ao mesmo tempo ele entende sua atuação entre eles como um poderoso convite de Deus dirigido ao seu próprio povo. Essa atuação, no entanto, caracterizava-se genuinamente como missão cristã: Fundamentalmente ela se desenrola sob a possibilidade de talvez poder **salvar alguns deles**'. Salvo será quem crer – pessoa por pessoa. Não está sendo prenunciado nenhum evento coletivo portentoso.

15 Tendo deixado isso claro, Paulo repete a exaltação da graça do v. 12, servindo-se, porém, de expressões que destacam menos as manifestações perante o próprio Israel e mais a atuação de Deus por trás delas. **Porque, se o fato de terem sido eles rejeitados trouxe reconciliação ao mundo, que será o seu restabelecimento, senão vida dentre os mortos?** ("Porque se a rejeição deles – reconciliação ao mundo, como sua aceitação – se não vida dentre os mortos!" [tradução do autor]). Deus onerou o fracasso que causaram por culpa própria (v. 12) com rejeição, mas apesar disso utilizou esse povo como instrumento de bênção. Dessa maneira o tapete da reconciliação foi empurrado para debaixo dos pés das nações. Cumpre reler, aqui, 2Co 5.18-21. No âmbito da proclamação entre todos os povos, também entre Israel, Paulo contou com o fato, expresso há pouco no v. 14, de que também membros da parte rejeitada de Israel "sejam salvos". Descreveu esse processo detalhadamente em Rm 10.9-13. Lá também está fora de qualquer dúvida que o Senhor, rico em misericórdia, aceita indistintamente judeus que o invocam. Essa aceitação culmina cada vez no grito de alegria de Lc 15.24: "Este meu filho estava morto e reviveu!" Para quem foi aceito, há certeza da nova vida. Por isso: **que será o seu restabelecimento, senão vida dentre os mortos?** Já foi na fé de Abraão que se revelou aquele que vivifica. E, conforme Rm 4.17-23, também encontram-se ali as raízes da fé cristã. Segundo Rm 8.2 a igreja experimenta o "Espírito da Vida" de Ez 37. Nessa perspectiva a primeira igreja encontrava-se em casa. "Vida dentre os mortos" constituía para eles uma atualidade, não a borda mais longínqua da história da salvação.

16 Duas ilustrações trazem uma premissa adicional para a confiança de Paulo em relação a judeus que até aqui estão endurecidos. A primeira ilustração lembra a prescrição de ofertar parte da massa de

pão, em Nm 15.18-20. **E, se forem santas as primícias da massa, igualmente o será a sua totalidade.** Da massa preparada para assar pão a dona de casa tinha de enviar primeiramente uma pequena quantia predeterminada à casa do sacerdote. Com isso a massa toda era considerada como consagrada a Deus e agradável a ele, sendo liberada para o consumo. Desse modo o pequeno remanescente fiel em Israel faz com que o povo todo não "se tornou como Sodoma e Gomorra" (Rm 9.29), mas continua pertencendo a Deus e, assim, é santo. A segunda figura não relaciona uma pequena parte com a massa toda, mas a origem do povo ao seu desdobramento nos membros. E **se for santa a raiz, também os ramos o serão.** A qualidade dos ramos é determinada pela raiz (quanto à explicação da raiz, cf o que será exposto sobre o v. 17). Referente ao conceito de santidade no presente texto: Em 1Co 7.13-16 Paulo é capaz de, contra seu uso terminológico comum, chamar de "santificada" uma pessoa que não crê e ainda não foi salva, se ela "consente em viver (com o cônjuge crente)". Pois por meio dessa convivência ela vive realmente na esfera de santidade. Portanto, existe uma santidade de segunda mão. Seguramente ela não representa o alvo dos caminhos de Deus, mas é algo promissor. Aquele entendimento de "santo" com certeza também coincide com o nosso versículo.

c. A maneira como acontece salvação, também e primeiro para os judeus, 11.17-24

17 **Se, porém, alguns dos ramos foram quebrados, e tu, sendo oliveira brava, foste enxertado em meio deles e te tornaste participante da raiz e da seiva da oliveira,**
18 **não te glories contra os ramos; porém, se te gloriares, sabe que não és tu que sustentas a raiz, mas a raiz, a ti.**
19 **Dirás, pois: Alguns ramos foram quebrados, para que eu fosse enxertado.**
20 **Bem! Pela sua incredulidade, foram quebrados; tu, porém, mediante a fé, estás firme. Não te ensoberbeças, mas teme.**
21 **Porque, se Deus não poupou os ramos naturais, também não te poupará.**
22 **Considerai, pois, a bondade e a severidade de Deus: para com os que caíram, severidade; mas, para contigo, a bondade de Deus, se nela permaneceres; doutra sorte, também tu serás cortado.**
23 **Eles também, se não permanecerem na incredulidade, serão enxertados; pois Deus é poderoso para os enxertar de novo.**
24 **Pois, se foste cortado da que, por natureza, era oliveira brava e, contra a natureza, enxertado em boa oliveira, quanto mais não serão enxertados na sua própria oliveira aqueles que são ramos naturais (por qualidade)!**

Observação preliminar

Agora Paulo torna palpável sua visão da situação por meio da ilustração da oliveira, amplamente exposta. Ela ainda lança reflexos sobre o trecho seguinte, de modo que nos encontramos aqui diante de um texto central de Rm 11. Além disso, o conteúdo doutrinário da figura coincide com Rm 1.16 em três aspectos. Primeiro, retorna no v. 23 o testemunho sobre o "poder de Deus": "Deus é poderoso!" (*dynamis – dynatos*). Em segundo lugar, na salvação volta a ser ponto axial e central a fé (v. 20,23), mais precisamente, a fé como premência urgente para cada pessoa, quer judeu, quer gentio. Finalmente, Paulo insiste claramente aqui no "primeiro os judeus" daquele texto, ao conscientizar o leitor, no v. 24, sobre as prerrogativas judaicas: "quanto mais os judeus!"

17 Depois do v. 16b, a relação entre raiz e ramos continua ocupando o pensamento, contudo de maneira diferente. Agora os ramos não formam mais um coletivo indiferenciado, mas podem contrastar entre si. Fala-se de **alguns dos ramos** em contraposição a outros. São os israelitas descrentes (v. 20), que **foram quebrados** da oliveira por um ato judicial. Em contrapartida, **tu**, o gentílico-cristão, como ramo silvestre, **foste enxertado em meio deles**, a saber, entre os judeus que permaneceram na oliveira porque crêem em Cristo.

Com certeza Paulo conhece a figura da oliveira de Jr 11.16, mas utiliza bem poucos elementos dessa idéia. Lá Israel aparece como oliveira que outrora foi frutífera e da qual foram queimados todos os ramos na tempestade de fogo do juízo. Aqui, porém, nem mesmo os galhos quebrados foram queimados (v. 24). Além disso Israel não está sendo comparado propriamente com a árvore, e sim com seus ramos. Não se considera o que se encontra entre raiz e ramos, i. é, tronco e galhos. Em

consonância com as Escrituras judaicas, a raiz é metáfora para Abraão. Não foi sem motivo que Paulo lhe dedicou todo Rm 4, ainda que lá não o trate como raiz, porém, com significado fundamental semelhante, como patriarca. Em concordância com o AT, Paulo elaborou um tipo de paternidade para Abraão em que a reprodução física passa para o segundo plano. Importância decisiva possui sua fé. Por meio dela ele se tornou muito mais que mero ancestral do povo judeu, a saber, "pai de muitas nações" (Rm 4.17). Em seu ato de fé está radicada toda a história da salvação. Esse é também agora o ponto de vista condutor. Somente pela fé tu, tanto judeu quanto gentio, **te tornaste participante da raiz e da seiva** – somente quem crê é sustentado pela raiz (v. 17,18).

O procedimento do enxerto, mencionado seis vezes, não tem nada a ver com a prática de aprimoramento que conhecemos. Pois essa árvore não recebe um ramo nobre, que a pudesse aprimorar. Tampouco deve-se lembrar do enxerto de ramos bravos ocasionalmente praticado na Antigüidade, a fim de rejuvenescer oliveiras envelhecidas. A presente raiz não deve nada ao ramo enxertado, antes pelo contrário: O ramo deve tudo à raiz. Portanto, conscientemente Paulo ultrapassa a figura da natureza. Não é gratuito o destaque que dá, no v. 24, ao "contra a natureza". Deus não está agindo de acordo com o modelo de um produtor hortigranjeiro, e sim como quem cria algo novo. É desse modo que também sucede o reimplante de ramos cortados, que normalmente já teriam sido queimados há tempo.

18 À circunstância de que um "ramo bravo" pode viver agora na abundante "seiva" da revelação da salvação, Paulo adiciona uma advertência que em si é desnecessária, mas que, não obstante, é incompreensivelmente necessária: **não te glories** (triunfante, olhando de cima) **contra os ramos**! Três coisas descabidas:

- No gentio agraciado flameja a febre do "eu". Ele desenvolve para si uma consciência de privilégio. Sorrateiramente transforma-se em ramo nobre.
- O gentio sente prazer maldoso diante do judeu que, afinal, deveria ser alguém amado por causa dos pais (v. 28b).
- Ele se esquece completamente de que está perante Deus (v. 20). Está de pernas para o ar. Precisa recolocar os pés no chão. **Porém, se te gloriares, sabe que não és tu que sustentas a raiz, mas a raiz, a ti.** O **ti** é pronunciado com voz enfática: Como é inoportuno um comportamento desses justamente para alguém como tu! Quanto à explicação da **raiz**, cf o exposto sobre o v. 17.

19,20 Agora o criticado "cristão" inimigo dos judeus defende seu comportamento com uma teoria que ele depreendeu supostamente da atuação de Deus. **Dirás, pois: Alguns ramos foram quebrados, para que eu fosse enxertado.** Assim fala a "teoria da deserdação": Israel teria perdido merecidamente sua eleição. Assim, alinha-se de volta com as demais nações, a fim de abrir lugar para a igreja cristã como sua sucessora legal. A resposta elogiosa: **Bem!** traz consigo a nota perspicaz: Não está tudo completamente errado o que dizes. Foi observada corretamente, no conteúdo, a queda dos judeus e a permanência dos cristãos de origem gentílica. Errada é a visão de que se estaria desenrolando um mecanismo planejado, dissociado da atuação interveniente de Deus. Deus não programa nenhuma pessoa de antemão e para toda a eternidade, pelo contrário, **pela sua** (deles) **incredulidade, foram quebrados**. Com a mesma sensibilidade, no entanto, ele também reage à mais leve reação no recanto do próprio coração. **Tu, porém, mediante a fé, estás firme** (estás em pé). Por isso: **Não te ensoberbeças,** não de distancies do chão para as alturas de tuas teorias humanas, **mas teme** o Deus vivo! Como num estrondoso crescendo repete-se sempre nesses versículos: Deus (v. 21), Deus (v. 20a), Deus (v. 22b), Deus (v. 23)! É para dentro dessa realidade que Paulo nos arrasta.

21 Nós os gentílico-cristãos deveríamos ter aprendido uma dupla lição. Por um lado não existe perante Deus nenhuma candidatura "natural" ao inferno. Pessoas flagrantemente não-eleitas podem tornar-se eleitas (Rm 9.25,26). Mas vale também o reverso: Não existe uma postulação mecânica da salvação. **Porque, se Deus não poupou os ramos naturais, também não te poupará.** Pessoas eleitas podem vir a ser rejeitadas. O NT contém, para os membros da igreja cristã, advertências que calam fundo.

Paulo resume. **Considerai, pois, a bondade e a severidade de Deus: para com os que caíram, severidade; mas, para contigo, a bondade de Deus, se nela permaneceres; doutra sorte, também tu serás cortado.** Nessa proclamação sobre Deus, a bondade que presenteia e o rigor do juiz perfazem uma unidade inseparável. Primeiramente sobre a severidade: De fato Deus é perigoso (cf v. 20: teme a Deus!), a saber, para todos e em todo tempo. "Salvar-se de Deus é possível unicamente

quando se foge para Deus" (Martinho Lutero). Permanecer na salvação somente é possível "se permaneceres na bondade" – uma paráfrase especialmente bela para "estar firme na fé" do v. 20.

23 Depois dessas afirmações, Paulo pode pronunciar com maior precisão sua esperança para Israel. **Eles também, se não permanecerem na incredulidade, serão enxertados** naquela boa oliveira. Não se pode deixar passar despercebido o "se não". Desde Rm 1.16 até Rm 10 Paulo expôs de modo inequívoco: A redenção está indissoluvelmente ligada ao Senhor Jesus Cristo e, por isso, à fé confiante nele. Vale neste ponto: "Nenhum outro evangelho!" (2Co 11.4). Ainda em Rm 10.12 ele foi claro em não admitir qualquer exceção desta verdade. Não há um segundo caminho para a salvação. Judeus não são salvos de modo diferente dos gentios. Esta é a única maneira pela qual se concretiza sua "aceitação" (v. 15). **Pois Deus é poderoso para os enxertar de novo.** Esse poder criador já resplandeceu no início da história da salvação (Rm 4.17,21, cf 11.15 e 16.25).

24 A partir de algo muito mais difícil, que Deus, porém, já foi capaz de realizar, Paulo traça agora uma conclusão para o reimplante de judeus na oliveira, um ato comparavelmente mais "fácil". **Pois, se** (tu gentio) **foste cortado da que, por natureza, era oliveira brava e, contra a natureza, enxertado em boa oliveira, quanto mais não serão enxertados na sua própria oliveira aqueles que são ramos naturais** (por qualidade)**!** Na verdade não existem para o Todo-Poderoso casos difíceis e fáceis. Ele tem poder para realizar tudo com facilidade. Porém, para derrotar o ceticismo humano, Paulo admite uma vez também graus diferentes de dificuldade para a Onipotência de Deus. Visto sob esse ângulo, é um fato extremamente admirável que Deus tenha despertado para si filhos de pedras, i. é, do concreto do paganismo (Mt 3.9; Ef 2.12). Quanto mais, e por isso mesmo, ele é capaz de aceitar novamente seus israelitas eleitos, aos quais ainda temos de atestar zelo por Deus e sua lei (Rm 9.31; 10.2).

No retrospecto, cumpre entender o sentido da longa frase dos v. 23,24: A repetição da forma futura "serão enxertados" é dependente da frase anterior: **se não permanecerem na incredulidade** quando forem expostos à pregação missionária, então Deus os enxertará novamente. Será que o farão? Paulo suplicou ardentemente por esse "se não" (Rm 10.1).

d. O mistério da salvação para "o Israel todo", 11.25-32

25 **Porque não quero, irmãos, que ignoreis este mistério (para que não sejais presumidos em vós mesmos): que veio endurecimento em parte a Israel, até que haja entrado a plenitude dos gentios.**
26 **E, assim, todo o Israel será salvo, como está escrito (Is 59.20; 27.9): Virá de Sião o Libertador e ele apartará de Jacó as impiedades.**
27 **Esta é a minha aliança com eles, quando eu tirar os seus pecados.**
28 **Quanto ao evangelho, são eles inimigos por vossa causa; quanto, porém, à eleição, amados por causa dos patriarcas;**
29 **porque os dons e a vocação de Deus são irrevogáveis.**
30 **Porque assim como vós também, outrora, fostes desobedientes a Deus, mas, agora, alcançastes misericórdia, à vista da desobediência deles,**
31 **assim também estes, agora, foram desobedientes, para que, igualmente, eles alcancem misericórdia, à vista da que vos foi concedida.**
32 **Porque Deus a todos encerrou na desobediência, a fim de usar de misericórdia para com todos.**

Observação preliminar

Continuam sendo interpelados os gentílico-cristãos, mas acalma-se a discussão viva de Rm 11.1-24. Depois de lançado o alicerce para uma solução da questão de Israel, exposto de forma concreta na comparação da oliveira, segue-se uma síntese doutrinária.

25a Uma figura de retórica, que se encontra em Paulo outras cinco vezes, faz a introdução: **Porque não quero, irmãos, que ignoreis.** Neste caso, porém, Paulo a complementa com uma justificativa expressa: **para que não sejais presumidos em vós mesmos**. Ele ainda se detém, portanto, no perigo há pouco formulado (v. 18-22), de que seus leitores gentílico-cristãos poderiam olhar com presunção sobre o Israel endurecido. Lá deu-lhes como lembrete o poder de Deus (v. 23b); agora, sua sabedoria (cf v. 33-35). Ele fala do **mistério**.

Os missionários da cristandade primitiva entendiam-se como administradores de uma quantidade de mistérios. As vinte ocorrências nas cartas de Paulo podem ser agrupadas em passagens que se referem a pontos isolados do plano divino, e outras cujo conteúdo é o centro dele. Nesse caso aparece o singular "mistério de Deus, mistério da sua vontade, mistério de Cristo, do evangelho, da fé" ou, sem carecer de complemento, provido somente do pronome demonstrativo, como aqui, "esse mistério". A esse mistério-chave Paulo devotava o verdadeiro serviço de sua vida, a saber, à proclamação do Cristo crucificado como sabedoria plenamente suficiente de Deus (1Co 1.30). Não se trata de um ponto ao lado de outros tópicos da doutrina da salvação, porém este mistério constitui o eixo dela, em relação ao qual tudo está posicionado e que decifra todos os demais mistérios (2Co 1.20). Entretanto, é contra essa peça central de sua teologia que os judaístas resistiam com tamanho ímpeto que Paulo constantemente pedia por intercessões para que não sacrificasse esse "mistério do evangelho" a tentativas quaisquer de intimidação.

Se Paulo, conforme líamos, considerou extraordinariamente importante comunicar esse saber de Cristo a seus leitores romanos, é certo que não teve um empenho menor no coração em relação às demais igrejas. A mesma preocupação deveria estar registrada em outras de suas cartas. A expectativa é confirmada. A carta aos Romanos não aparece isolada. Já nos dois primeiros capítulos de 1Co a questão gira, como aqui, em torno dos "sábios", que estão possuídos pela "sabedoria deste mundo" (BLH) e obcecados para a "sabedoria de Deus em mistério" (1Co 2.6,7; cf 1.17,18; 2.1-5,6-9). Como conteúdo central desse mistério aparece "Cristo como poder e sabedoria de Deus" (1Co 1.24). Como aqui, está em jogo um mistério da salvação, pois novamente a frase é regida pelo vocábulo "salvar". Ressalta nessa salvação, como em Rm, a dimensão universal, para "judeus como gregos (não-judeus [BLH])" (1Co 1.22-24). Na carta aos Efésios, escrita mais tarde, Paulo aborda mais uma vez essa salvação, agora de forma bem elaborada, amadurecida e inequívoca, e novamente sob o termo-chave "mistério". Logo no primeiro capítulo o termo vem ao nosso encontro: Ele consiste em que Cristo sintetiza tudo – "nós" judeus e "vós" gentios (Ef 1.9-14). Em Ef 2 ele acrescenta o grandioso trecho sobre a queda do "muro" entre judeus e gentios. Depois, em Ef 3, a passagem com o tríplice "mistério", definido agora claramente a partir do conteúdo: "segundo uma revelação, me foi dado conhecer o mistério… podeis compreender o meu discernimento do **mistério** de Cristo: *a saber, que os gentios são co-herdeiros* (com Israel), *membros do mesmo corpo e co-participantes da promessa* (com Israel) *em Cristo Jesus por meio do evangelho*... A mim… me foi dada esta graça de… manifestar qual seja a dispensação do **mistério**" (Ef 3.3-9). Enfim, também em Cl o termo "mistério" tornou-se um conceito central. A "riqueza da glória deste mistério" consiste, segundo Cl 1.26ss, no "Cristo em vós (gentios)", de maneira que judeus e gentios que crêem formam, no corpo abrangente de Cristo, uma comunhão reconciliada. Esse mistério, pelo qual Paulo possuía uma competência e também responsabilidade muito especiais, ainda não havia sido dito com tanta clareza aos romanos, que se haviam tornado cristãos fora da sua esfera de atuação. Ele fazia parte do "dom espiritual" e da "bênção de Cristo", com a qual Paulo também tencionava chegar em Roma (Rm 1.11; 15.29).

Chegamos a um ponto importante da explicação da carta aos Romanos, que sempre tem recebido máximo interesse por parte dos exegetas. Podem-se resumir mais ou menos assim as diferentes interpretações:

25b Segue-se a própria frase do mistério, culminando no v. 26a. Ela se refere primeiramente aos dois processos básicos do tempo presente, que já naquela época eram patentes para qualquer pessoa: *a* – a rejeição do evangelho por partes determinantes da sinagoga, e *b* – o surgimento de igrejas cristãs entre as nações. Ambos os pontos já haviam sido exaustivamente abordados pelo apóstolo em Rm 9.30-33; 10.1-3,16-21; 11.7-24. Contudo, vendo que seus leitores em Roma lidavam incorretamente com esses fatos e caíam em pecado (v. 8-22,25a), revelou-lhes o sentido divino desses acontecimentos. É justamente nisso que também se torna evidente a característica de mistério. Não obstante todas as aparências, os dois acontecimentos não transcorrem um contra o outro, nem sequer lado a lado sem relação entre si: **veio endurecimento em parte a Israel, até que haja entrado a plenitude dos gentios**. O "até" indica que:

- Esse endurecimento da parte de Deus perdura enquanto a missão está em andamento entre os povos, sim, a fim de que ela ande. Pois, por intermédio desse endurecimento acontece salvação do outro lado, aos gentios, como Paulo explicou no v. 11.

- Ao mesmo tempo vale inversamente: A missão entre as nações perdura por causa de Israel até o fim dessa era, e precisamente como sinal de fidelidade para Israel e incentivo para a salvação de judeus, como Paulo assegurou expressamente aos gentios nos v. 13,14 (cf Rm 10.19; 11.11). Dessa maneira o fluxo da graça passa de um lado para outro "agora, no tempo de hoje". Não há misericórdia para os gentios sem Israel, não há misericórdia para Israel sem os gentios, "a fim de usar de misericórdia para com todos" (v. 32).

Em decorrência, "endurecimento" não significa para judeus que estejam transportados para uma rigidez inalterável até que retorne o Senhor. Pelo contrário: Porque são "amados por causa dos patriarcas" (v. 28), Deus está estendendo suas mãos até eles durante todo o dia da salvação, a fim de salvá-los pela fé em seu Messias (v. 14,23,24). Na expressão "plenitude dos gentios" pode-se pensar num número predeterminado de convertidos, mas também é cabível um indício da "plenificação (forma verbal de *pleróo*) do evangelho" de acordo com Rm 15.19: Num dia, a ser estabelecido por Deus, ele estará consumado validamente. A proclamação do evangelho não é apenas obrigação (Mc 13.10), mas também traz consigo sua medida.

26a Agora Paulo desvenda todo o "mistério". Sob a recém-exposta estratégia dupla de Deus acontece um terceiro fato. Ele já principiou naquele tempo e ainda hoje está em andamento. Contudo, estará consumado somente após o fim do tempo de missão e misericórdia. Por isso Paulo muda agora para a forma futura: **E, assim, todo o Israel será salvo**. Uma típica frase de resultado! Com "e, assim" Paulo estabelece a ligação com a forma de procedimento de Deus há pouco descrita. Portanto, Deus conduzirá, no contexto da missão mundial, ao resultado prometido: **todo o Israel será salvo**.

Esta interpretação também é chamada de interpretação inclusiva. Outros exegetas (cf abaixo, o excurso *"Todo o Israel será salvo"*, pág 191ss) não consideram o processo da salvação de todo o Israel como acontecimento dentro da história da missão em andamento. Segundo eles, o processo começa somente depois do fim dessa história, por ocasião da volta de Cristo (a chamada interpretação excludente). Muitas vezes eles traduzem, então, a palavrinha "assim", *contrariamente* à comprovação lexicográfica, com "então". Naturalmente um "e então" nesse local dirige o olhar para um acontecimento posterior e corrobora muito bem aquela interpretação.

Entretanto, além da ligação lógica entre as partes da frase, cabe entender também os conceitos axiais. O que Paulo entende por "salvação" e "ser salvo" ele o havia anteposto à carta toda em Rm 1.16 e acabara de explicá-lo em Rm 10.8-13 com minudência singular: Salvação acontece por fé com base na pregação apostólica. As duas referências citadas ressaltam que nisso não há diferença nem para judeus nem para gentios.

Contudo, o que é **todo o Israel**? No AT a formulação faz parte do acervo de expressões correntes, sem marca especial de solenidade. Em contraposição a esse uso, destaca-se aqui o uso marcante: Depois de aparecer dez vezes um simples "Israel", anuncia-se em alta voz o objeto de um mistério: "todo o Israel". Deixemo-nos impactar pelo raiar cerimonioso dessa expressão. Porém, vejamos mais: Por meio da palavra adicionada "todo" ou "todos" esse Israel está em ligação com o v. 32. Também lá triunfa esse "todos". Após descrever caminhos separados de judeus e gentios, Paulo traça uma linha e soma tudo o que falou: *Todos* foram flagrados por Deus em sua culpa, a fim de que vigorasse para *todos* a misericórdia. Nisso não há o que tirar. Israel sozinho seria "muito pouco", como já consta em Is 49.6 (cf At 13.47). Não deve ficar só no "remanescente", na "eleição", na "raiz" ou nas "primícias". Todos esses termos, assim como perpassam Rm 11, pedem um preenchimento para o todo, para o "todo o Israel". Como chegará essa plenitude? Pela via do "enxerto", do "repatriamento", da "incorporação", do "embutir" ou da "introdução" de não-eleitos. É somente com esse acréscimo de membros de todas as nações que o povo de Deus se torna completo, como anuncia Hb 11.40: "para que eles, sem nós, não fossem aperfeiçoados". Esse Israel, que não é "todo" sem inclusão dos judeus que crêem, e que não é "todo" sem inclusão dos gentios que crêem, devia ser compreendido pelos romanos como o plano eterno de Deus em Jesus Cristo. Aqui também reside a base para as exortações apaixonadas de Rm 14,15. Consideremos ainda a palavra final de Paulo sobre o tema Israel, em Rm 15.7-12.

Ouvintes atentos da carta aos Romanos daquele tempo e de hoje dificilmente serão surpreendidos por essa compreensão inclusiva (englobante) de Israel. Ela já foi largamente preparada no AT. Desde o início Deus traçou caminhos que cruzavam maciçamente a elaboração de uma autocompreensão excludente em Israel. Evidenciou-se que nem os descendentes de Abraão eram todos contados como Israel, nem todos os israelitas eram descendentes de Abraão. No NT colhem-se os frutos dessa

trajetória educativa. Nele a filiação abraâmica pode ser negada a determinados judeus e atribuída a determinados gentios.

Voltemo-nos ao segundo aspecto: Deus pode suscitar filhos para Abraão de pedras (Mt 3.9) e também o faz. "Vós sois descendentes de Abraão e filhos de Deus!" escreve Paulo a gentílico-cristãos na Galácia [Gl 3.9,26]. A partir de agora antigos títulos de Israel podiam ser aplicados com a maior naturalidade a grupos locais cristãos, que incluíam gentios em grande número, ou até na maioria. São chamados "povo da propriedade", "sacerdócio real", "templo", "aliança", "luz", "*ekklesia*", "rebanho", "noiva". Eles são considerados os "eleitos, vocacionados, santos". Chegou-se até a afirmações extremas, provocadoras, nessa questão. Igrejas gentílico-cristãs são abertamente interpeladas como "o Israel de Deus" (Gl 6.16), incircuncisos de fato se chamam "a circuncisão" (Fp 3.3), Abraão é "pai" de não-judeus, Sara a sua "mãe" (Rm 4.16; Gl 4.26). Sobre essa ampla infra-estrutura do uso inclusivo de designações para Israel, Paulo também tem condições de falar, aqui, de "Israel", o qual se tornou "todo" segundo as promessas dos profetas e por meio da nova aliança no sangue de Jesus.

26b,27 Como faz com todos os pontos doutrinários importantes, Paulo confere também a esse uma fundamentação na Escritura. Ele a introduz, segundo costume judaico, com a expressão familiar: **como está escrito**. Em reprodução livre segue-se Is 59.20; 27.9: **Virá de Sião o Libertador e ele apartará de Jacó as** (ações de) **impiedades. Esta é a minha aliança com eles, quando eu tirar os seus pecados.**

Em consideração à palavra de 2Pe 1.20, "que nenhuma profecia da Escritura provém de interpretação pessoal" (NVI), esforçamo-nos em nos inserir no exemplo apostólico, assim como está registrado no NT. Então o tópico "Sião" lembra imediatamente Rm 9.33: Esse antigo símbolo da salvação já se cumpriu (cf o que foi exposto lá). A rocha Cristo foi lançada, o Redentor messiânico chegou. O que no tempo de Isaías ainda precisava ser formulado como: "Ele virá!" tornou-se entrementes presença cheia de graça: Ele veio e vem ainda hoje no Espírito Santo **de Sião**, desde o Gólgota, esse ponto de partida de toda ajuda e toda restauração. Ele purifica **Jacó,** uma palavra que no AT muitas vezes é usada para designar o povo todo, paralelamente a "Israel". O Messias realiza isso redimindo Jacó de toda a impiedade e retirando os seus pecados. Na morte sacrificial de Jesus a aliança se concretiza em nova configuração. Conhecemos esses termos centrais como a afirmação que forma o lastro de todos os quatro textos de sobre a Ceia do Senhor do NT. No centro da Ceia não está uma aliança que ainda teria de ser esperada, mas a memória da já efetuada "nova aliança no meu sangue para o perdão dos pecados". Este era, enfim, o objetivo de sua primeira vinda. Está consumado! Nessa obra, no entanto, nada acontece duas vezes: "Ele apareceu *uma vez por todas* no fim dos tempos para aniquilar o pecado mediante o sacrifício de si mesmo… e aparecerá *segunda vez, não para tirar o pecado*" (Hb 9.26-28 [NVI]).

Excurso: *"Todo o Israel será salvo"* (Rm 11.26)

A explicação aqui exposta (chamada de inclusiva) está em consonância com renomados teólogos bíblicos como Joachim Jeremias, Oskar Cullmann, Karl Barth e, não por último, Lutero e Calvino. Conforme mencionamos acima, a maioria dos exegetas da Bíblia não acompanha essa interpretação, defendendo a chamada leitura excludente, segundo a qual "todo o Israel" não inclui, nessa passagem, os gentios salvos, mas se restringe exclusivamente ao povo judeu. Os argumentos principais dessa interpretação são os seguintes:

1. Nos v. 25-27 Paulo não está concluindo os pensamentos dos v. 1-24. Ele interrompe o raciocínio anterior e aponta para um mistério, que ele deixa valer como mistério sem explicá-lo mais detalhadamente. Nos v. 1-24 ele sintetizou suas experiências no serviço da missão entre judeus, refletindo-as à luz da história da salvação. Fala da atitude de Israel diante do evangelho "agora no tempo presente" (Rm 11.5,31,32). Com as palavras "Não quero que ignoreis" ele dá início, no v. 25, a uma declaração profética com vistas ao futuro de Israel por ocasião da volta de Cristo. Para essa circunstância aponta sua formulação "até que haja entrado o número pleno dos gentios". Paulo está acrescentando ao raciocínio anterior uma afirmação escatológica. Porém, argumentamos que isso não é nada incomum: Também em Rm 8.18ss Paulo intercalou em suas exposições sobre o "tempo presente" uma prospecção para o futuro, qual seja, que os filhos de Deus serão revelados e que a criação será redimida. Do mesmo modo Paulo contrapõe, no v. 12, o presente ao futuro:

No v. 12: A "transgressão" (*héttema*) de Israel torna-se no tempo atual "riqueza dos gentios" (*ploutos*) – e no futuro "quanto mais sua (de Israel) plenitude" (*pléroma*, cf v. 25) será uma riqueza maior ainda.

No v. 15: À "rejeição" (*apobolé*) em forma de "endurecimento" (v. 7) é contraposta a "aceitação" (*proslémpsis*) de Israel, que será exclusivamente uma atuação maravilhosa de Deus, como "vida dentre os mortos". Parece uma arbitrariedade tentar aplicar todos os conceitos à maioria dos israelitas, mas fazer uma exceção no termo "aceitação", restringindo o significado dessa palavra, que aparece somente aqui no NT, à "aceitação de alguns judeus".

No v. 25: O "endurecimento" de Israel vale agora para uma parte dos judeus (*apo mérous*) por um tempo limitado por Deus (*achri hou*), depois segue-se a redenção de "todo o (*pas*) Israel".

É evidente que Paulo tem em vista a totalidade do povo de Israel na plenitude determinada por Deus.

2. A formulação "todo o Israel" no v. 26, "e, assim, todo o Israel será salvo", é encontrada apenas nesta passagem do NT. Não há como deduzi-la da LXX, mas é o equivalente da expressão hebraica *kol-jisrael* do AT. "Todo o Israel" constitui no AT o conceito sempre recorrente da totalidade de Israel na respectiva geração viva (Js 3.17; 23.2; 2Cr 30.1; Jr 9.26; Ml 4.4; etc.), circunstâncias em que muitas vezes o povo de Israel é representado por grupos específicos, como os anciãos, chefes de família, juízes e outros. Sempre o grupo está no lugar do todo (2Cr 29.24; Ed 6.16,17; 8.35), constituindo indício do povo. Mas jamais o todo se reduz ao grupo. Não se poderia imaginar que o significado de "todo o Israel" do AT fosse alterado em Rm 11.26 e tenha de ser compreendido no "sentido inclusivo", i. é, como os judeus convertidos, preenchidos com o número de gentios convertidos. Porém, ressaltamos que no AT "todo o Israel" refere-se à corporação do povo de Israel projetada por Deus, e esse significado coletivo também encontramos no NT quando Jesus diz a seus discípulos em Mt 19.28: "vos assentareis em doze tronos para julgar as doze tribos de Israel" (cf Lc 22.30). Na mesma direção apontam as palavras da "casa de Israel" em Mt 15.24 e At 2.36.

3. A transição entre os v. 25,26 (*kai houtos*) pode ser muito bem entendida – como no presente comentário – de forma retroativa, de modo que esteja levando a uma conclusão o pensamento precedente. Isto, porém, não é algo imperioso. Há também outra possibilidade, a saber, que a formulação *kai houtos* se refira, como em Rm 15.20,21, à parte subseqüente da frase (da mesmo modo em Lc 24.24; Fp 3.17). Então essas duas palavras estabelecem a relação com a citação da Escritura, de maneira que se pode dizer: "Assim (por esse caminho) todo o Israel será salvo, assim como está escrito…" Conforme essa leitura, o v. 26 estaria tirando uma conseqüência objetiva do v. 25. Esse v. 25 estaria falando do parcial "endurecimento" de Israel e da limitação cronológica dele fixada por Deus, quando "o número completo de não-judeus" (BLH) for alcançado. O v. 26 mostra, então, a conseqüência – todo o Israel será salvo - e a maneira como Deus revogará o "endurecimento": "Virá de Sião o Libertador e ele apartará de Jacó as impiedades".

Porém, visto que as palavras do apóstolo Paulo nos v. 25,26a estão dirigidas ao futuro, é preciso interpretar também a citação bíblica do AT em relação ao futuro. Na sua volta, Cristo aparecerá do mundo invisível de Deus e livrará Israel do peso de sua culpa. Há uma série de promessas do AT, que se cumpriram com a vinda de Jesus, porém cuja "realização em sentido pleno ainda está por vir" (cf Hc 2.3,4 com Hb 10.37; Is 9.6 com Lc 1.32,33 e Ap 19.6; igualmente Sl 2 com At 4.25ss e Ap 11.15). Paulo espera, p. ex., referindo-se a promessas do AT, que na volta de Jesus "todo o Israel" o identificará e reconhecerá como seu Messias.

4. A palavra "mistério" no v. 25 designa um mistério escatológico de Deus. Paulo sabia que a revelação de Deus engloba muitos mistérios (1Co 4.1). Seguramente faz parte do "mistério do evangelho", confiado a Paulo e desvendado por ele para seus leitores, que até seu retorno Cristo reúna os "membros de seu corpo" dentre judeus e gentios. Contudo, de outros mistérios Paulo falou somente de forma alusiva, sem trazer maiores explicações sobre eles, p. ex., a transformação dos que crêem por ocasião da volta de Jesus (1Co 15.51) e o "mistério da iniqüidade" (2Ts 2.7). Em cada texto o termo "mistério" refere-se a um acontecimento escatológico específico. Também em Rm 11.25-27 Paulo aponta para um processo sem explicá-lo mais de perto: Por ocasião da volta de Jesus "todo o Israel" será salvo. Permanece mistério de Deus como ele realizará isso. Paulo enfatiza expressamente: "Deus é poderoso" (v. 23).

28-32 Apresenta-se a atuação julgadora e salvadora de Deus para com judeus e gentios no tempo atual, mas ela precisa ser trabalhada para que se possa compreedê-la. Para isso Paulo destaca dois

contrastes no decurso histórico, esclarecendo cada um deles com uma frase introduzida com "porque" (v. 29,32).

28 A primeira contraposição: **Quanto ao evangelho**, i. é, com vistas à sua atitude diante do evangelho, **são eles** (os judeus) **inimigos por vossa causa; quanto, porém, à eleição**, i. é, com vista à sua eleição, são **amados por causa dos patriarcas**. Portanto, já agora, ainda e precisamente nessa sua oposição, são amados de Deus. Isso tornou-se visível no fato de que Deus abençoou através deles os gentios com o evangelho, fazendo-o em fidelidade aos patriarcas, aos quais havia prometido abençoar as nações por meio de sua descendência. A razão de Deus os ter enfrentado com endurecimento não era, pois, somente a culpa deles, mas também sua condição de abençoados. A título de explicação acrescenta-se:

29 Por trás está a confiabilidade de Deus: **porque os dons e a vocação de Deus são irrevogáveis**, a saber, que Abraão deveria tornar-se um "pai de muitas nações" (Rm 4.17). A palavra no início da frase significa literalmente "inarrependível", porém, no contexto de realidades jurídicas como aqui, não falamos de arrependimento, mas de revogação. Jamais Deus seria infiel a um pacto.

30,31 Paulo formula uma segunda vez com seus contrastes aquela imbricação das histórias de judeus e gentios, mas agora a partir de uma outra visão. No v. 29, era Israel que estava em primeiro plano, enquanto os gentios apareciam só pelas palavras "por vossa causa!". Agora eles ocupam o lugar destacado, para que deles se chegue a Israel. **Porque assim como vós também, outrora, fostes desobedientes a Deus, mas, agora, alcançastes misericórdia, à vista da desobediência deles, assim também estes, agora, foram desobedientes, para que, igualmente, eles alcancem misericórdia, à vista da que vos foi concedida.** Numa formulação bem talhada, Paulo traz numa só frase as questões com que lutou ao longo de capítulos. Nada é adiado para a volta de Cristo. Um "agora" duas vezes repetido amarra tudo no tempo presente de salvação, no qual se encontram Paulo, a igreja de Roma e nós.

32 Como já brilhou no v. 29, rebrilha outra vez uma frase com o "porque". Além da justaposição de judeus e gentios acontece também a sua unificação. **Porque Deus a todos encerrou na desobediência, a fim de usar de misericórdia para com todos**. Imaginemos uma grande rede de pesca (cf Ec 9.12), com a qual Deus **encerrou** de forma inescapável judeus e gentios. Um paralelo no conteúdo constitui Gl 3.22: Deus sitiou judicialmente a humanidade toda, colocando-a sob a inapelável sentença de culpa. Não há mais subterfúgio que possa levar para fora, nem auxílio que possa entrar. Nada mais resta que a experiência do furor puro. Somente a graça pode penetrar nesse recinto. Com isso está dito qual era o alvo de Deus: para que se compadecesse de todos. Nem o triunfo dos gentílico-cristãos, nem o orgulho dos judeus obtêm razão, mas unicamente a glorificação da graça de nosso Senhor Jesus Cristo.

e. Louvor conclusivo a Deus, 11.33-36

33 **Ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria como do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos, e quão inescrutáveis, os seus caminhos!**
34 **Quem, pois, conheceu a mente do Senhor? Ou quem foi o seu conselheiro? (Is 40.13)**
35 **Ou quem primeiro deu a ele para que lhe venha a ser restituído?**
36 **Porque dele, e por meio dele, e para ele são todas as coisas. A ele, pois, a glória eternamente. Amém!**

Observação preliminar

Pelo fato de a abordagem da questão de Israel em Rm 9–11 estar total e plenamente construída sobre Rm 1–8, é certo que o louvor conclusivo se refere a toda a parte doutrinária da carta, Rm 1–11. A exposição feita nesses capítulos, redigida sob empenho máximo de forças espirituais, torna-se poderosa demais para o próprio autor. Ele ora. Nessa oração ele utiliza uma linguagem como era cultivada de forma semelhante quando alguém orava no AT, no judaísmo e também no helenismo. Na adoração a Deus fenece o esforço da pessoa por criatividade em formulações próprias.

33 A adoração começa sem uma interpelação formal, com exclamações de admiração sobre as revelações de Deus: Que **riqueza** de seus dons (Rm 10.12), que **sabedoria** de seu agir (Rm 8.28), que **conhecimento**, i. é, que reconhecimento eletivo (Rm 8.29), convincente em sua veracidade. E mais: **Que profundidade!** Diante dela o ser humano reconhece seus limites: **Quão insondáveis são**

os seus juízos, e quão inescrutáveis, os seus caminhos! Na verdade Deus satisfaz nossa fé, ele se manifesta como aquele que é luz por dentro e por fora, sem a menor sombra de uma turbação, porém ele não satisfaz as nossas teorias, nem mesmo nossas teorias de fé. Temos de suportar uma impossibilidade última de explicar seu agir que julga e salva. O Deus revelado é ao mesmo tempo o Deus abscôndito. Uma comparação poderá mostrar como esses dois elementos formam uma só verdade: Há lagos nas montanhas cujo fundo não pode ser visto apesar de sua água ser límpida como cristal, precisamente por causa de sua profundidade.

34,35 Três perguntas sublinham a inescrutabilidade de Deus. **Quem, pois** (segundo Is 40.13)**, conheceu a mente do Senhor?** Na verdade temos a incumbência de testemunhar a série de feitos de Deus. Mas já estaremos passando dos nossos limites quando tentarmos estabelecer e supostamente entender todas as relações de sentido entre os diversos elos da corrente. **Ou quem foi o seu conselheiro?** Um governante terreno não pode ter seus olhos em todos os lugares. Por isso precisa do intercâmbio de uma equipe de conselheiros. As informações dela influem nas suas decisões. Deus, porém, tem os olhos e seu Espírito em todo lugar (Sl 33.18; Ap 1.4; 4.5,6,8). **Ou quem primeiro deu a ele para que lhe venha a ser restituído?** No seu governo Deus não é controlado por condições prévias. Não precisa afirmar-se perante ninguém. Não admite negociação em nada. As três perguntas chamam o ser humano, inclusive o profeta, inclusive o exegeta, para uma reverência suprema. Quem se submete à Escritura toda, vive descobrindo como ela tem capacidade de impedir que a sua mensagem seja afinada com os nossos esboços teológicos.

Em sua oração, Paulo precisou de dois versículos e meio para admitir suas limitações perante a sabedoria de Deus. Enfim, nosso pensamento, nosso reconhecimento e nosso falar profético é "em parte", é "infantil", e consegue ver apenas "obscuramente" (1Co 13.9-13). Apesar disso é enganosa a impressão de que, no final, Paulo ainda estaria desistindo de empenhar-se em prol da história da salvação. Ele não retira a validade da sua resposta dada em Rm 9–11. Como antes, de forma alguma continua sendo indiferente para ele se "sois ignorantes" (v. 25a). Mas ele é um exemplo no fato de que a teologia precisa passar por oração e adoração, para que também conduza à adoração e não à aguerrida insistência em ter razão.

36 Sob essa admiração diante dessas profundezas, Paulo recebe a certeza de que Deus está integralmente no controle da história. Nenhum governo contrário nem paralelo conseguirá impor-se. "O qual (Deus) é sobre todos" (Ef 4.6). **Porque dele, e por meio dele, e para ele são todas as coisas**. De acordo com esse "dele", "por meio de" e "para ele", o mundo não se encontra nem numa magnífica imobilidade, nem gira num infindável movimento cíclico, mas assemelha-se a um movimento dirigido para um alvo, e impelido por um extraordinário dinamismo interno. O orador tributa a esse Senhor o que lhe é de direito: **A ele, pois, a glória**, i. é, a glorificação final, eternamente. Amém!

III. A PARTE EXORTATIVA DA CARTA, 12.1–15.13

Observação preliminar

Rm 6 já apresentou a comprovação de que a justiça da fé e a justiça da vida estão profundamente entrelaçadas. Contudo, não bastam abordagens de princípios. Por isso, o apóstolo passa, no bloco final e mais longo da carta, para uma corrente de exortações práticas: é assim que deve e pode muito bem ser configurada a realidade do cotidiano daquele que crê. Numerosas cartas do NT são subdivididas de modo semelhante, numa parte doutrinária e noutra exortativa, aqui intitulada no seu todo com: "Rogo-vos". O sentido básico do verbo grego *parakaléo* é "anunciar a", "gritar para", que passa a ser usado também para "solicitar", "exortar". No NT acrescenta-se uma característica adicional que o termo havia adquirido como palavra para traduzir uma expressão do AT: "consolar". A partir daí, o termo se destaca pelo seu tom amigável e cordial. Basta lermos Is 40.1,2 para sentir a atmosfera em que essa exortação consoladora subitamente nos coloca. Os exortados encontram-se plena e integralmente no recinto acústico da salvação. Conforme os v. 7,8, exortação faz parte dos dons da graça. Exortar e receber exortação são processos básicos de uma vida cristã saudável. Por meio dela Deus transmite seus irrenunciáveis impulsos de direção. Assim, a igreja nada mais pode fazer do que parabenizar-se quando a exortação acontece em suas fileiras.

1. Convocação para cultuar a Deus com a vida, 12.1–13.14

Observação preliminar

Uma parcela dos cristãos em Roma já vivia na fé há mais tempo que o próprio Paulo. Eram provados por perseguições e ricos em percepção espiritual e amor ativo. O fato de Paulo expor diante deles um grande sortimento de instruções não depõe contra o apreço que tinha por essa igreja. Não devemos presumir atrás de cada versículo problemas agudos em Roma. Afinal, exortação não é apenas para causadores de problemas, não só para ignorantes, novatos e pessoas passíveis de correção, não só para casos graves (cf acima a opr a toda essa parte da carta).

a. Prefácio: misericórdia experimentada torna-se exortação, 12.1,2

1 **Rogo-vos, pois, irmãos, pelas misericórdias de Deus, que apresenteis o vosso corpo por sacrifício vivo, santo e agradável a Deus, que é o vosso culto racional.**
2 **E não vos conformeis com este século, mas transformai-vos pela renovação da vossa mente, para que experimenteis qual seja a boa, agradável e perfeita vontade de Deus.**

Observação preliminar

Depois de havermos introduzido ao bloco todo da carta, queremos referir brevemente à circunstância de que ao presente prefácio da *paráclese* se contrapõe, no final, em Rm 13.11-14, um epílogo de peso idêntico (cf a opr àquele texto).

1a Paulo introduz toda a sua exortação apostólica na esfera do "Pai da misericórdia" (2Co 1.4). **Rogo-vos, pois, irmãos, pelas misericórdias de Deus**. Na verdade não é ele próprio que está exortando. Para ele, isso seria pusilânime, sim, muito temerário. A misericórdia de Deus, no entanto, é uma autoridade e uma potência sem igual, difícil de experimentar sem que nos tornemos diferentes, sem que ela produza em nós "tanto o querer como o realizar" (Fp 2.13). Se não nos cobrirmos os próprios olhos, somos "transformados, de glória em glória" pela contemplação do seu Cristo (2Co 3.18). Obviamente esse ser transformado não cai sobre nós como numa anestesia, mas percorre o caminho da exortação, do ouvir obediente, da livre decisão, do querer resoluto e do agir enérgico. O que Paulo objetivamente tem em mente com "misericórdia" é revelado pela expressão anterior "pois". Ela estabelece ligação com Rm 11.30-32, porque ali ele havia resumido todo o agir redentor de Deus sob o tópico "misericórdia, compadecer-se". Ela abarca tudo por cuja compreensão Paulo se empenhou junto aos leitores durante onze capítulos. Desse modo, a exortação vibra agora no campo de força da mensagem de Cristo. Na verdade, o nome "Cristo" está ausente nesses dois capítulos (exceto em Rm 12.5), mas o som pleno de "Senhor Jesus Cristo" no último versículo (Rm 13.14) evidencia aquilo que esteve sempre presente.

Como será, agora, a vida daqueles que são carregados de um quarto de hora ao outro por essa essência da misericórdia de Deus e por nada mais?

1b A totalidade da misericórdia divina chama pela nossa totalidade. Isso é expressado aqui de forma única: **Rogo-vos… que apresenteis o vosso corpo por sacrifício**. Não há dúvida de que Paulo fala numa ilustração, mais precisamente evocando os cultos no templo, nos quais se colocavam "corpos" sobre o altar (Hb 13.11). Imediatamente, porém, Paulo deixa claros os limites dessa figura. Agora não se trata de corpos de animais, mas sim de "vosso corpo", e não se trata de cadáveres, mas de sacrifício vivo.

Salta à vista o discurso metafórico de sacrificar justamente o corpo. No fundo está seguramente o corpo sacrificado de Cristo, o qual o NT confessa com freqüência e com muita ênfase. O seu sacrifício na corporalidade terrena, visível, pública, e os nossos sacrifícios estão interligados. Mas como? Se levarmos em consideração a continuação no v. 2 e em todo o capítulo, Paulo não está convidando para o martírio. Mas, ao exortar à entrega do corpo, está dando uma ênfase peculiar. Se ele se limitasse à exclamação genérica de Rm 6.11: "Vivam para Deus!", com facilidade a entrega poderia voltar-se unilateralmente para dentro, assumindo um aspecto só interior, racional, religioso, místico – sem significado sério para a prática. O quadro, porém, é como se Paulo lançasse um olhar desafiador a seus leitores: "Diante da misericórdia de Deus no sacrifício de Cristo vocês ainda têm vontade para a interiorização? Arquem com as conseqüências e exponham toda sua realidade de criaturas sujeitas à sua clemência!" "Corpo" diferencia-se do membro individual como sendo o abrangente. Por isso, o que Paulo vislumbra não é o culto delimitado, restrito a *uma* hora, a *um* recinto, a *um* só estado sentimental. No NT os encontros isolados de cristãos nunca são chamados de "cultos", uma vez que são nada mais que parcelas de um culto a Deus que abarca a vida inteira.

É desnecessário dizer que o "corpo" não é visto depreciativamente como acessório externo. Pois do contrário resultaria a exigência absurda: dêem a Deus o que é secundário, e o mais essencial pode ficar para vocês! Tomamos consciência do verdadeiro papel da corporalidade quando nos imaginamos sem corpo. Sem ele não poderíamos comer, nem dizer nada, nem ouvir, ver, sentir. Sem os neurônios de nosso cérebro não poderíamos pensar, ler, compreender, crer. Não seríamos capazes de amar, nem de fazer algum bem, assim como ninguém nos poderia fazer algo de bom. Finalmente tampouco poderíamos ressuscitar. Não existe existência humana sem corpo. Por isso podemos aguçar a afirmação: Não temos um corpo, porém *somos* corpo. É essa existência corporal, de ser humano, que está sendo solicitada. Deus no-la havia concedido, contudo tornou-se esfera do pecado e da morte. Porém, comprado por Cristo, esse corpo deve tornar-se de novo área irrestrita de bênção do Espírito Santo, de modo que Cristo seja enaltecido nele.

Nesse ponto cabe uma objeção: quando se trata de um **sacrifício vivo, santo e agradável a Deus**, pode-se oferecer-lhe indistintamente a vida corporal que em boa medida é tão insignificante e sem brilho? Não deveríamos pelo menos selecionar o que é precioso? Por outro lado, que há de precioso nos nossos corpos mortais, corruptíveis (Rm 8.11), afetados de fraqueza, erro e culpa? De fato eles nunca são preciosos em si, mas tornam-se valiosos por chegarem às mãos de Deus como material para a sua Onipotência. Nisso reside a perfeição do ser humano, em não resistir a Deus em nada. É assim que ele ressuscitará em incorruptibilidade, em glória e em poder (1Co 15.42-44).

Isso é que seria **culto racional**! Os profetas do AT já exerciam crítica contundente contra os cultos absurdos de seu tempo. Ao que parece, Paulo está referindo-se a determinados fenômenos de seu tempo. Talvez ele tenha aludido criticamente a uma expressão preferida de filósofos gentílicos da época – por isso colocamos aqui as aspas. Círculos eruditos daquele tempo distanciavam-se dos sacrifícios sangrentos e da abundância de cerimônias nos templos, enaltecendo um culto puramente a nível mental. Pois para eles deus era pensamento puro, razão suprema. Por isso o pensamento também era tido por eles como a dádiva mais sublime que se podia ofertar a Deus, enquanto declaravam o corporal como desprezível. É nesse sentido que glorificavam o "culto racional". Ocorre que Paulo contraria bruscamente essa tendência da moda. Num adendo claramente perceptível ele tira essa expressão dos filósofos e a preenche de forma nova: verdadeiramente "racional" é apenas um culto que responde de modo coerente e adequado à misericórdia de Deus em Jesus Cristo. Assim, Paulo está tão distante do paganismo refinado quanto do paganismo bárbaro. De maneira bem contrária ao helenismo, ele exorta a sacrificar justamente o corpo enquanto **vosso** culto racional, i. é, dos que pertencem a Cristo. Percebe-se qual seria seu veredicto sobre um cristianismo diluído em pensamentos, sobre uma teologia resultante apenas da experiência do raciocínio.

2 Até agora falava-se como se o que crê vivesse sozinho numa relação a dois com Deus. Contudo ele vive no triângulo eu – Deus – mundo. Sob esse aspecto o chamado para uma vida agradável a Deus somente pode ser: **E não vos conformeis com este século,** "não se amoldem ao padrão deste mundo" (NVI). O cosmos, uma vez criado belo e bom, não é mais um mundo sem problemas submetido a Deus. Um "deus deste século" anuvia o espaço, obscurece a claridade originária da existência (2Co 4.4). Por isso falta a visão nítida. Para o ser humano obcecado, o sentido da vida se reduz à satisfação de suas pulsões (Rm 6.12; 7.8; 13.14). Como ela requer dinheiro, a corrida pelo lucro está em primeiro plano, ou seja, a corrida por boas notas para assegurar uma posição vantajosa. É por ela que as pessoas precisam lutar, para depois garanti-la e defendê-la, guiadas por busca de poder e ávidas por honra. Nessa situação, demasiadas vezes a comunhão se revela como um egoísmo organizado coletivamente. Porém falta no fundo a visão para o todo, a responsabilidade pelo conjunto, o envio pelo todo. Há apenas o soturno grito: Afinal, eu quero ser feliz! Contudo, o ser humano médio pensa que é compreendido corretamente por esse esquema de vida. É por isso que o ser humano o impõe de boa fé aos demais, também aos cristãos. Contra essa expectativa vale aqui: não se conformem!

No entanto, o não conformar-se não é nutrido apenas pelo dizer não. Por isso a continuação: **transformai-vos**, deixem-se transformar **pela renovação da vossa mente** ("maneira de vocês pensarem" [VFL]). Trata-se de um agir no sentido de que deixamos algo acontecer conosco. Ou inversamente: algo deve suceder conosco, algo que também desejamos pessoalmente. É nova criação que devemos experimentar. Devemos continuamente inserir nossa mentalidade na novidade que está em andamento (Rm 13.12), a fim de nos expormos ao poder de configuração do Espírito de Jesus na oração e na obediência da fé (2Co 3.18). A nova existência não existe em estoque. Temos de ser

chamados continuamente à razão e inseridos para dentro do novo: dia após dia, de situação em situação.

Finalmente Paulo mostra essa mentalidade que se encontra em constante renovação em ação: **para que experimenteis qual seja a boa, agradável e perfeita vontade de Deus.** Praticar a vontade de Deus é, no NT, a essência do ser cristão. Na presente passagem, ela é chamada de "a boa", um termo que retoma textos marcantes do AT e que fornece, no que se segue, várias vezes o padrão da atuação. Entretanto, também para os cristãos "o bem" nem sempre é imediatamente perceptível. Uma vida cristã ingênua correria o perigo de ser assimilada. Muitas vezes é impossível decifrar a situação, muitas vezes o seu poder conformador cai sobre nós antes que o percebamos. É por isso que Paulo exige e deseja em sua carta um cristianismo que verifica criticamente: "Examinem qual é a vontade de Deus, a boa e agradável e perfeita". Com freqüência é preciso descobrir o que é bom, investigá-lo criticamente, se possível num esforço comunitário. A reflexão também faz parte da releitura (a saber, na Bíblia). "Entende o que está lendo?" (At 8.30 [NVI]). Nosso versículo adverte contra o "esquema desse mundo", mas não oferece em troca um esquema cristão, e sim a intenção de examinar e de aprender permanentemente para descobrir a vontade de Deus. "Aprendei de mim!" (Mt 11.29).

b. Exortações para quem desempenha funções na vida da igreja, 12.3-8

3 **Porque, pela graça que me foi dada, digo a cada um dentre vós que não pense de si mesmo além do que convém; antes, pense com moderação, segundo a medida da fé que Deus repartiu a cada um.**
4 **Porque assim como *num* só corpo temos muitos membros, mas nem todos os membros têm a mesma função,**
5 **assim também nós, conquanto muitos, somos *um* só corpo em Cristo e membros uns dos outros,**
6 **tendo, porém, diferentes dons segundo a graça que nos foi dada: se profecia, seja segundo a proporção (correta) da fé;**
7 **se ministério, dediquemo-nos ao ministério; ou o que ensina esmere-se no fazê-lo;**
8 **ou o que exorta faça-o com dedicação; o que contribui, com liberalidade; o que preside, com diligência; quem exerce misericórdia, com alegria.**

Observação preliminar

Busca e pratica em cada situação a vontade de Deus! Foi esse o prefácio nos termos de Rm 12.1,2. O sim à vontade de Deus tem como conseqüência necessariamente o não aos esquemas dessa era, i. é, ele se realiza na permanente disposição de se transformar e ser diferente. Com esse sim e não Paulo entra, agora, na vida cotidiana cristã. Ele prefere iniciar com uma negação, para depois acrescentar uma instrução na boa vontade de Deus (v. 3,11,14,16,17,19,21).

É significativo que como primeiro exemplo Paulo aborda o culto a Deus. Parece que é nele que a conformação com o mundo realiza sua penetração singular. De acordo com Rm 16.5,10,11, os cristãos romanos viviam em várias igrejas domésticas dispersas pela área urbana, cada qual como uma espécie de família extensa, em que mulheres, homens, jovens e idosos se encontravam num espaço reduzido (cf o exposto sobre Rm 16.5). Com isso já havia a possibilidade de tensões pessoais e aporias práticas. Uma igreja dessas rapidamente estaria "destruída" (Rm 14.20) se seus membros não permanecessem continuamente na renovação de Rm 12.2.

3 Como primeiro e mais sério exemplo de conformação com o mundo, Paulo trata de extrapolações por parte dos portadores de funções. **Porque, pela graça que me foi dada, digo a cada um** (que é algo) **dentre vós**. Nossa interpretação sugere que "ser", nessa passagem, não seja entendido palidamente como mero pertencer à igreja, mas como uma participação qualificada. As exortações estão sendo endereçadas àqueles que encontraram uma área de tarefas na igreja domiciliar e que também demonstraram possuir um dom para ela. A subseqüente relação de portadores de dons confirma essa visão. Ao colaborador está sendo dito, portanto, **que não pense de si mesmo além do que convém**. Ele não deve tentar expandir-se além de um limite que lhe é colocado, não violar um "convém". Nesse ponto o sim à vontade de Deus segundo o v. 2 entra no jogo. **Pense com moderação, segundo a medida da fé que Deus repartiu a cada um.** Falar da medida pressupõe que diferentes proporções de fé foram distribuídas cada um pelo, note-se bem, próprio Deus. Ou seja, não se deve ter em mente agora a fé na salvação, pois nela Deus não produz diferenças: "*um só* Senhor, *uma só* fé" (Ef 4.5).

Tampouco tem-se em vista diferenças na intensidade da disposição de confiança pessoal em Deus, pois tais coisas são decorrentes da lerdeza ou fidelidade humanas. Pelo contrário, esta difícil expressão parece ter sido entendida no mesmo sentido de "proporção do *dom*" ou "justa *cooperação*" (Ef 4.7,16; cf 1Co 7.7; 1Pe 4.10). Do ponto de vista do Doador trata-se de dádivas da graça, mas do ponto de vista do receptor trata-se de dádivas da fé, destinadas a todos os que crêem. Sob esse aspecto os membros da igreja também podem e devem realizar funções diferentes. Cabe-lhes tomar consciência dessas decisões insondáveis de Deus. É assim que seu comportamento se torna refletido e também comedido. Do contrário, o "culto racional" do v. 1 perde sua sensatez. Pois duas formas de conformação com o mundo seriam imagináveis. Primeiro, um detentor de carismas não preenche a sua medida. Ele é lerdo (v. 11), não assume sua responsabilidade, ou anula-se pessoalmente em discordância com 1Co 15.10: Não sou nada, não sei fazer nada, também não espero nada. Segundo, outro vai além do que tem, sabe e deve, enche-se, estica-se, sobrecarrega-se, avança sobre papéis de terceiros, corre ridiculamente atrás de personagens ideais que não combinam com ele. O pior, porém, é: quando um começa com esse comportamento, logo é seguido por outro e, no final, por muitos. O culto a Deus torna-se uma competição entre portadores de dádivas, ineptos para a vida eclesial. A igreja é tirada do equilíbrio. Em decorrência, o seu verdadeiro potencial fica ocioso.

4-6a Paulo usa a figura do corpo para ilustrar a vida sob a "medida da fé". **Porque assim como *num* só corpo temos muitos membros, mas nem todos os membros têm a mesma função, assim também nós, conquanto muitos, somos *um* só corpo em Cristo e membros uns dos outros, tendo, porém, diferentes dons segundo a graça que nos foi dada.** O texto constitui um eco a 1Co, que Paulo provavelmente escrevera poucos meses antes de Rm. Nele, Rm 12–14 desenvolvem a figura do corpo de forma mais larga e específica. Já somos membros do corpo, não há necessidade de nos tornarmos como tais. Foi Deus quem nos tornou membros através da sua providência. Cada um de nós é um presente à igreja, pelo qual ela pode felicitar-se. Porém, somos de fato portadores de carismas segundo a graça que nos foi dada? Numa igreja de fácil supervisão como a de Roma a pessoa involuntariamente se envolve aos poucos na atividade. Às vezes é surpreendente em quem se revelam dons, quem toma iniciativas, no começo por força da necessidade, depois com entusiasmo crescente. É evidente que algumas funções se destacam de forma especial, mas ninguém as transforma logo numa hierarquia, num sistema de degraus com definição exata do que é em cima e em baixo. A função diretiva "oculta-se" aqui no v. 8 entre outras dádivas, pois "nós, os muitos, somos membros uns dos outros".

6b-8 Nos v. 6b-8 seguem-se instruções para diferentes portadores de serviços. Uma vez que de acordo com o v. 3 Paulo tem simplesmente o objetivo de instar com exortações, não devemos esperar ensinamentos com descrições dos serviços. Seus primeiros leitores imediatamente estavam ao par, mas nós não. Às vezes chegamos apenas a frágeis tentativas de interpretação. Quem, portanto, estiver procurado nessa passagem uma bem escorada doutrina sobre cargos, encontrará dificuldades. O NT ainda não possui definições homogêneas dos serviços. Quando eles se solidificaram nos séculos posteriores, o seu número em geral encolheu para três ou quatro. Esses poucos funcionários, então, atraíram sobre si demais competências, sobressaindo-se da comunidade passiva.

6 **Se profecia, seja**. Aqui, como de forma geral, a profecia encontra-se no primeiro lugar da lista de dádivas, pertencendo, portanto, à provisão básica de cada igreja. Ocorre que nossas idéias a respeito dela foram fortemente estreitadas em comparação com a multiformidade do profetismo e o rico material no AT e no NT. Há profetismo contra a vontade pessoal ou como impulso súbito da parte de qualquer membro da igreja, mas também vinculado a pessoas, de modo que se chega a uma definição fixa para "profeta". A verdadeira força propulsora do profetismo no NT é o testemunho vivo de Jesus (Ap 19.10), que corrige e edifica espiritualmente a igreja (1Co 14.3). Em relação ao seu conteúdo, a profecia dispõe de um campo vasto: retrospecto sobre o passado, visão sobre o presente, perspectiva para o futuro. Ela revela a visão de Deus sobre coisas ocultas ao ouvinte individual, a uma igreja inteira, ou a um povo todo, de forma que o profeta fala "de acordo com os oráculos de Deus" (1Pe 4.11). Essa dádiva sublime ou até suprema (1Co 14.1) também está singularmente ameaçada pela conformação com o mundo. Por isso, o tema do profetismo falso e da necessidade de examiná-lo ocupa toda a Escritura Sagrada (cf "examinar" no v. 2). Aqui, portanto, a exortação: por favor, **seja segundo a proporção** (correta) **da fé**, i. é, no âmbito do conteúdo da fé transmitida, assim como é pressuposta de forma consistente em Rm. O profeta poderia abandonar a base da fé, entregar-se a suas próprias excrescências psíquicas e intelectuais (2Co 4.5). Porém, os verdadeiros profetas estão

sujeitos aos apóstolos enquanto garantidores da tradição de Jesus. Seu evangelho rege as mais elevadas e brilhantes capacidades dentro da comunidade cristã. De acordo com Gl 1.8, o próprio Paulo se enquadrava nesse padrão.

7,8 Tentaremos inicialmente definir mais de perto as demais atividades. Ao lado da profecia aparece o **ministério** ("servir" [NVI, BLH, VFL]). Assim como a atuação de Jesus foi subdividida em palavras e ações, assim também acontece com o agir da comunidade de seguidores: seu serviço da palavra está rodeado de um corolário de serviços de amor. No v. 8b seguem-se exemplos. No começo, a função do **que ensina** era peculiarmente importante. Durante os encontros, homens com memória confiável e formação esmerada tinham de gravar as tradições essenciais para a vida da igreja. Conforme At 13.1 eles formavam um oposto especial diante dos profetas. Enquanto os profetas representavam a interpelação viva de Deus, esses professores representavam a Escritura Sagrada, a tradição de Jesus e as máximas da fé apostólica. Preservavam um tesouro e, por isso, eram um tesouro. Outros membros da igreja, por sua vez, **o**(s) **que exorta**(m), dirigiam-se aos indivíduos, revelando-se aptos para o apoio fraternal, paternal e maternal. Eles colaboravam para que a pregação genérica não apenas pairasse por sobre a platéia, mas penetrasse em cada ouvido e fosse compreendida e aplicada à vida cotidiana de cada um. As três últimas definições levam ao âmbito da tarefa diaconal. **O que contribui** ("dar" [VFL], "repartir" [BLH]) dos seus bens poderia ser, p. ex., aquele que abria sua casa para a igreja: "Venham ficar na minha casa" (At 16.15 [BLH]) – condição para o surgimento e a continuidade de uma igreja domiciliar. Tenhamos consciência do que isso representava para o espaço de moradia, a cozinha, a vida privada e também para o bolso. É fácil de explicar porque o proprietário da casa também acabava assumindo uma certa função diretiva. Talvez seja por isso que agora se diga uma palavra ao **que preside**. Ele não está sendo enfocado por seu cargo de honra, mas por sua carga, uma vez que sua posição ainda está totalmente inserida entre outros serviços. Ele não se sobressai na igreja, mas atua para dentro dela. Ele coordena e organiza com uma visão pelo todo. Uma igreja em que a função diretiva é negligenciada é equivalente a um rio sem leito. Muitas coisas se dispersam e não produzem resultado. Finalmente: assim como o Jesus terreno, também sua igreja se torna um ímã para um número enorme de fracos, doentes e pobres. Por isso, há diversos membros que recebem com clareza especial o carisma de Jesus de compadecer-se, **quem exerce misericórdia**.

O estilo telegráfico das frases consecutivas revela a energia com que Paulo profere suas instruções para a "renovação da mente" segundo o v. 2. Já explicamos a exortação aos profetas. Nos três exemplos seguintes ele tão somente duplica: ministrar em ministério, ensinar no ensino, exortar na exortação! Tão simples, portanto, é o que ele diz: proceda orientando-se pela causa e pela dádiva! As intermitentes transgressões de limites dão lugar a uma viva concentração naquilo pelo que realmente somos competentes a partir de Deus. Deixamos que sua graça seja o suficiente para nós, aproveitamo-la plenamente e trazemos muito fruto. Isso evita uma série de distúrbios, bem como equívocos, atritos, rivalidades e inveja. Os últimos três exemplos alertam para que o serviço que nos foi confiado seja executado **com liberalidade, diligência e alegria**. Quando isso ocorrer, acontecerá a renovação do servo insatisfeito, o terceiro da parábola dos talentos (Lc 19.20,21). Finalmente ele está satisfeito. Reconhece a bondade de seu Senhor e considera bela justamente a sua própria tarefa. Encontra-se no "culto racional".

c. Exortações a todos os membros da igreja, 12.9-21

9 **O amor seja sem hipocrisia. Detestai o mal, apegando-vos ao bem.**
10 **Amai-vos cordialmente uns aos outros com amor fraternal, preferindo-vos em honra uns aos outros.**
11 **No zelo, não sejais remissos; sede fervorosos de espírito, servindo ao Senhor;**
12 **regozijai-vos na esperança, sede pacientes na tribulação, na oração, perseverantes;**
13 **compartilhai (ativamente) as necessidades dos santos; praticai a hospitalidade (incansavelmente);**
14 **abençoai os que vos perseguem, abençoai e não amaldiçoeis.**
15 **Alegrai-vos com os que se alegram e chorai com os que choram.**
16 **Tende o mesmo sentimento uns para com os outros; em lugar de serdes orgulhosos, condescendei com o que é humilde; não sejais sábios aos vossos próprios olhos (Pv 3.7).**
17 **Não torneis a ninguém mal por mal; esforçai-vos por fazer o bem (Pv 3.7,27; 17.13) perante todos os homens;**

18 **se possível, quanto depender de vós, tende paz com todos os homens;**
19 **não vos vingueis a vós mesmos, amados, mas dai lugar à ira; porque está escrito: A mim me pertence a vingança; eu é que retribuirei, diz o Senhor.**
20 **Pelo contrário, se o teu inimigo tiver fome, dá-lhe de comer; se tiver sede, dá-lhe de beber; porque, fazendo isto, amontoarás brasas vivas sobre a sua cabeça (Pv 25.21,22).**
21 **Não te deixes vencer do mal, mas vence o mal com o bem.**

Observação preliminar

Refletindo por mais tempo sobre esse texto, somos transportados para as bênçãos plenas do evangelho. Por meio de certas aproximações com o Sermão do Monte nos v. 14,17,21 tornam-se presentes também as bem-aventuranças do mesmo. O caminho de Jesus ao sacrifício surge como a verdadeira força motora. O que no início parecia uma listagem confusa de ditados dá lugar ao impacto de uma forte coerência interna.

Nitidamente diferente dos v. 3-8, o novo bloco não menciona com nenhuma palavra os dons espirituais, mas sim o fruto do Espírito segundo Gl 5.22 (amor, alegria, paz, longanimidade). Qual é a razão dessa diferença? Os dons espirituais são distribuídos na igreja *de maneira distinta*, motivo pelo qual também nos v. 6-8 cada um dos diferentes portadores de serviços recebe sua exortação à parte. Em contraposição, espera-se que todos os membros apresentem os frutos do Espírito de maneira igual, como mostram as presentes exortações.

Independente de numerosos paralelos no AT e em escritos judaicos há também semelhanças claras com exortações entre escritores gentílicos. Em todo lugar em que se estabeleçam parâmetros éticos e onde se dê valor à formação do coração, vive uma sabedoria proverbial que é em boa parte comparável ao presente bloco. Portanto, também Paulo está levando em conta um consenso geral sobre o bem e o mal. Cristãos também não devem parecer excêntricos. A ênfase cristão diferenciadora reside, antes, em de onde e para quê. Paulo parte da misericórdia de Deus (v. 1), e o alvo último não é formação e preservação do caráter pessoal, mas o desenvolvimento da igreja em direção de Cristo como o Senhor. O v. 11c pode ser considerado como chave interpretativa: “Sirvam ao Senhor!” (BLH).

9,10 Tão logo um cristão realmente pratica o que crê, ele estará exercendo o amor. Foi o que Paulo já constatou em Gl 5.6b. É aquele amor que não se orienta pelo que é digno de amor, mas que responde à misericórdia de Deus (v. 1). É sob esse aspecto que ele rompe com os modelos de comportamento da era presente (v. 2). Porém o amor pode decair para uma mera encenação cristã. Quando ele é desempenhado unicamente por meio de expressão facial e saudação, uma igreja inteira cai no comportamento inautêntico e mascarado. Visto que isso a alienaria consideravelmente de sua essência, o NT exorta incansavelmente para a veracidade do amor. **O amor seja sem hipocrisia.** As exclamações seguintes mostram o amor na sua consistência: **Detestai o mal**. Amor verdadeiro deixa claro do que ele – por amor! – abre mão (1Co 13.6). E **apegando-vos ao bem.** O **bem** é, conforme o v. 2, a “boa, perfeita e agradável” vontade de Deus. Cabe-nos estar incondicionalmente “grudados” a ele. A imagem condutora é a coesão numa boa família. Sede amavelmente fiéis uns aos outros no amor fraternal, no empenho recíproco uns pelos outros. A profundidade que esse engajamento alcança é demonstrada pelo convite **preferindo-vos em honra uns aos outros**, “prefiram dar honra aos outros mais do que a si próprios” (NVI). Não se tem em mente a honra que compete a um cargo ou uma categoria, mas a honra que devemos tributar a cada membro como criatura de valor inestimável. Estabelecer exceções nessa honra (Tg 2.1-9) não somente constitui culpa contra o céu, mas também um grave peso para aquele que é tratado com desdém. Ser honrado, fruir da dignidade humana é condição básica para que cada ser humano de fato possa continuar vivendo. Quando esse aspecto é abreviado, a ânsia por fama toma conta.

11-13 Os v. 11-13 enfocam o campo de atuação da igreja. **No zelo, não sejais remissos**. A exortação ao zelo se aproxima do v. 8, relacionada com a disposição de engajamento do que preside, mas aqui refere-se à disposição de cada um. Todos juntos devem ter o prazer de ser igreja que sabe o que é e o que deve fazer, fazendo-o com disposição. A igreja de Laodicéia havia chegado, com sua mornidão, ao limite extremo da zona de perigo. Chamados a cooperar no maior acontecimento que pode existir, a saber, no acontecimento da vontade de Deus sobre a terra, vale para eles: **sede fervorosos de espírito**. E: **servindo ao Senhor**. No nosso idioma, “senhor” pode ser usado para qualquer senhor da vizinhança, mas a igreja serve ao Senhor de todos os senhores e, não por último, Senhor do futuro. Isso é exatamente algo que somente se pode fazer de modo “ardente”, não com monotonia nem em fogo baixo. Antes, **regozijai-vos na esperança**. De acordo com Rm 5.2,3, as tribulações atuais nada podem senão incendiar ainda mais essa alegria. **Sede pacientes na tribulação, na oração,**

perseverantes. Uma recapitulação dos textos que combinam "perseverar" e "oração" também no nosso texto, faz pensar sobre a participação constante em reuniões de oração. Orar em conjunto é característica de uma igreja que crê. Onde não se ora, não se crê mais. Não se pode crer apenas no pensamento. As citadas tribulações conduzem à exortação seguinte: **compartilhai** (ativamente) **as necessidades dos santos**. Às vezes o membro que passava a pertencer a uma igreja domiciliar facilmente perdia seu respaldo social anterior. P. ex., era possível que viúvas fossem excluídas da assistência pública aos pobres por causa por causa de sua fé. Com isso elas eram depositadas aos pés da igreja como uma tarefa (Tg 1.27). Os mestres da igreja também careciam de auxílio no primeiro cristianismo, porque seu serviço dedicado comprometia sua subsistência (Gl 6.6; 1Co 9.14). Para leitores de hoje a continuação **praticai a hospitalidade** (incansavelmente) salta à vista. Por que essa exortação aparece no NT com tanta insistência, e qual a causa do louvor e da gratidão justamente por essa tarefa? Na Antigüidade, os que viviam "sem cidadania", "fora da aliança" (Ef 3.12,19; Gn 4.14) eram indefesos. Isso valia em dobro quando se tratava de um missionário que pertencia a uma igreja observada com suspeita, e valia o triplo quando a pessoa já estava sendo procurada judicialmente (At 9.23-25). Para tal pessoa, ocultar-se na casa de um companheiro de fé constituía o único refúgio, o que para este próprio não deixava de ser perigoso (P. ex.: At 17.6-8). Ou seja, a questão não é o comodismo da dona de casa, mas o medo que fazia retroceder na hora em que se devia exercer a hospitalidade. Mas de tais casas abertas dependia a expansão do cristianismo, ainda nos seus primeiros estágios.

14 O pensamento a respeito da perseguição à igreja leva Paulo a fazer uma breve intercalação, porém, ele retornará ao mesmo detalhadamente nos v. 17-20. **Abençoai os que vos perseguem, abençoai e não amaldiçoeis.** Nesse ponto todos os paralelos fracassam. Em lugar algum o amor ao inimigo encontra-se com a mesma clareza inequívoca como em Jesus, de modo que Paulo está falando diretamente com a voz do seu Senhor. Sua proximidade com Jesus mostra-se também em suas justificativas para o amor ao inimigo. Primeiro: de acordo Mt 5.44,45; Lc 6.35,36, todos os discípulos devem amar os seus inimigos, a fim de se evidenciarem como imitadores de Deus, pois Deus é misericordioso também para com os ímpios. Do mesmo modo, Paulo ancora suas exortações na misericórdia de Deus (acima, v. 1). Em segundo lugar: de acordo com Mt 5.46,47 os discípulos devem amar seus inimigos para se diferenciarem da mentalidade gentílica e "fazer a mais" nesse mundo. Assim também Paulo convoca para não se conformar com a era atual (acima, v. 2). No entanto, isso somente é praticável na presença de Deus. Ali nos tornamos totalmente verdadeiros no amor. Tem lugar a intercessão que abençoa. Ela tem a intenção de afastar a ira de Deus do perseguidor, assim como Jesus o fez (Lc 23.34). Portanto, nessa exortação não está presente apenas a voz de Jesus, mas também seu morrer que abençoa.

15 Com certeza o v. 15 vigora dentro da igreja, embora também possa incluir todos os concidadãos, em continuação ao v. 14: **Alegrai-vos com os que se alegram e chorai com os que choram**. Sofrer perseguições pode endurecer uma pessoa, de maneira que nenhum sentimento a comove mais diante da alegria e do sofrimento desse mundo. Por isso: não se tornem devotos sobrenaturais ou desumanos!

16 O v. 16 conduz claramente de volta à realidade da igreja. **Tende o mesmo sentimento** ("Vivam em harmonia" [VFL]). Pela tradução queremos evocar a bela palavra "harmonia". Em Paulo, a exortação é formulada sete vezes de modo muito semelhante. Naturalmente ele conhece as diferenças de opinião nas igrejas. Elas são algo normal enquanto estiverem sob controle. De acordo com o v. 11 o controle é: "Sirvam ao Senhor" (BLH). Enquanto vigorar esse critério, serão encontrados meios e caminhos para superar as dificuldades. Contudo, elas começam a triunfar quando os envolvidos não estiverem mais submissos ao Senhor. Uma intenção estranha se intromete**: em lugar de serdes orgulhosos, condescendei com o que é humilde** ("não viseis as coisas elevadas, mas inclinai-vos aos humildes" [tradução do autor]). Coisas elevadas que se aninharam na cabeça agora deslocam para o lado as pessoas que nos atrapalham na corrida para frente. Parecem humildes, insignificantes, desinteressantes. **Não sejais sábios aos vossos próprios olhos** (Pv 3.7). Cheios de sabedoria própria nos sobrepomos tanto ao senhorio de Jesus como também ao fato de sermos irmãos. Está dada integralmente a circunstância da conformação com o mundo (cf o v. 2).

17-20 Os versículos 17-20 complementam o tema do amor ao inimigo, já abordado no v. 14, em duas direções. Por um lado, a universalidade do amor cristão perpassa as frases seguintes, que não deixa

nenhuma pessoa de lado. Por outro lado, insistem em abrir mão da retaliação. No v. 14 a prática tem de corresponder também à intercessão. **Não torneis a ninguém mal por mal.** Dito em seguida de forma positiva: **esforçai-vos por fazer o bem** (Pv 3.7,27; 17.13) **perante todos os homens**. Quando a intenção é o "bem", soltamo-nos da posição partidária. O empenho pelo acerto e pela melhora é prioritário. O início da frase seguinte, **se possível, quanto depender de vós**, mostra que, ao fazer as exortações, o apóstolo está absolutamente cônscio da realidade "deste século" (v. 2). Nem sempre o amor vence, nem sempre o amor é benquisto. Mas o fato de que nem sempre o amor alcança o alvo não é motivo para que este seja mudado. Permanece valendo: **tende paz com todos os homens**. "Manter a paz" é mais que "Sede pacíficos!" No sentido de Mt 5.9, a perspectiva é de um papel ativo que visa uma solução do conflito. Quando ela não é alcançada e a injustiça predomina, afirma-se: **não vos vingueis a vós mesmos, amados, mas dai lugar à ira** (de Deus)**; porque está escrito** (Dt 32.35)**: A mim me pertence a vingança; eu é que retribuirei, diz o Senhor**. Nada contra a nossa revolta sobre injustiça, mas só Deus pode e há de solucioná-la, primeiramente de forma limitada pela autoridade estatal (Rm 13.4), e de forma perfeita no dia da ira que se aproxima. Porém, se nós nos intrometermos pessoalmente nessa função de Deus, isso seria o fim da nossa função, à qual estamos destinados na presente era, a saber, de vivermos a misericórdia de Deus (Mt 5.38-48; 13.29,30). Por isso, Paulo insiste no envio cristão: **Pelo contrário, se o teu inimigo tiver fome, dá-lhe de comer; se tiver sede, dá-lhe de beber; porque, fazendo isto, amontoarás brasas vivas sobre a sua cabeça** (Pv 25.21,22). Para usar uma expressão amena, o calor de brasas amontoadas sobre a cabeça é perceptível em todas as circunstâncias. A imagem drástica está dizendo pelo menos o seguinte: vosso agir em Deus é uma ação perceptível e eficaz no meio da vingança usual e absurda! Também quando o inimigo amado não se ajoelhar imediatamente diante de vocês em sinal de arrependimento, ele certamente foi tocado pela experiência de algo novo. Por alguns segundos ele foi uma pessoa atingida, movida, admirada, talvez envergonhada (cf 1Pe 2.15; 3.16) e, em todo caso, abençoado. Em sua vida futura Deus tomará conta dele.

21 Após concluir essa lição, Paulo generaliza e ao mesmo tempo aguça em termos pessoais: Não te deixes vencer do mal, mas vence o mal com o bem. Esse mundo é um lugar de luta entre duas maneiras de viver como pessoa, isto é, viver sob o "deus deste século" (2Co 4.4) ou viver sob o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo. Não nos tornamos vitoriosos só após sucessos terrenos do nosso agir, mas já o somos de modo oculto pela prática do bem propriamente dito.

d. Exortação de submeter-se à autoridade governamental, 13.1-7

1 Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores; porque não há autoridade (poder estatal) que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas.
2 De modo que aquele que se opõe (contrariamente) à autoridade ("ao poder governamental") resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos condenação.
3 Porque os magistrados não são para temor, quando se faz o bem, e sim quando se faz o mal. Queres tu não temer a autoridade ("o poder estatal")? Faze o bem e terás louvor dela,
4 visto que a autoridade é ministro de Deus para teu bem. Entretanto, se fizeres o mal, teme; porque não é sem motivo que ela traz a espada; pois é ministro de Deus, vingador, para castigar o que pratica o mal.
5 É necessário que lhe estejais sujeitos, não somente por causa do temor da punição, mas também por dever de consciência.
6 Por esse motivo, também pagais tributos, porque são ministros de Deus, atendendo, constantemente, a este serviço.
7 Pagai a todos o que lhes é devido: a quem (deveis) tributo, (entregai) tributo; a quem (deveis) imposto, imposto; a quem (deveis) respeito, respeito; a quem (deveis) honra, honra.

Observação preliminar

A palavra "amor", repetidamente utilizada por Paulo no trecho anterior e no subseqüente como termo condutor (12.9,10,17b; 13.8,9,10), está de folga nesses sete versículos sobre a ordem estatal. Assim, fica evidente desde logo: aqui não tem nada a ver com a "pátria amada", com imperadores, reis e dirigentes "fervorosamente amados", nem com "demorados aplausos entusiásticos" diante do seu palanque. A mera expressão "*fidelidade* ao estado" é quase forte demais. Em contraposição, uma outra linha estende-se com muita clareza. Ela começa em Rm 12.2 com a prática do "bem" de acordo com a vontade de Deus, passa por

Rm 12.9,17b,21 e assume o papel determinante aqui nos v. 3,4. Amor sempre é prática do bem. Ele "estabelece um firme vínculo com o bem" (Rm 12.9). Mas, de acordo com o respectivo destinatário, ele se modificará. Diante de pessoas ele é humano (Rm 12.10: "cordial"), porém diante de coisas ele age objetivamente, consciente do objeto e a serviço da coisa. Por isso Paulo pensa e fala de modo muito disciplinado quando não transforma órgãos estatais em objetos de um amor pessoal, mas convoca singelamente a um comportamento correto diante deles. Essa capacidade de mutação do amor faz parte de sua credibilidade. Nosso amor perde o crédito se por um lado o dirigirmos escrupulosamente a pessoas, p. ex., se jamais pudéssemos assaltar e saquear uma senhora idosa, mas se por outro lado enganamos uma autoridade sem a menor preocupação. Ao contrário, perante a autoridade estamos nos igualando ao "padrão deste mundo" (Rm 12.2 [NVI]): tratando-a com indiferença, como faz o mundo em nosso redor. Odiamos e agitamos contra ela, agachamo-nos diante dela, somos impertinentes, resmungamos, exploramo-la e provocamo-la – bem assim como o mundo em volta. Aliás, precisamente uma comunidade cristã sem influência política e à mercê dos poderosos, que não tem muitas coisas boas a esperar das autoridades, tende a assumir uma atitude negativa diante do estado. Despreocupada, permite que se alastre a conformação com o mundo no sentido de Rm 12.2.

Contudo, a ordem estatal é importante demais para que a ética cristã a deixasse de lado. Com exceção de referências isoladas, em seis passagens o NT reflete o ensinamento da primeira igreja: Mc 10.42-45 (par); Mc 12.13-17 (par); Rm 13.1-7; 1Tm 2.1,2; Tt 3.1 e 1Pe 2.13-17. O fato de que o presente texto excede esses trechos paralelos em extensão e peso, pode ser explicado satisfatoriamente, por um lado, a partir do formato da carta. Paulo trabalhou nela com mais tempo e de acordo com um plano intencional. Além disso, escreve a leitores que como moradores da capital se defrontavam com um aparelho de poder especialmente rico em tradições e seguro de si, e que também dispunham de experiências marcantes com as medidas desse estado (cf qi, *2a* e *2b*). Por isso, duas hipóteses tornam-se supérfluas. Em primeiro lugar não é imperioso que uma corrente revolucionária que Paulo supostamente tentava abafar tenha existido na igreja de Roma. Em segundo lugar, estão ausentes em Rm vestígios de um desprezo entusiasta de ordens terrena.

Entre os exegetas surge repetidamente a alegação de que Paulo estaria considerando o Estado de forma incompreensivelmente ingênua. Será que ele teria sido capaz de repetir outra vez suas exposições p. ex. depois das experiências dos anos 30 com Hitler na Alemanha? Contudo, independentemente da circunstância de que Paulo teve de beber até o fundo do cálice do terror da violência por parte do Estado, se argumentarmos assim, ainda não estaremos compreendendo a sua verdadeira preocupação. Cabe considerar também que os cristãos apegaram-se de forma impressionante a Rm 13 após o início das grandes perseguições sistemáticas no século II. Mesmo Ap 13, onde o estado é visualizado como "animal" anti-cristão que abre sua grande boca blasfema e exige adoração de todos, por ser capaz de todas as coisas, não defende um lema diferente. A exclamação aos leitores, em Ap 13.10, transmite o mesmo espírito de Paulo: "Aqui está a perseverança e a fidelidade dos santos".

Contudo, também se subestima Rm 13 quando há exegetas que cedem à tendência de julgar a democracia dos tempos atuais de forma pouco crítica. Sem dúvida ela se diferencia de regimes totalitários antigos e modernos como o dia da noite. Apesar disso, não foi à toa que Jesus advertiu para que não nos enganássemos com construções humanas de poder como tal, quando falou aos discípulos: "Sabeis que os que são considerados governadores dos povos têm-nos sob seu domínio, e sobre eles os seus maiorais exercem autoridade" (Mc 10.42,43). Ele não espera que aceitemos os discursos dominicais dos governantes como verdade pura e certa, mas que examinemos e desmascaremos as formas e técnicas de concretização do uso do poder. Será realmente que podemos afirmar que "no moderno estado democrático a contraposição, pressuposta em Rm 13, entre governantes e súditos, foi abolida por princípio", que as funções dos que dominam agora estariam "distribuídas", que todo emprego de autoridade é "responsável perante o povo", ou seja, que ele acontece "em nome do povo"?

Excurso: Quanto às ordens sociais antiga e moderna

Em todos os séculos leitores da Bíblia se depararam com o abismo entre o tempo bíblico e o tempo deles. Nosso trecho sobre o relacionamento com as autoridades torna esse abismo singularmente flagrante para o nosso tempo. Dificilmente um leitor não ficaria intrigado. Porém, para que não deixe abruptamente de lado essa passagem importante, o presente excurso visa auxiliar justamente na compreensão da situação de então e de hoje.

a. Tão logo estivesse em questão a vida cristã prática, sobretudo nas perguntas éticas, a corrente do estoicismo tinha de tornar-se interessante para as primeiras comunidades. Ela se fortaleceu de modo crescente nos primeiros séculos, oferecendo auxílio para a vida e orientação ética para incontáveis pessoas, até mesmo nos dias de hoje. Ela cunhou em boa extensão a concepção ideal de uma vida como cidadão honrado. Quanto à cosmovisão que está ao fundo: o estóico admira uma lei cósmica impessoal da razão em tudo que existe, do maior ao menor. Ele também cita Deus, divindade e providência. Por isso não existe arbitrariedade e acaso, é como se uma máquina mundial

estivesse em funcionamento com enorme exatidão. O que acontece precisa acontecer, e é bom e sensato da maneira como acontece. Sob essa premissa, a vida humana pode ser feliz somente como vida humana obediente. Ela está empenhada em permanecer em consonância com esse múltiplo conjunto ordenado. "Se resistir, atuarei mal – e terei de obedecer de qualquer maneira". Renuncia-se às pulsões, aos desejos, ao agir pelas emoções. Não se admite entusiasmos arrebatadores, mas em tudo adere-se à boa proporção. Faz-se o que é ordenado. O dever tem validade máxima em todas as esferas.

b. O leitor da Bíblia percebe numerosos pontos de tangência formais com instruções do NT. A exortação para cumprir incondicionalmente os mandamentos, para ser sóbrio, para refletir de forma madura, para examinar, para falar de maneira pensada, para agir de modo decente, encontrou campo aberto entre gentios com orientação séria daquele tempo. Faz parte dessa linha de pensamento o predomínio do conceito de ordem no presente trecho. Somente nos primeiros dois versículos, Paulo utiliza a raiz semântica "ordenar" nada menos de quatro vezes: *hypotássesto, tetagménai, antitassómenos, diatagé* (a tradução abaixo imita os vocábulos). "Ordem" desempenha um papel notável em Paulo, conforme se verifica em outras derivações: *táxis* (1Co 14.40), *átaktos, atakteo*: "viver desordenadamente", sem senso de responsabilidade (1Ts 5.14; 2Ts 3.6,7,11), *hypotagé*: "subordinação à autoridade" (Gl 2.5; 2Co 9.13). A exortação à subordinação constitui no NT a palavra básica franca do agir cristão: os cidadãos devem praticá-la perante a autoridade governamental (Rm 13.1,5; Tt 3.1; 1Pe 2.13), os escravos perante o proprietário de escravos (Tt 2.9; 1Pe 2.18), as mulheres perante os maridos (Ef 5.22,24; Cl 3.18; 1Tm 2.11; Tt 2.5; 1Pe 3.1,5), os filhos perante os pais (1Tm 3.4), os membros perante a direção da igreja (1Pe 5.5; 1Co 16.16) e um membro perante o outro (Ef 5.21).

c. A igreja de Cristo sabe que, apesar desses paralelos lingüísticos, há mundos separando o cristianismo do estoicismo. A razão disso já reside no testemunho de Deus no AT e, acima de tudo, na revelação de Jesus Cristo. Porém os primeiros cristãos estavam inseridos no contexto de vida daquele tempo, não para simplesmente modificá-lo (p. ex., a legislação do escravismo), mas para nele comprovarem a sua fé. É tarefa da exegese mostrar que no NT cada uma das expressões estóicas foi reenvasada, como por diálise, com conteúdo cristão, passando a ter vida própria. Por isso seu uso equivocado seria imperdoável.

d. Primeiramente, porém, cabe sentir o choque que o ouvinte de hoje experimenta, por crescer numa ordem social totalmente transformada e que também não poder simplesmente saltar para fora dela. A palavra que cativa hoje não é mais "subordinação" e sim "liberdade". Tudo deve ser livre: o pensamento, a pesquisa, a consciência, a fé, a igreja, a imprensa, o povo, o cidadão, o trabalhador, a mulher, a juventude, o amor, a criança, o aborto e muitas outras coisas mais.

e. Não queremos retornar à Idade Média. Após um simples teste de catorze dias iríamos querer voltar. A ordem social libertária de fato nos seduz com uma ponta da verdade. Na verdade ela tem duas faces. Os libertados também são novamente capturados. Constituíram-se centros de poder intelectual, determinando e configurando a sociedade de modo assustador. E os libertados mostram-se selvagens, maus e ingratos. Aciona-se o freio de emergência: penas são intensificadas, a polícia recebe reforços, aperfeiçoam-se instrumentos de combate ao crime, cada vez mais dados pessoais do cidadão são colhidos. Não poderia estar ocorrendo um erro fundamental na visão que se tem do ser humano e de Deus? Há movimentos contrários. Contudo, a opinião pública continua não tendo outra idéia para reforçar senão esta: a "liberdade" tem de ser levada mais avante, para que o bem no ser humano finalmente possa se desenvolver. – A interpretação atual confronta-se com toda essa mescla.

1a Paulo começa com uma exortação consternadoramente simples e irrevogável: **Todo homem** (quer judeu, gentio ou cristão) **esteja sujeito às autoridades superiores** instituídas. Está pressuposta a noção de uma ordem abrangente da sociedade. Cada pessoa tem uma relação peculiar com as demais e quer ocupar seu lugar. Desta forma, em cada situação surge também um "acima" e um "abaixo", uma consciência que o "instituído" (possuidor de poder superior) desperta em nós. Certamente sempre será difícil tornar essa subordinação compreensível a uma pessoa que vive de coração ardente de acordo com o lema: "Para mim, nada é mais importante que eu próprio!" Mas também o ouvinte de hoje conhece o anseio por pais, por um mestre ou amigo que estejam "em ordem". Sem que se chame à ordem, sem que se faça ordem e que se mantenha ordem as pessoas não conseguem conviver.

1b Depois que Paulo revigorou a noção da ordem, que abrange a população e o governo, ele cita Deus como criador dessa constelação. **Porque não há autoridade** ("poder estatal") **que não proceda de Deus.** Obviamente Paulo conhecia as circunstâncias terrenas e humanas pelas quais governantes assumem o poder. Durante sua vida Roma viu quatro imperadores sendo coroados, três dos quais após assassinato e morte. Também a Bíblia narra tais eventos sem enfeitá-los. Porém Paulo fixa-se integralmente na perspectiva teológica. **As autoridades que existem foram por ele instituídas.** Tão logo apareça o termo "Deus", trata-se do Deus da vida e da paz, em oposição a tudo que é caótico e destrói a vida. No fundo, qualquer pessoa sabe que para o convívio e a sobrevivência das pessoas nas pequenas e grandes questões não há viabilidade sem uma ordem de paz. Também a comunidade cristã sente-se comprometida com ela. Não obstante, Rm 12.18 já deixou transparecer que há limitações para o esforço por paz e equilíbrio por causa da falta de boa vontade de alguns. Nesse contexto fala-se, agora, da instituição de um poder estatal de ordenamento (pormenores sobre isso no v. 4). Não se trata de uma ordem de salvação, mas ela faz parte de uma existência suportável.

Paulo não a depreende da natureza, como faziam os filósofos gregos, mas tampouco a remete à Criação. Isso significa: essa ordem não existe como configuração ideal preestabelecida, que tivesse sido imposta como uma obrigação aos estados de todas as eras e de todos os continentes. Pelo contrário, a expressão "por ele (Deus) instituídas" cria a impressão de uma série de ordenanças (cf logo abaixo, sobre o v. 2), que Deus insere de caso para caso no decurso dos acontecimentos, seja com ira, seja com paciência e graça. Em todas as fases Deus é Senhor sobre a história humana. Sem podermos evidenciar suas providências em todos os detalhes, estamos diante de um bem comum da fé bíblica, formulado de forma clássica no livro de Daniel: "(Deus) remove reis e estabelece reis". Na verdade, Ap 13 diz o seguinte sobre o poder político desnaturado: "O dragão deu à besta o seu poder, o seu trono e grande autoridade" (v. 2b [NVI]), mas poucos versículos adiante a afirmação é superada: "Foi-lhe dado poder (por Deus!)…" (v. 7 [NVI]). De fato, uma imbricação, para nós imperscrutável, de duas iniciativas de direções totalmente opostas! Am 3.6 atesta essa atuação universal (não atuação única!) de Deus com a frase: "Se acontece uma desgraça na cidade, não foi Iahweh quem agiu?" (BJ). Deus está agindo ininterruptamente em cada recanto da terra também nesse mundo caído (Jo 5.17). Ele não fica apenas contemplando tudo, como a lua silente. Ele não se deixa aprisionar no além, ele não é somente Deus no céu, mas também na terra (Dt 4.39; Js 2.11; Ec 5.2). Não há nenhum distrito (e também nenhuma prefeitura) que estivesse excluído de sua atuação. Se conforme Mt 10.29 Deus até age no vôo de um pássaro e na formação de uma careca, quanto mais não atuará no surgimento e na preservação de cada governo de fato existente. "Sim, com certeza Deus é o Deus das nações!" (Rm 3.29). Não existe história mundial que transcorresse por si própria.

2 Sob essas circunstâncias elimina-se a atitude de oposição aberta ou velada frente ao estado como possibilidade cristã. **De modo que aquele que se opõe** (contrariamente) **à autoridade** ("poder estatal") **resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos** no juízo final a **condenação** de Deus. Em decorrência, a anarquia, ou seja, oposição por princípio contra o poder governamental, não representa uma saída cristã. Negar-se a obedecer determinadas ordens da autoridade estatal é algo diferente (sobre isso, cf nota 43, sobre o v. 3b).

3,4 Isso posto, Paulo muda o curso do fundamental para o prático, ao *agir* da autoridade governamental e ao *fazer* dos cristãos. Nisso Paulo trabalha com a premissa de que ambos os lados estão harmonizados num ponto essencial: visam o bem e combatem o mal. Melhor: da parte do estado isso já acontece assim, os cristãos são exortados a agirem dessa maneira. Quanto aos últimos, a tríplice contraposição de bem e mal mostra que mais uma vez eles são incorporados ao fluxo de idéias do capítulo anterior. Por meio de uma insistente interpelação pessoal eles são conjurados, como já em Rm 12.2, a cumprir a vontade de Deus (v. 3b): **Faz o bem**, incondicionalmente! Cumpre notar que não está sendo dito: cumpre incondicionalmente o que foi ordenado! Quando os cristãos praticam o bem, a estrutura do Estado vem ao seu encontro com algo que eles, enquanto comunidade cristã, não podem deixar de aprovar – uma afirmação muito surpreendente de início. A autoridade estatal **louva** ("enaltece" [NVI]) o praticante do bem e **castiga** ("pune" [NVI]) **o que pratica o mal.** Paulo está destacando no poder do estado única e exclusivamente sua função ética. Ao perseguir os criminosos ele garante a ordem jurídica. Enquanto servo de Deus, é vingador para a ira sobre os que praticam o mal (v. 4b). De acordo com Rm 12.19, os cristãos não se devem arrogar o cargo da vingança, mas dar espaço ao furor vindouro de Deus. Aqui, porém, Paulo complementa e ensina que já no presente Deus não deixa essa função totalmente inativa, permitindo que o poder estatal sirva

provisoriamente como seu instrumento. A perseguição criminal nos tribunais, por mais fragmentária que possa ocorrer, deixa transparecer a ira vindoura de Deus. Essa "pequena ira" aponta para aquela "grande ira". Deus não quer deixar a humanidade correr para dentro do grande furor sem que antes possa encontrar a salvação. Porém, para que ela própria não se extinga antes pela luta de todos contra todos, pela lei da selva, pela justiça de linchamentos e por assassinatos de vendeta, Deus contrapõe a autoridade judicial pelo menos aos excessos mais graves do maligno.

Diante dessa ênfase justamente no elemento judicial do sistema estatal, e pensando nos tribunais existentes de fato, surpreendemo-nos com essas afirmações: **Faze o bem e terás louvor** dele (v. 3b), **entretanto, se fizeres o mal, teme; porque não é sem motivo que ela traz a espada** (v. 4b). Seria tudo isso tão simples? De acordo com o contexto deve-se entender o elogio das boas ações como louvor por parte do juiz: nos termos do processo ele constata o bem e o mal e distribui o respectivo louvor e a reprovação. No entanto, acaso o próprio Paulo não havia colhido más experiências com a brutalidade, a corrupção e a hipocrisia jurídica e estatal de seus juízes? Em Rm 8.36 ele sintetiza: "Somos entregues à morte o dia todo, fomos considerados como ovelhas para o matadouro". Não obstante, o leitor atento de Rm não deveria estar surpreso demais nesse ponto: conforme Rm 1.32, os próprios gentios, ao praticarem o mal, ainda "sabem que… aqueles que fazem essas coisas merecem a morte" (BLH). O saber acerca do bem e do mal tem de ser pressuposto sem exceção entre todos os povos (Rm 2.15). Em segundo lugar: conforme Rm 7.16,22, a pessoa não redimida dispõe não apenas desse saber mas até do reconhecimento, sim, da satisfação com a boa vontade de Deus. Mais ainda: de acordo com Rm 2.14, Paulo considera possível que: "*Procedem*, por natureza, de *conformidade* com a lei". Apesar de que, vistos como um todo, os povos estão indesculpáveis diante da acusação, pois entre eles acontecem boas ações, pelo menos de maneira fragmentária. Portanto: saber acerca do bem, aprovar o bem e praticá-lo! Cristãos deveriam preservar a sensibilidade para tais sinais mesmo no estado gentílico. Constitui um exemplo a forma dos relatos sobre processos no NT. Paulo alcançou esse "louvor" do estado quando o comandante Lísias, os governadores Félix e Festo e o rei Agripa atestaram repetidamente a sua inocência, o que obviamente não os impediu de, paralelamente, prolongarem sua detenção. Pilatos teve de constatar publicamente três vezes: "Não encontro nenhum motivo para condenar este homem" (BLH), embora apesar disso submetesse o inocente à terrível tortura romana. Herodes teve de concordar com o seu veredicto (Lc 23.4,14,15,22). Eram espantosas as circunstâncias que o Supremo Conselho criava em defesa do direito e da lei, ainda que, ao arrepio da lei, a pena de morte para Jesus já estivesse decidida antes do processo. O regime mais miserável simplesmente não consegue subsistir sem encostar-se no elevado conceito do bem e do mal. Dessa maneira ele se curva diante dos pés de Deus, assim como os soldados romanos reverenciaram a Jesus, coroado de espinhos e vestido de púrpura. Soterrada por injustiça e escárnio, triunfou a justiça!

Retornamos à exortação ao cristão: pratica o bem! Paulo não só o incute por causa da expectativa pelo elogio que se pode esperar, mas mais intensamente pela recordação do castigo iminente em caso de um ato mau (três vezes nesses dois versículos o tema do temor!): **Queres tu não temer a autoridade** ("o poder estatal")**? Faze o bem**! Um cristão não deve pensar de forma leviana em se colocar acima das normas do bem e do mal "só" porque tem de lidar com uma autoridade terrena. Dessa forma também perante Deus ele estaria fora de uma esfera do direito. O direito, projetado a rigor **para teu bem**, volta-se contra ele, sanções começam a atuar. Ele perde sobretudo, nesse caso, diante das portas do tribunal, a verdadeira coragem espiritual, que é dada unicamente ao que teme a Deus.

5 Agora Paulo está em condições de reforçar e aprofundar sua tese do v. 1. **É necessário que lhe estejais sujeitos, não somente por causa do temor da punição, mas também por dever de consciência.** De modo algum Paulo está recomendando apenas uma sujeição exterior, nem subserviência precipitada como única possibilidade para sobreviver, muito menos adaptação maleável para proveito próprio. Para Paulo, trata-se de uma questão do mais íntimo compromisso.

6 Ele considera como aprovação o fato de que, pelo que se evidencia, os leitores romanos pagam seus impostos normalmente. **Por esse motivo, também pagais tributos.** Já no berço do cristianismo o tema impostos trouxe complicações (Lc 2.1). Em Roma se sofria, na época da redação dessa carta, de modo muito singular sob os altos tributos e sob os métodos violentos dos exatores. Sempre havia o perigo de que o ânimo revertesse para exasperação. É por isso que Paulo aplica sua visão do v. 4

justamente a esses órgãos estatais: **porque são ministros de Deus, atendendo, constantemente, a este serviço.**

7 Sem qualquer palavra de conexão começa a nova frase, martelando mais uma vez a exigência cristã nessas questões de ética frente ao estado. Por sua brevidade e forte generalização resulta claramente como tese: **Pagai a todos o que lhes é devido** (as obrigações). O plural "obrigações" não se refere a uma grande soma de dívidas monetárias, mas abrange tudo com o que cristãos estão em débito para com a sociedade. Do berço ao caixão eles recebem prestações de serviço nos parâmetros da ordem pública. Depois de terem acordado para Deus, também estão despertos para o agir de Deus na realidade deste mundo, prestando-lhe também nessa esfera seu "culto racional" (Rm 12.1). Fazem-no, cumprindo de modo justo e leal seu dever perante todas as pessoas e instituições. Segue-se um rol de exemplos: **Pagai a todos o que lhes é devido: a quem** (deveis) **tributo,** (entregai) **tributo; a quem** (deveis) **imposto, imposto; a quem** (deveis) **respeito, respeito; a quem** (deveis) **honra, honra**. Porventura "respeito" e "honra" se referem a Deus? A comparação com Mc 12.17 e 1Pe 2.17 poderia sugerir essa idéia. Porém ela não combina bem com a tese precedente e também não cabe nessa série homogênea de exemplos. Paulo realmente traça a linha até o fim: levem o poder da autoridade governamental existente mais a sério que talvez ela própria esteja fazendo!

e. Amor ao próximo como cumprimento da lei, 13.8-10

8 **A ninguém fiqueis devendo coisa alguma, exceto o amor com que vos ameis uns aos outros; pois quem ama o próximo tem cumprido a lei.**
9 **Pois isto (determinado em Dt 5.17-21): Não adulterarás, não matarás, não furtarás, não cobiçarás, e, se há qualquer outro mandamento, tudo nesta palavra se resume (Lv 19.18): Amarás o teu próximo como a ti mesmo.**
10 **O amor não pratica o mal contra o próximo; de sorte que o cumprimento da lei é o amor.**

Observação preliminar

Depois de Rm 10.4,5 o tópico "lei" parecia ter desaparecido de Rm, e com certeza o leitor também não sentiu falta dele. Nos dois capítulos éticos, Rm 12,13, a lei aparentemente não tinha mais nada a dizer, tendo sido vitoriosamente expulsa do campo em nome do amor. Contudo, desse modo Paulo é muitíssimo subestimado. Ele está enraizado no AT, pensa nas dimensões da história da salvação e também vê implacavelmente o perigo de uma anomia "cristã". É, pois, logo numa dupla declaração que ele volta a introduzir a questão da lei.

8 Paulo faz conexão com a exortação de, no contexto da vida civil, pagar a cada um os débitos que houver: **A ninguém fiqueis devendo coisa alguma**. Há, porém, outro compromisso que continua existindo, que é incomparável, e que já foi abordado em Rm 12.9-21: **exceto o amor com que vos ameis uns aos outros.** O amor se diferencia decisivamente de uma cidadania auto-suficiente. Viver como cristão não significa apenas prontamente quitar compromissos financeiros, legais e morais, para depois reclinar-se, desligando-se do gigantesco volume restante de tarefas ao redor. Um cristão permanece no serviço. Jamais dirá ao próximo: cumpri minha obrigação, nós estamos quites! Jamais tentará evadir-se com ajudas que já prestou: desse e daquele me livrei!, pois com essa atitude já estaria fora do amor.

O NT não demanda o amor "numa alegre falta de motivos" (Karl Barth), mas com ampla fundamentação. É nossa "dívida" amar (1Jo 4.11), porque recebemos amor por meio de Deus, o Pai (Mt 5.44,45), o Filho (1Jo 4.1) e o Espírito Santo (Gl 5.22). Mas amor também é simplesmente obediência. Especialmente em situações impossíveis de compreender – que são os casos mais freqüentes – ou em que a psique (ainda) não está disposta, o amor cumpre o que foi mandado. É nessa direção que aponta o presente versículo. **Pois quem ama o próximo, cumpriu a lei.** Por meio dessas palavras Paulo leva de volta ao ponto de partida de toda a *paráclese* de Rm 12,13, formulado em Rm 12.2b: pratica incondicionalmente a vontade de Deus! Quem cumpre a vontade de Deus, durará perpetuamente. Se quiseres entrar na vida, cumpre os mandamentos, precisamente os mandamentos da lei! Em Paulo, assim como em Jesus, não há nenhuma passagem que abra uma brecha para que se imagine que a vontade de Deus teria de ser achada em outro lugar que não a lei e os profetas do AT. O "novo mandamento" do amor não torna supérfluo o "antigo mandamento". Amor não é o fim da lei, e sim seu cumprimento.

9,10 Paulo esclarece a estreita ligação entre o amor e a lei. **Pois isto** (determinado em Dt 5.17-21)**: Não adulterarás, não matarás, não furtarás, não cobiçarás, e, se há qualquer outro mandamento, tudo nesta palavra se resume** (Lv 19.18)**: Amarás o teu próximo como a ti mesmo.** Começamos pela primeira frase do v. 10: **O amor não pratica o mal contra o próximo**. A seleção dos Dez Mandamentos, que Paulo enumera a partir do v. 9, combina com esta frase. Um mal seria, p. ex., violar o matrimônio do próximo, sua integridade física e sua propriedade. Seria maldoso, fazê-lo entrar continuamente em choque com a nossa inveja, em vez de ser uma bênção para ele. A lei toda pode ser comparada a uma cuidadosa sinalização da existência humana, com placas que apontam sempre na mesma direção e para o mesmo alvo: por teu intermédio nada de mau deve acontecer ao teu semelhante, porém somente o bem. Justamente quando ele se envolve na injustiça cabe a ti ser benigno com ele até no fundo do coração, dando-lhe provas desse amor. Esse já foi o sentido, no seu contexto, da passagem aqui citada, de Lv 19.18. Desse modo, a lei é sintetizada pelo mandamento do amor ao próximo, i. é, ela é dirigida para o seu ponto principal. Jesus, como intérprete e até mesmo corporificação do AT, providenciou, viveu e sofreu para que esse ponto principal não desaparecesse nem se perdesse numa massa confusa de explicações, mas que fosse realmente cumprido (Jo 4.34). Nisso foi seguido pelos apóstolos. **O cumprimento da lei** e, conseqüentemente, fim de sua função torturadora de Rm 7.14-25, **é**, portanto, **o amor**.

f. Epílogo: Organização da vida orientada para o futuro, à luz do dia vindouro, 13.11-14

11 **E digo isto a vós outros que conheceis o tempo: já é hora de vos despertardes do sono; porque a nossa salvação está, agora, mais perto do que quando no princípio cremos.**
12 **Vai alta a noite, e vem chegando o dia. Deixemos, pois, as obras das trevas e revistamo-nos das armas da luz.**
13 **Andemos dignamente, como em pleno dia, não em orgias e bebedices, não em impudicícias e dissoluções, não em contendas e ciúmes;**
14 **mas revesti-vos do Senhor Jesus Cristo e nada disponhais para a carne no tocante às suas concupiscências.**

Observação preliminar

Um epílogo fundamenta retrospectivamente a parênese de Rm 12,13, contudo de uma maneira diferente que no prefácio de Rm 12.1,2. Ali Paulo se reportou ao poder impulsionador da experiência da misericórdia de Deus. Agora ele traz a campo a força de tração que se origina da esperança pela volta pública de Cristo. Ou, para ilustrar de forma diferente: origem e futuro da igreja podem ser comparados com dois pilares de ponte, entre os quais estende-se o seu presente. Sem esses dois pilares ou mesmo um dos dois a igreja desabaria, a vida cristã irremediavelmente se dissolveria na torrente do corriqueiro.

Quanto à expectativa da vinda imediata. De acordo com a filosofia grega, que até hoje continua influenciando a base intelectual do Ocidente, Deus é bom, verdadeiro e belo, mas absolutamente imóvel. Em contraposição, a Bíblia dá o alarme: "Eu sou – o que há de vir!"(NVI). Deus está num movimento de aproximação e penetração em nosso mundo. Por isso, a proclamação bíblica de Deus também é sempre anúncio, despertando para a expectativa daquele que se aproxima. Já no século VIII a.C. Isaías bradava: "Está perto o Dia do Senhor!" (Is 13.6), e todos os profetas subseqüentes renovaram essa expectativa imediata na sua geração com expressões semelhantes. Há séculos Israel era um povo cheio de expectativa imediata. João Batista aderiu a esse pensamento: "O Reino dos céus está próximo" (Mt 3.2 [NVI]). Todos os quatro evangelhos são unânimes ao desenvolver o cumprimento centralizado deste anúncio na história da Paixão. Foi ali que de modo decisivo chegou o reino de Deus, aconteceu a sua vontade e seu nome foi santificado na terra. Na cruz Jesus tornou-se Senhor sobre o pecado, a morte e o diabo – confirmado na Páscoa. Sua igreja, enquanto corporação do Espírito Santo, experimentou esse senhorio de Jesus em seu meio. Tanto mais, porém, ela sofreu também a estridente dissonância entre cumprimento messiânico e contínuas condições não messiânicas. Surgiu uma nova expectativa, até mesmo uma fome pela glorificação pública irrestrita desse Senhor em toda a criação. Pelo fato de esperar por aquele que já tinha vindo e que estava diariamente próximo, a expectativa imediata do NT supera a do AT em urgência e expressividade. Isso, por sua vez, intensificou o teste de paciência. É por isso que numerosas passagens no NT trabalham o tema do "Senhor que tarda", que não confirma expectativas humanas. Além do problema da impaciência surgiram também concepções cronológicas *não deliberadas* sobre a chegada do Senhor. Os seres humanos não têm outra forma de expressão do que inserir tudo o que os impulsiona de modo significativo em seu próprio horizonte de vida. P. ex., não seríamos capazes de imaginar uma volta de Cristo daqui a dois milênios e, apesar disso, esperá-la ardentemente. Assim, parece que também para Paulo a idéia de experimentar pessoalmente a volta de Jesus

ainda na sua vida não era uma idéia distante. Contudo, essa forma de falar apenas lhe ocorria involuntariamente. Jamais sua argumentação pretendeu apontar um prazo determinado. Ela em momento algum tornou-se uma afirmação doutrinária. Pelo contrário, ele e os que estão sendo instruídos por ele "sabem muito bem" (VFL) que não sabem nada de exato sobre o tempo certo (1Ts 5.1,2). Essa data é, por princípio, impossível de projetar. "Só o Deus Eterno sabe quando é que aquele dia vai chegar" (Zc 14.7 [BLH]). Paulo tributava respeito às decisões soberanas de Deus quanto ao tempo e à hora (Rm 11.33-35).

Todas as igrejas cristãs adotaram a volta de Cristo em seu sistema doutrinário. Entretanto, essa expectativa pode perder o significado prático para nós, tornando-se uma expectativa distante que não nos compromete, que não determina nosso presente: "Ainda vai demorar muito até que meu Senhor chegue!" Opostamente a isto aparece a expectativa imediata: "Nesse dia e nessa hora ele tem de chegar e chegará!" Nesse caso abusa-se de passagens bíblicas fora do contexto para fazer predições sensacionais, que porém levam somente até a próxima vergonhosa decepção. Além disso, essas predições desacreditam a honesta expectativa imediata da Bíblia.

11 Embora a igreja de Roma não tivesse sido fundada por Paulo, ele pode pressupor um certo conhecimento entre os leitores de lá. Cada comunidade cristã situava-se, naquele tempo, no contexto de um reconhecimento histórico-salvífico, de modo que a afirmação seguinte não constituía novidade para nenhuma comunidade. Porém, como em Rm 6.3, esse conhecimento poderia ter sido deixado de lado. Ele precisa ser reavivado, para que as exortações apostólicas não caiam no vazio. **E digo isto a vós outros que conheceis o tempo.** Sucintamente Paulo delineia a compreensão cristã dos primórdios sobre a situação entre a primeira e segunda vinda do Senhor, o "dia do Senhor". Esse dia ainda não chegou (2Ts 2.2), contudo vem chegando (Rm 13.12). Esse "vem chegando" não significa: ele chega amanhã ou depois de amanhã! Ao contrário, Paulo está tendo a visão do romper do dia que já começou. **Já é hora de vos despertardes do sono.** Involuntariamente, a formulação chama o Getsêmani à nossa memória. Também lá a exortação de não dormir mais se refere a um dado cronológico marcante. É a hora mundial, hora do perigo mundial, mas também da chance universal. Por isso ela é por um lado denominada de "hora do poder das trevas", por outro lado de "hora do Filho do Homem", "a sua hora". Seu conteúdo é a ação redentora de Deus no sofrimento de Jesus. Ela desembocou na exclamação de triunfo: "Está consumado!" É nesse fato que está enraizada a percepção de tempo da igreja cristã. No ponto baixo da Sexta-Feira da Paixão ela visualiza o ponto alto da gloriosa revelação de Deus, de maneira que agora tudo se transforma. Aconteceu a virada dos tempos, ainda que o mundo continue girando como se nada tivesse acontecido. Como ilustração serve o lusco-fusco da primeira hora, quando o novo dia se anuncia. A partir de agora luz e trevas lutam entre si. Porém isso não acontece como uma tragédia eterna, conforme ensinam algumas religiões, mas a noite já foi derrotada e está em retirada. É por isso que as sombras que ainda pesam sobre a existência não conseguem mais impressionar os que crêem, não podem levá-los a dormir "como os demais" (1Ts 5.6). Para eles dissipou-se o entorpecimento do sono, citado em Rm 11.8. Nada mais ao redor encontra-se em estado plúmbeo, mas agora tudo está num movimento de pressão irresistível para frente. **Porque a nossa salvação está, agora, mais perto do que quando no princípio cremos.** O "perto" tornou-se "mais perto" e "cada vez mais perto". Nenhum instante permanece parado no tempo. O cristão não se vê parado num pátio de estacionamento, mas experimenta um avanço de fé em fé, de graça em graça, e de glória em glória.

12-14 Nos v. 12-14 são acrescentadas instruções para um agir orientado para o futuro. **Vai alta a noite, e vem chegando o dia.** Se essa verdade for entendida, é preciso encarar a situação e agir de acordo e com total lucidez: **pois!** Paulo continua na ilustração: após levantar (v. 11) está na hora de vestir-se. Uma possibilidade negativa se opõe à positiva, no primeiro caso como variedade de "peças de roupa". Seguiremos agora a ordem temática do texto.

Primeiramente a atitude de vida voltada para trás: **Deixemos, pois, as obras das trevas.** De modo algum os cristãos devem tirar novamente do baú as velhas peças manchadas, que foram despidas na hora do arrependimento e da conversão. O v. 13 apresenta exemplos chocantes da vida noturna dos gentios. **Orgias**: são promovidas com luxo pecaminoso, um vexame diante dos famintos do mundo (Lc 16.20,21) e uma mina de ouro para os médicos, que precisam curar novamente as vísceras. **Bebedices**: um copo pede pelo seguinte, até que a sociedade toda esteja alcoolizada e os controles normais estejam desligados. **Impudicícias** ("imoralidade sexual" [NVI]; "pecado sexual" [VFL]): referência à sexualidade sem qualquer dignidade humana, buscada muitas vezes em festinhas, favorecida pelo efeito entorpecente do álcool e excitado por comidas fortes. **Dissoluções**

(“depravação” [NVI]; “vícios perversos” [tradução do autor]): sobre isso, cf Rm 1.26,27. **Não em contendas e ciúmes**: bastam coisas insignificantes para conjurar morte e assassinato.

Nesse ponto também se pode acrescentar a exortação sintetizadora do v. 14b: **nada disponhais para a carne no tocante às suas concupiscências** (“não fiquem premeditando como satisfazer os desejos da carne” [ou: “da natureza pecaminosa”] [NVI]). Muitas vezes o termo “carne” é entendido nesse texto como “corpo, físico”, motivo pelo qual também é traduzido dessa forma, p. ex., na versão da Tradução Ecumênica [em alemão]: “Não cuideis de tal modo do vosso corpo que as concupiscências despertem”. Contudo, essa compreensão dificilmente é convincente na seqüência do pensamento, uma vez que “carne” aparece como força contrária ao senhorio de Jesus Cristo. Seu ponto de partida são as pulsões e aspirações de uma pessoa. Com certeza fazem parte do equipamento que ela recebeu por ocasião da criação, com as quais ela deve glorificar a Deus. Contudo, quando caem sob o poder da carne e são cultivadas e desenvolvidas de forma a satisfazerem a avidez humana, elas se desviam do papel de serviço. Deterioram-se e comportam-se senhorialmente. Desejo torna-se avidez, e prazer, lascívia.

Depois disso, passemos à forma de vida alternativa. Paulo não contrapõe simplesmente as “obras da luz” às “**obras das trevas**”, mas fala de “**armas** da luz”. Chama a atenção o elemento da luta: Não apenas praticar o bem, mas também levá-lo avante, vencendo o mal pelo bem (Rm 12.21). Com sua missão os cristãos põem mãos à obra de forma combativa. Para tanto, revestem-se de armamento, mais precisamente de “armas **da luz**”. Desprezam os meios do adversário, não se tornam sarcásticos, nem impacientes, nem vaidosos, nem pressionam. Vestem a roupa da luz de Deus (1Jo 1.6).

No v. 14 Paulo também mantém a figura do vestir-se. Ao mesmo tempo ele a usa para embalar toda a parênese dos dois capítulos: **revesti-vos do Senhor Jesus Cristo**. Colocar a veste de Cristo é uma ilustração que tem lugar fixo no acervo de imagens do apóstolo, com um significado inequívoco:

- Em nenhuma dessas passagens se alude a um ser passivamente revestido e transformado. Sempre aparece a forma ativa: “Vistam-se!” O que se espera é que peça por peça daquilo que Deus coloca à disposição seja “tomada”, aceita e vestida (Ef 6.13,16).
- A figura refere-se sistematicamente à conformação ética do cotidiano segundo o modelo de Cristo. Quem se reveste de Cristo é enviado por ele, de maneira que a partir de agora o senhorio de Jesus o envolve e determina de forma bem prática. Conforme Gl 3.27, essa entrada para o serviço aconteceu de maneira fundamental no batismo, mas deve ser confirmada todas as manhãs com nova disposição.

2. Exortação especial de aceitação mútua no conflito na igreja, 14.1–15.13

Observação preliminar

Sem mais, teria sido possível inserir uma ou duas frases sobre a aceitação mútua nas exortações havidas até aqui, como em Rm 12.9-16. Mas Paulo encerrou formalmente a *paráclese* em Rm 13.11-14, abrindo agora separadamente um trecho detalhado sobre este tema (36 versículos!). Faz isso consistentemente na forma da interpelação direta. A razão desse bloco especial terá de ser procurada numa dificuldade premente da igreja de Roma. Em vista da boa “infra-estrutura” do primeiro cristianismo (qi *2c*), Paulo não desconhecia que nas igrejas domiciliares de Roma havia dois grupos em disputa, os “fortes” (expressão que ocorre só em Rm 15.1) e os “débeis/fracos” (Rm 14.1,2; 15.1, recorrente em 1Co 8,9).

O objeto do conflito em Roma. Do trecho pode-se depreender três preocupações religiosas dos “fracos”: todo consumo de carne deve ser evitado (Rm 14.2), há determinadas datas para serem observadas (Rm 14.5) e deve-se renunciar ao consumo de vinho (Rm 14.17,21). A forma sintética com que Paulo trata desses três pontos depõe a favor do fato de que era o mesmo grupo que se preocupava com isto. Nele, a predileção por dias e a renúncia ao vinho ficam visivelmente ao fundo, enquanto a questão da alimentação permanece em primeiro plano. A Antigüidade conhecia diversas colorações de tendências religiosas que cultivavam o ideal da frugalidade e do vegetarianismo, tanto entre gentios quanto entre judeus. Os exegetas, porém, estão amplamente de acordo que nesse grupo de Roma deve-se pressupor pelo menos uma influência judaísta. Depõe a favor dessa tese que Paulo, ao contrário da passagem muito similar de 1Co 8, não está mencionando o culto gentílico a ídolos com nenhuma sílaba sequer. Em lugar disso, ele usa o posicionamento de Jesus diante da prática judaica de pureza para argumentar em Rm 14.14, fazendo o trecho todo desembocar, a partir de Rm 15.7, no tema “judeus e gentios”. Portanto, os grupos em Roma seguramente dividiam-se entre judeus e gentios.

Atualidade. Para igreja de hoje, o cardápio dificilmente será assunto para a doutrina da fé. Nossos focos de tensão estão em outras áreas. Hoje o conflito gira em torno de questões de ética sexual, do divórcio, do trato da política e cultura, da posição frente ao iluminismo moderno e suas conseqüências para a compreensão da Escritura, dos serviços da mulher, da organização do culto, das formas de vida carismática, da prática evangélica etc. Se apesar disso nos tornamos leitores cheios de expectativa dos textos de Paulo, é por causa do extraordinário esmero com que ele aborda as questões prementes de então. Esse jeito é paradigmático para todos os tempos.

a. Em caso de conflito, não violar o senhorio de Cristo na igreja!, 14.1-12

1 Acolhei ao que é débil na fé, não, porém, para discutir opiniões.
2 Um crê que de tudo pode comer, mas o débil come legumes;
3 quem come (também carne) não despreze o que não come; e o que não come (carne) não julgue o que come, porque Deus o acolheu.
4 Quem és tu que julgas o servo alheio? Para o seu próprio senhor está em pé ou cai; mas estará em pé, porque o Senhor é poderoso para o suster.
5 Um faz diferença entre dia e dia; outro julga iguais todos os dias. Cada um tenha opinião bem definida em sua própria mente.
6 Quem distingue entre dia e dia para o Senhor o faz; e quem come (carne) para o Senhor come, porque dá graças a Deus; e quem não come para o Senhor não come e dá graças a Deus.
7 Porque nenhum de nós vive para si mesmo, nem morre para si.
8 Porque, se vivemos, para o Senhor vivemos; se morremos, para o Senhor morremos. Quer, pois, vivamos ou morramos, somos (propriedade) do Senhor.
9 Foi precisamente para esse fim que Cristo morreu e ressurgiu: para ser Senhor tanto de mortos como de vivos.
10 Tu, porém, por que julgas teu irmão? E tu, por que desprezas o teu? Pois todos compareceremos perante o tribunal de Deus.
11 Como está escrito (Is 49.18; 45.23): Por minha vida, diz o Senhor, diante de mim se dobrará todo joelho, e toda língua dará louvores a Deus.
12 Assim, pois, cada um de nós dará contas de si mesmo a Deus.

Observação preliminar

Nesses primeiros doze versículos Paulo já consegue romper aspectos superficiais e circunstanciais e destacar com profundidade surpreendente aspectos fundamentais. No fundo tudo o que é essencial já está sendo dito. Sua solução é: como cada um dos oponentes se encontra no vínculo de fé com Cristo, todos são abarcados pelo seu senhorio (nove vezes "Senhor" nos doze versículos!). Não aceitar-se um ao outro significaria atacar o direito de soberania de Cristo.

1 A primeira linha constitui o título do bloco todo. Em interpelação direta aos que são fortes na fé, afirma-se: **Acolhei ao que é débil** ("fraco" [NVI, VFL, BLH, BV]) **na fé**. Jamais os citados teriam visto a si próprios como fracos. Contudo, Paulo sustenta essa designação. A palavra grega para "ser fraco" pode expressar falta de força dos mais variados tipos. Como no NT também é usado cerca de quarenta vezes para fisicamente doentes, é viável pensarmos aqui metaforicamente numa fé "enferma". Uma infecção a atingiu. Por isso está debilitada, sua verdadeira essência não se pôde realizar. No entanto, diante desses fiéis vigora o princípio: aceitar! Na verdade a igreja poderia livrar-se rapidamente de muitas tensões se ela se livrasse de determinados irmãos, mas o que Deus uniu, não cabe ao ser humano separar. A possível tradução "admitir" poderia levar a pensar numa admissão legal na igreja. Contudo, este seria um entendimento demasiado estreito. Aqui está em jogo a concretização da comunhão como uma tarefa que nunca acaba (Rm 13.8), que não pode ser executada com um gesto único.

Esse "acolhei!", diferente de Rm 15.7, é complementado por uma repulsa pronunciada de modo excitado: **não, porém**, permitam que se chegue a **discutir opiniões**! Uma frase fragmentada como essa deixa os exegetas em apuros e leva a diversas paráfrases. O primeiro dos dois termos-chave pertence a um grupo semântico que perpassa todo o capítulo e que parte do conceito básico: proferir uma sentença. Paulo solicita decididamente aos fortes: desistam de apreciações sobre aquelas opiniões adoentadas e questionáveis dos fracos, i. é, não busquem realizar negociações públicas com esse intuito! Uma parte dos tradutores (p. ex., Lutero) circunscreve a frase de advertência com: "Não

briguem…!" Porém, isso não atinge a intenção da frase. O apóstolo não está combatendo a excrescência, não apenas as cenas desagradáveis, mas já o ponto de partida. Com preocupação ele olha para a situação da igreja. Os blocos cristãos judaico e gentílico estão a ponto de se afastar um do outro (cf já em Rm 11.17-20). Está em perigo a comunhão elementar. Nessa prova de coesão, infindáveis debates objetivos seriam um equívoco. Asperamente Paulo os repele. O irmão não deve ser aceito apenas com base numa harmonização das teologias, não só depois de aceitar um determinado bloco de valores e verdades, depois de aprovado num curso bíblico, depois que sua fé convalesceu e se fortaleceu, mas "pois Deus o aceitou" (v. 3 [BLH]) e "como também Cristo nos acolheu" (Rm 15.7). Isso, porém, aconteceu, conforme Rm 5.6, sobre o seguinte fundamento: "quando ainda éramos fracos, Cristo morreu pelos ímpios" (NVI) ("Cristo morreu por nós" [VFL]). Nossa condição de cristãos deve-se ao fato de que esse amor é verdadeiro, derramado em nossos corações pelo Espírito Santo (Rm 5.5). Nessa verdade, pois, reside também a base de nossa comunhão. Nos versículos seguintes o objetivo de Paulo é que essa base, o Cristo, permaneça uma realidade eficaz e vigorosa e não se dissipe para uma retórica desbotada.

2 Fiel à própria exortação do v. 1b, Paulo agora não aborda as "opiniões", mas apenas caracteriza as respectivas práticas. **Um crê que de tudo pode comer, mas o débil** (o fraco) **come** (apenas) **legumes.** Vindo do v. 1, não se poderá reduzir o "crer", nessas duas ocorrências, a mero "achar". A configuração do cardápio realmente está sendo afixada num ponto elevado. Em todo o bloco está em jogo a vivência da fé na salvação. Começamos a perceber: o que ameaçava trazer separação às igrejas domiciliares daquele tempo em Roma não fica devendo em nada ao perigo que trazem as diferenças de opinião de hoje. Calava fundo se a comunhão de mesa era concedida ou negada. Quando alguém saía de uma mesa e se assentava numa mesa à parte com menu próprio, os que ficaram assentados na refeição anterior poderiam sentir: para que ainda somos uma igreja, se sequer podemos comer juntos!

3 Segue-se uma instrução apostólica de duas partes, que é retomada mais uma vez nessa forma no v. 10. Primeiramente ao "forte", que de boa consciência se dá o direito de comer carne: **quem come** (também carne) **não despreze o que não come**. O que está em vantagem, como os fortes de Roma evidentemente estavam, geralmente se preocupa pouco com seu adversário. Passa correndo por ele com um olhar de desdém. Contudo os v. 10,13,15,21 mostrarão essa pessoa como "irmão" precioso. De modo diferente, o apóstolo considera aquele que não consegue admitir a liberação de consumo de carne: **e o que não come** (carne) **não julgue o que come**. Quem experimenta desprezo, precisa tanto mais da auto-estima e a encontra. No presente caso, talvez a encontre assim: como cristão sou mais sério, mais fiel à Escritura, mais consciencioso, mais obediente que eles! Condena, pois, o irmão que segundo sua opinião está entregue ao mundo. Porém essa pessoa é lembrada da palavra poderosa de Deus: **Deus o acolheu**!

4 Aquele que já se fez de juiz sobre seu irmão, subitamente se encontra diante de Deus e do seu próprio comportamento inadmissível. **Quem és tu que julgas o servo alheio?** O proprietário de escravos, em vista do contato pessoal, tinha um relacionamento mais próximo com o servo da casa que com os servos da lavoura. No sentido figurado: quando condenas teu irmão, estás interferindo num relacionamento especial, do qual não fazes parte. Negas o direito senhorial de Cristo e posas pessoalmente como senhor. Ousas fazer incursões que passam decididamente dos limites, porque desrespeitam o Senhor. Nesse ponto Paulo também manifesta sua confiança em favor do irmão. **Para o seu próprio senhor está em pé ou cai; mas estará em pé, porque o Senhor é poderoso para o suster** (no acerto de contas final). Apesar de tudo que nele é questionável, ele se encontra em boas mãos, experimenta poderes reguladores e com certeza será aperfeiçoado um dia com todos os fiéis. A realidade da culpa não deixa de ser vista, mas também é visto o poder da graça.

5-8 Em seguida encontramos uma das mais belas descrições da realidade da igreja. **Um faz diferença entre dia e** (outro) **dia; outro julga iguais todos os dias.** Surge, apenas à margem, um segundo ponto de controvérsia. A frase seguinte estende sua proteção sobretudo sobre os fracos: **Cada um tenha opinião bem definida em sua própria mente**. Sem concordar com eles na questão (v. 14,20), Paulo concede-lhes o direito terem convicções próprias, uma vez que não se trata de verdades últimas do evangelho. Sim, Paulo considera uma injustiça precipitá-lo em dúvidas (v. 15,20,21). Unidade no Espírito é algo diferente que igualar todas as opiniões (v. 1). **Quem distingue entre dia e dia para o** (em submissão ao) **Senhor o faz; e quem come** (carne) **para o** (em submissão ao) **Senhor come, porque dá graças a Deus; e quem não come para o** (em submissão ao) **Senhor não come e dá**

graças a Deus. Porque nenhum de nós vive para si mesmo, nem morre para si. Porque, se vivemos, para o (em submissão ao) **Senhor vivemos; se morremos, para o** (em submissão ao) **Senhor morremos. Quer, pois, vivamos ou morramos, somos** (propriedade) **do Senhor.** É maravilhosamente consoladora a maneira como o apóstolo é capaz de perceber nessa igreja polarizada a relação de todos os membros com o Senhor. Oito vezes ele destaca nesses versículos: para o Senhor! O irmão, afinal, não vive nem morre para ti nem para mim. Também o fraco na fé permanece território soberano de Jesus, o qual abrange até os seus escrúpulos. Eles constituem uma conseqüência equivocada, mas digna de consideração séria, de sua submissão ao Senhor. Afinal, por meio deles já obteve experiências espirituais. Sobre o parco prato de vegetais, em si desnecessário, eleva-se sua oração de gratidão (cf o exposto sobre Rm 1.21), e o céu a escuta.

9 Não devem condensar-se num chavão as oito repetições do senhorio de Jesus. É por isso que jorra, agora, em forma de uma frase de confissão da primeira igreja cristã, o conteúdo pleno do evangelho. A frase exerce um papel semelhante a um comprovante da Escritura e deve ser abordada como ápice do trecho todo. **Foi precisamente para esse fim que Cristo morreu e ressurgiu: para ser Senhor tanto de mortos como de vivos.** Esse atual senhorio de Cristo foi gerado pelo morrer de Jesus por todos e pela sua coroação com vida indestrutível para todos na manhã da Páscoa. Todos os que crêem estão abrigados no seu poder salvador e protetor.

A confissão da glória oculta da igreja deve ser entendida corretamente. Paulo não está enfeitando nada, ele não justifica tudo o que se formou na igreja como uma riqueza que deve ser bem-vinda. Igualmente deve valer aqui 1Co 10.23: "nem todas (as coisas) edificam". Por isso as opiniões dos fracos seguramente eram difíceis de escutar para ele. As "debilidades dos fracos" eram um peso e simplesmente deviam ser "suportadas" (Rm 15.1). Contudo, ele preserva uma verdade: os fracos são fracos "na fé" (v. 1,2), e o que conta é esse vínculo de fé com o Senhor. Sempre que ele existe, a comunhão essencial por princípio é possível para Paulo. Naturalmente, a fé também tem de manifestar-se como tal. Com uma filiação nominal à igreja ou com sinceridade subjetiva não se chega a nada. A fé de natureza certa leva a sinais perceptíveis na vida. A pessoa que crê é ouvinte da palavra, ora, agradece, testemunha, obedece, exerce o amor e participa na troca geral de dar e receber.

10-12 Depois da intercalação dos v. 4-9, Paulo pode esperar por concordância, motivo pelo qual tem condições de repetir as exortações do v. 3. **Tu, porém, por que julgas teu irmão? E tu, por que desprezas o teu?** Porém, fundamento motivador de nossa atitude não é somente a soberania atual de Cristo, mas também a futura: **Pois todos compareceremos perante o tribunal de Deus. Como está escrito** (Is 49.18; 45.23)**: Por minha vida, diz o Senhor, diante de mim se dobrará todo joelho, e toda língua dará** (com reverência) **louvores a Deus. Assim, pois, cada um de nós dará contas de si mesmo a Deus.** De acordo com essas afirmações, o acerto final se dará perante Deus, mas seu executor em tudo é Cristo. Para comparar, veja a interpretação de Rm 2.16. Encontraremos Deus na face do Senhor Jesus Cristo. Foi a ele que Deus entregou não somente nosso passado e presente, mas também nosso futuro.

b. Cabe aos fortes corresponder à sua função protetora dos fracos, 14.13-23

13 **Não nos julguemos mais uns aos outros; pelo contrário, tomai o propósito de não pordes tropeço ou escândalo ao vosso irmão.**

14 **Eu sei e estou persuadido, no Senhor Jesus, de que nenhuma coisa é de si mesma impura, salvo para aquele que assim a considera; para esse é impura.**

15 **Se, por causa de comida, o teu irmão se entristece, já não andas segundo o amor fraternal. Por causa da tua comida, não faças perecer aquele a favor de quem Cristo morreu.**

16 **Não seja, pois, vituperado o vosso bem.**

17 **Porque o reino de Deus não é comida nem bebida, mas justiça, e paz, e alegria no Espírito Santo.**

18 **Aquele que deste modo (como escravo) serve a Cristo é agradável a Deus e aprovado pelos homens.**

19 **Assim, pois, seguimos as coisas da paz e também as da edificação de uns para com os outros.**

20 **Não destruas a obra de Deus por causa da comida. Todas as coisas, na verdade, são limpas, mas é mau para o homem o comer com escândalo.**

21 **É bom não comer carne, nem beber vinho, nem fazer qualquer outra coisa com que teu irmão venha a tropeçar [ou se ofender ou se enfraquecer].**
22 **A fé que tens, tem-na para ti mesmo perante Deus. Bem-aventurado é aquele que não se condena naquilo que aprova (como bom para a prática).**
23 **Mas aquele que tem dúvidas é condenado se comer, porque o que faz não provém de fé; e tudo o que não provém de fé é pecado.**

Observação preliminar

Na igreja de Roma havia sido criado um tribunal invisível. Ameaçava-a uma atmosfera que tornava gélido o louvor conjunto e unânime a Deus nos termos de Rm 15.6,9,11. Por isso Paulo exigiu logo na primeira frase (Rm 14.1) que fosse suspensa toda essa maneira estranha ao ser igreja. Novamente não abre mão dessa reivindicação (v. 13a,b,15,16,20). Enquanto havia feito brilhar, para esse fim, o senhorio de Cristo, ele agora traz à presença especialmente o irmão resgatado por alto valor.

O posicionamento sobre o conflito de fortes e fracos em Rm foi nitidamente moldado conforme 1Co 8–10 (redigido no máximo um ano antes!). Apesar de todos os aspectos paralelos, porém, os dois trechos possuem pontos de partida diferentes. Em relação aos coríntios Paulo parte da liberdade da consciência e da sua legitimidade, mas em relação aos cristãos romanos ele inicia com aspectos mais elementares, a saber na fé em Cristo como o Senhor (cf o exposto sobre o v. 2). Leitores de hoje naturalmente se ligam de imediato ao termo moderno "liberdade". Porém, para não obstruir a percepção dos pensamentos de Paulo no trecho de Rm, eles não deveriam trazer para cá aquele termo, tornando-o idéia condutora da exegese.

13 De forma um tanto incisiva Paulo solicita aos fortes que dirijam seu potencial crítico a um alvo completamente diferente: **Não nos julguemos mais uns aos outros; pelo contrário, tomai o propósito de não pordes tropeço ou escândalo ao vosso irmão.** Na Bíblia, os conceitos "tropeço" e "escândalo" possuem um alcance terrivelmente profundo. Paulo não está pedindo, p. ex.: não irriteis vosso irmão, não provoqueis seu desgosto!, mas conforme o v. 15: não sejais para ele motivo de perdição ("destruição [NVI])! Também Lutero ainda conferia a "irritar" o sentido original: levar alguém ao mal, à ira, deixá-lo à mercê dessa força maléfica. Cabe nesse contexto a censura de Jesus em Mt 23.15: primeiro vocês desenvolvem máximo empenho missionário, a fim de salvar uma única pessoa, depois, porém, vocês se arrogam o direito de tratar a pessoa salva de maneira a torná-la "filho do inferno".

14 Para prevenir mal-entendidos, segue-se uma inclusão: não se abre mão de nenhuma verdade bíblica! Onde estiver muito baixo o nível de verdade aferido, ou onde ela é apresentada empacotada em tanto algodão macio que não se sente mais o seu cerne, as declarações de amor se tornam ocas. Por isso, nessa carta pública Paulo esboça sua posição perante os ouvidos dos "fracos" de forma inequívoca. Ele emprega diversas vezes a introdução **Eu sei e estou persuadido, no Senhor Jesus**, mas nas demais vezes sem o adendo "Jesus" usado aqui. Evidentemente, ao dizer: **nenhuma coisa é de si mesma impura**, ele está se reportando ao sentido de uma afirmação do Senhor quando esteve na terra. Há semelhança com Mc 7.19c: "Ao dizer isto, Jesus declarou 'puros' todos os alimentos" (NVI). A comida faz parte das coisas naturais obtidas da mão de Deus (1Co 10.26). Consumida com ação de graças (v. 6), ela é pura. Contudo, assim está também estabelecida a exceção: **salvo para aquele que assim a considera** (impura) e que por isso também não agradece, **para esse é** de fato **impura**. A expressão grega traduzida aqui por "considerar" proíbe que se encare os escrúpulos dos "fracos" de forma leviana. É imenso o poder da tradição, da educação e do costume. Dn 1.8 e, de forma mais chocante, a história arrasadora de 2Macabeus 6.18-21 possibilitam uma percepção dessa atitude de espírito: melhor morrer que comer isso que foi proibido! De fato, Jesus havia dado a seus discípulos programa livre em relação aos alimentos. Mas entre nós seres humanos um programa ainda não significa prática sem mais nem menos. Não se exigia apenas ensinamento intelectual, também uma transformação da alma. At 10,11 evidenciam que até foram necessárias revelações adicionais "do céu" (At 10.11,16; 11.5,9). Mesmo no círculo mais íntimo dos discípulos, a fé no senhorio de Jesus se mesclou com descrença (Gl 2.13). Sentimentos de medo impeliam de volta ao recinto protegido de antigas e poderosas tradições. Sendo, porém, o ser humano um ente integral, é possível que diante dos "fortes" lhe faltem os argumentos, que ele exteriormente até ceda, mas isso não quer dizer nem de longe que interiormente ele esteja concordando com eles.

15 Paulo confirma, portanto, a convicção dos "fortes", mas não sua atitude, como mostra o trecho todo. Por isso ele volta a referir o v. 13, começando a fundamentar: **Se, por causa de comida, o teu irmão**

se entristece ("prejudicar a fé que seu irmão possui" [VFL])… A causa desse sofrer é indicada de maneira muito genérica com "por causa de comida". Por causa da comida *dele* ou *da tua*? Investiguemos inicialmente a primeira possibilidade. Pressionado autoritariamente pelos fortes na fé, um fraco deixou-se levar a consumir carne, mas com dúvidas. Imediatamente ele sente falta da alegre aceitação de seu Senhor no seu interior. Desfez-se sua paz. Foi privado da sinceridade de sua vida cristã. É flagrante que o ato lhe acarretou um grave dano espiritual. No entanto, é mais plausível supormos a segunda alternativa, visto que Paulo está falando continuamente do comer do forte (especialmente no v. 21). Ou seja, o fraco é perseverante no seu prato de legumes, mas percebe que em meio à maioria forte na fé é como um fora-da-lei (v. 3,10). É precisamente contra isso que Paulo lança a acusação: **não andas segundo o amor fraternal**, pois o que torna o fraco mais sensível é a falta de aceitação por parte dos irmãos. Talvez a controvérsia entre os grupos seja bastante acalorada, a ponto de as pessoas não o perceberem subjetivamente dessa forma. Mas privar do amor é objetivamente nocivo para nossa existência humana. Falta de amor na igreja entristece o Espírito Santo (Ef 4.30) e a prejudica no seu todo.

Com isso questiona-se simultaneamente a propalada força na fé por parte dos fortes. Quem pratica o que crê, na verdade deveria praticar amor (cf o exposto sobre Rm 12.9), ou ele se encontra numa gritante contradição: **não faças perecer aquele a favor de quem Cristo,** no qual crês, **morreu**! Manifesta-se a palavra de advertência de Jesus em Mt 18.6. Quem foi convocado para ser tutor do irmão (Gn 4.9) poderia tornar-se seu destruidor.

16 A frase seguinte não contém uma interpelação direta a membros da igreja. O estilo impessoal "**não seja, pois, vituperado**" ("não se torne objeto de maledicência" [NVI]) leva a pensar nas reações de pessoas de fora. Paulo teme um processo que como missionário lhe teria de causar dor. **O vosso bem** é, aqui como em Rm 8.28 e 10.15, a extraordinária mensagem da salvação confiada aos cristãos, acerca do "senhorio de Deus" (próximo versículo!). Agora, porém, o espírito de condenação perturba toda a vida da igreja, o que é percebido irremediavelmente pelo mundo ao redor. Ainda mais que o conflito interno em torno de "comida e bebida" (novamente no próximo versículo!) não deixa de parecer, para cada gentio normal, algo sem fundamento e ridículo. Repete-se Rm 2.24: "O nome de Deus é blasfemado entre os gentios por causa de vocês" (NVI).

17,18 Paulo é enérgico com a igreja. **Porque o reino** (o senhorio) **de Deus não é comida nem bebida, mas justiça, e paz, e alegria no Espírito Santo.** Continua em pauta o aspecto exterior da igreja. Se seu objetivo for de fato tornar compreensível a grandiosa palavra do reino de Deus em seu redor, então que o faça pelas três citadas formas de diferenciação. **Justiça**: que a vida da igreja transmita uma amostra de como uma comunidade humana se entende na terra debaixo de Deus (Rm 6.19). **Paz**: que ela encontre e siga caminhos de paz também nas situações em que normalmente se desiste (Rm 3.17). **Alegria**: que ela festeje o amor de Deus que alcançou o alvo (Rm 5.8). Tudo isso, porém, não deve acontecer por mera retórica, mas no Espírito Santo, ou seja, realmente, de coração, boca e mãos (1Co 4.20). Então, a convicção de Paulo é que a igreja não apenas colherá o louvor de Deus, mas também sempre será no mínimo respeitada pelo mundo que a cerca. **Aquele que deste modo serve a Cristo** (como escravo ao Senhor, cf v. 9!) **é agradável a Deus e aprovado pelos homens.** "Contavam com a simpatia de todo o povo", dizia-se em Jerusalém, porque lá os cristãos solucionavam seus problemas comunitários na força do Espírito Santo (cf Rm 15.13). Não causa espécie que nessa situação também não deixou de haver crescimento exterior (At 2.47; 6.7).

19 Resumindo, Paulo solicita mais uma vez à igreja toda para que prossiga em frente, na direção indicada, colocando-se a si próprio do lado dela. **Assim, pois, seguimos as coisas da paz e também as da edificação de uns para com os outros.** O tom de encorajamento intensifica-se no capítulo seguinte (Rm 15.5,13,14,29,32,33).

20,21 Porém o apóstolo não consegue separar-se tão rapidamente de sua preocupação pela igreja. Ele repete uma palavra de advertência semelhante à do v. 15: **Não destruas a obra de Deus por causa da comida**! Com certeza a obra de Deus é, como em 1Co 3.9, a maravilhosa criação da igreja. Há pouco falava-se do vivo processo de edificação (v. 19). Diante dele, a questão dos alimentos aparece com uma insignificância indizível. Isso motiva Paulo a deixar mais uma vez claros os critérios. **Todas as coisas** (as comidas)**, na verdade, são limpas** – é o que já vimos no v. 14. **Mas é** (torna-se) **mau para o homem o comer com escândalo** – era o que cabia explicar sobre o v. 15. É ameaçador para uma comunhão quando pessoas somente conseguem viver nela com consciência ferida. Segue,

porém, agora a contraparte positiva para o mal: **É bom** (enfim, o seguinte) **não comer carne, nem beber vinho, nem fazer qualquer outra coisa com que teu irmão venha a tropeçar**. Não, nem, nem – de forma alguma! Por mais radical que soe, tanto menos Paulo sente o peso do radicalismo. O senhorio de Cristo (v. 1-12) e a preciosidade do irmão comprado por alto preço (v. 13-23) tornam para ele essa decisão extremamente fácil.

O segundo "nem" parece ser um cheque em branco para a ditadura do fraco, um direito de veto como prerrogativa dele sempre que algo na vida da igreja não lhe convenha. Ele apenas tem de ficar sempre reclamando. Em parte pode ser devido ao discurso entusiasmado (cf também 1Co 8.13) que Paulo é levado a formular sua afirmação de forma extremada. Pois de maneira alguma ele exige que a idéia e a vontade do fraco sejam, para todos os demais, uma ordem. Na vida eclesial, pelo contrário, os seguintes dois pontos exercem uma função superior: a soberania de Cristo (Rm 14.1-12) e nossa função protetora frente ao irmão (Rm 14.13-23). O terceiro bloco (Rm 15.1-6) trará o auge que apresenta uma síntese.

22,23 O versículo subseqüente parece proteger o forte: **A fé que tens, tem-na para ti mesmo perante Deus**. É verdade que a fé tem um lado voltado às pessoas (sobre isso, cf a explicação do v. 9, no final), mas sua essência é viver perante Deus, eximindo-se dessa forma das pessoas. De forma análoga soaram os v. 4,5c, ainda que fossem relacionados mais intensamente com a fé do outro. Esse respeito, que no fundo é respeito diante de Deus enquanto Criador da fé, pode-se tranqüilamente reclamar também para a própria fé. Por isso diz 1Co 7.23: "não vos torneis escravos de homens" Paulo pleiteia pela indisponibilidade da fé.

Para o forte na fé que tem de sofrer sob a condenação do fraco (v. 3b,10a), é acrescentada uma bem-aventurança: **Bem-aventurado é aquele que não se condena naquilo que aprova** (como bom para a prática). Para o que tem dúvidas seguirá no v. 23 uma condenação. Nele acontece a divisão entre fé e ação, sendo que cada um segue o seu caminho. Ele não pratica o que crê, e não crê o que pratica. Isso o destruirá lenta mas seguramente, ainda que pratique o que objetivamente é correto. **Aquele que tem dúvidas… se comer** desligado o seu vínculo pessoal com Cristo e **é condenado se comer, porque o que faz não provém de fé.** Esse comer e beber não é prática da fé, motivo porque tampouco é feito para o Senhor (v. 6). **Tudo o que não provém de fé é pecado.** Aqui ressoa mais uma vez o sinal de alarme para o forte, que está a ponto de atrair, impelir, lançar seu irmão fraco para a "liberdade". Afinal, estará lançando-o na separação de seu Senhor, i. é, ao pecado. Embora dessa maneira tenha imposto o seu princípio, sacrificou a salvação do irmão.

c. Andar em concórdia o caminho de Cristo, 15.1-6

1 Ora, nós que somos fortes devemos suportar as debilidades dos fracos e não agradar-nos a nós mesmos.
2 Portanto, cada um de nós agrade ao próximo no que é bom para edificação.
3 Porque também Cristo não se agradou a si mesmo; antes, como está escrito (Sl 69.9): As injúrias dos que te ultrajavam caíram sobre mim.
4 Pois tudo quanto, outrora, foi escrito para o nosso ensino foi escrito, a fim de que, pela paciência e pela consolação das Escrituras, tenhamos esperança.
5 Ora, o Deus da paciência e da consolação vos conceda o mesmo sentir de uns para com os outros, segundo Cristo Jesus,
6 para que concordemente e a *uma* voz glorifiqueis ao Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo.

Observação preliminar

Como uma igreja pode continuar vivendo de forma suportável com todas as suas múltiplas tensões? Que método de superação de conflitos, que sistema de valores e verdades Paulo ofereceu em Rm 14? Em momento algum ele escondeu sua resposta atrás de palavras. Nada contra métodos, sistemas, princípios, desde que tomem assento aos pés de Jesus. Já nos v. 7-9 era anunciado o senhorio de Jesus como fato que verdadeiramente possibilita a comunhão cristã. Em sua presença nada pode separar aqueles que crêem de forma insolúvel. É nesse ponto que Paulo vê o caminho que pode ser andado, e que mais uma vez ele leva ao coração de seus leitores. Cf também o retrospecto sob o v. 5.

1 Embora Paulo recentemente tivesse desenvolvido uma "teologia da fraqueza" nas cartas aos Coríntios, aqui ele se inclui de outra maneira entre os fortes: **nós que somos fortes**. Ele

compartilhava apenas sua convicção, não seu orgulho próprio. No texto grego consta no início: "Estamos em débito". Justamente nós temos um compromisso peculiar, **de suportar as debilidades dos fracos**. Sob o ângulo da justiça eqüitativa isso deveria ser fácil de entender para cada pessoa. Afinal, em toda sociedade há membros que apenas trazem custos, e outros que assumem os custos. Por isso não é correto falar de um heroísmo especial dos "fortes", no qual eles se espelham e se agradam a se próprios.

2 Em seguida, porém, Paulo generaliza: ***cada um*** **de nós agrade ao próximo no que é bom para edificação** (Rm 14.19). Da maneira como corre o jogo da vida, pode imprevistamente acontecer uma troca de papéis. Pode ser que amanhã Senhor tenha de perguntar aos que já foram fortes na fé: "Onde está (afinal) a vossa fé?" (cf Lc 8.25). Ou um forte caiu entre os assaltantes e está deitado à beira do caminho, expropriado e semimorto. Então cada qual que passa é, comparado com ele, um "forte", e o que até agora era "forte" é um semelhante necessitado. Vigora incondicionalmente a lei constitutiva de Cristo: "Levem os fardos pesados uns dos outros" (Gl 6.2 [NVI]). Naturalmente não há uma obrigação de satisfazermos os caprichos e excentricidades da outra pessoa. Mas até o mais rabugento vizinho que faz um enorme esforço para parecer antipático conosco, continua sendo um pedido silencioso personificado a nós: não sejas desumano, sê humano comigo! Podemos reagir de três formas:

- Programo qualquer encontro para a minha vantagem pessoal e vivo, nesse sentido, para agradar a mim mesmo.
- Esquivo-me para a neutralidade, separando cuidadosamente a minha vida e a dele.
- Vejo suas expectativas justas, reconheço-as e tento atendê-las.

3 As exortações dos v. 1,2 não foram emitidas num nível meramente moral como, p. ex., ser absolutamente bom por conta própria nesse mundo mau! Por melhor que isso soe, não torna ninguém bom. É por isso que Paulo traz à luz um pedaço do passado, que porém não é simplesmente passado, mas que permanece e continua atuando na atualidade. **Porque também Cristo não se agradou a si mesmo.** A estreita conexão de nosso agir com o seu agir se prolonga no v. 5: "segundo Cristo Jesus", depois no v. 7: "como também o Cristo". Tanto aqui quanto no v. 7 "Cristo" não está amalgamado, como tantas outras vezes no NT, com o nome próprio "Jesus". Separado, antecedido do artigo definido, o nome ressalta o ministério messiânico de Jesus. Esse ministério abrange muito mais que o papel de um exemplo e a introdução de uma norma de comportamento. Comparemos: o grupo que quer escalar uma montanha não se põe em marcha com uma frente larga de cinco pessoas. Ele segue um guia dessa montanha. O guia não apenas age dando exemplo aos participantes, mas também suporta algo pelo grupo. Enfrenta vento e tempestade, a cada passo assegura o apoio firme para os pés, assume a responsabilidade por eles. É assim que Cristo é o líder, o abridor de caminhos e o que leva à perfeição.

A primeira igreja deve essa interpretação do serviço de Jesus decisivamente ao AT, p. ex., ao Salmo da Paixão 69. **Como está escrito** (Sl 69.9)**: As injúrias dos que te ultrajavam caíram sobre mim** (a saber, sobre o Cristo). O Doador de todo o bem foi ultrajado pela humanidade rebelde. Não colheu gratidão e louvor, mas hostilidade infundada. Admirada, a Bíblia se depara com sua paciência incompreensível. No entanto, se isso acontecia com Deus o Pai, como haveria de ser diferente com Deus o Filho? Mal os pecadores tinham posto as mãos no Filho (Mc 12.7,8; 14.41b), toda a hostilidade contra Deus precipitou-se sobre ele. A semana da Paixão o evidenciou: eles não apenas queriam eliminá-lo fisicamente, mas além disso desonrá-lo e destruí-lo moralmente, i. é, ultrajá-lo. Os relatos sistematicamente apresentam, após cada interrogatório, uma cena de escárnio. No Gólgata ele sofreu a zombaria tanto dos espectadores quanto das autoridades, dos soldados, e até dos que foram crucificados com ele. Ele tornou-se o afrontado por excelência. Contudo ele não repeliu esse ultraje, não o lançou de volta aos causadores, não os repreendeu, não os amaldiçoou, porém orou por eles (Lc 23.34). Ele viveu e morreu para agradar ao seu semelhante. É esse o "amor de Cristo" (Rm 8.35). A comunidade cristã está exposta a esse Senhor e ao seu poder de moldação.

4 Uma única linha do AT fez reluzir o Cristo da Paixão. Assim, Paulo enaltece a utilidade e o benefício da Escritura como tal. **Pois tudo quanto, outrora, foi escrito**, possui esta qualidade: **para o nosso ensino foi escrito, a fim de que, pela paciência e pela consolação das Escrituras, tenhamos esperança.** As palavras "paciência" e "esperança" já estiveram lado a lado em Rm 5.2-5; 8.24,25 e 12.12. O primeiro conceito será usado de imediato aqui no v. 5, o segundo no v. 13.

5,6 Em vista da situação sem saída em Roma, surge nos lábios do apóstolo um pedido de oração. Para tanto, opta por uma designação surpreendente de Deus. Ele enobrece a palavra "paciência", aplicando-a ao próprio Deus: Deus é um **Deus da paciência**. De acordo com a compreensão comum Deus não carece de paciência, porque ele sabe e tem tudo. Mas o AT afirma algo diferente. Sua sentença axial de fé diz: "Senhor, Senhor Deus compassivo, clemente e longânimo (paciente) e grande em misericórdia e fidelidade". "Paciência" constitui aqui a emanação de sua graça. Registra-se uma admirável ausência de execução da condenação pelo seu furor, cuja causa na verdade não é indecisão ou indiferença diante do mal, mas é a expectativa de intervenções vindouras de Deus. Sua paciência se explica pelo seu senhorio sobre o futuro (Lm 3.22).

Cabe aqui um retrospecto a Rm 4. Sob o ângulo psicológico ele constitui um documento da mais delicada empatia. Contudo, será que Paulo não exagerou na consideração (sobretudo no v. 21)? Mesmo depois das cartas aos coríntios causa espécie seu modo notoriamente indulgente. Ele se mostrava pouco conseqüente e pouco capaz de se impor. Não fez uso nem de seus direitos nem de sua liberdade e tampouco fez valer plenamente sua autoridade. Será que não a possuía? Afinal, no passado ele remava na direção oposta. Ele próprio lembra seu "zelo" violento pela purificação da comunidade étnica judaica (Gl 1.13,14; Fp 3.6). Contudo, em Cristo teve um encontro com o "Deus da paciência". Compreendera que não é a violência, e sim a paciência que traz a promessa (Pv 16.32). É por isso que em matéria espiritual não acossava mais ninguém. Quem for impaciente para resolver as questões, exclui-se dos desenvolvimentos frutíferos da igreja.

A exortação e intercessão do apóstolo tinham o seguinte objetivo em relação aos que se assentavam em mesas separadas: conceder **o mesmo sentir de uns para com os outros** (cf o exposto sobre Rm 12.16), **segundo Cristo Jesus**. Esse "segundo Cristo Jesus" toma agora o lugar de "segundo o amor", de Rm 14.15a. Naquele texto a continuação já evidenciou que Paulo trazia à memória especificamente o amor crucificado. Também no presente texto já está diante de nós, desde o v. 3, o Cristo da Paixão. No seu campo de força a concórdia é viável. Paulo espera: **para que concordemente e a *uma voz* glorifiqueis ao Deus**. A "concórdia" é palavra predileta de At, designando ali um acontecimento não apenas na alma, mas também social. As partes da igreja que se encontram em tensão reúnem-se em proximidade geográfica. Ela também possibilita uma ação válida: em voz alta e em conjunto o louvor a Deus ressoa em todas as mesas. Dessa maneira a igreja cumpre a sua vocação suprema. Como comissão de frente ela já realiza hoje o que no final todas as criaturas farão (Fp 2.11; Ap 5.13). Ela glorifica **ao Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo**.

d. Judeus e gentios unificados por Cristo para o louvor escatológico de Deus, 15.7-13

7 **Portanto, acolhei-vos uns aos outros, como também Cristo nos acolheu para a glória de Deus.**
8 **Digo, pois, que Cristo foi constituído ministro da circuncisão, em prol da verdade de Deus, para confirmar as promessas feitas aos nossos pais;**
9 **e para que os gentios glorifiquem a Deus por causa da sua misericórdia, como está escrito (Sl 18.49): Por isso, eu te glorificarei entre os gentios e cantarei louvores ao teu nome.**
10 **E também diz (a Escritura, em Dt 32.43): Alegrai-vos, ó gentios, com o seu povo.**
11 **E ainda (no Sl 117.1): Louvai ao Senhor, vós todos os gentios, e todos os povos o louvem.**
12 **Também Isaías diz (Is 11.10): Haverá a raiz de Jessé, aquele que se levanta para governar os gentios; nele os gentios esperarão.**
13 **E o Deus da esperança vos encha de todo o gozo e paz no vosso crer, para que sejais ricos de esperança no poder do Espírito Santo.**

Observação preliminar

Esse trecho culminante retoma mais uma vez a exortação que estava sendo tratada desde Rm 14.1, elevando-a, porém, a um nível diferente. Não se pensa mais em termos individuais como até aqui (o irmão, suas opiniões, sua aceitação, seu vínculo pessoal com o Senhor, sua consciência, seu tropeço etc.), mas em termos de grupo. A interpelação "vós" adquire o sentido: vós duas partes da igreja formadas do judaísmo e do mundo gentio! Queiram todos elevar o olhar acima do conflito local e orientar-se para a história da salvação. É dela que se obtêm esperança e paciência para o cotidiano.

7 Paulo mantém sua linha geral de Rm 14.1: **Portanto, acolhei-vos uns aos outros**! Contudo, a excitada frase defensiva de lá cede aqui a um prolongamento positivo. No seu centro encontra-se novamente (como no v. 3) expressamente o rei crucificado da salvação: **como também Cristo nos acolheu**, praticamente desde a cruz. Seu alvo é **a glória** e a glorificação **de Deus**. O trecho anterior já havia conduzido para essa perspectiva (v. 6). Agora o panorama se amplia para o júbilo palpitante de todas as nações perante Deus (v. 9-12).

8 Paulo está ciente da controvérsia em torno de sua pessoa e doutrina, mas insiste na sua competência como professor da história da salvação: **Digo, pois**. Ele ensina duas coisas sobre o ministério do Cristo. Primeiro, **que Cristo foi constituído ministro da circuncisão** (dos judeus, cf Rm 3.30). A expressão "ministro", como "escravo", não traz nada de depreciativo na linguagem bíblica, podendo designar o portador das mais elevadas tarefas (cf Rm 1.1). O Jesus terreno foi incumbido de ser o salvador e restaurador das "ovelhas perdidas da casa de Israel" (Mt 15.24). O sentido interior de seu envio visava a **verdade de Deus**, i. é, ele tinha de **confirmar as promessas feitas aos nossos pais** (aos patriarcas) (Rm 9.5; 11.28). Estava em jogo a pergunta arrasadora quanto à fidelidade de Deus frente à aliança: será que ele nos enganou quando assegurou aos pais para todos os tempos um plenitude de bênçãos? Visto que Paulo já mencionou essa questão em Rm 3.1-8 e a abordou exaustivamente nos Rm 9–11, não precisa expor aqui como acontece essa fidelidade. Porém, um aspecto ele deixa claro: o serviço de Cristo demonstrou que as promessas eram confiáveis, foram cumpridas e, portanto, estão em vigor (2Co 1.20).

9a Paulo permanece fiel à tese fundamental de sua carta em Rm 1.16: "primeiro os judeus", mas não somente eles! Não foi à toa que ele constantemente destacou que Abraão era pai *de todos*, também dos gentios. Por isso a ação em favor dos gentios também fazia parte da obra de Jesus, em segundo lugar: **para que os gentios glorifiquem a Deus por causa da sua misericórdia**. A carta desenvolveu a salvação para os gentios igualmente em numerosos capítulos. Quanto ao abrangente termo "misericórdia", cf a exposição sobre Rm 12.1.

9b-12 A afirmação é alicerçada sobre uma série de citações, selecionadas daqueles escritos do AT que Paulo geralmente também usa com maior freqüência. A primeira é do Sl 18.49: **Por isso, eu te glorificarei entre os gentios e cantarei louvores ao teu nome**. As palavras do rei Davi vigoram, ao que parece, como palavras do Filho de Davi. Ele agradece a Deus pela ação salutar em si. Mas ele o faz entre os gentios. Seu reinado messiânico se estende para dimensões supranacionais. Enquanto os gentios ainda aparecem como espectadores, as duas palavras seguintes os convidam para louvarem pessoalmente. **E também diz** (a Escritura, em Dt 32.43)**: Alegrai-vos, ó gentios, com o seu povo.** Eles devem formar um coral único junto com o Israel que crê. Mais tarde Zc 2.11 esclarece: "Muitas nações se ajuntarão ao Senhor e serão o meu povo". **E ainda** (no Sl 117.1)**: Louvai ao Senhor, vós todos os gentios, e todos os povos o louvem.** Era dessa forma que há muito tempo a Escritura previu a missão aos gentios e a formação de uma comunidade de judeus e gentios. Uma palavra, típica para uma linha que perpassa todo o livro de Isaías, atesta no final que a salvação para Israel se expande imediatamente para uma amplitude universal. **Também Isaías diz** (Is 11.10)**: Haverá a raiz de Jessé, aquele que se levanta para governar os gentios**. Por um lado o clã israelita de Jessé em Belém constitui o solo em que está enraizado o Salvador (cf Jo 4.22), mas por outro lado, o broto de raiz recebe todo o poder no céu e na terra para o processo de levantamento. Para ouvintes cristãos sugere-se a associação de idéias com a ressurreição de Jesus. Daí decorre que se declare acerca dos gentios, que na verdade não possuem expressamente "nenhuma esperança" (1Ts 4.13), que: **nele os gentios esperarão**. Em Cristo tiveram o encontro com o "Deus da esperança" (v. 13). Ter esperança constitui, agora, marca existencial comum de todos os que crêem dentre judeus e gentios.

13 Paulo entende bem demais as aflições de uma comunidade cristã para que opere com meras instruções. Por isso o trecho anterior já culminou numa palavra de bênção (v. 5,6). Em ambas as ocasiões eleva simultaneamente o olhar para Deus, lá para o "Deus da paciência", aqui para o "Deus da esperança". **E o Deus da esperança vos encha de todo o gozo e** (toda a) **paz no vosso crer, para que sejais ricos de esperança no poder do Espírito Santo.** Deus aparece ornado com uma coroa de seis termos brilhantes: esperança, alegria, paz, fé, poder e Espírito. Destaca-se a menção dupla, ou, se adicionarmos o v. 12, a tríplice menção da "esperança", esculpindo um verdadeiro cântico dos cânticos da esperança no todo.

A igreja de Roma corria o perigo de recorrer a medidas gentílicas. Ficar sem saída diante de situações leva a buscar soluções violentas. Porém, após 36 versículos de argumentos amigáveis, Paulo confia seus leitores ao Deus da esperança. O ato de salvação já realizado, compreendido em todas as dimensões, contém elementos irresistíveis do futuro, de maneira que a confiança não se desgasta diante das resistências, mas cresce ricamente (Rm 10.12), avolumando-se cada vez mais. O Deus da esperança concede o Espírito da esperança e, com ele, o poder que, segundo Rm 1.4 e 8.11, está credenciado como poder de ressurreição. Que igreja se desligaria desse evento dinâmico, dispersando-se sem esperança?

IV. A CONCLUSÃO DA CARTA, 15.14–16.27

Observação preliminar

A essa altura, Paulo tinha atrás de si o retrospecto de um enorme esforço intelectual. Dificilmente seus leitores deixaram de se sentir impressionados. A partir dessa premissa, ele retoma novamente os temas do intróito da carta em Rm 1.1-17. Insiste mais uma vez em sua qualificação como apóstolo dos gentios, reitera a intenção de visitar a comunidade em Roma, assim como seu irrestrito reconhecimento por ela, e assegura-se da comunhão em oração. Contudo, Paulo associa a isso uma informação mais precisa sobre sua situação pessoal, seus planos e desejos, bem como sobre seus contatos em Roma (lista de saudações!). É um procedimento que, aliás, corresponde integralmente aos costumes da Antigüidade nos finais de cartas (cf qi *4*), embora a presente conclusão de carta tenha recebido um formato extraordinariamente longo.

a. Explicações sobre o risco da carta aos Romanos, 15.14-21

14 **E certo estou, meus irmãos, sim, eu mesmo, a vosso respeito, de que estais possuídos de bondade, cheios de todo o conhecimento, aptos para vos admoestardes uns aos outros.**
15 **Entretanto, vos escrevi em parte mais ousadamente, como para vos trazer isto de novo à memória, por causa da graça que me foi outorgada por Deus,**
16 **para que eu seja ministro de Cristo Jesus entre os gentios, no sagrado encargo de anunciar o evangelho de Deus, de modo que a oferta deles seja aceitável, uma vez santificada pelo Espírito Santo.**
17 **Tenho, pois, motivo de gloriar-me em Cristo Jesus nas coisas concernentes a Deus.**
18 **Porque não ousarei discorrer sobre coisa alguma, senão sobre aquelas que Cristo fez por meu intermédio, para conduzir os gentios à obediência, por palavra e por obras,**
19 **por força de sinais e prodígios, pelo poder do Espírito Santo; de maneira que, desde Jerusalém e circunvizinhanças até ao Ilírico, tenho divulgado o evangelho de Cristo,**
20 **esforçando-me, deste modo, por pregar o evangelho, não onde Cristo já fora anunciado, para não edificar sobre fundamento alheio;**
21 **antes, (atuo) como está escrito (Is 52.15): Hão de vê-lo aqueles que não tiveram notícia dele, e compreendê-lo os que nada tinham ouvido a seu respeito.**

Observação preliminar

Já em Rm 1.14-16a Paulo viu com toda a clareza que ele arriscava algo com sua visita a Roma, mesmo que com ela saldasse irrestritamente seu "débito". Ele tinha conhecimento das correntes judaizantes que existiam dentro, mas também fora, da igreja de Roma. A presente carta aberta já mostrava que ele estava pronto a correr o risco. Mas, no que dependesse dele, queria ter paz (Rm 12.18). Para tornar esta situação melindrosa mais objetiva, ele a trouxe à consciência usando duas vezes a palavra "ousadia", nos v. 15,18.

14 Para começar, Paulo assegura mais uma vez (cf já em Rm 1.7–8.12) a seus leitores seu apreço sincero por eles. Faz isto com uma clareza e cordialidade que haveria de banir qualquer desconfiança: **E certo estou, meus irmãos, sim, eu mesmo, a vosso respeito, de que estais possuídos de bondade**. As expressões "eu mesmo" e "vosso respeito" estabelecem entre si um equilíbrio. A ambos os lados se concede autonomia – premissa da verdadeira comunhão. O julgamento abrangente "possuídos de bondade, **cheios de todo o conhecimento, aptos para vos admoestardes uns aos outros**" admite que os cristãos de Roma formam um corpo capaz de agir e de conviver. É verdade que também cristãos cheios de todo conhecimento carecem, segundo Rm 12.2, de permanente renovação, não por último prestando-se mutuamente uma ajuda corretiva. Quando não se compreende isso, o "pleno conhecimento" se tornaria algo questionável. Era essa a atitude

arriscada em Laodicéia: "Dizes: Estou rico e abastado e não preciso de coisa alguma, e *nem sabes* que tu és infeliz, sim, miserável, pobre, cego e nu" (Ap 3.17).

15 No v. 24, Paulo não tem dificuldades de designar a obra em Roma como seu "refrigério". Contudo, isso não o impede de aportar sua própria contribuição. **Entretanto, vos escrevi em parte mais ousadamente.** De maneira alguma ele se desculpa por causa de suas exortações epistolares. Tampouco alude a outras passagens de sua carta. Na introdução para esse trecho, porém, foi estabelecida uma relação com Rm 1.14-16a. Paulo estava cônscio do perigo que se formava em todo lugar em que pleiteava em prol do evangelho, porém levou-o em conta. Seu extraordinário atrevimento em relação aos ouvintes daquele tempo, às gerações posteriores e no fundo também às pessoas de hoje condensa-se, p. ex., numa inclusão no começo de seu trecho central de Rm 3.21-26 – consistindo, no grego, de duas palavras: revelação da justiça de Deus *"sem interferência da lei"*! A quantos equívocos e abusos essa pequena frase já esteve exposta! Seria assim que Paulo, ao desancorar a santa, justa e boa lei, estava proclamando uma salvação sem salvação? Isso não constituía até uma sabotagem de toda o histórico da salvação? A carta aos Romanos representa um esforço único de solucionar essa conclusão errônea.

Portanto, a pequena expressão "em parte" acrescentada não está visando determinadas partes da carta, que, ao contrário de outras, teriam sido formuladas com ousadia especialmente forte, mas está preparando a continuação: Escrevi apenas **como para vos trazer isto de novo à memória**. Isso significa: se minha apresentação do evangelho causou espécie, vocês, que estão cheios de conhecimento espiritual (v. 14!), deveriam manter esta estranheza dentro de limites. Esta carta deveria torná-los inseguros apenas em parte, somente de forma restrita, pois apenas tirei conclusões a partir de algo que há muito é conhecido de vocês. Afinal, sempre de novo Paulo deixara claro que estavam conjuntamente firmados no evangelho transmitido, fornecendo um grande número de indícios da Escritura que tinham em comum! No entanto, de onde tirava a ousadia para se imiscuir desse modo, como pessoa de fora, também em Roma? Acontecia **por força da graça que me foi outorgada por Deus**. Aqui, como em muitas outras ocasiões, "graça" alude não ao seu ser cristão, mas à graça que obteve para ser apóstolo.

16 Portanto, Paulo repete o fato de ter recebido uma incumbência especial de descerrar o evangelho aos gentios. Verifiquemos as exposições sobre Rm 1.1,5,6,14, mas observando as ampliações feitas aqui. **Para que eu seja ministro** (sacerdotal) **de Cristo Jesus entre os gentios, no sagrado encargo de anunciar** (sacerdotalmente) **o evangelho de Deus, de modo que a oferta deles** (como sacrifício) **seja aceitável** (para Deus)**, uma vez santificada pelo Espírito Santo.** Agora está sendo desenvolvida a breve menção de Rm 1.9 sobre o seu "culto a Deus no Espírito". Sacerdote e sacrifício do AT retornam aqui de forma espiritualizada, à semelhança de Rm 12.1. Lá, no entanto, todos os cristãos prestam sacrifícios de forma ativa, enquanto aqui eles próprios, como cristãos gentílicos, são o sacrifício que Paulo celebra e pelo qual se responsabiliza. Ele considera-se encarregado de um dever de cuidado sacerdotal nesse culto de abrangência mundial. Compete ao sacerdote cuidar para que as determinações cultuais sejam observadas, porque o que se oferece precisa ser aceitável para Deus, i. é, purificado e sem defeito. Com essas palavras, evidencia-se a graça apostólica especial de Paulo (v. 15). Embora estivesse em absoluta consonância com todo o círculo dos apóstolos (1Co 1.13; 15.11) e junto com eles garantisse a transmissão do evangelho sem deturpações, assim como o Senhor pascal o transmitia (2Co 5.18), ele destacava-se num aspecto. Na "sinfonia" dos apóstolos cabia-lhe um trecho de "solo". É verdade que não tinha iniciado a missão aos gentios nem havia sido o único que a impulsionou, mas foi ele quem a defendeu teologicamente de forma mais clara. Era inegável que, sob esse aspecto, lhe estava confiada a "verdade do evangelho" (Gl 2.5,14). Seus pontos angulares são obediência da fé e liberdade da lei. Rm constitui o documento clássico dessa clareza de perspectiva.

No AT, pessoas e objetos eram tornados aceitáveis por meio de ritos exteriores para o culto a Deus, i. é, eram santificados. Agora, porém, algo coloca-se nesse lugar por meio do Espírito Santo, ao qual Paulo retornará no v. 19.

17-19 É inegável que Paulo agora está reagindo a perguntas relativas à sua autoconsciência apostólica: que estás fazendo de ti mesmo? (cf Jo 8.53). **Tenho, pois, motivo de gloriar-me em Cristo Jesus nas coisas concernentes a Deus.** Primeiramente Paulo assegura que ele de forma alguma passou dos seus limites: **Porque não ousarei discorrer sobre coisa alguma, senão sobre aquelas que Cristo**

fez por meu intermédio, para conduzir os gentios à obediência. O que lhe dava toda a coragem de correr o risco, mencionado no v. 15, era resultado do fato de que ele se precavia absolutamente de um segundo risco, diferente. Esse consistiria de infidelidade diante do Exaltado, que em Damasco o havia incumbido da missão aos gentios. Desde então pesa sobre ele um ai: "Ai de mim se não pregar o evangelho" (1Co 9.16) e se o praticasse desconectado do agir do próprio evangelho! Agora, porém, em termos positivos: Paulo pode apontar para os sinais de legitimação da parte de seu Senhor. Cristo agiu através dele de modo abrangente, **por palavra e por obras** ("em palavra e ação" [NVI]). Ao lado da palavra poderosa colocavam-se, no caso dele, "sinais de um apóstolo" (2Co 12.12), também feitos **por força de sinais e prodígios**. Ambos os efeitos de força, a palavra e a ação, penetravam **pelo poder do Espírito Santo**, como conquistadores no espaço dos poderes adversários (Rm 8.38). "Destruir fortalezas, anulando nós sofismas" (2Co 10.4,5), romperam estruturas dominantes, das quais os ouvintes estavam cativos, e eram eficazes "em direção da obediência dos gentios" (aqui, no v. 18, já com explicação mais detalhada sobre Rm 1.5). Em muitos lugares surgiram e mantiveram-se comunidades cristãs, como verdadeiro milagre da força da ressurreição (Rm 8.11), as quais glorificavam a Deus (v. 9-12). Paulo era capaz de designar todo o seu serviço como "serviço do Espírito" (2Co 3.6,8).

Em seguida, Paulo desenrola diante dos olhos de seus leitores o quadro de sua "campanha" (2Co 10.4): **de maneira que, desde Jerusalém e circunvizinhanças até ao Ilírico, tenho divulgado o evangelho de Cristo**. Também na memorável reunião de At 15 o seu procedimento de expor aos demais sua obra missionária teve um papel importante (At 15.12; Gl 2.8,9). Nela se exteriorizava um juízo de Deus: Paulo obteve a graça do apostolado! As comunidades gentílico-cristãs constituíam sua "carta de recomendação", "selo do (seu) apostolado" (2Co 3.2,3; 1Co 9.2). Ponto de partida dessa atuação era Jerusalém. É verdade que lá jamais evangelizou, mas na mencionada reunião naquela cidade ele conquistou, para sua própria consciência e para o juízo dos co-apóstolos e da primeira cristandade, seu perfil de missionário dos gentios. Sem aquela decisão de Jerusalém, qualquer data posterior ficaria para ele suspensa no ar (Gl 1.18; 2.2). Seguindo a rota do sol, seu caminho o conduziu do Leste para Oeste, até a costa do mar Adriático. A Ilíria correspondia aproximadamente à região da atual Albânia. De lá teria sido possível atravessar de navio 200 km pelo mar, chegando já à altura de Roma. Aqui encontramos a única comprovação de que Paulo atuou na Ilíria. Segundo 2Tm 4.10 seu colaborador Tito trabalhava na Dalmácia, que estava unificada com a Ilíria. Paulo, portanto, praticou, nesse grande arco, o evangelho do Cristo. A expressão pressupõe o cumprimento de algo que foi ordenado, executado e concluído de acordo com a incumbência. Paulo se reportará a esse aspecto no v. 23.

20 De modo surpreendente Paulo dá a conhecer um princípio, que resultava menos de sua vocação que de experiências posteriores. (Nisso), porém, **esforçando-me, deste modo, por pregar o evangelho, não onde Cristo já fora anunciado, para não edificar sobre fundamento alheio.** Em 2Co 10.12-18, onde ele assume a mesma posição, transparece também seu motivo. Ele visa distanciar-se daqueles missionários que o seguiam, missionavam atrás dele, espionavam-no e se apoderavam, ávidos de vanglória, da sua obra. Ele evitava qualquer atrito. Por razão semelhante também não fazia valer nas igrejas recém-fundadas o seu direito por sustento material: "Tudo faço por causa do evangelho" (1Co 9.23). Indiretamente, ele novamente dá a entender aos romanos: entre vocês terei apenas um papel de visitante, mas auxiliem-me no meu trabalho pioneiro na Espanha – unicamente por amor ao evangelho!

21 Também para decisões individuais ele encontrava apoio bíblico. **Antes,** (atuo) **como está escrito** (Is 52.15)**: Hão de vê-lo aqueles que não tiveram notícia dele, e compreendê-lo os que nada tinham ouvido a seu respeito** (cf Rm 9.30a; 10.20).

b. As expectativas específicas dirigidas aos cristãos em Roma, 15.22-33

22 **Essa foi a razão por que também, muitas vezes, me senti impedido de visitar-vos.**
23 **Mas, agora, não tendo já campo de atividade nestas regiões e desejando há muito visitar-vos,**
24 **penso em fazê-lo quando em viagem para a Espanha, pois espero que, de passagem, estarei convosco e que para lá seja por vós encaminhado, depois de haver primeiro desfrutado um pouco a vossa companhia.**
25 **Mas, agora, estou de partida para Jerusalém, a serviço dos santos.**

26 **Porque aprouve à Macedônia e à Acaia levantar uma coleta em benefício dos pobres dentre os santos que vivem em Jerusalém.**
27 **Isto lhes pareceu bem, e mesmo lhes são devedores; porque, se os gentios têm sido participantes dos valores espirituais dos judeus (de Jerusalém), devem também servi-los com bens materiais.**
28 **Tendo, pois, concluído isto e havendo-lhes consignado este fruto, passando por vós, irei à Espanha.**
29 **E bem sei que, ao visitar-vos, irei na plenitude da bênção de Cristo.**
30 **Rogo-vos, pois, irmãos, por nosso Senhor Jesus Cristo e também pelo amor do Espírito, que luteis juntamente comigo nas orações a Deus a meu favor,**
31 **para que eu me veja livre dos rebeldes que vivem na Judéia, e que este meu serviço em Jerusalém seja bem aceito pelos santos;**
32 **a fim de que, ao visitar-vos, pela vontade de Deus, chegue à vossa presença com alegria e possa recrear-me convosco.**
33 **E o Deus da paz seja com todos vós. Amém!**

Observação preliminar

Até o momento, Paulo havia ido ao encontro dos cristãos romanos nessa carta sobre a base da compreensão espiritual, para desse modo conquistar a adesão plena deles à sua proclamação. Na esperança de tê-lo conseguido, ele agora emite duas expectativas concretas.

22,23 Para tanto, volta a abordar sua intenção de finalmente visitar Roma. Em Rm 1.9-16a, ele insistira na sinceridade desse desejo, e depois disso, em Rm 15.19, também havia apontado para a razão objetiva (sua tarefa de trabalhar no Oeste). Agora ele resume: **Essa foi a razão por que também, muitas vezes, me senti impedido de visitar-vos. Mas, agora, não tendo já campo de atividade nestas regiões** para minha incumbência apostólica (cf qi, *4b*), **e desejando há muito visitar-vos…**

24 Somente nesse ponto os romanos são informados em que amplo projeto seu plano de visita está inserido: …chegarei até vós **quando em viagem para a Espanha, pois espero que, de passagem** (Rm 1.11)**, estarei convosco e que para lá seja por vós encaminhado, depois de haver primeiro desfrutado um pouco a vossa companhia**, ou seja depois de me haver fortalecido. Ele dará à visita o mesmo cunho de 2Co 1.24, sem interferir autoritariamente nas competências deles. Naquele tempo, semelhante à Palestina, seu ponto oposto no Leste, a Espanha era uma ponte terrestre muito disputada e muito viva entre a Europa e África, além de ponto de convergência de rotas marítimas muito ramificadas. Há séculos estava incorporada à cultura mundial grega, sendo berço de importantes filósofos, artistas e imperadores. Há muito vivia lá uma colônia judaica em várias comunidades com sinagogas. Portanto, Paulo sente-se desafiado por uma nova e importante etapa da missão. Os cristãos de Roma são convidados a constituírem a nova comunidade de apoio para ela (cf qi *4c*). Essa tarefa está descrita pela palavra equipar: havia todo um grupo de colaboradores que precisavam ser providos de alimentação e dinheiro. Acrescia-se a isto a disposição para responsabilizar-se conjuntamente pelo aspecto espiritual, o envio por ocasião de uma celebração a Deus, quando não se fazia necessário também um acompanhante conhecedor da língua.

25-27 No entanto, surpreendentemente o auspicioso "agora até vocês!" do v. 23 é postergado mais uma vez por outro "agora": **Mas, agora, estou de partida para Jerusalém, a serviço dos santos**, ou seja, à comunidade de lá (cf Rm 1.7). Na prática tratava-se, como logo ficará evidente, de um transporte de dinheiro. Mas por que Paulo tinha de participar tão definitivamente dele, adiando por causa dele mais uma vez sua viagem a Roma? Cabia explicar aos leitores a peculiaridade desse "serviço". **Porque aprouve à Macedônia e à Acaia levantar uma coleta em benefício dos** (por um certo sinal de comunhão com) **pobres dentre os santos que vivem em Jerusalém.** Tratava-se de uma ação caritativa em prol da parte empobrecida da comunidade de Jerusalém, uma ação, porém, que ao mesmo tempo visava ser um sinal para a comunidade toda. A expressão "um certo sinal" parece indicar que Paulo não estava querendo entrar nos detalhes. Ele não menciona, p. ex., como a campanha foi desencadeada, nem sua própria atividade na campanha, nem a colaboração também das comunidades da Ásia Menor, nem a entrega por uma grande delegação, conforme At 20.4; 1Co 16.3. Para ele, é mais importante que seus leitores reconheçam o sentido intrínseco dessa coleta de dinheiro. **Isto lhes pareceu bem, e mesmo lhes são devedores**, embora não legalmente, mas moralmente. **Porque, se os gentios têm sido participantes dos valores espirituais dos judeus,**

devem também servi-los com bens materiais. Paulo sustentou com persistência o mérito histórico da comunidade primitiva: Foi ela que entregou o evangelho ao mundo dos gentios. "Desde Jerusalém" (v. 19) a corrente da transmissão teve o seu início, e cumpre-nos permanecer fiéis aos iniciadores. Acontece que Paulo insistia em que acontecesse um dar e receber *recíproco*, a saber, a comunhão das comunidades de origem judaica e gentílica. Por mais diferentes que fossem os respectivos bens ofertados e recebidos, cada qual dava do que tinha e recebia o que lhe faltava. Assim, todos vivem reciprocamente em dívida e "obrigados" (Josef Hainz [sugerindo o sentido de "tomados de gratidão"]). Era assim que um sinal concreto devia dar forma à verdade de Gl 3.28: "Não há judeu nem grego… pois todos são um em Cristo Jesus" (NVI).

28,29 Depois que Paulo os convenceu da necessidade de sua missão a Jerusalém, ele tem condições de referir-se ao v. 24. **Tendo, pois, concluído isto e havendo-lhes consignado** (selado) **este fruto, passando por vós, irei à Espanha.** O "selar" ocorre no NT quase sempre num sentido figurado, de maneira que também no presente texto podemos presumir essa acepção. Paulo faz questão de um encaminhamento ordeiro e inatacável, para que o sinal também rebrilhe de verdade. Como já no final do v. 24, ele logo se reanima com a perspectiva do fortalecimento na fé em Roma: **E bem sei que, ao visitar-vos, irei na plenitude da bênção de Cristo**. No v. 32 ele fala, no mesmo contexto e na mesma confiança, da esperada "alegria" e do "refrigério".

30 No mesmo instante, porém, o apóstolo é novamente alcançado pelo presente cheio de preocupações, a partida para Jerusalém. A sua segunda intenção está ligada a essa situação: orem por mim! Nitidamente, esse pedido é mais que simples rotina em finais de cartas. Ele praticamente conjura os romanos, exorta-os por tudo que lhes é sagrado: **Rogo-vos, pois, irmãos, por nosso Senhor Jesus Cristo e também pelo amor do Espírito, que luteis juntamente comigo nas orações a Deus a meu favor**. Apesar de o conhecerem somente à distância, apesar de que, conforme Rm 3.8 e 16.17, também estão expostos à irradiação da propaganda adversa, Paulo parte do pressuposto de que esse grande escrito lhe proporcionou crédito em Roma. É esse saldo disponível que ele aciona agora. Pressiona-os a se decidirem: façam um pacto de luta comigo, dêem-me cobertura – seguramente diante de pessoas, mas até perante a instância máxima, perante Deus! Talvez seja estranha para nós essa luta com Deus em oração, porém ela é inerente à profundidade bíblica da oração.

31 Ao recordar Jerusalém, revolvem-no os mais graves temores. Paulo vê um duplo perigo. Primeiro: orem por mim, **para que eu me veja livre dos rebeldes que vivem na Judéia**, ou seja, dos judeus fora da comunidade, que não seguem ao evangelho. Ainda outro perigo era quase incompreensível e, não obstante, real: orem por mim, **que este meu serviço em Jerusalém seja bem aceito pelos santos**. O "sinal de comunhão" (v. 26) e, por meio dele, também um renovado reconhecimento de sua missão, livre da lei, entre os gentios, poderia ser negado pela comunidade primitiva, dependendo dos círculos que nela tivessem maior influência, se Tiago ou os judaístas. Nesse caso não resultaria a "concórdia de louvar a Deus unânimes e a uma só voz" (v. 5,6). Palavras de banimento obstruiriam as orações de gratidão – para o desespero de Paulo.

32 Assim como acontece nos salmos, também na oração de Paulo mesclam-se partes receosas com partes esperançosas. No presente versículo impõe-se a confiança: **a fim de que, ao visitar-vos, pela vontade de Deus, chegue à vossa presença com alegria e possa recrear-me convosco**. A referência à vontade de Deus mostra a atitude básica de orar conforme a Bíblia: O orador permanece sendo ser humano, e Deus continua Deus. É por isso que Paulo também subordina a Deus suas idéias há pouco expostas acerca do desenrolar da sua missão. De fato, tudo transcorreu de maneira bem diferente. O alegre "Estou chegando!", repetido sete vezes em Rm, caiu no vazio. Em Jerusalém, Paulo foi imediatamente preso, desaparecendo por anos na cadeia (por volta dos anos 58-60, sobretudo em Cesaréia). Apenas na primavera do ano 61, com cinco anos de atraso, Paulo chegou a Roma – num comboio de prisioneiros. Somente depois de outros dois anos de prisão ele é solto. Pelo menos é isso que At 28.30,31 parece pressupor. O NT não nos informa se a missão à Espanha sequer aconteceu mais tarde, enquanto notícias posteriores a esse respeito são controvertidas.

33 A carta ainda não termina com o voto seguinte, formulado como prece (cf Fp 4.9; 1Ts 2.11-13), mas de fato encerra-se o esforço do apóstolo de conquistar os romanos para seu objetivo prático principal. **E o Deus da paz seja com todos vós. Amém!** Depois de ter dado tudo de si, tão somente pode entregar na mão de Deus a decisão deles. No v. 5 ele o havia testemunhado como "Deus da paciência" e no v. 13 como o "Deus da esperança". Agora ele encontra uma terceira designação: o

Deus da paz. Pelo que se evidencia, esse voto de acompanhamento divino estava localizado na prática celebrativa do envio, quando os fiéis reunidos dispersavam-se novamente, já é encontrado com freqüência no final das cartas. Cada indivíduo segue agora seu caminho, no aconchego da presença da salvação de Deus, que o acompanha e que se chama paz.

c. A recomendação de Febe, 16.1,2

1 **Recomendo-vos a nossa irmã Febe, que está servindo à igreja de Cencréia,**
2 **para que a recebais no Senhor como convém aos santos e a ajudeis em tudo que de vós vier a precisar; porque tem sido protetora de muitos e de mim inclusive.**

Observação preliminar

Nas condições de insegurança daquele tempo, os viajantes, sobretudo as mulheres, precisavam de cartas de recomendação em lugares estranhos. Esse expediente era usual em toda parte, como também entre comunidades cristãs.

1 A pessoa de fora, desconhecida dos romanos, que Paulo está recomendando, certamente foi a que lhes entregou a presente epístola. Do contrário, a recomendação ficaria sem sentido. Febe apareceu em Roma com a carta na bagagem. **Recomendo-vos a nossa irmã Febe.** No mais, Paulo cita pessoas do sexo feminino somente pelo nome. Ao recomendar essa mulher, porém, ele a designa como irmã no sentido espiritual, i. é, como cristã. Para assegurar a confiança além desse fato, ele acrescenta: **que está servindo à igreja de Cencréia**. É verdade que o "servir" é central para a atitude básica do cristão, pelo que todos os que crêem são servos de uma determinada maneira. Contudo aqui "servindo" refere-se a uma incumbência fixa por uma comunidade local, em Cencréia, o porto oeste de Corinto. O cargo que ela exercia era conhecido dos romanos, uma vez que também era desempenhado por homens (Rm 12.7).

2 Apresentada a pessoa, segue-se, numa formulação similar a Fp 2.29, o pedido de que ajam de modo cristão com a hóspede: **para que a recebais no Senhor como convém aos santos e a ajudeis em tudo que de vós vier a precisar**. Em seguida Paulo aplica a Febe um segundo termo designativo de cargo, mas agora na forma feminina: **porque** (também) **tem sido protetora de muitos**. O termo "também", que aponta para o passado, relaciona a hospitalidade que Paulo solicita para Febe com os numerosos casos de hospitalidade que ela prestou a outros. Ou seja, ela trabalhava no vasto campo da assistência e do cuidado de necessitados – uma verdadeira mãe para a comunidade. Stuhlmacher, pág 217, é da opinião de que Paulo teria conferido a Febe o título de "patrona". Isso significaria que ele era dirigente de uma comunidade. Contudo, sua atividade refere-se de modo bem geral a "muitas" pessoas individualmente, não de certo modo a uma esfera delimitada, a uma corporação. O sentido de cargo tem, pois, uma validade apenas figurada. É por isso que oferecemos a tradução mais genérica "protetora". Não deixa de ser importante o adendo do "**e de mim inclusive**". Esse ponto caberá considerar no trecho seguinte.

d. Pedido de transmissão de saudações, 16.3-16

3 **Saudai Priscila e Áqüila, meus cooperadores em Cristo Jesus,**
4 **os quais pela minha vida arriscaram a sua própria cabeça; e isto lhes agradeço, não somente eu, mas também todas as igrejas dos gentios;**
5 **saudai igualmente a igreja que se reúne na casa deles. Saudai meu querido Epêneto, primícias da Ásia para Cristo.**
6 **Saudai Maria, que muito trabalhou por vós.**
7 **Saudai Andrônico e Júnias, meus parentes e companheiros de prisão, os quais são notáveis entre os apóstolos e estavam em Cristo antes de mim.**
8 **Saudai Amplíato, meu dileto amigo no Senhor.**
9 **Saudai Urbano, que é nosso cooperador em Cristo, e também meu amado Estáquis.**
10 **Saudai Apeles, aprovado em Cristo. Saudai os da casa de Aristóbulo.**
11 **Saudai meu parente Herodião. Saudai os da casa de Narciso, que estão no Senhor.**
12 **Saudai Trifena e Trifosa, as quais trabalhavam no Senhor. Saudai a estimada Pérside, que também muito trabalhou no Senhor.**
13 **Saudai Rufo, eleito no Senhor, e igualmente a sua mãe, que também tem sido mãe para mim.**

14 **Saudai Asíncrito, Flegonte, Hermes, Pátrobas, Hermas e os irmãos que se reúnem com eles.**
15 **Saudai Filólogo, Júlia, Nereu e sua irmã, Olimpas e todos os santos que se reúnem com eles.**
16 **Saudai-vos uns aos outros com ósculo santo. Todas as igrejas de Cristo vos saúdam.**

Observação preliminar

Paulo solicita agora aos destinatários da carta que transmitam saudações a pessoas do meio deles (!) que ele cita pelo nome. Não há outra carta a comunidades que apresente algo semelhante. O procedimento também se explica unicamente a partir da realidade da igreja em Roma. Por um lado existia ali uma igreja que ele no todo ainda não conhecia nem havia influenciado, mas que ele visava conquistar para sua missão entre os gentios, apesar de forças contrárias ativas (Rm 3.8; 16.17,18). Por outro lado existia na cidade um enclave de cristãos que se tinham mudado para lá, vindos da área de atuação e ensino de Paulo. Essa característica é apontada várias vezes com suficiente clareza por Paulo. Sua lista não relaciona suas qualidades espirituais em si, mas sua atuação anterior ao lado dele e de acordo com o seu pensamento. Como tais, Paulo os recomenda à comunidade, de forma bem semelhante como fez há pouco no v. 2 com Febe: "Ela prestou assistência a muitos, *inclusive a mim pessoalmente!*" Se, pois, ele solicita a comunidade toda com essa insistência, para que saúda esses representantes do "seu" evangelho (Rm 2.16) em seu meio, o procedimento extrapola o quadro do usual e extrai do ato da saudação um sentido peculiar, a saber, seu sentido originário: anula-se uma eventual indiferença ou até um distanciamento, constrói-se a comunhão, começa a fluir a relação. Tudo isso acontece, é o que Paulo espera, por inspiração da impressão que a leitura pública de sua carta causou. Um ato de saudação com beijo fraterno deve confirmar (v. 16) que, nesse momento, os membros estão se aceitando mutuamente no sentido de Rm 14,15, assim como o próprio Deus nos aceitou em Cristo.

Desde que em 1908 A. Deissmann investigou os nomes gregos, latinos e judaicos dessa lista no seu livro *Licht aus dem Osten* [Luz vinda do Oriente], traçam-se conclusões das formas desses nomes que, a meu ver, são demasiado avançadas. Da lista de nomes deduz-se, além da origem étnica do portador, também seu estamento social (livre, escravo remediado, alforriado, relação com casas de nobres), acrescentando-lhe às vezes verdadeiros romances. Contudo, nomes gregos não tornavam alguém grego, nomes latinos não vinculavam a Roma. O próprio Paulo constitui um exemplo suficiente de que um judeu da melhor estirpe era conhecido, apesar disso, por um cognome latino. Basta termos presente a facilidade com que em nossas famílias adotam nomes da moda europeus, americanos ou nórdicos.

3-5a Saudações a Roma significavam para Paulo lembrar em primeiro lugar este casal: **Saudai Priscila** (Prisca) **e Áqüila**. O leitor da Bíblia pode reler em seis passagens do NT a sua agitada vida, do Ponto, na Ásia Menor setentrional, passando por Roma, Corinto, Éfeso, e novamente por Roma e Éfeso. Por um lado, essa rota revela que pessoas daquele tempo, especialmente judeus, podiam viver em grande mobilidade, por outro lado essa biografia se explica, adicionalmente, a partir da causa do evangelho: eles são **cooperadores** (cf v. 9,21). Ingressar na obra cristã significa não raro, e reiteradamente, despedidas da casa, da cidade e do país. Ademais, Paulo acrescenta como característica nesse e nos versículos seguintes, quatro vezes "em Cristo" (v. 3,7,8,10) e, seguramente no mesmo sentido, cinco vezes "no Senhor" (v. 8,11,12,17). Quem quiser diferenciar poderá realçar no primeiro caso a experiência da salvação e o assemelhar-se a Jesus (Fp 3.9ss), no segundo caso a atividade sob o senhorio dele. Após a breve menção do relacionamento que o casal tem com Cristo, a frase desemboca na sua relação com Paulo. Já no começo ele a mencionou: "meus colaboradores". Agora diz: **os quais pela minha vida arriscaram a sua própria cabeça**. Praticamente colocaram sua cabeça sob a lâmina do carrasco ou, como dizemos, arriscaram a pele em defesa de Paulo. Será infrutífera a tentativa de estabelecer lugar e época do episódio, mas é importante compreender seu efeito de unificar para sempre: **e isto lhes agradeço, não somente eu, mas também todas as igrejas dos gentios**. Não se pode imaginar esse casal fora da obra que Cristo conseguiu realizar através de Paulo no Leste até aquele momento. Através dessas pessoas os romanos tinham em seu meio a obra e o projeto de Paulo.

Aceitar esse casal incluía obviamente também a aceitação da **igreja que se reúne na casa deles**. É digna de nota aqui, como também em votos iniciais e finais de algumas cartas, a combinação dos termos "igreja" e "casa". Com apoio em numerosas referências de At, conclui-se que a obra de Paulo vivia e sobrevivia em grande medida na forma de comunidades domiciliares, cada uma das quais abrangia, portanto, poucas dúzias de fiéis. Assim como não havia judaísmo sem encontros supervisionáveis para celebrar regularmente a comunhão em torno da palavra e da oração, do aconselhamento mútuo na vida e da assistência, de modo que em toda a parte se formavam sinagogas

domiciliares, assim também o primeiro cristianismo enveredou desde o começo por um caminho análogo. Recordemos aqui a palavra do conde de Zinzendorf (1700-1760): "Não constato nenhum cristianismo sem comunhão".

5b-7 O próximo a ser saudado é **Epêneto**. O adendo **meu querido** eqüivale seguramente à designação de irmão. Assim como nos v. 8,9,16, o "meu" testemunha da relação pessoal. Contudo, como Prisca e Áquila, também Epêneto está vinculado de modo singular com a obra missionária toda: ele era o primeiro convertido, **primícias da** (província da) **Ásia para Cristo.** Novamente Paulo encara a sua atuação como um procedimento sacerdotal perante Cristo (cf Rm 15.16). Referente a **Maria**, Paulo destaca que os romanos já experimentaram pessoalmente o quanto ela **muito trabalhou** pela comunidade (o termo também ocorre duas vezes no v. 12). Diferenciando-se da RA e outras versões em português, o termo mais apropriado que realça o peso da atividade é *mourejar*! É notável quantas vezes no NT justamente esse termo é empregado para a atividade missionária e eclesial. Enquanto a origem judaica de Priscila e Áquila era de conhecimento geral, Paulo designa os dois seguintes expressamente como seus **parentes**, cf também o v. 11, de modo que a lista destaca cinco cristãos judaicos. Torna-se, pois, evidente que Paulo interpela a maioria gentílico-cristã. **Andrônico e Júnias** são mencionados de forma bem genérica como **companheiros de prisão**, talvez apenas em sentido figurado. Sobretudo somos informados de dois nomes da multidão dos missionários itinerantes da primeira igreja, chamados às vezes de "apóstolos", sem que façam parte do círculo dos doze: **os quais são notáveis entre os apóstolos e estavam em Cristo antes de mim**. Uma vez que Paulo aceitou a fé cerca de dois a três anos após a morte de Jesus, esses dois fazem parte das primeiríssimas testemunhas, talvez dos 500 irmãos que segundo 1Co 15.6 haviam visto o Senhor. Era essencial para Paulo que ele pudesse saber-se unido com essas pessoas (1Co 1.10-13).

8-15 Os demais nomes aparecem providos de nenhum ou de breves apostos, cuja maioria já analisamos. Contudo, acrescentemos uma palavra sobre o v. 13: **Saudai Rufo, eleito no Senhor, e igualmente a sua mãe, que também tem sido mãe para mim**. Acaso seria a suposição de que o pai de Rufo é conhecido, tratando-se do Simão Cireneu que carregou a cruz conforme Mc 15.21, "apenas uma especulação edificante" (Käsemann, pág 395)? Encaremos a nota incomum em Marcos. Diga-se de antemão que todos os indícios falam a favor de que esse evangelho aponta para Roma. Então a menção dos dois filhos Alexandre e Rufo, citados em Mc 15.21, somente faz sentido se os leitores romanos conheciam a ambos.

16 Depois que Paulo recomendou com forte ênfase esses irmãos e essas irmãs na fé do seu próprio círculo de vivência e ensino, ele desafia os fiéis de procedência diversa para um sinal de comunhão intencional: **Saudai-vos uns aos outros com ósculo santo,** ou seja com o beijo praticado no culto a Deus. De maneira invisível se fecharia, assim, também o anel espiritual em torno de todas as comunidades ausentes: **Saudai-vos uns aos outros com ósculo santo.** Estaria incluído nele, não por último, o próprio Paulo e, com ele, seu anúncio da salvação sem a lei. Sob essa perspectiva, a parte das saudações não constitui nem um adendo posterior nem um bloco errático em Rm, mas prolonga de forma sensata a intenção básica do mesmo.

e. Advertência contra os cismáticos, 16.17-20

17 **Rogo-vos, irmãos, que noteis bem aqueles que provocam divisões e escândalos, em desacordo com a doutrina que aprendestes; afastai-vos deles,**
18 **porque esses tais não servem a Cristo, nosso Senhor, e sim a seu próprio ventre; e, com suaves palavras e lisonjas, enganam o coração dos incautos.**
19 **Pois a vossa obediência é conhecida por todos; por isso, me alegro a vosso respeito; e quero que sejais sábios para o bem e símplices para o mal.**
20 **E o Deus da paz, em breve, esmagará debaixo dos vossos pés a Satanás. A graça de nosso Senhor Jesus seja convosco.**

Observação preliminar

À convocação para a aceitação mútua em todas as igrejas domiciliares em Roma segue-se de forma lógica uma advertência contra os causadores de divisões. Também o trecho em questão dificilmente pode ser imaginado em outro local do que Roma, considerando que ele pressupõe que por um lado os cismáticos já estavam ativos (Rm 3.8; 16.17), mas por outro ainda não haviam se estabelecido como nas igrejas do Leste (v. 19). O fato de que cinco anos mais tarde os irmãos de Roma receberam com tanta honra o apóstolo que

chegava (At 28.15) também poderia ser um êxito desse grito de alarme dado a tempo. Foi esse chamado que despertou a comunidade para uma vigilância crítica, fazendo parte dos trechos singularmente abençoadas da carta.

Rm 14,15 documentaram a abertura e paciência com que Paulo lidava com opiniões teológicas distintas na comunidade. Algo similar é revelado em passagens como 1Co 1.10-17 e Fp 3.15. De forma bem diferente, contudo, ele trata os ataques deliberados ao fundamento que sustém o conjunto, a saber, aqueles elementos ardilosos que se furtam a responder repetidos questionamentos e não param de trazer incerteza aos de boa fé, desmontando finalmente a comunhão de fé (cf Gl 5.15,26). Pelo menos em termos objetivos eles demonstram ser "inimigos da cruz de Cristo", como Paulo tinha de constatar em Fp 3.18,19 sob lágrimas. Desse sofrimento pela comunidade nasceu também seu rigor apaixonado ou a amarga ironia em 2Co 11.1-5. Toda a carta aos Gálatas deve ser enquadrada nesse contexto.

17 Não para prevenir de uma forma genérica, mas visando um perigo específico, Paulo aguça a percepção: **Rogo-vos, irmãos, que noteis bem aqueles que provocam divisões e escândalos** (para que se renegue a fé). Enquanto Rm 14.13,21 alertava diante do escândalo pela conduta, agora a ameaça é o escândalo por causa de doutrina falsa: **em desacordo com a doutrina que aprendestes**. Na cristandade primitiva a doutrina confiável tinha uma cotação elevada. Ela não era regateada contra a vida, porque Jesus era designado de verdadeiro "conteúdo didático", quando se afirma: "Vocês aprenderam Jesus!" (Ef 4.20,21). Apegando-se a essa doutrina, a fé dos primeiros cristãos não se diluía em fantasias incontroláveis, mas mantinha-os nos trilhos de afirmações objetivas disciplinadas, de modo que também se preservava sua capacidade comunitária. É por isso que Paulo esperava diante desses mestres estranhos, que já começavam a inserir-se nas comunidades domiciliares, uma inequívoca rejeição: **afastai-vos deles**. No caso deles não cabia nenhum ósculo fraterno (v. 16) e nenhuma aceitação na fé (Rm 14.1).

18 Paulo carateriza a posição contrária dessas pessoas, que evidentemente alegavam que também serviam a Cristo. Por não citar nomes, ele treina ainda mais o olhar para que se identifique o tipo. **Porque esses tais não servem a Cristo, nosso Senhor, e sim a seu próprio ventre**. Visto que "ventre" também ocorre na passagem comparável de Fp 3.19, trata-se nesse caso não de um insulto momentâneo e incontido, mas de um resultado muito bem refletido numa verificação mais demorada. Os últimos dois anos de experiência nas comunidades do Leste ensinaram Paulo a ver, entre os sedutores, não obstante todas as suas diferenças, em última análise um movimento homogêneo (qi, *1b-e*). Contudo, como devemos entender a acusação básica de que servem somente ao ventre? Será que Paulo desmascara suas entrega às pulsões (como pensa a maioria dos exegetas) ou aos seus interesses materiais (Stuhlmacher, pág 223) ou à sua necessidade de impor-se (W. de Boor, pág 359)? Porém, será que com uma palavra tão forte Paulo tinha o objetivo de dizer algo tão genérico? Será que com "ventre" ele não quis dizer realmente "ventre", e não de modo geral natureza carnal? Vindos do v. 17, podemos esperar uma afirmação sobre a *doutrina* desses cismáticos e sedutores. Eles persistiam irredutivelmente em duas questões: preceitos de alimentação e mandamento da circuncisão. Com isso, portanto, eles sempre de novo chegam ao ventre. É isso que Paulo traz à consciência das comunidades. Sem dúvida, nosso corpo está sob o juízo do Criador de Gn 1.31: "Veja, muito bom!" Mas mesmo os melhores elementos da criação são "fracos e pobres" (Gl 4.9) em comparação com o Criador e Recriador. Quem procede do Senhor Ressuscitado, não deveria mais se deixar importunar por essas propagandas insistentes de supostas salvações por meio de cerimoniais do corpo.

Entretanto, os mestres estranhos apresentavam-se com uma extraordinária eficácia de *marketing*. **Com suaves palavras e lisonjas, enganam o coração dos incautos**. "As pessoas sentem-se praticamente como pessoas más quando se voltam contra indivíduos tão amenos, que desejam nada mais que o bem e a bênção" (de Boor, pág 360). Por isso havia que temer que nas comunidades domiciliares muitos sucumbiriam diante da irradiação desses "personagens da luz" e diante da apresentação de seu mundo ilusório. Acaso as reuniões da primeira igreja transcorriam muito enfadonhas, motivo pelo qual os seus membros eram vulneráveis a essas ofertas? Isso é pouco provável. Conforme Rm 14.17 Paulo podia presumir nas congregações dos cristãos de modo geral "paz e alegria no Espírito Santo". Contudo, havia uma diferença: o evangelho apostólico não desvinculava do cotidiano, não distribuía meramente drogas dominicais para as almas, não fazia a complexa existência parecer redonda, não aplainava a profundeza do pecado, não se furtava ao AT, e

acima de tudo professava o senhorio irrestrito de Jesus. Tudo isso a natureza humana gostaria de ter de forma mais simples e cômoda.

19 Ao contrário da situação extremamente ameaçadora nas comunidades da Galácia, a obra cristã em Roma ainda parecia estável. **Pois a vossa obediência** (de fé) **é conhecida por todos** (cf Rm 1.8)**; por isso, me alegro a vosso respeito.** Mais uma vez, porém, Paulo assevera sinteticamente: **quero que sejais sábios para o bem e símplices para o mal**. Verdadeira fé cristã sempre inclui "ter cabeça", perceber o que parece belo mas não é bom, motivo pelo qual não é realmente belo. Contra o que não é belo, sim, contra o mal tem de manifestar-se de imediato o "não", um "não" absoluto. Lembramo-nos da palavra de Jesus em Mt 10.16b.

20 Outra vez mostra-se uma das admiráveis mudanças de tom em Paulo. Apesar de dilacerado pela "preocupação com todas as igrejas" (2Co 11.28), ele não obstante revela ter a força espiritual para o ministério da consolação profética: **E o Deus da paz, em breve, esmagará debaixo dos vossos pés a Satanás**. O Deus da paz, há pouco ainda apresentado como essência da proteção (Rm 15.33), é anunciado como herói vitorioso contra o traiçoeiro inimigo de Deus. O seu poder será quebrado, e precisamente, com rapidez. Conforme o AT, a expressão faz parte da figura da guerra-relâmpago. Como num assalto, o conquistador se aproxima e, por ser totalmente inesperado, é absolutamente superior. A resistência é inútil para o que foi tomado de surpresa. Não há mais entrevero. Assim a vitória de Deus sobre seus inimigos que hoje ainda são tão poderosos será fabulosamente fácil: Meramente "será… revelado", pelo "sopro de sua boca", e o assunto estará encerrado (2Ts 2.8).

Duas afirmações figuradas com significado intenso surgem entrelaçadas nesse versículo: aniquilamento do poder de Satanás por intermédio de Deus, e exaltação dos redimidos para participarem do governo. Seus pés apoiados sobre o pescoço do vencido ilustram a derrota total dele. Faz-se presente o grande arco de Gn até Ap, mas ele não é mais delineado em detalhe.

Digno de nota é que Paulo não falou de Satanás no contexto da origem e expansão do poder do pecado em Rm 1,5, nem no contexto do sofrimento desesperador sob o senhorio desse poder em Rm 7. Menciona-o apenas agora. Quem fala de Satanás muito depressa, muito seguidamente e superficialmente demais (Jd 9), faz dele um espantalho para crianças.

A igreja, seguramente atingida em profundidade, recebe uma palavra de bênção: **A graça de nosso Senhor Jesus seja convosco**. Votos como esses, desejando graça, podem ser encontrados em grande número nas cartas do NT, sobretudo nos inícios e nas finalizações delas (mais de vinte vezes). Cada um é formulado de maneira diferente, pelo que não são emitidos como um chavão inexpressivo. Pelo contrário, toda vez representam um acontecimento: os ouvintes sabem que agora estão "entregues à graça" (At 14.26; 15.40).

f. Comunicação de saudações, 16.21-23

21 **Saúda-vos Timóteo, meu cooperador, e Lúcio, Jasom e Sosípatro, meus parentes.**
22 **Eu, Tércio, que escrevi esta epístola, vos saúdo no Senhor.**
23 **Saúda-vos Gaio, meu hospedeiro e de toda a igreja. Saúda-vos Erasto, tesoureiro da cidade, e o irmão Quarto.**

Observação preliminar

De forma separada de suas próprias saudações, agora com outra finalidade (cf a opr aos v. 3-16), Paulo se desincumbe agora das saudações dos que o cercam. Somente a alguns dos oito nomes ele acrescenta reduzidas observações. Parece evidente que esses homens podiam basear-se na circunstância de que eram conhecidos em Roma e as pessoas se alegrariam por sua lembrança.

21-23 Os v. 21-23 citam três cristãos judaicos, com **Timóteo** em primeiro lugar, ao qual Paulo tinha motivos de chamar, como nenhum outro companheiro de caminhada, "**meu cooperador**" (Fp 2.19-22). No v. 22 Paulo abre espaço ao seu secretário para que, após seu enorme serviço prestado, insira pessoalmente sua saudação. **Eu, Tércio, que escrevi esta epístola, vos saúdo.** Ele não trabalhou como um anônimo escravo escrevente. Por meio do adendo "**no Senhor**" ele enfatiza que é cristão. No v. 23 somos informados da casa hospitaleira em Corinto, na qual surgiu Rm. **Saúda-vos Gaio, meu hospedeiro.** Como no mesmo instante é dito que Gaio também era hospedeiro **de toda a igreja**, não se deve depreender que ele colocava à disposição de toda a igreja de Corinto um local para reuniões, mas que ele proporcionava hospedagem para todo irmão que viesse de viagem,

precisamente como Paulo (Rm 12.13). Portanto, “de toda a igreja” (no mundo!) certamente está sendo dito com um traço de humor, por sincero reconhecimento e gratidão. **Erasto**, diferente de vários administradores nos empreendimentos privados, é caracterizado como “tesoureiro da cidade”. A tradução com “oficial da cidade” visa deixar em aberto em que área ele atuava e em que nível ele se encontrava. Não se deveria extrair dados demais de expressões tão sucintas.

g. Glorificação de Deus, poderoso sobre a história, 16.25-27

25 **Ora, àquele que é poderoso para vos confirmar segundo o meu evangelho e a pregação de Jesus Cristo, conforme a revelação do mistério guardado em silêncio nos tempos eternos,**
26 **e que, agora, se tornou manifesto e foi dado a conhecer por meio das Escrituras proféticas, segundo o mandamento do Deus eterno, para a obediência por fé, entre todas as nações,**
27 **ao Deus único e sábio seja dada glória, por meio de Jesus Cristo, pelos séculos dos séculos. Amém!**

Observação preliminar

Nesses versículos finais as edições das nossas Bíblias também seguem os manuscritos mais antigos e mais fidedignos. De acordo com eles, o texto é originário de Paulo. Ponto por ponto ele aborda mais uma vez o conteúdo da carta, agrupando-os como num foco convergente (cf as numerosas referências durante o comentário). É verdade que sob o aspecto do estilo algumas expressões se destacam do restante da carta. Contudo só em último caso isso seria motivo para se introduzir a idéia de um revisor posterior que tenha formulado um adendo. Pois a frase se eleva para um linguajar de oração, e justamente no louvor os oradores deixam para trás o estilo individual, achegando-se estreitamente, nas formulações, à igreja adoradora de todos os tempos. Forma-se toda uma série de expressões típicas e de enumerações carregadas, com tendência para o ritmo ternário (cf a opr a Rm 11, pág 176). O cerne dessa construção de difícil supervisão começa no v. 25, com as palavras “Àquele que”, completando-se somente no v. 27: “seja dada glória… pelos séculos dos séculos”. Nas partes intermediárias, evitando respeitosamente a palavra “Deus”, levanta-se o olhar para esse Glorificado e descreve-se sua soberania no passado, presente e futuro.

25,26 O impulso para essa glorificação foi desencadeado pela preocupação com continuidade da comunidade. Pressionado pela aflição, o olhar do orador procura por **aquele que é poderoso para vos confirmar**. Como eram frágeis esses pequenos grupinhos de cristãos, que se reuniam num lugar qualquer do gigantesco mar de casas de Roma! Faltava-lhe todo status de reconhecimento social. No entanto, faltava-lhes também, como evidenciam sobretudo Rm 14,15, a clareza doutrinária nas próprias fileiras, de modo que a igreja corria perigo de se dividir. Acima de tudo acontecia em Roma, como nas comunidades de todos os lugares e tempos, que forças intelectuais tentavam apagar novamente a fé (O v. 20 apontou para o poder de Satanás). Em decorrência, a preocupação de firmar na fé determina essa carta, como ocorre em muitos escritos do NT. Porém contra a morte da igreja existe o **poder** da ressurreição de Deus. Onde, como e por quais meios ela age? O **evangelho**, ligado à sua **pregação**, é esse incrível poder de vida (Rm 1.17). Paulo pode chamá-lo de “seu evangelho” (ainda em Rm 2.7), não porque ele fosse o inventor e proprietário dele, pois estes são Deus (Rm 1.1) e Cristo (Rm 1.9), mas porque é seu servo muito especial, a saber, no tocante à universalidade do evangelho para judeus e gentios (Rm 1.5,16).

Uma segunda linha caracteriza o conteúdo do poder vital “evangelho”. Ele produz **revelação** (Rm 1.16; 3.21). Há uma diversidade de revelações. P. ex., de acordo com Rm 1.20, desvenda-se, desde a criação, para cada razão observadora humana, o poder infinito de Deus. Aquela revelação, porém, não tem efeito de salvar, mas apenas de acusar. No versículo em apreciação Deus manifesta seu íntimo, sua essência de bem, sua verdadeira natureza divina para todas as criaturas, ou seja, sua justiça (Rm 3.26b). Isso, porém, acontece em **mistério**, a saber, diferente de Rm 1.20, na forma de uma *limitação de poder*, i. é, na impotência do Injuriado na cruz (Rm 5.8; 15.3). É esse o conteúdo central da pregação missionária apostólica. Ela é “palavra da cruz” (1Co 2.2,7,8). Por anunciar escrupulosamente esse mistério (1Co 4.1), ela é revelação. Por meio dela, e unicamente por meio dela, vive e sobrevive a igreja cristã.

O mistério é qualificado, no final do v. 25 e início do v. 26, com três expressões: **guardado em silêncio, manifesto, dado a conhecer.** Em épocas passadas ele estava oculto. Numa admirável reticência, Deus silenciou acerca do problema da culpa (Rm 3.26). **Agora**, porém, é tempo de virada. Aquele mistério de Deus penetra na história e se manifesta (Rm 3.21,26; 11.30,31). De agora em

diante ele é anunciado conforme a incumbência. Cumpre **a obediência por fé** sensatamente, não cegamente, a esse Deus manifesto (Rm 1.5). Como elemento indispensável Paulo insere a menção do testemunho das **Escrituras proféticas** de Israel. Elas confirmam o evangelho, assim como elas próprias são retroativamente confirmadas pelo evangelho. Isso é importante para Rm em toda a sua extensão (como mostra fundamentalmente Rm 1.2,3; 3.21).

27 Sob o impacto da regência divina na história, o orador volta-se, com louvor, a Deus e seu glorioso futuro, **pelos séculos dos séculos**. Já em Rm 11.33-36, Paulo enalteceu a sabedoria dos caminhos de Deus. Agora ele acrescenta: ele é o **único** sábio. Com esses termos ressoa o conceito central da confissão originária de Israel, o chamado "*shemá jisrael*" conforme Dt 6.4: "Ouve, Israel, o Senhor, nosso Deus, é o único Senhor…", "O Eterno, e somente o Eterno, é o nosso Deus" (BLH). Essa confissão de Deus como o extraordinariamente Único era e continua sendo proferida há milênios em oração por judeus devotos diariamente pela manhã e à noite. No leito da morte ou no martírio ela ainda é sussurrada como essência da bem-aventurança: o único – nesse caso muito mais que indicação de número, a saber, marca de qualidade. Ao estado do mundo, que em muitos aspectos está se esmigalhando e decaindo, é contraposto o rochedo não fragmentado de Deus. Ele se evidenciará como o centro universal da salvação: "Naquele dia (da salvação), um só será o Senhor, e um só será o seu nome" (Zc 14.9b). Também Jesus, Paulo e os primeiros cristãos viviam e oravam nessas coordenadas, pois **por meio de Jesus Cristo** é viabilizado o acesso a esse Deus e à sua glorificação unânime (Fp 2.9-11). A igreja cristã entende-se, nessa adoração, como precursora da criação, pronunciando desde já de todo o coração, de toda a alma e com toda a sua energia o **Amém** para a **glória** de Deus.

ÍNDICE DE LITERATURA

BARTH, Karl, *Die Kirchliche Dogmatik*, Zurique, 1960-1975.

idem, Kurze Erklärung des Römerbriefs, Munique, 1959.

BETZ, Otto, Wie verstehen wir das Neue Testament, 1981, pág 57-63.

idem, *Die heilsgeschichtliche Rolle Israels bei Paulus*, in: Theologische Beiträge 9, 1978, pág 1-21.

BOOR, Werner de, *Der Brief des Paulus an die Römer* (WStB), Wuppertal, (1962) 1983.

BORNKAMM, Günther, *Der Lobpreis Gottes* (*Röm 11,33-36*), in: Gesammelte Aufsätze 1, Munique, 1958, pág 70-75.

idem, *Der Römerbrief als Testament des Paulus*, in: Gesammelte Aufsätze IV; Munique, 1971, pág 120-139.

idem, *Die Offenbarung des Zornes Gottes* (*Röm 1-3*), in: Gesammelte Aufsätze I, Munique, 1958, pág 9-33.

idem, *Glaube und Vemunft bei Paulus*, in: Gesammelte Aufsätze II, Munique, 1959, pág 119-136.

idem, *Paulus*, Berlim, 2ª ed. 1977.

idem, *Taufe und neues Leben* (*Röm 6*), in: Gesammelte Aufsätze I, Munique, 1958, pág 51-69.

BORSE, Udo, Die geschichtliche und theologische Einordnung des Römerbriefes, in: BZ 16, 1972, pág 70-83.

BRANDENBURGER, Egon, Adam und Christus. Exegetisch-religionsgeschichtliche Untersuchungen zu Röm. 5,12-21 (1. Kor 15) (WMANT 7), Neukirchen, 1962.

BREYTENBACH, Cilliers, *Versöhnung. Eine Studie zur paulinischen Theologie* (WMANT 60), Neukirchen, 1989.

BRUCE, F. F., *Zeitgeschichte des Neuen Testaments*, (TVG) Wuppertal, 1986.

BULTMANN, Rudolf, *Theologie des Neuen Testamentes*, 6ª ed. revista, Tübingen, 1968.

CALVIN, L. Porter, *Romans 1,18-32: lts role in the developing argument*, in: New Test. Stud. vol. 40, 1994, pág 210-228.

CULLMANN, Oskar, *Die urchristliche Zeit- und Geschichtsauffassung*, Zollikon-Zurique, 2ª ed. 1948.

idem, Die Christologie des Neuen Testaments, Tübingen, 2ª ed. revista.

idem, Heil als Geschichte. Heilsgeschichtliche Existenz im Neuen Testament. Christus und die Zeit, Tübingen, 1965.

DELLING, Gerhard, Der Kreuzestod Jesu in der urchristlichen Verkündigung, Berlim, 1971.

EICHHOLZ, Georg, *Die Theologie des Paulus im Umriss*, Neukirchen, 1972.

FITZER, F., Der Ort der Versöhnung nach Paulus. Zur Frage des "Sühnopfers Jesu", in: ThZ 22/3 (1966), pág 161-183.

GAUGLER, Ernst, *Der Brief an die Römer* (*Prophezei*), 1ª parte, Zurique, 1958.

GOLLWITZER, Helmut, *Römer 11,25-32*, in: GPM 1963/64, pág 274-283.

idem e Wilhelm Weischedel, *Denken und Glauben. Ein Streitgespräch*, 2ª ed. 1965.
GOPPELT, Leonhard, *Israel und die Kirche, heute und bei Paulus*, in: Christologie und Ethik, Aufsätze, 1968, pág 165-189.
idem, ed. por Jürgen Roloff, Theologie des Neuen Testaments, 1. Jesu Wirken in seiner theologischen Bedeutung, 2. Vielfalt und Einheit des apostolischen Christuszeugnisses, Göttingen, 1975 e 1976.
HAACKER, Klaus, *Exegetische Probleme des Römerbriefs* (*NT 20*), Leiden 1978, pág 1-21.
HAHN, Ferdinand, Das Verständnis der Mission im Neuen Testament (WMANT 13), Neukirchen, 1963.
idem, *Zum Verständnis von Römer 11,26a: '... und so wird ganz Israel gerettet werden'*, in: Paul and Paulinism. FS C. K. Barrett, ed. por M. D. Hooker e S. G. Wilson, 1982, pág 221-234.
HÄRLE, Wilfried, *Die Rede von der Liebe und vom Zorn Gottes*, (ZTliK,B 8), Tübingen, 1990, pág 50-69.
HARTENSTEIN, Karl, *Israel im Heilsplan Gottes*, Stuttgart, 1952.
HAUBECK, Wilfried, Befreites Leben. Römer 6-8 in der christlichen Existenz (Christsein Heute forum 78), Witten, sem ano.
idem, Loskauf durch Christus. Herkunft, Gestalt und Bedeutung des paulinischen Loskaufmotivs, Giessen, 1985.
HOFIUS, Otfried, Das Evangelium und Israel. Erwägungen zu Römer 9-11, in: ZThK 83, 1986, pág 297-324.
JEREMIAS, Joachim, *Einige vorwiegend sprachliche Beobachtungen zu Röm 11,25-36*, in: Lorenzo De Lorenzi (ed.), Die Israelfrage nach Röm 9-11, Roma 1977, pág 193-205.
idem, Neutestamentliche Theologie. Erster Teil, Die Verkündigung Jesu, Gütersloh, 1971.
JERVELL, J., Der Brief nach Jerusalem. Über Veranlassung und Adresse des Römerbriefs, in: StTh 25 (1971).
JÜNGEL, Eberhard, Das Gesetz zwischen Adam und Christus. Eine theologische Studie zu Röm 5,12-21 (ZthK 60), Tübingen, 1963, pág 42-74.
KÄSERNANN, Ernst, *An die Römer* (*HNT 8a*), Berlim, 2ª ed. 1974.
idem, *Geist und Buchstabe*, in: Paulinische Perspektiven, Tübingen, 1969, pág 237-288.
idem, Gottesdienst im Alltag der Welt. Zu Römer 12, in: EVB II, pág 198-294.
idem, *Der Glaube Abrahams in Röm 4*, in: Paulinische Perspektiven, Tübingen, 1969, pág 140-177.
KERTELGE, Karl (ed.), *Das Gesetz im Neuen Testament* (*QD; 108*), Freiburg, 1986.
idem, Der Brief an die Römer (Geistliche Schriftlesung 6), Leipzig, 1971.
KLAIBER, Walter, Rechenschaft über den Glauben: Römerbrief (Bibelauslegung für die Praxis 21), Stuttgart, 1989.
KLEIN, Günter, "Christlicher Antijudaismus". Bemerkungen zu einem semantischen Einschüchterungsversuch, in: ZThK 79/1982, pág 411-450.
KOCH, Klaus (ed.), Um das Prinzip der Vergeltung in Religion und Recht des Alten Testaments, Darmstadt, 1972.
KÜMMEL, Werner Georg, Die Theologie des Neuen Testaments nach seinen Hauptzeugen Jesus-Paulus-Johannes (NTD), Berlim, 1971.
idem, *Die Probleme von Römer 9-11 in der gegenwärtigen Forschungslage*, in: Lorenzo De Lorenzi (ed.), Die Israelfrage nach Röm 9-11, Roma, 1977, pág 13-33.
idem, Einleitung in das Neue Testament, Berlim, 1989.
idem, *paresis* und *endeixis. Ein Beitrag zum Verständnis der paulinischen Rechtfertigungslehre*, in: Heilsgeschichte und Geschichte, Ges. Aufsätze 1933-1964, 1965, pág 260-270.
KUSS, Otto, *Der Römerbrief*, Regensburg 1957 (Römer 1,1- 6,11) e 1963 (Römer 6,11-8,19).
idem, Paulus. Die Rolle des Apostels in der theologischen Entwicklung der Urkirche, Regensburg, 1971.
LUCK, Ulrich, *Gerechtigkeit in der Welt – Gerechtigkeit Gottes*, in: Wort und Dienst (Jahrbuch der kirchlichen Hochschule Bethel N. F. 12 vol.), 1973.
idem, Inwiefern ist die Botschaft von Jesus Christus "Evangelium"? in: ZThK, Tübingen 1980.
idem, Die Bekehrung des Paulus und das Paulinische Evangelium. Zur Frage der Evidenz in Botschaft und Theologie des Apostels, in: ZNW 1985, pág 185-208.
LUZ, Ulrich, Das Geschichtsverständnis des Paulus (BEvTh 49), Munique, 1968.
idem, Zum Aufbau von Röm. 1-8 (ThZ 25/3), pág 162-181.
MARQUARDT, Friedrich-Wilhelm, *Die Juden im Römerbrief* (*ThSTB*), Zurique, 1971.
MICHEL, Otto, *Der Brief an die Römer* (*KEK*), Göttingen, 1955.
MINDE, Hans Jürgen von der, *Schrift und Tradition bei Paulus*, Munique, 1976.
MOLTMANN, Jürgen, Der Weg Jesu Christi. Christologie in messianischen Dimensionen, Munique, 1989.

idem, Theologie der Hoffnung. Untersuchungen zur Begründung und zu den Konsequenzen einer urchristlichen Eschatologie (BEvTh 38), Munique, 1965.
MÜLLER, Ulrich B., Prophetie und Predigt im Neuen Testament. Formgeschichtliche Untersuchungen zur urchristlichen Prophetie (StNT 10), Gütersloh, 1975.
NEUGEBAUER, Fritz, *In Christus*, Berlim, 1961.
NYGREN, Anders, *Der Römerbrief*, 3ª ed., Göttingen, 1959.
OSTEN-SACKEN, Peter von der, Die Heiligkeit der Tora. Studien zum Gesetz bei Paulus, Munique, 1989.
PLAG, Christoph, Israels Weg zum Heil. Eine Untersuchung zu Römer 9-11, in: AzTh 1,40, 1967.
POHL, Adolf, *Carta aos Gálatas*, Comentário Esperança, Curitiba, 1999.
idem, Staunen, dass Gott redet. Die Bibel im Rahmen der Offenbarung Gottes, Wuppertal, 1988.
POPKES, Wiard, CHRISTUS TRADITUS. Eine Untersuchung zum Begriff der Dahingabe im Neuen Testament (AThANT 49), Zurique, 1967.
idem, *Zum Aufbau und Charakter von Römer 1,18-32*, in: New Testament Studies, vol. 28, pág 490-501.
PORSCH, Felix, Viele Stimmen, ein Glaube. Anfänge, Entfaltung und Grundzüge neutestamentlicher Theologie (Die Botschaft Gottes, Neutestamentliche Reihe 35), Leipzig, 1988.
RATSCHOW, Carl Heinz, *Rechtfertigung. Diakritisches Prinzip des Christentums zu den anderen Religionen*, in: idem, Von den Wandlungen Gottes. Beiträge zur systematischen Theologie, ed. por C. Keller-Wenttorf e M. Repp, Berlim, 1986, pág 336-376.
RENGSTORF, Karl Heinrich, *Das Ölbaum-Gleichnis in Röm 11,16ff. Versuch einer weiterführenden Deutung*, in: Donum Gentilicium (FS D. Daube), pág 127-164.
RIDDERBOS, Herman, *Paulus. Ein Entwurf seiner Theologie*, Wuppertal, 1966.
RIESSLER, Paul, Altjüdisches Schrifttum ausserhalb der Bibel, Augsburg, 1928.
ROLOFF, Jürgen, *Neues Testament* (*Neukirchner Arbeitsbücher*), Neukirchen, 2ª ed. 1979.
SASS, Gerhard, *Röm 15,7-13 - als Summe des Römerbriefs gelesen*, in: EvTh, ano 53 (1983), caderno 6, pág 510-527.
SCHELBERT, Georg, *Sprachgeschichtliches zu "Abba"*, in: Melanges Dominique Barthelemy, Orbis Biblicus et Orientalis 38, Freiberg-Göttingen 1981, pág 395ss.
SCHEIKLE, Karl Hermann, *Israel im Neuen Testament*, Darmstadt, 1985.
idem, Paulus Lehrer der Väter. Die altkirchliche Auslegung von Römer 1-11.
SCHLATTER, Adolf, *Gottes Gerechtigkeit. Ein Kommentar zum Römerbrief*, Stuttgart, (1935) 4ª ed. 1965.
idem, Der Brief an die Römer (Erläuterungen zum NT 5), 1974.
SCHLIER, Heinrich, *Die Taufe nach dem 6. Kapitel des Römerbriefes*, in: Die Zeit der Kirche. Exegetische Aufsätze und Vorträge, Freiburg, 1966, pág 47-56.
idem, *Vom Wesen der apostolischen Ermahnung nach Römer 12,1-2*, in: Die Zeit der Kirche. Exegetische Aufsätze und Vorträge, Freiburg, 1966, pág 74-89.
idem, *Von den Juden. Römerbrief 2,1-29*, in: Die Zeit der Kirche. Exegetische Aufsätze und Vorträge, Freiburg, 1966, pág 38-47.
SCHLINK, Edmund, *Ökumenische Dogmatik. Grundzüge*, Göttingen, 1983.
SCHMID, Hans Heinrich, Rechtfertigung als Schöpfungsgeschehen. Notizen zur alttestamentlichen Vorgeschichte eines neutestamentlichen Themas, in Rechtfertigung, FS E. Käsemann, pág 403-414.
SCHMID, Josef, *Einleitung in das Neue Testament*, Leipzig, 6ª ed. 1972.
SCHMIDT, Hans Wilhelm, *Der Brief des Paulus an die Römer* (*ThHK 6*), Berlim, 1962.
SCHMITHALS, Walter, Der Römerbrief als historisches Problem (StNT 9), Gütersloh, 1975.
SCHNEIDER, Dieter, *Der Prophet Jesaja, Kapitel 40-66* (WStB), Wuppertal, 1990.
SCHNEPEL, Erich, Die befreiende Botschaft. Bibelstudien zum Römerbrief Kap. 5 bis 8, Stuttgart, 1980.
SCHWEITZER, Wolfgang, Die Herrschaft Christi und der Staat im Neuen Testament (BEvTh 11), Munique, 1949.
SCHUMACHER, Heinz, Glaubensgerechtigkeit und Geistesherrlichkeit. Der Römerbrief, Stuttgart, 1967.
STRÖTER, Ernst Ferdinand, Die Judenfrage und ihre göttliche Lösung nach Römer Kapitel 11, Kassel, sem ano.
STUHLMACHER, Peter, *Der Brief an die Römer* (*NTD 6*), Göttingen, 1989.
idem, Versöhnung, Gesetz und Gerechtigkeit. Aufsätze zur biblischen Theologie, Göttingen, 1981.
idem, *Zur Interpretation von Römer 11,25-42*, in: Probleme biblischer Theologie, FS Gerhard von Rad, Munique, 1971, pág 555-570.
WALTER, Nikolaus, *Zur Interpretation von Römer 9-11*, in: ZThK, 1984, pág 172-195.

WEBER, Otto, *Grundlagen der Dogmatik*, Neukirchen, vol. I, 3ª ed. 1964, vol. II 1962.
WILCKENS, Ulrich, *Der Brief an die Römer* (*EKK*), Neukirchen 1978 (Rm 1–5), 1980 (Rm 6–11) e 1982 (Rm 12–16).
WIESEMANN, Heinrich, Das Heil für Israel. Was sagt darüber das Neue Testament? Stuttgart, 1965.
ZAHN, Adolf, Der Brief des Paulus an die Römer (KNT VI), Erlangen, 3ª ed. 1925.
ZELLER, Dieter, *Der Brief an die Römer* (*RNT*), Regensburg, 1985.
[1]

[1]Pohl, A. (1999; 2008). *Comentário Esperança, Carta aos Romanos; Comentário Esperança, Romanos* (4). Editora Evangélica Esperança; Curitiba.